

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 de Dezembro de 2020

A MENSAGEM DA DIRETORIA

Ao encerrar-se o ano de 2020, dirigi-mo-nos à sociedade gaúcha, especialmente aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais e trabalhadores, que dão forma e conteúdo ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, para transmitir-lhes o desempenho operacional, administrativo e financeiro do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS no exercício de 2020.

Iniciamos este relatório com esta mensagem executiva, após a qual segue-se a descrição resumida do atual quadro econômico nacional, ao abrigo da economia internacional e de forma extensiva à economia gaúcha. Logo em seguida, registram-se as diretrizes estratégicas que, no período do Plano Plurianual 2020-2023, irão nortear o apoio financeiro e institucional do Badesul ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, alinhadas com as políticas do Governo do Estado. Por fim, a descrição das operações e resultados desta Agência de Fomento encerram esta prestação de contas.

Em virtude da pandemia da covid-19, as relações econômicas e sociais foram globalmente abaladas no ano de 2020, devido ao isolamento populacional e às restrições de funcionamento normal das atividades produtivas, cujos setores de comércio e serviços foram altamente afetados, desenhando um cenário de instabilidade no curto prazo para todos os setores produtivos. Cabe ressaltar que o Badesul, após os avanços no último biênio e as ações tomadas no primeiro semestre de 2020 com os objetivos de reduzir custos, ajustar orçamento, aumentar agilidade e eficiência dos seus processos internos, está mais bem preparado para lidar com esse cenário desafiador. A tomada de decisões ágil e consistente nos permitiu a continuidade das operações com todos os cuidados adequados para a saúde e segurança de nossos colaboradores, inclusive por meio da implementação do teletrabalho e trabalho híbrido. Instalamos, de imediato, a Comissão Interna de Crise, que publicou o Plano de Contingência para o Evento COVID-19. A intenção desta Diretoria sempre foi o cuidado com as pessoas e a continuidade dos negócios, sem descuidar do gerenciamento dos riscos e do monitoramento do ambiente sanitário e necessidades dos clientes.

Temos muito orgulho do papel essencial desempenhado pelo Badesul no crédito ao desenvolvimento gaúcho, em especial no que se refere ao apoio desta Agência de Fomento à modernização do agronegócio do Rio Grande do Sul e aos investimentos públicos projetados pelas prefeituras municipais rio-grandenses, além do seu apoio à sustentação e à expansão da estrutura empresarial estadual em geral.

No que diz respeito às providências para atenuar os impactos da pandemia na economia gaúcha, o Badesul implantou o Pronampe para financiamento emergencial de micro e pequenas empresas, no montante de R\$ 15 milhões. Adicionalmente, alcançamos R\$ 350 milhões em aprovações de suspensões temporárias de pagamentos de parcelas de empréstimos contratados.

Em novos projetos de financiamento, informamos-lhes que, em investimentos públicos municipais no Rio Grande do Sul, foram contratados pelo Badesul, em 2020, o valor de R\$ 52,3 milhões, destinados a 27 municípios, que abrangeram uma população assistida de 1,47 milhão de habitantes. Acrescentamos que a tradição histórica do Badesul no crédito de longo prazo a investimentos públicos no RS já permitiu que 76% dos 497 municípios tivessem seus projetos de infraestrutura e de gestão apoiados pela Agência de Fomento dos gaúchos.

Em relação ao setor privado o Badesul permaneceu com seu tradicional apoio ao agronegócio, onde financiou 95 projetos para produtores rurais. No setor empresarial, fazemos menção ao crescimento de projetos voltados ao turismo gaúcho, que representou 15% das operações realizadas. O total de desembolsos correspondeu ao acréscimo de 34,9%, em relação ao valor desembolsado em igual período de 2019. O Saldo de Operações Ativas desta Instituição permaneceu em R\$ 2 bilhões em 2020.

Tal esforço Institucional foi evidenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio da premiação “Reconhecimento BNDES Agentes Financeiros Destaques de 2020” onde o Badesul ficou com a terceira colocação nacional na “Categoria BNDES de Renegociação Emergencial: Operações Indiretas Automáticas”.

Asseguramos que as decisões à frente do Badesul nos próximos meses continuarão focadas na execução operacional das diretrizes estratégicas de governo para o financiamento do desenvolvimento econômico e do turismo no Rio Grande do Sul, bem como para continuar superando os desafios impostos pela macroeconomia, através do fortalecimento de sua governança corporativa. Como importantes instrumentos de governança citamos a posse do Comitê de Auditoria em agosto de 2020 e a formalização da

Universidade Corporativa que, dentre outros objetivos, deve assegurar a transferência e gestão do conhecimento em função dos desligamentos decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário, reestruturações organizacionais e ambiente de transformação.

Permaneceremos com uma governança sólida, gestão eficiente dos riscos e profissionais qualificados e conscientes de suas responsabilidades para superar os desafios atuais e futuros. Avançamos e continuamos evoluindo na migração de processos para os meios digitais, pensando no Badesul do Futuro, ao mesmo tempo que fortalecemos o Programa Badesul de Integridade, que figura, junto ao Programa Badesul de Sustentabilidade, como um dos Pilares de Compliance do Badesul. Incluímos, em nossa Política de Responsabilidade Socioambiental, os ODS prioritários para o Badesul. Estamos em pleno processo de melhoria quanto aos procedimentos relativos à Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética e concluímos a etapa de diagnóstico quanto à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cuja implementação de processos de adequação à norma deve ser concluída até maio de 2021. Em 2020, o Badesul também atualizou seu Plano de Continuidade de Negócios, a partir de uma metodologia mais robusta para a disciplina.

Para superar os desafios estratégicos do Badesul em 2020, esta Diretoria Executiva contou com o compromisso e a dedicação dos Conselheiros de Administração e Fiscal, aos quais manifestamos seus agradecimentos, assim como contou, sobretudo, com a confiança do Governo do Estado e, especialmente, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a cujas titulares e servidores estendemos a nossa gratidão. Para a superação dos novos desafios de 2020, a Diretoria Executiva do Badesul manifesta a sua convicção sobre o renovado apoio das instâncias supracitadas à gestão operacional, administrativa e financeira desta Instituição.

Transmitimos também a nossa gratidão aos funcionários do BADESUL e, em especial, aos clientes desta Agência de Fomento que são a razão da sua existência e cuja confiança no futuro é a fonte que inspira seus investimentos no Rio Grande do Sul.

Finalmente, agradecemos às fontes repassadoras de recursos financeiros ao Badesul, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF), à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e ao Ministério do Turismo, as quais, junto com os recursos próprios desta Instituição, garantem o fluxo de crédito aportado anualmente por esta Agência de Fomento ao desenvolvimento rio-grandense.

A Diretoria

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

As condicionantes macroeconômicas no âmbito das quais inseriu-se a microeconomia do Badesul em 2020 foram excepcionais, por conta dos efeitos sanitários e impactos da pandemia da Covid-19, doença produzida pelo novo coronavírus, sobre a economia internacional, sobre a economia do Brasil e sobre a economia do Rio Grande do Sul, que é a razão de ser do Badesul. Aliás, a redução de atividades econômicas teve impactos graves em empresas, em produtores rurais e em esferas públicas, dentre estas os municípios, sendo que todos estes estamentos, quando situados na geografia do Rio Grande do Sul, são públicos relevantes desta Agência de Fomento. E a isto não se pode deixar de agregar o contingente de trabalhadores informais, que gravitam em torno da renda e dos empregos formais determinados pelos citados estamentos econômicos, ao lado das pessoas desocupadas e em situação de vulnerabilidade social.

No que se refere à economia mundial, em janeiro de 2020, o Fundo Monetário Internacional estimou que o seu PIB crescerá 3,3% em 2020. Esta expectativa do FMI mudou para uma recessão de -3% na revisão de seu *World Economic Outlook*, em abril, a partir do impacto da crise pandêmica no PIB das economias avançadas, assim como dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Em junho, o FMI ajustou a sua estimativa de queda do PIB da economia mundial para -4,9%. Em nova revisão do seu WEO, em outubro, o FMI expressou que a economia do mundo estava saindo das profundezas do que chamou de Grande Confinamento, ao convergir para -4,4% a queda do PIB mundial em 2020, devido à suspensão da queda no PIB global do segundo trimestre, em especial nas economias avançadas, ao lado de indicadores de forte recuperação no terceiro trimestre. Para 2021 o crescimento do PIB mundial está projetado em 5,2%. Considerando a contração em 2020 e a recuperação em 2021, o FMI projeta que o nível do PIB global ao final de 2021 (US\$ 91,03 trilhões, preços correntes) será apenas 0,6% superior ao nível de 2019. O FMI ainda projeta elevadas taxas de desemprego em 2020 e em 2021, nas economias avançadas e nos mercados emergentes, o que significará severos retrocessos nos padrões de vida em todos os países. O arsenal de medidas de política econômica adotadas por governos e por bancos centrais ao redor do mundo foi usado em dimensão superior à registrada para a superação da crise econômica de 2008, mediante a emissão de dívida por governos e a expansão do balanço por bancos centrais.

Quanto à economia brasileira, a maioria das estimativas de comportamento do seu Produto Interno Bruto em 2020, feitas desde o início da pandemia, em março/abril, até o início do segundo semestre, apontavam para profunda recessão. O pessimismo passou, em parte, a se reverter, quando surgiram evidências sobre os efeitos mitigadores de medidas anticíclicas de governo. Observou-se um cenário de convergência em direção a queda de -4,4% (igual à prevista pelo FMI para o PIB mundial) no PIB da

economia brasileira em 2020 (Relatório Focus). A expectativa de mercado para o comportamento do PIB real em 2021 é de 3,4%. Isto significa que a economia brasileira deverá recuperar o nível de 2019 do seu PIB real apenas ao longo de 2022. Mas a estimativa mais impactante ainda é sobre a taxa de desocupação da economia brasileira. A taxa de desocupação se elevou, no trimestre encerrado em novembro de 2020, para 14,1% da População Economicamente Ativa (PEA). A população desocupada chegou a 14,0 milhões de pessoas. As implicações políticas e sociais desse impacto da pandemia no mundo do trabalho no Brasil são brutais, atenuadas em 2020 apenas pelo auxílio emergencial aos necessitados.

Entre antecipação de despesas, adiamento de receitas, desoneração, remanejamento de recursos, novas despesas (inclusive o auxílio emergencial de R\$ 600,00 (R\$ 1,2 mil para mulheres chefe de família), durante 6 meses, mais 3 meses de R\$300,00 (o dobro para mulheres chefe de família) aos trabalhadores informais e às pessoas desassistidas) e mais crédito, o Governo Federal adotou, em 2020, medidas de mitigação da crise na ordem equivalente a 10% do PIB. Acrescenta-se a redução, pelo Banco Central do Brasil, da taxa de juros básica da economia brasileira para o nível de 2,0% a.a., o que fez com que a taxa de juros real básica no Brasil passasse a ser negativa, dado que a expectativa da inflação de 2020 está situada em 4,5% (e a expectativa para 2021 é de 3,3%). O Banco Central também aumentou a liquidez do sistema bancário, enquanto o Ministério da Economia aumentou para 85% a garantia de honra pelo FGO (Fundo de Garantia de Operações) aos créditos aportados pelo sistema financeiro a microempreendedores individuais, a microempresas e a empresas de pequeno porte, no âmbito do programa Pronampe.

No que tange à economia gaúcha, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul divulgou em dezembro, mediante a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Economia e Estatística, a estimativa do PIB do RS no terceiro trimestre de 2020, a qual mostrou que o referido indicador cresceu 12,9% no citado trimestre, em comparação com o trimestre anterior. Mas, na comparação com igual período de 2019, a queda foi de -4,1%. No acumulado de janeiro a setembro de 2020, a queda no PIB do RS chega a -8,6%, contra -5,0% do Brasil. No acumulado nos últimos quatro trimestres, contra os quatro trimestres imediatamente anteriores, o PIB do RS apresentou retração de -6,6%, contra uma queda de -3,4% no Brasil. Nessa base de comparação, a agropecuária teve queda de -26,7% (causada também por forte estiagem), a indústria, de -7,6%, e os serviços, de -3,6%.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO

As diretrizes que irão orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2019-2022, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autoestima, que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social.

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Sustentável;
- Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Empreendedor;
- Sociedade com Qualidade de Vida.

O Badesul, na qualidade de Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, é uma Instituição de apoio à execução das diretrizes estratégicas e das prioridades de desenvolvimento pautadas pelo Governo do Estado para a economia gaúcha.

Os instrumentos mobilizados pelo Badesul para tal fim são os produtos e serviços que definem as suas áreas de negócios.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828, de 02/04/2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes.

- a) Crédito Empresarial:** Empresas Industriais e de Serviços.
- b) Crédito Público:** Prefeituras Municipais.
- c) Crédito Rural:** Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) Crédito à Inovação:** Empresas Inovadoras.
- e) Participações:** Fundos de Investimento Privados.
- f) Serviços:** Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Desembolsadas

Os valores dos desembolsos de crédito e integralizações em fundos efetuados no exercício de 2020 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Liberadas e de Participações Integralizadas pelo Badesul por Áreas de Negócios.

Valores em R\$ mil nominais.

	Valor 2020	Valor 2019	Variação %
Badesul – Áreas de Negócios			
Rural e Agroindustrial	105.505	96.592	9,23
Empresarial	201.106	123.099	63,37
Fomento Público	141.161	112.301	25,70
Total Operações Crédito	447.772	331.991	34,87
Integralizações	3.060	2.970	3,03
Total Geral	450.832	334.961	34,59

Fonte: Badesul.

Destaques Operacionais

- *Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.* As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos no ano de 2020 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul.

Valores em R\$ mil.

Região do COREDE	Principal Município	Valores em R\$ mil	
		2020	2019
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	52.278	26.279
Vale do Cai	Montenegro	34.228	21.032
Hortências	Nova Petrópolis	33.889	28.508
Missões	Santo Ângelo	33.058	30.928
Serra	Caxias do Sul	30.878	26.174
Noroeste Colonial	Ijuí	25.560	19.681
Fronteira Oeste	Uruguaiana	23.725	25.660
Produção	Passo Fundo	20.652	4.654
Vale do Taquari	Lajeado	19.324	16.150
Fronteira Noroeste	Santa Rosa	19.011	194
Total Parcial		155.168	132.733
Total Geral		447.772	331.991

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante o desembolso de R\$ 141,1 milhões em 2020, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

Alavancagem da Infraestrutura Estadual. O Badesul desembolsou R\$ 45 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou 2020 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2 bilhões, correspondente a 5.565 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.357 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 89,1% do valor do Saldo de Operações de Crédito Ativas registrado pelo BADESUL ao final do ano de 2020 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2020, o valor de R\$ R\$ 743 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 412,5 milhões ao final deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados ou a liberar, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

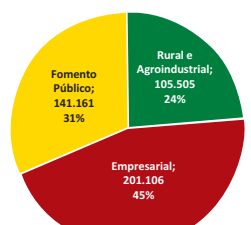
Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 28 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Resultado

O resultado da Instituição apresentou-se positivo neste ano de 2020 em R\$ 13,1 milhões.

Operações Liberadas em 2020

(Em milhares de reais)



Continua



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - (Em Milhares de Reais)

ATIVO		2020	2019
Circulante		1.057.741	1.053.891
Disponibilidades (Nota 4)		1.247	489
Títulos e valores mobiliários		574.275	577.248
Carteira própria (Nota 5)		574.275	577.248
Operações de crédito (Nota 6)		386.963	410.776
Operações de crédito		418.985	446.557
Setor público		70.858	58.411
Setor privado		348.127	388.146
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(32.022)	(35.781)
Outros créditos		94.486	56.568
Rendas a receber (Nota 8)		6.149	5.556
Diversos		88.337	51.012
Adiantamento e antecipações salariais		235	113
Adiantamento por nossa conta		16	5
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)		86.164	48.817
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)		-	574
Impostos e contribuições a compensar (Nota 11)		1.134	72
Pagamentos a ressarcir		555	1.257
Devedores diversos no país		133	180
Títulos e Créditos a Receber		99	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		-	(6)
Outros valores e bens (Nota 7)		770	8.810
Investimentos Temporários		401	-
Bens não de uso próprio		-	8.679
Material em estoque		156	129
Despesas antecipadas		213	2
Realizável a longo prazo		1.576.708	1.587.668
Títulos e valores mobiliários		22.986	16.680
Carteira própria (Nota 5)		22.986	16.680
Operações de crédito (Nota 6)		1.394.528	1.368.743
Operações de crédito		1.531.868	1.551.512
Setor público		204.890	145.849
Setor privado		1.326.978	1.405.663
Provisão para operações de crédito e liquidação duvidosa		(137.340)	(182.769)
Outros créditos		159.194	202.245
Rendas a receber (Nota 8)		1	58
Diversos		159.193	202.187
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)		139.684	171.923
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15d)		19.509	30.264
Permanente		26.146	27.321
Imobilizado de uso (Nota 12a)		25.757	26.826
Imóveis de uso		35.074	35.074
Outras imobilizações de uso		7.249	7.249
Depreciação acumulada		(16.566)	(15.497)
Intangível (Nota 12b)		389	495
Outros ativos intangíveis		559	553
Amortização acumulada de outros ativos intangíveis		(170)	(58)
Total do Ativo		<u>2.660.595</u>	<u>2.668.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2020	Exercício 2020	2º Semestre 2019	Exercício 2019
Receitas da Intermediação financeira	129.740	230.079	144.647	284.412
Operações de crédito	128.341	216.664	127.588	246.893
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.399	13.415	17.059	37.519
Despesas da intermediação financeira	(82.620)	(157.960)	(89.649)	(172.558)
Operações de empréstimos e repasses	(29.309)	(62.526)	(33.193)	(70.700)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(53.311)	(95.434)	(56.456)	(101.858)
Resultado bruto da intermediação financeira	47.120	72.119	54.998	111.854
Outras receitas e despesas operacionais	(30.364)	(56.140)	(25.697)	(42.599)
Receitas da prestação de serviços	2.129	4.331	5.674	10.002
Rendas de tarifas bancárias	306	931	731	1.546
Despesas de pessoal	(16.929)	(32.730)	(18.812)	(35.426)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(8.488)	(16.622)	(8.643)	(15.977)
Despesas tributárias	(2.705)	(5.236)	(4.070)	(7.379)
Outras receitas operacionais (Nota 24)	2.282	3.604	8.633	18.438
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(6.959)	(10.418)	(9.210)	(13.803)
Resultado operacional	16.756	15.979	29.301	69.255
Resultado não operacional	(78)	(53)	186	274
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	16.678	15.926	29.487	69.529
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 22)	897	(77)	(22.970)	(38.394)
Provisão para imposto de renda	5.704	(1.930)	2.850	(6.674)
Provisão para contribuição social	4.167	(1.566)	1.717	(4.145)
Ativo fiscal diferido	(8.974)	3.419	(27.537)	(27.575)
Participações estatutárias no lucro	(2.758)	(2.758)	(3.024)	(3.024)
Lucro líquido do período	14.817	13.091	3.493	28.111
Nº de Ações (Em milhares)	756.343	756.343	756.343	756.343
Lucro por Ação - R\$	19.59	17.31	4.62	37.17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - (Em Milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Legal	Reservas especiais - outras	(Prejuízos) Acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	756.343	-	-	(44.444)	(3.054)	708.845
Lucro	-	-	-	28.113	-	28.113
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do exercício	-	-	-	28.113	(4.094)	24.019
Saldos em 01 de julho de 2019	756.343	-	-	(19.824)	(3.054)	733.465
Lucro	-	-	-	3.493	-	3.493
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do exercício	-	-	-	3.493	(4.094)	(601)
Saldos em 01 de janeiro de 2020	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Lucro	-	-	-	13.091	-	13.091
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	(2.924)	(2.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	756.343	-	-	(3.240)	(10.072)	743.031
Mutações do exercício	-	-	-	13.091	(2.924)	10.167
Saldos em 01 de julho de 2020	756.343	-	-	(18.056)	(6.553)	731.734
Lucro	-	-	-	14.817	-	14.817
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	(3.519)	(3.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	756.343	-	-	(3.239)	(10.072)	743.032
Mutações do exercício	-	-	-	14.817	(3.519)	11.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020 - (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2020	Exercício 2020	2º Semestre 2019	Exercício 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações	16.678	15.926	29.486	69.530
Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do período	60.678	105.966	58.809	102.439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.311	95.440	55.615	100.332
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(6)	843	1.526
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	2.960	3.428	723	1.399
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios	437	912	(1.395)	(1.151)
Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes	5.089	7.214	4.884	3.173
Baixa de ativos	-	-	2	2
(Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas	(1.701)	(2.204)	(2.513)	(4.220)
Depreciação	582	1.182	650	1.378
Resultado do período ajustado	77.356	121.892	88.295	171.969
Variações nos ativos e obrigações	(76.193)	(121.125)	(89.377)	(171.513)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	8.458	(6.761)	80.192	105.941
Redução em operações de crédito	(75.745)	(97.411)	(14.632)	100.366
(Aumento) em outros créditos	3.554	10.948	(5.420)	(5.037)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	8.049	8.040	(8.463)	(8.479)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	80.841	150.486	(15.698)	(28.031)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(97.074)	(175.774)	(120.836)	(327.511)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.276)	(10.653)	(4.520)	(8.762)
Fluxo de Caixa líquido das atividades operacionais	1.163	767	(1.082)	456
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição do imobilizado de uso	(3)	(3)	(221)	(440)
Baixa de imobilizado de uso	-	(6)	-	-
Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento	(3)	(9)	(221)	(440)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.160	758	(1.303)	16
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87	489	1.792	473
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.247	1.247	489	489
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.160	758	(1.303)	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 - (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2020	Exercício 2020	2º Semestre 2019	Exercício 2019
Lucro líquido do exercício	14.817	13.091	3.493	28.111
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de avaliação atuarial	(2.924)	(3.519)	(4.094)	(4.094)
Total do resultado abrangente	11.863	9.572	(601)	24.017

Nota: A Demonstração do Resultado Abrangente no semestre findo em 2020 apresentou outros resultados abrangentes referente a ajuste de crédito tributário sob passivo atuarial. Vide nota 9c.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

a. Contexto operacional - Situação Covid

A administração do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos para dar continuidade a seus negócios mesmo em regime de teletrabalho. Apesar do desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Badesul possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

A gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2021 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.697 de 24 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como *rating* "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.697, de 24 de fevereiro de 2000.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN n.º 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

A Resolução CMN n.º 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada.

As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 20% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes devem ser revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social até março de 2020 e a partir dessa data o percentual de 20% e imposto de renda o percentual de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. No exercício de 2019, a alíquota de contribuição social aplicada era de 15%.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e de contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular n.º 3.171, emitida pelo BACEN em 30 de dezembro de 2002, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

l. Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBSS – Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 17, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC n.º 33 (R1) recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução do CMN n.º 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, recepcionado pelo Banco Central do Brasil por meio da edição da Resolução CMN n.º 3.823 em 16 de dezembro de 2009. Os principais critérios adotados são os seguintes:

(i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	12-2020	12-2019
Caixa	4	5
Depósitos bancários	1.243	484
Total	1.247	489

5. Títulos e valores mobiliários

a. Carteira própria - Composição

A carteira de aplicações em letras financeiras do tesouro e em fundos de renda fixa é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (BANRISUL).

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 13.320 mil (R\$ 6.491 em dezembro de 2019) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 18. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 27b.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	12-2019	2020	12-2019
Letras Financeiras do Tesouro	446.574	558.931	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	128.294	16.886	-	-
Cotas de Fundos em Participações (i)	2.013	1.460	22.986	16.680
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(2.606)	(29)	-	-
Total	574.275	577.248	22.986	16.680

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31/12/2020 essas aplicações estavam assim compostas:

	Instituição	Quantidade de Cotas Subscritas	Quantidade de Cotas Integralizadas	Saldo Contábil
Fundo	Administradora			
CRP empreendedor	CRP Companhia de Participações	10.000	5.556	12.409
CRIATEC II	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	8.735	5.666
CRIATEC III	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	5.623	4.685
FIP ANJO	BRL Trust Distrib. S.A	5.000	282	226
Total		35.000	20.196	22.986

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2020		12-2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	443.968	443.968	558.902	558.930
Cotas de Fundos de Renda Fixa	130.307	130.307	18.345	18.345
Cotas de Fundos em Participações	22.986	22.986	16.680	16.680
Total	597.261	597.261	593.927	593.955

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6. Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	12-2019	2020	12-2019
Empréstimos	11.533	11.639	65.725	35.169
Financiamentos	161.213	189.927	630.666	679.604
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	176.456	189.351	632.111	694.725
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	69.783	55.640	203.366	142.014
Total	418.985	446.557	1.531.868	1.551.512

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2020	12-2019
Vencidos	8.488	19.606
Até 60 dias	4.182	9.326
De 61 a 180 dias	2.138	6.524
Acima de 180 dias	2.168	3.756
Vincendas	1.942.365	1.978.463
Até 180 dias	196.811	210.206
De 181 a 360 dias	213.686	216.745
Acima de 360 dias	1.531.868	1.551.512
Total	1.950.853	1.998.069

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2020	12-2019
Setor Público Municipal	275.748	204.260
Administração Direta	273.149	201.309
Outros Serviços	2.599	2.951
Setor Privado	1.675.105	1.793.809
Pessoa Física	28.107	21.625
Indústria	444.143	500.225
Comércio	75.895	84.051
Outros Serviços	318.393	303.832
Rurais	808.567	884.076
Total	1.950.853	1.998.069



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
 Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
 Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classificação nível de risco	2020		2020	
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN	
	Valor	%	Valor	%
AA	297.179	15,23	-	-
A	568.632	29,15	2.843	0,5
B	560.658	28,73	5.607	1,0
C	288.327	14,78	8.650	3,0
D	68.838	3,53	6.884	10,0
E	17.390	0,89	5.217	30,0
F	6.938	0,36	3.469	50,0
G	20.661	1,06	14.463	70,0
H	122.230	6,27	122.230	100,0
Total	1.950.853	100,00	169.363	-

Classificação nível de risco	2019		2019	
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN	
	Valor	%	Valor	%
AA	419.874	21,01	-	-
A	549.221	27,49	2.746	0,5
B	522.855	26,16	5.229	1,0
C	203.119	10,17	6.094	3,0
D	71.414	3,57	7.141	10,0
E	29.930	1,50	8.979	30,0
F	9.980	0,50	4.990	50,0
G	27.685	1,39	19.380	70,0
H	163.991	8,21	163.991	100,0
Total	1.998.069	100,00	218.550	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações ativas existentes na data base destas demonstrações financeiras com provisionamento de valor equivalente ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50.000,00 são avaliadas periodicamente e têm seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50.000,00 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	12-2019
Saldo Inicial	218.550	273.661
Adições / (Reversões) líquidas	95.440	100.332
Baixa por transferência a prejuízo	(144.628)	(155.443)
Saldo Final	169.362	218.550

Em 31 de dezembro de 2020o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 8,68% (10,94% em dezembro de 2019).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2020		12 -2019	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	33.450	1,71	38.666	1,94
10 maiores seguintes	231.607	11,87	216.154	10,82
20 maiores seguintes	243.612	12,49	249.379	12,48
Demais	1.442.184	73,93	1.493.870	74,76
Total	1.950.853	100,00	1.998.069	100,00

g. Garantias

O Badesul detém, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas-parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2020 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 144.628 (R\$ 155.433 em 2019), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

7. Outros Valores e Bens

	2020	12- 2019
Bens não de uso próprio imóvel	-	8.679
Material em estoque	156	129
Despesa antecipada	213	2
Investimentos Temporários	401	-
Total	770	8.810

O Badesul possui Ativos não-circulantes classificados como Bens Não de Uso Próprio em que o valor mais relevante se refere a adjudicação de imóvel no bojo do processo de execução dos avalistas de uma operação em que a tomadora principal entrou em Recuperação Judicial. O Badesul prosseguiu a cobrança judicial da empresa avalista (interveniente hipotecante). Após penhora e avaliação do bem imóvel garantidor, o Badesul entendeu conveniente e oportuno a adjudicação do imóvel. Em 2020, foi realizada a venda do referido bem.

8. Rendas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	12-2019	2020	12-2019
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança	14	36	1	58
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	6.135	5.520	-	-
Total	6.149	5.556	1	58

9. Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Estão reconhecidos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas decorrentes de garantias financeiras prestadas, todas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido à incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, alterada

pela Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006, e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total	
	2020	12-2019	2020	12-2019	2020	12-2019
	2020	12-2019	2020	12-2019	2020	12-2019
Ativo fiscal diferido - IRPJ	47.869	30.511	77.602	107.451	125.471	137.962
Ativo fiscal diferido - CSLL	38.295	18.306	62.082	64.472	100.377	82.778
Total	86.164	48.817	139.684	171.923	225.848	220.740

Os créditos tributários diferidos, apresentados em 31 de dezembro de 2020, são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre as diferenças temporárias da seguinte forma: 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 20% para o período a partir do exercício de março de 2020.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

Diferenças Temporárias	2020		2020	
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL	
	2020	12-2019	2020	12-2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	313.217	78.304	62.643	
Rendas de atraso	118.168	29.542	23.635	
Provisão para perdas com ações trabalhistas	52.422	13.106	10.484	
Provisão para passivos atuariais	17.497	4.374	3.499	
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	580	145	116	
Total	501.884	125.471	100.377	

Diferenças Temporárias	12-2019		12-2019	
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL	
	2020	12-2019	2020	12-2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	354.272	88.567	53.142	
Rendas de atraso	121.885	30.470	18.283	
Provisão para perdas com ações trabalhistas	58.890	14.722	8.833	
Provisão para passivos atuariais	14.078	3.520	2.112	
Provisão para perdas com garantias financeiras prestadas	2.726	682	409	
Total	551.851	137.961	82.779	

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2020/1º Sem.			2019
	IRPJ	CSLL	Total	
Saldo Inicial	137.963	82.777	220.740	245.586
Adições	-	-	-	-
- Resultado	1.222	22.206	23.428	16.689
- Patrimônio Líquido	607	1.081	1.688	2.730
Exclusões/ Baixas	-	-	-	-
- Resultado	(14.321)	(5.688)	(20.009)	(44.265)
Total	125.471	100.377	225.848	220.740

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de Realização	2020			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2021	191.184	47.797	38.237	86.034
2022	130.408	32.602	26.082	58.684
2023	66.261	16.565	13.252	29.817
Acima de 2024	305.215	76.304	61.043	137.347
Total	693.068	173.268	138.614	311.882

Ano de Realização	12-2019			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2020	122.043	30.511	18.306	48.817
2021	177.886	44.472	26.683	71.155
2022	89.029	22.257	13.354	35.611
2023	30.679	7.669	4.603	12.272
Acima de 2024	132.214	33.052	19.833	52.885
Total	551.851	137.961	82.779	220.740

(*) Valores projetados para realização ao longo do segundo semestre.

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,14% a.a. em 31/12/2020, está representado por R\$ 101.085 (R\$ 128.295 em dezembro de 2019) referentes ao imposto de renda e R\$ 80.868 (R\$ 76.977 em dezembro de 2019) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2020, R\$ 19.126 (R\$ 194 em 2019) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 15.302 (R\$ 116 em 2019) relativos à Contribuição Social.

10. Devedores por compra de valores e bens

Composição do saldo

O saldo apresentado ao final do semestre refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	12-2019	2020	2019
evedores por Compra de Valores e Bens	0	574	-	-
(-) Provisão para Devedores por Compra de Valores e Bens	-	(6)	-	-
Total	0	568	-	-

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo Inicial	6	8
Adições / (Reversões) líquidas	(6)	(2)
Baixa por transferência a prejuízo	-	-
Total	-	6

11. Impostos e contribuições a compensar

	2020	2019
ISS não compensado no próprio período	994	72
CSLL não compensada no próprio período	140	-
Total	1.134	72

12. Imobilizado de uso

a. Composição

Em 31 de dezembro de 2020 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	2020		2020		12-2019	
	Taxa de depreciação % ao ano	Depreciação Acumulada/ Impairment	Custo	Valor líquido	Valor líquido	
	2020	12-2019	2020	12-2019	2020	12-2019
Imóveis de uso (i)	3,33	35.074	(9.418)	25.656	26.643	
Instalações, móveis e equipamentos	10	3.956	(3.923)	33	83	
Sistema de processamento de dados	20	2.870	(2.823)	47	90	
Outros	10	3246	(3225)	21	-	
Total	-	45.146	(19.389)	25.757	26.826	

b. Intangível

	2020		2020		12-2019	
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido	Valor líquido
	2020	12-2019	2020	12-2019	2020	12-2019
Intangível	20	495	6	(112)	389	495
Total	-	495	6	(112)	389	495

c. Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31/12/2020, possui os seguintes contratos de seguros:

Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreio, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, vendáveis, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$ 40.000; um contrato de seguro automotivo com a MAPFRE SEGUROS para um veículo Fiat Uno, ano 1998, Placa IHI3316, de uso de serviço, cuja cobertura monta 100% tabela FIPE; um veículo de representação locado, para uso da Presidência, que já inclui no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

13. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que tem vencimentos semestrais e anuais.

Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses, na data base de 31/12/2020, são:

(a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano até 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, DÓLAR, CESTA DE MOEDAS, SELIC, TR, IPCA, IPCA-M e INPC), e,

(b) nas operações pré-fixadas de 0,50% ao ano até 14,24% ao ano.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2020				Acima de 12 meses	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Total	meses	Obrigações
BNDES	41.991	128.546	170.537	771.890	942.427	
CEF	563	1.749	2.312	19.355	21.667	
FINAME	39.696	147.828	187.524	392.137	579.661	
FINEP	1.155	5.434	6.589	30.803	37.392	



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2020 existiam 70 ações (62 ações em 2019) envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 28.070 (R\$ 20.781 em 2019).

b. Ações cíveis

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis, cuja probabilidade de perda é classifi cada como possível. Em 31 de Dezembro de 2020 existiam 149 ações (159 em 2019) e valor do risco possível envolvido como sendo de R\$ 51.579 (R\$ 126.396 em 2019).

c. Ações fiscais

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e a COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 104.446.749, em 31/12/2020. Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões. Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevaleceu o voto médio do Des. Sebastião Ogê Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima noticiado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração até o dia 1º de julho de 2019. Após o desacolhimento dos referidos embargos de declaração, o Badesul interpôs recursos especial e extraordinário, ao passo que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial. Ainda não foi proferido juízo de admissibilidade de tais recursos.

d. Devedores por depósitos em garantia

	2020	12-2019
Ações cíveis	183	272
Ações trabalhistas	19.326	29.992
Total	19.509	30.264

16. Provisão para garantias financeiras prestadas

	2020			
Natureza	Saldo Inicial	Baixas/ Adições	Saldo Reversões	Final
Provisão p/ perda com garantias financeiras prestadas (notas 24i/27a)	2.872	10	(2.214)	668
Total	2.872	10	(2.214)	668

	2019			
Natureza	Saldo Inicial	Baixas/ Adições	Saldo Reversões	Final
Provisão p/ perda com garantias financeiras prestadas (notas 24i/27a)	7.091	4.992	(9.212)	2.871
Total	7.091	4.992	(9.212)	2.871

* Este assunto está regulamentado pela Resolução CMN nº 4.512/16. Em 2017 ocorreu ajuste no plano de contas para atendimento ao disposto na Carta Circular BACEN nº 3.782, emitida em 19/09/2016, alterando a nomenclatura da rubrica e o grupo de aglutinação.

17. Passivos atuariais

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2020	2019	2020	2019
Passivo c/plano de previdência complementar (c)	-	-	15.586	10.449
Passivo c/planos de saúde (d)	-	-	2.843	2.533
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*)	390	314	1.342	1.531
Total	390	314	19.771	14.513

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

a. Composição do passivo atuarial líquido

As avaliações atuariais são realizadas anualmente, exceto quando ocorrem fatos relevantes que exijam esse procedimento em período intermediário. A última avaliação atuarial realizada pelo Badesul teve como data base 31/12/2020. A seguir está demonstrada a composição do passivo atuarial líquido, cujas informações foram extraídas do laudo atuarial data base 31/12/20 conforme citado anteriormente.

Plano de Previdência Complementar

	PB1 (c.i)	Saldado (c.ii)	FBPREV I (c.iii)	FBPREV II (c.iv)	FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio aposentadoria (e)
Exercício de 2019							
Movimentação da Posição Líquida	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20	31/12/20
Obrigações atuariais apuradas	18.377	14.671	360.914	19.735	3.091	7.285	1.732
Valor justo dos ativos do plano	(11.454)	(11.878)	(340)	(14.646)	(3.153)	(4.442)	-
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	6.935	2.793	21	5.089	748	2.843	1.732
Passivo atuarial líquido	6.935	2.793	21	5.089	748	2.843	1.732

Plano de Previdência Complementar

	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Exercício de 2019							
Movimentação da Posição Líquida	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19
Obrigações atuariais apuradas	18.377	14.483	505	18.439	3.692	6.340	1.845
Valor justo dos ativos do plano	(12.299)	(12.222)	(384)	(16.914)	(3.228)	(3.807)	-
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845
Passivo atuarial líquido	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845

b. Plano previdenciário complementar

O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

(i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea dos participantes e assistidos conforme esclarecido no item "a" dessa nota. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPREV II). Permanecem neste Plano 12 aposentados e 2 assistidos pensionista.

(ii) Plano de Benefícios Saldado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldado, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 2 participantes ativos e 7 aposentados.

(iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este Plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano, os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste Plano 70 participantes ativos e 1 aposentado ou pensionista.

(iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste Plano 27 participantes ativos, 33 aposentados e 2 pensionista.

(v) Plano de Benefício FBPREV III: Esse plano é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós emprego com participantes na fase de inatividade e na cobertura dos benefícios de risco para os participantes em atividade. Os benefícios e institutos oferecidos são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, auxílio funeral, benefício mínimo, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. São beneficiários desse plano 1 participante ativo, 7 aposentados e 3 pensionistas.

c. Plano de saúde

O plano de saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/ CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

d. Prêmio por aposentadoria

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento de pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por meio de sucessão trabalhista ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa.

e. Principais premissas

As principais premissas econômico-financeiras e demográficas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Premissas econômico-financeiras

(i) Para planos de previdência complementar

	Plano PB1 (c.i)		Plano Saldado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III (c.v)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Premissas/Planos										
Taxa real de desconto atuarial	3,36%	3,23%	3,58%	3,23%	3,00%	3,09%	3,36%	3,17%	3,09%	3,13%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	3,36%	3,23%	3,58%	3,23%	3,00%	3,09%	3,36%	3,17%	3,09%	3,13%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,06%	3,04%	0,00%	0,00%	4,61%	6,46%	3,56%	4,28%	3,52%	3,35%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,30%	0,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidades sobre os benefícios	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,32%	3,60%	3,32%	3,60%	3,32%	3,60%	3,32%	3,60%	3,37%	3,60%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic por sexo (M/F)		AT-2000 Basic por sexo (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)		AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	
Tábua de mortalidade inválidos	50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)		50% RRB - 83 (-50%)	
Entrada em invalidez	Light Forte (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Fraca (-60%)		Light Média	
Taxa anual de rotatividade	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,10)		Não Utilizada		Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,01)		Experiência Willis Towers Watson			
Composição familiar participantes ativos	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	
Duration	2020	2019								
Plano PB1	10,37 anos	10,76 anos								
Plano Saldado	12,73 anos	10,72 anos								
Plano FBPREV I	8,47 anos	8,44 anos								
Plano FBPREV II	9,57 anos	9,63 anos								
Plano FBPREV III *	9,57 anos	9,22 anos								

* Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2019. A premissa de inflação adotada em todos os planos de 3,6% a.a. reflete a mediana da expectativa de IPCA para o ano de 2019, conforme relatório FOCUS publicado pelo BACEN em dezembro de 2019.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
 Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
 Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

(ii) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria
 Premissas Econômica-Financeiras
 (ii) Para planos de saúde e prêmio aposentadoria

Premissas/Planos	Plano de Saúde (d)		Prêmio por aposentadoria (e)	
	2020	2019	2020	2019
Taxa real de desconto atuarial	3,80%	3,42%	0,35%	0,35%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	3,80%	3,42%	0,35%	0,35%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,61%	4,28%	4,28%	4,28%
HCCTR	3,50%	3,50%		
Fator de capacidades sobre os benefícios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	3,32%	3,60%	3,60%	3,60%
	AT-2000 Basic (-30%)		AT-2000 suavizada por sexo em 10% (M/F)	
Tábua de mortalidade geral				
Tábua de mortalidade inválidos	RRB - 83 (-50%)		RRB - 83 (-50%)	
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas (-70%)		Light Forte (-50%)	
	Experiência Willis Towers Watson Modificada (-0,004)			
Taxa anual de rotatividade			Não Utilizado	
Composição familiar	Família Efetiva cadastro		Não Utilizado	

Duration	2020	2019
	15,09 anos	13,83 anos
Plano de saúde		
Prêmio por aposentadoria	0,76 anos	1,02 anos

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

* * Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, a Duration do Prêmio Aposentadoria é calculada com base nos empregados com risco não iminente de aposentadoria. Para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2020.

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2017 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregador vinculados a cada uma. Para cada exercício, os valores de despesas (receitas) esperados são calculados pelas projeções das variações das obrigações atuariais. Os valores são analisados ao encerramento de cada exercício, quando será apurado novamente se as projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais.

Premissas Econômica-Financeiras

(iii) Planos de saúde - custo assistencial

	Plano de Saúde (d)	
	2020	2019
Custo médio PAMES (PAM027)	4,94	4,94
Custo médio PAMpa (PAM019)	0,59	0,59
Custo FAR200: conforme tabela abaixo	-	-

* Valores em mil

Faixa Etária	Custo Médio (Em Reais).	
	2020	2019
0 a 17 anos	0,00	0,00
18 a 29 anos	0,04	0,04
30 a 39 anos	0,11	0,11
40 a 49 anos	0,24	0,24
50 a 59 anos	0,69	0,69
60 a 69 anos	0,84	0,84
70 anos ou +	0,73	0,73

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

** Valores em mil

18. Credores diversos

	2020	12-2019
Financiamentos a liberar para clientes dos fundos administrados (*)	12.619	6.491
Financiamentos a liberar com recursos de fundos públicos federais (**)	172.155	42.341
Cobrança (valores a processar)	323	278
Recebimento dos fundos administrados (*)	729	1.130
Fornecedores	809	1.117
Outras	306	559
Total	186.941	28.957

(*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 27b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

(**) Recursos do FUNGETUR.

19. Patrimônio líquido

f. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2019), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no país.

g. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da

assembleia geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificada da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Não houve registro de JSCP no período correspondente a essas demonstrações.

i. Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de remensurações atuariais e respectivos efeitos tributários.

20. Capital regulamentar

A Resolução CMN 4.193 consolidada com suas alterações até a data de fechamento deste exercício, consoante com as diretrizes do acordo de capital - Basileia III, estabeleceu índices mínimos de exigência de capital principal e adicional para a relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA). Atualmente, o índice mínimo para capital principal é de 8,00%. Devem-se somar ao índice mínimo os adicionais de capital: ACP conservação 1,25% e ACP contracíclico 2,50%. O ACP sistêmico não é exigido para as agências de fomento, logo não se aplica ao Badesul. Em março de 2019, o Badesul alterou o cálculo do ACP contracíclico trocando a forma definida no art. 2º § 10º da Circular 3.769 por aquela definida no caput do mesmo artigo. O Comunicado 35.761 estabeleceu como 0% o valor do ACCPBrasil, o que resulta em um ACP contracíclico de valor nulo.

	2020
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco de crédito	2.235.677
de mercado	4.140
operacional	231.245
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.471.062
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	582.007
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	197.685
ACP conservação	30.888
ACP contracíclico	-
IRRBB	56.104
Margem	297.330
Índice de Basileia	23,55%

	2019
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco de crédito	2.355.354
de mercado	8.650
operacional	277.139
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.641.144
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	576.575
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	211.291
ACP conservação	66.029
ACP contracíclico	-
IRRBB	57.152
Margem	242.103
Índice de Basileia	21,83%

21. Imposto de renda e contribuição social

	Exercício 2020	Exercício 2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	15.926	69.531
Participações no lucro	(2.758)	(3.024)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(5.026)	(38.875)
Diferenças temporárias	(9.867)	(39.003)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.112)	(51.807)
Rendas a apropriar em atraso	(12.216)	18.846
Rendas decorrentes de ganhos em renegociações	(518)	2.264
Provisão para contingências	8.307	(6.294)
Outras provisões	(4.724)	(1.655)
Depreciação	4.396	(357)
Diferenças permanentes	(357)	128
Despesas não dedutíveis	45	128
Base de cálculo do IR e CS	8.142	27.632
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k)	(3.611)	(11.057)
Incentivos Fiscais	115	238
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	(3.496)	(10.819)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9)	3.419	(27.575)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	(77)	(38.394)

22. Outras despesas administrativas

	2020	2019
Água, energia e gás	699	896
Comunicação	186	169
Manutenção e conservação de bens	1.149	1.200
Processamento de dados	6.756	5.223
Publicidade e propaganda	1.142	1.443
Serviços do sistema financeiro	650	788
Serviços de terceiros	1.350	1.329
Serviços técnicos especializados	1.182	1.007
Transporte	11	33
Viagem	41	361
Emolumentos cartoriais	151	247
Depreciação e amortização	1.182	1.378
Despesa de cobrança	848	
Outras	1.275	1.903
Total	16.622	15.977

23. Outras receitas Operacionais

	2020	2019
Recuperação de encargos e despesas	240	297
Reversão provisão p/planos de benefícios pós-emprego	2.380	
Reversão de provisão contingência trabalhista	2.800	
Reversão de provisão contingência civil	32	1.027
Reversão de provisão para perda com garantias financeiras prestadas	2.214	9.213
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	559	1.141
Reversão provisão FGI	-	
Honorários de sucumbência	559	1.524
Outras	57	
Total	3.604	18.439

(i) Até 30/06/2016, em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, era reconhecida provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que havia adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo a mesma ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo. Em 2017 foi realizada reversão da provisão,

mantendo a partir de então, contabilizado somente montante classificado como de perda provável.

24. Outras despesas operacionais

	2020	2019
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	911	1.228
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas e civil	6.355	4.832
Despesa com provisão p/contingências civil	858	1.142
Despesa com provisão p/perda com coobrigações	10	6.215
Outras	2.284	386
Total	10.418	13.803

É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide nota 27a.

25. Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, alta gerência e assessores do Badesul.

	2020	
	(Direitos) Obrigações	Receitas Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 27b)	(6.135)	3.652 -
Contratação de serviços especializados	239	- 243
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	- 780
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(55)	- -
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	-	- 57.145
Outros valores a ressarcir	(498)	- -

	2019	
	(Direitos) Obrigações	Receitas Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 29b)	(5.520)	8.858 -
Contratação de serviços especializados	307	- 585
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	- 8.265
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(27)	- -
Despesa de pessoal - funcionários adidos	29	- 329
Outros valores a ressarcir	(1.228)	- -
FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**)	-	- 2.190
CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**)	-	- 1.069

(*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores).

26. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição em um processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no sítio www.badesul.com.br.

A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

j. Risco de mercado

A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

k. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

l. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWA_{OPAD} serve como fator de monitoramento deste risco.

m. Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem, para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária).

Continua



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

n. Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente. Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

o. Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras, decorrentes de danos socioambientais, que, por sua vez, são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

27. Compromissos e responsabilidades

p. Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos

contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 está representado por R\$ 2.897 (R\$ 18.226 em 2019).

q. Gestão de recursos de fundos de desenvolvimento do Estado do RS

O Badesul, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2020, representam o montante de R\$ 1.708.320 (R\$ 2.833.930 em 2019). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no ano R\$ 3.652 (R\$ 8.858 em 2019).

28. Outras Informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal) apurado antes da modificação e publicação da referida lei, que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.

29. Eventos Subsequentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 24, que versa sobre eventos ocorridos entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, informamos que o Badesul realizou a venda de ativos classificados como Bens Não de Uso Próprio.

DIRETORIA EXECUTIVA

Jeanette Halmenschlager Lontra
Diretora-Presidente

José Claudio Silva dos Santos
Diretor Vice-Presidente

Kalil Sehbe Neto
Diretor Financeiro

Flavio Luiz Lammel
Diretor de Operações e Inovação

Renata Freire Pinto
Contadora CRC/RS 083187/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2020 e exercício de 2020, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todos comparativos ao exercício de 2019. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

Ana Beatriz Maia Rodrigues de Barros,
Presidente.

Claudia Redin Patel,
Vice-Presidente.

Antônio Guido Classmann,
Conselheiro Fiscal Efetivo

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S – e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2020, todos comparativos ao segundo semestre e exercício de 2019.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

Ricardo Englert,
Presidente.

Luiz Fernando Rodriguez Junior,
Vice-Presidente.

Elias Graziottin Rigon,
Conselheiro.

Ernani José Althaus,
Conselheiro.

Hermenegildo Fração Junior,
Conselheiro.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do COMITÊ DE AUDITORIA do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S – e nos esclarecimentos prestados pela equipe técnica, analisaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2020, todos comparativos ao segundo semestre e exercício de 2019.

Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do Comitê encaminharam seu parecer ao Conselho de Administração, recomendando a aprovação das referidas Demonstrações.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2021.

Jorge Steyer,
Coordenador.

Adriane Laste

Aline Brião do Amaral

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos administradores do

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação COVID

Chamamos a atenção à nota explicativa 1, letra "a" – SITUAÇÃO COVID, de que a administração do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos para dar continuidade a seus negócios mesmo em regime de teletrabalho. Apesar do desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Badesul possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. A gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias. Nossa opinião não contém modificação em razão desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas nº 3 ("d" e "e") e 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com o julgamento da Administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação as operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avallamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avallamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avallamos, com base em amostragem, se

o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas n.º 3 ("k") e 9, o Badesul possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias, cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração e aprovado por seu Conselho de Administração. Para elaboração da projeção de resultados, a Administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil, em vigor, quanto a elaboração do estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando as mesmas constatações na Resolução CMN nº 3.509/2002 e na Circular BCB nº 3.171/2002. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico



**Empresa Gaúcha
de Rodovias
EGR**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020



Para o Rio Grande ir mais longe.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Disponível		62.756	56.645
Relizável a curto prazo	NOTA 4	54.297	48.027
Arrecadação das praças		8.459	8.618
Outros valores a receber		8.320	8.484
		139	134
Ativo não Circulante		156.187	144.179
Relizável a longo prazo		40.398	34.521
Créditos e valores	NOTA 6	3	3
Impostos a recuperar	NOTA 5	15.458	12.975
Depósitos judiciais	NOTA 7	24.901	21.508
Outros créditos		36	36
Imobilizado	NOTA 8	2.026	1.730
Intangível	NOTA 8	113.763	107.928
TOTAL DO ATIVO		218.943	200.825



PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		103.312	91.223
Obrigações trabalhistas		1.131	1.193
Fornecedores	NOTA 9	18.600	16.574
Obrigações fiscais		79.754	72.289
Tributos e contribuições federais	NOTA 10	3.258	3.103
Tributos municipais	NOTA 11	69.245	59.184
Outras obrigações a pagar	NOTA 12	7.251	10.002
Outras obrigações		3.365	703
Provisão para penalidades contratuais		462	464
 Passivo Não Circulante		 28.597	 22.584
Exigível a longo prazo		28.597	22.584
Tributos e contribuições federais	NOTA 7	24.777	21.384
Provisão	NOTA 13	3.820	1.200
 Patrimônio Líquido		 87.034	 87.018
Capital Social	NOTA 14.1	43.584	43.584
Capital subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a integralizar		-500	-500
Reserva de Lucros	NOTA 14.3	43.450	43.434
 TOTAL DO PASSIVO		 218.943	 200.825

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	NOTA 15	215.055	237.595
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA 16	(174.912)	(197.224)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		40.143	40.371
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		149	395
DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA 17	(39.012)	(35.824)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.280	4.942
Receitas financeiras	NOTA 18	476	1.141
Despesas financeiras	NOTA 18	(0,35)	(25)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		1.756	6.058
Provisão IRPJ		(1.273)	(4.175)
Provisão CSLL		(467)	(1.512)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		16	371
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,00	0,01



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa Operacional	2020	2019
Lucro líquido	15	371
Despesas com depreciação	423	358
Despesas com amortização	3.174	2.174
<u>Aumento/Diminuição do ativo</u>		
Arrecadação das praças	164	289
Adiantamentos	1	1
Valores a receber	(4)	9
Dépósitos judiciais	-	-
Despesas antecipadas	-	-
Valores a receber longo prazo	-	11.340
Depósitos judiciais longo prazo	(3.393)	(4.104)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(2.483)	(111)
<u>Aumento/Diminuição do passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(62)	(143)
Fornecedores	2.026	(6.228)
Obrigações fiscais	7.465	13.121
Outras contas a pagar	-	518
Adiantamento de clientes	2.663	(84)
Provisões	2.618	742
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	3.393	4.082
Caixa líquido atividades operacionais	16.000	22.335
Fluxo de caixa investimentos		
Aquisição de imobilizado	(720)	(1.020)
Aquisição de intangível	(9.010)	(40.466)
Caixa líquido atividades investimentos	(9.730)	(41.486)
Fluxo de caixa financiamentos		
Integralização de capital	-	-
JSCP	-	-
Caixa líquido atividades financiamentos	-	-
Aumento / Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	6.270	(19.151)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.027	67.178
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	54.297	48.027

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais – R\$)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.097	39.966	-	86.647
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	371	371
Destinação :					
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Reserva retenção lucros	-	-	352	(352)	-
Saldo em 31.12.2019	43.584	3.116	40.318	-	87.018
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	16	16
Destinação :					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva retenção lucros	-	-	15	(15)	-
Saldo em 31.12.2020	43.584	3.117	40.333	-	87.034



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2019 – em milhares de reais (R\$)

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR tem como objeto social a exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos, a exploração da infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul diante de outorga do governo do estado. Atualmente empresa está autorizada pelo governo do estado por tempo indeterminado à administra 14 praças de pedágio aplicando seus recursos em 16 rodovias abrangendo 63 municípios do estado. No exercício de 2019 a empresa iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão que resultou na revisão e melhoria de todos os seus processos internos.

EGR Empresa Gaúcha de Rodovias					
Quilometragem inicial e final, e extensão das rodovias da EGR pelos decretos nº 53.386 e nº 53.875					
Praça	Rodovia	Trecho	Km inicial	Km final	Extensão (km) Decreto
Campo Bom	ERS-239	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	13,23	88,77	75,54
	ERS-122	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) – Entr. ERS-446 (P/ São Vendelino)	0,00	39,09	39,09
Portão	ERS-240	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	0,00	33,58	33,58
	RSC-287	Entr. RSC-470 (A)/ERS-240 (Montenegro) – Entr. ERS-411 (P/ Bronchier)	0,00	7,11	7,11
Santo Antônio da Patrulha	ERS-474	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) – Entr. ERS-239 (Rolante)	0,00	32,64	32,64
	ERS-040	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fiuza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	11,24	94,85	83,61
Viamão	ERS-784	Entr. ERS-786 (Cidreira) – Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	0,00	14,75	14,75
	ERS-122	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (B) (Ipê)	80,04	129,71	49,67
Três Coroas	ERS-115	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) – Entr. ERS-235 (Gramado)	0,00	41,97	41,97
	ERS-235	Entr. BRS-116 (P/Caxias do Sul) – Início TRV-Mun) – Entr. ERS-115 (Gramado)	0,00	34,64	34,64
Gramado	ERS-235	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela (Fim Trv-Mun)	34,64	42,31	7,67
	ERS-466	Caracol – Entr. ERS-235 (P/ Canela)	0,00	7,22	7,22
São Francisco de Paula	ERS-235	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (Acesso sul à São Francisco de Paula)	42,31	76,32	34,01
	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	89,05	95,40	6,35
Encantado	ERS-020	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso à Três Coroas	67,18	89,05	21,87
	ERS-130	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	69,19	97,27	28,08
Boa Vista do Sul	ERS-129	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) – Entr. ERS-441 (Guaporé)	67,55	126,83	59,28
	RSC-453	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	37,97	96,18	58,21
Cruzeiro do Sul	ERS-128	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	13,89	30,27	16,38
	RSC-453	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	0,00	29,83	29,83
Venâncio Aires	RSC-287	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	28,03	104,65	76,62
Candelária	RSC-287	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Contenda do Sul)	104,65	176,68	72,03
Coxilha	ERS-135	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	0,00	78,33	78,33
Total					908,48

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira, apropriadas mensalmente, sempre calculadas até o encerramento do mês.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia possui apenas aplicações financeiras no SIAC que tem mensalmente registrado o seu rendimento, não operamos com nenhum outro instrumento financeiro ou contratos de financiando.

3.6 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7 Ativos intangíveis

A Companhia possui registrados como ativos intangíveis obras realizadas na malha rodoviária e direitos de uso de *softwares* ambos registrados ao seu custo de aquisição deduzidos da amortização.

3.8 Impairment

A Companhia realiza a revisão anual e na revisão do exercício de 2019 não se constatou necessidade de registrar provisão.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.



3.10 Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração pode fazer uso de estimativas para realizar os registros contábeis, caso seja necessário fazer uso de estimativas estas são reconhecidas no exercício e revisadas periodicamente.

3.11 Gestão de riscos

Os riscos relacionados a possíveis problemas relacionados a estrutura das rodovias são monitorados através de visitas periódicas realizadas do corpo de engenheiros e empresas contratadas.

Na sua operação a Companhia tem um pequeno risco de inadimplência que está relacionado diretamente a violação dos pedágios, atualmente a violação representa 0,05% da receita bruta.

4. Disponível

Os saldos do disponível estão assim distribuídos.

	31/12/2020	31/12/2019
NUMERÁRIO EM CAIXA	1	6
BANCO CONTA CORRENTE	947	3.077
APLICAÇÕES	53.349	44.944
TOTAL	54.297	48.027

5. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2020 estão assim distribuídos.

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF A RECUPERAR	17	17
ISSQN A RECUPERAR	3	-
CSLL A RECUPERAR	3.906	3.251
IRPJ A RECUPERAR	11.532	9.707
TOTAL	15.458	12.975

6. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valores Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos. Estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001. No exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas destes processos.

	31/12/2020	31/12/2019
VALORES REJEITADOS INDEVIDAMENTE	11.341	11.341
PROVISÃO PARA PERDA	(11.341)	(11.341)
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS	3	3
TOTAL	3	3

7. Depósitos Judiciais

A EGR através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ, e está efetuando os valores de antecipação mensal e valores do ajuste anual em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

ATIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	5.166
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2019	4.377	4.082
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2020	3.098	-
OUTROS DEPÓSITOS	124	124
TOTAL	24.901	21.508

PASSIVO		
	31/12/2020	31/12/2019
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	5.166
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2019	4.377	4.082
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2020	3.098	-
TOTAL	24.777	21.384

8. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	139	0	(19)	(28)	92
Máquinas	4	0	0	(1)	3
Equipamentos	644	499	(219)	(118)	806
Computadores e periféricos	1.058	775	(5)	(296)	1.532
Impressoras	40	146	(20)	(22)	144
(-) Perda valor não recuperável	(155)	(396)	0	0	(551)
Total	1.730	1.024	(263)	(465)	2.026

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	161	0	0	(110)	51
Imóveis	59.864	51.811	0	(3.064)	108.611
Obras em andamento	45.131	8.878	(51.944)	0	2.065
Projetos	2.772	264	0	0	3.036
Total	107.928	60.953	(51.944)	(3.174)	113.763

TOTAL IMOB. E INTAG.	109.658	61.977	(52.207)	(3.639)	115.789
-----------------------------	----------------	---------------	-----------------	----------------	----------------

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento, estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR, amortizado a taxa de 4% ao ano nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial. Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

8.1 Imobilizado Recebido do DAER-RS – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem

No início de suas operações no ano de 2012 a EGR utilizou os bens que já se encontravam na estrutura das praças de pedágio, estes bens não foram incorporados ao patrimônio da EGR pois eles foram cedidos para o uso, mas até o presente momento não foi elaborado nenhum termo oficializando isto apesar de solicitação da Procuradoria Geral do Estado através do processo administrativo 18049600018289, mesmo não constando no patrimônio da EGR a gestão destes bens é realizada por empresa contratada especificamente para este fim.

9. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO	3.181	3.824
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	8.439	6.978
FORNECIMENTO DE ASFALTO	5.368	4.439
OUTROS FORNECEDORES	1.612	1.333
TOTAL	18.600	16.574
Valores a vencer em até 30 dias	18.600	16.574

10. Tributos e Contribuições Federais

	31/12/2020	31/12/2019
PIS A RECOLHER	150	156
COFINS A RECOLHER	695	721
IR TERCEIROS	220	163
INSS TERCEIROS	766	640
PIS/COFINS/CSLL TERCEIROS	1.427	1.423
TOTAL	3.258	3.103

11. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2020 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 10.050.656, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 68.954.006 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/12/2020	31/12/2019
ISSQN TERCEIROS	291	281
ISSQN FATURAMENTO	68.954	58.903
TOTAL	69.245	59.184

12. Outras Contas a Pagar

Em 31/12/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela EGR que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos.

	31/12/2020	31/12/2019
JUROS CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	5.898	5.898
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.353	4.104
TOTAL	7.251	10.002

13. Provisão para Contingências

Utilizamos como base para constituição da provisão para contingências a série histórica de desembolsos realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela assessoria jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão. No exercício de 2020 foi constituída uma provisão para eventuais gastos com a entrega de praças de pedágio para a iniciativa privada.

	31/12/2020	31/12/2019
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.220	1.200
PROVISÃO PARA ENTREGA DE PRAÇAS	2.600	-
TOTAL	3.820	1.200

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014.

14.2 Remuneração dos Investidores

No exercício de 2020 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, de 29 de Junho DE 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

14.3 Reserva de Lucros

Na reserva de retenção de lucros de 2020 foi adicionado o valor de R\$ 14.514,54 referente ao lucro do exercício e na reserva legal houve o acréscimo de R\$ 763,92.

	31/12/2020	31/12/2019
RETENÇÃO DE LUCRO	46.231	46.216
JSCP	(5.898)	(5.898)
RESERVA LEGAL	3.117	3.116
TOTAL	43.450	43.434

15. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE ARRECADAÇÃO	272.099	298.811
(-) Deduções sobre a receita	(57.044)	(61.216)
PIS	(1.524)	(1.689)
COFINS	(7.030)	(7.797)
ISSQN	(10.051)	(11.092)
ISENTOS	(2.920)	(3.521)
MULTIPASSAGEM	(9.292)	(9.732)
ISENTADOS	(26.040)	(27.245)
VIOLAÇÃO	(187)	(140)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	215.055	237.595

16. Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2020	31/12/2019
CUSTOS OPERACIONAIS	(174.912)	(197.224)
Manutenção e Conservação Rodovias	(134.359)	(151.498)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(37.180)	(41.923)
Convênios	(3.326)	(3.750)
Outros custos	(47)	(53)



17. Despesas Operacionais

No exercício de 2020 foram constituídas provisões (ver notas explicativas 6 e 13) que ocasionou o aumento nas despesas administrativas.

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS OPERACIONAIS	(39.012)	(35.824)
Despesas Administrativas	(29.294)	(24.069)
Despesas com Pessoal	(8.555)	(10.009)
Despesas Comerciais	(1.163)	(1.746)

18. Resultado Financeiro

O resulta financeiro apresenta a seguinte composição:

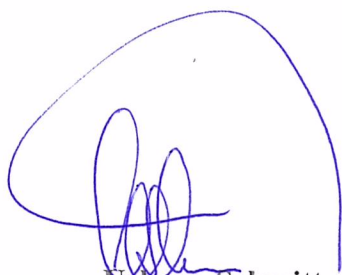
	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA FINANCEIRA	476	1.141
Juros Ativos	-	1
Remuneração Financeira SIAC	202	820
Descontos Obtidos	274	302
Variação Monetária Ativa	-	18
DESPESAS FINANCEIRAS	(0,3)	(25)
Encargos e Juros de Mora	(0,2)	(5)
Variação Monetária Passiva	(0,3)	(20)



19. COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31/01/20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somados ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações contábeis.



Urbano Schmitt

Diretor – Presidente

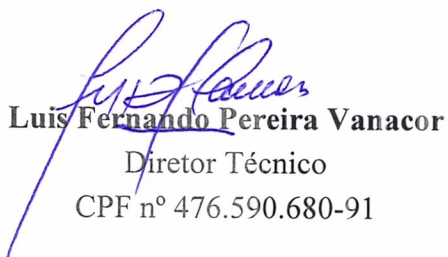
CPF nº 255.350.130-72



André Arnt

Diretor Adm. e Financeiro

CPF nº 367.654.810-87



Luis Fernando Pereira Vanacor

Diretor Técnico

CPF nº 476.590.680-91



Marco Aurélio Lanzoni

Contador CRC/RS 083621

CPF nº 825.012.200-30

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

Demonstrações Contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul relativas ao exercício de 2020.

Índices

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	9
3. Resumo das principais políticas contábeis.....	10
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
5. Contas a receber de clientes e PECLD.....	15
6. Estoques.....	16
7. Despesas antecipadas.....	16
8. Outros ativos.....	16
9. Ativos intangíveis.....	17
10. Fornecedores.....	18
11. Outros passivos.....	18
12. Financiamentos.....	19
13. Garantia BNDES.....	19
14. Benefícios a empregados.....	20
15. Patrimônio líquido.....	21
16. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	22
17. Receita.....	23
18. Impostos e contribuições sociais.....	24
19. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.....	26
20. Transações com partes relacionadas.....	27
21. Despesas por natureza.....	28
22. Resultado financeiro.....	28
23. Seguros.....	29
24. Créditos e débitos nas operações de aquisição e venda de gás.....	29
25. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros.....	29
26. Receitas e custos de construção.....	30
27. CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil.....	30
28. Eventos subsequentes.....	30

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

Em Milhares de Reais

ATIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		173.392	150.417
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	73.717	74.575
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	64.027	65.325
Estoques	NOTA 06	6.641	6.319
Impostos a Recuperar	NOTA 18	5.982	2.752
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	21.566	-
Despesas Antecipadas	NOTA 07	467	435
Outros Ativos	NOTA 08	992	1.011
Ativo Não Circulante		204.066	253.553
Realizável a longo prazo		21.059	82.333
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	803	728
Impostos a Recuperar	NOTA 18	12.434	9.988
Depósitos Judiciais		1.397	1.092
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	-	42.627
Garantia BNDES	NOTA 13	6.371	27.844
Outros Ativos		54	54
Investimentos		2	14
Investimentos		2	14
Intangível	NOTA 09	183.005	171.207
Imobilizado da Concessão - Direito de Uso - CPC 06	NOTA 27	9.820	9.820
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		426.813	397.955
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		4.359	4.396
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		16.932	13.142
Imobilizado da Concessão - Pesquisa e Desenvolvimento		222	222
Imobilizado da Concessão em Andamento		20.280	11.954
(-) Amortização Acumulada		(295.421)	(266.282)
TOTAL DO ATIVO		377.458	403.970

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL 2020
Em Milhares de Reais

P A S S I V O

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		177.908	175.971
Fornecedores	NOTA 10	69.885	108.832
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 12	22.958	22.970
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.889	3.839
Impostos a pagar	NOTA 18	3.980	4.307
Imposto de renda e contribuição social a pagar	NOTA 18	12.332	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 16	57.657	19.170
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	1.612	10.706
Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	NOTA 27	2.281	2.226
Outros passivos	NOTA 11	3.313	3.921
Passivo Não Circulante		9.408	36.269
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 12	-	22.970
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	NOTA 19	4.370	778
Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	NOTA 27	3.785	6.065
Tributos e contribuições diferidos	NOTA 18	1.253	6.457
Patrimônio Líquido		190.142	191.730
Capital Social		81.187	81.187
Capital Subscrito e Integralizado	NOTA 17	81.187	81.187
Reserva de Lucros		53.032	53.032
Reserva Legal	NOTA 15	16.237	16.237
Reserva Estatutária	NOTA 15	29.862	29.862
Reserva de Lucros a Realizar	NOTA 15	6.933	6.933
Dividendos à disposição da assembleia		55.923	57.511
Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2019)	NOTA 16	1.088	57.511
Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2020)	NOTA 16	54.836	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		377.458	403.970

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente
CPF: 103.425.718-85

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2020
Em Milhares de Reais

		31/12/2020	31/12/2019
	NOTA EXPLICATIVA		
Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços	NOTA 17	827.411	898.710
Receita de Construção - CPC 47	NOTA 26	41.535	34.852
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	NOTA 21	(652.595)	(714.456)
Custos de Construção - CPC 47	NOTA 26	(41.535)	(34.852)
Lucro Bruto		174.815	184.254
Despesas e Receitas Operacionais		(67.892)	(65.238)
Despesas Comerciais	NOTA 21	(24.258)	(19.685)
Despesas Gerais Administrativas	NOTA 21	(54.161)	(55.003)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		10.527	9.451
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		106.923	119.017
Receitas Financeiras	NOTA 22	12.429	7.250
Despesas Financeiras	NOTA 22	(2.471)	(4.300)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		116.881	121.967
IRPJ/CSLL	NOTA 18	(42.642)	(38.581)
IRPJ/CSLL Diferidos	NOTA 18	5.204	(668)
Lucro Líquido do Exercício		79.442	82.718
Lucro por ação de Capital Social (em reais)		3,68	3,84

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 e 31/12/2019
Em Milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	79.442	82.718
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	79.442	82.718
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul - 51%	40.515	42.186
Atribuível ao sócio Petrobrás Gás S.A- GASPETRO - 49%	38.927	40.532

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente
CPF: 103.425.718-85

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2020

Em Milhares de Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	RESERVA LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		81.187	16.237	29.862	-	50.180	-	177.465
Dividendos adicionais aprovados						(43.247)		(43.247)
Lucro Líquido do exercício							82.718	82.718
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Reserva de lucros a realizar					6.933	(6.933)	-	-
Dividendos Obrigatórios							(19.170)	(19.170)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação						57.511	(57.511)	-
Juros sobre o Capital Próprio							(6.037)	(6.037)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		81.187	16.237	29.862	6.933	57.511	-	191.730
Dividendos adicionais aprovados						(56.423)	-	(56.423)
Lucro Líquido do exercício							79.442	79.442
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Dividendos Obrigatórios	Nota 16						(19.861)	(19.861)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 16					54.836	(54.836)	-
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 16						(4.746)	(4.746)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		81.187	16.237	29.862	6.933	55.923	0	190.142

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente
CPF: 103.425.718-85

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 2020

Em Milhares de Reais

	2020	2019
1 - Receitas		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.102.618	1.190.086
1.2. Devoluções e descontos de venda	(9.443)	(12.478)
1.3. Outras receitas operacionais	10.742	4.718
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.510)	3.343
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	825.281	898.521
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29.180	37.850
3 - Retenções		
3.1. Amortizações	30.081	28.373
4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	203.867	220.924
5 - Valor adicionado recebido em transferência		
5.1. Receitas financeiras	12.429	7.250
6 - Valor adicionado total a distribuir	216.296	228.174
7 - Distribuição do valor adicionado	216.296	228.174
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	21.567	24.371
Benefícios	7.717	8.168
FGTS	1.346	1.530
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	64.411	69.013
Estaduais	36.673	36.097
Municipais	106	65
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.149	3.969
Aluguéis	2.885	2.244
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos/prejuízos do exercício	79.442	82.718

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente
CPF: 103.425.718-85

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
AV. LOUREIRO DA SILVA, N.º 1840, 13.º ANDAR - CIDADE BAIXA
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em Milhares de Reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	79.442	82.718
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	15.510	(3.343)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	3.592	400
Provisão de juros sobre arrendamentos	729	744
Imposto de renda e contribuição social	12.332	-
Amortização	30.081	28.373
Baixa de intangível	204	1
	141.889	108.893
Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento		
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras	(17.879)	8.615
(Aumento) de estoques	(323)	(1.128)
Redução (Aumento) de outros ativos	12.700	(20.534)
(Redução) Aumento de fornecedores	(38.947)	5.290
Aumento de outros passivos	(2.012)	7.961
Impostos diferidos	(5.204)	(1.600)
Débitos e créditos nas operações de venda de Gás	21.061	1.902
Juros pagos	(2.149)	(3.969)
Juros recebidos	564	699
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	109.702	106.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(42.082)	(34.693)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(42.082)	(34.693)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(37.797)	(59.973)
Juros sobre o Capital Próprio	(4.746)	(6.037)
Pagamento de arrendamento financeiro	(2.954)	(2.273)
Captações de empréstimos	-	15.919
Amortizações do principal	(22.981)	(19.659)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(68.478)	(72.023)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(858)	(587)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	74.575	75.162
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	73.717	74.575

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente
CPF: 103.425.718-85

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrônico.

1.1) A Continuidade Operacional da Companhia

A Companhia apresentou em 2020 o capital circulante líquido negativo de R\$ 3,8 milhões (R\$ 25,55 milhões negativos em 2019). Durante o exercício de 2020 a Companhia pagou em dia as parcelas do empréstimo junto ao BNDES o qual quitará a totalidade em 2021, conforme é possível verificar na nota explicativa 13, a qual também demonstra que o total obtido de financiamento em anos anteriores foi de R\$ 138,2 milhões. O pagamento de dividendos em 2020 foi no montante de R\$ 37,8 milhões.

Com base nas informações citadas acima, a Administração avaliou a capacidade da companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se, precipuamente, de fornecedores, empréstimos, folha de pagamento e dividendos aos acionistas (ver notas explicativas 10, 11, 12 e 16). A geração de fluxo de caixa futuro decorrente das receitas será suficiente para quitar as tais obrigações, bem como a manutenção atual da gestão dos ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A administração não possui conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, esta demonstração contábil foi preparada com base no pressuposto da continuidade.

1.2) Os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A Companhia foi levemente impactada pela pandemia decorrente da COVID-19, uma vez que a distribuição de gás natural não sofreu interrupções. Os segmentos comercial e veicular tiveram o consumo reduzido, ao passo que os demais segmentos mantiveram o padrão de consumo, sobretudo o segmento industrial que representa 64% dos volumes de venda. A margem líquida do exercício fechou 14% abaixo do orçado, principalmente em decorrência da alta do dólar que impacta diretamente o custo de compra do gás natural.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em XX de abril de 2021.

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 09 - Intangíveis
- Nota 19 - Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes

Categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de “hedge” designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

• Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e “impairment” são reconhecidos diretamente no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Custos de Empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência, ou ainda, nos termos do CPC 40, caso sejam perdas esperadas. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2020 e 2019.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A Companhia registra Estoque de Gás Natural conforme nota 6.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 19.

n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

o. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

p. Novas normas, alterações e interpretações das normas

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos:

I) CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro (conceptual framework);

II) Revisão anual do CPC n.º 14/2019; alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) e alteração no CPC 26 e no CPC 23 (IAS 8).

III) As emendas do CPC 26 e do CPC 23 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Essas emendas entraram em vigência em 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

q. Novas normas que ainda não entraram em vigor

I) CPC 50 – Contratos de Seguros - Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis.

II) Alterações ao CPC 36 (R3): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture). Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado. Essa norma não tem prazo determinado de adoção.

III) Alteração da norma CPC 26 (R1) – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

IV) Melhorias Anuais ao Ciclo de CPC's 2018–2020 - Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Refere-se a alterações ao CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 - Agricultura.

A Administração está avaliando os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras da Companhia, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2.323	19
Banco Conta Movimento	246	1.865
Aplicações Financeiras	71.148	72.690
TOTAL	73.717	74.575

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 2,75%.

5) Contas a Receber de Clientes e PECLD

a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2020	31/12/2019
BRASKEM S.A.	13.199	13.112
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	12.495	7.922
GAMP - Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e Saúde Pública	6.800	1.825
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	4.943	3.010
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.321	4.487
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	2.187	1.936
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A	1.854	2.541
GERDAU Aços Longos S.A.	1.705	111
GERDAU S.A.	1.569	211
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	1.347	1.347
Outros	33.185	32.892
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.578)	(4.068)
TOTAL	64.027	65.325

Confissão de Dívida

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamentos de Clientes	803	728
TOTAL	803	728

TOTAL do Contas a Receber

64.830	66.054
---------------	---------------

Detalhe - Clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas até 30 dias	1.127	1.339
De 31 a 60 dias	3.510	779
De 61 a 90 dias	3.296	612
Mais de 90 dias	21.609	10.697
Clientes Vencidos	29.542	13.427
A Vencer até 30 dias	49.419	52.268
De 31 a 60 dias	3.325	2.976
De 61 a 90 dias	68	65
Mais de 90 dias	1.496	1.385
Clientes a Vencer	54.307	56.694
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	83.849	70.122

b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosos - PECLD

PDD em 31/12/2019	4.068
Incremento no ano	15.510
PDD em 31/12/2020	19.578

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 19,58 milhões é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, seguindo o CPC 48, não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. Do total apresentado, os clientes Petrobrás e GAMP representam 31,91% e 24,42% respectivamente.

6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de Gás	639	551
Materiais de Manutenção	3.905	3.867
Materiais de Conversão	2.010	1.824
Outros Materiais	88	76
Total dos Estoques	6.641	6.319

7) Despesas antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros a apropriar	265	32
Assinaturas e anuidades	74	99
IPTU a apropriar	114	66
Demais apropriações	14	239
TOTAL	467	435

8) Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de férias	176	158
Vales refeição e transporte a apropriar	285	279
Outros adiantamentos de pessoal	5	3
Devoluções simbólicas de compra	28	476
Adiantamento a fornecedores	389	15
Demais ativos	109	79
TOTAL	992	1.011

9) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem está disponível para uso.

Com base no anexo I, cláusula 8.3, do contrato de concessão, a amortização é calculada de forma linear no prazo de 10 anos para a rede de distribuição e demais ativos da concessionária.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.659	2.659
Gasoduto Gás Natural	10%	408.105	378.868
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.360	2.497
Materiais e Medidores Realocados	10%	635	874
Ferramentas	10%	155	149
Equipamentos de Segurança	10%	583	581
Estoque de Cilindros GNV	10%	17	17
Cilindros GNV	10%	401	401
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.686	11.703
Sistema Supervisório - Interno	10%	332	332
Móveis e Utensílios	10%	1.376	1.381
Instalações	10%	1.812	1.848
Equipamentos de Escritórios	10%	458	458
Equipamentos Telefônicos	10%	625	621
Equipamentos Transmissores	10%	23	23
Equip Processamento de Dados	10%	4.613	4.050
Software	10%	11.773	9.092
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	222	222
Outros	10%	65	65
Direito de Uso - Arrendamentos	-	9.820	9.820
Licenças de Software	-	546	-
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	14.106	7.029
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	6.055	4.800
(-) Amortização Acumulada		(295.421)	(266.282)
Total		183.005	171.207

Contas	31/12/2019	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2020
Terrenos	-	-		-	-	-
Equipamentos e Instalações Operacionais	397.200	10.050		(1.084)	20.104	426.270
Equipamentos e Instalações de Escritório	4.396	4		(41)	-	4.359
Equipamentos para Processamento de Dados	13.142	3.107		-	137	16.386
Veículos	-	-		-	-	-
Imobilizado da Concessão em Andamento	12.932	28.376		(20)	(20.242)	21.046
Total do Custo	427.669	41.536		(1.145)	-	468.060
Direito de Uso - Arrendamentos	9.820	-		-	-	9.820
Licenças de Software	-	546		-	-	546
(-) Amortização Acumulada	(266.282)	-	(30.081)	942	-	(295.421)
Total Geral	171.207	42.082	(30.081)	(204)	-	183.005

10) Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de Gás Natural	60.096	104.655
Fornecedores de Frete de Gás Natural	923	860
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	5.743	320
Fornecedores de Outros Materiais	294	245
Fornecedores de Serviços	2.829	2.752
	69.885	108.832

Detalhe - Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
A Vencer até 30 dias	63.853	74.449
De 31 a 60 dias	6.032	34.383
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
Fornecedores a Vencer	69.885	108.832

11) Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
PLR a pagar	1.864	1.969
Outras despesas de pessoal a pagar	67	230
Adiamento de clientes	352	615
Credores diversos	704	784
Demais passivos	326	324
TOTAL	3.313	3.921

12) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. A cláusula contratual prevendo os índices (covenants) a serem observados pela Companhia, é a de número 18.6 do Contrato de Subscrição de Debêntures Simples, sendo eles a) dívida líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 3,5, e b) Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total), devendo ser menor ou igual a 0,75. Os covenants estão sendo cumpridos para as datas base de 31/12/2020 e 31/12/2019. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 2017 os ingressos ocorreram nos meses de fevereiro, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 17,7 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela companhia de agosto de 2016 a novembro de 2017. No mês de dezembro de 2017 ocorreu o primeiro ingresso, no valor de R\$ 369,3 mil, referente aos projetos sociais realizados pela companhia até o mês de novembro de 2017. Não ocorreram ingressos no ano de 2018. No mês de junho de 2019 ocorreu o último ingresso referente ao contrato, no valor de R\$ 15,9 milhões, relativo a 50% dos investimentos restantes pagos pela Companhia até o mês de dezembro de 2018, encerrando-se o período de subscrições. Todos os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento teve seu prazo de carência até junho de 2017, com pagamentos trimestrais de juros ocorridos nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Houve a abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões também junto ao Banrisul. A partir do mês de julho de 2017 os pagamentos passaram a ocorrer mensalmente (principal + juros), nos dias quinze de cada mês, dando início ao período de amortização do principal que ocorrerá até dezembro de 2021. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 referentes aos financiamentos são os seguintes:

Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
BNDES I - TJLP	11.571	11.573
BNDES II - SELIC	11.228	11.237
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159	159
	22.958	22.970
Longo Prazo	31/12/2020	31/12/2019
BNDES I - TJLP	-	11.573
BNDES II - SELIC	-	11.237
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	-	159
	-	22.970

13) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Banrisul em novembro de 2015 no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Em 2019 foram acrescidas o valor equivalente a 09 (nove) parcelas mensais, totalizando 12 (parcelas), tendo em vista que o contrato de fornecimento de gás natural não foi renovado até o dia 22 de setembro de 2019, conforme previsão contratual. Em 2020 a Sulgás apresentou o novo contrato de fornecimento de gás natural ao BNDES e o valor a ser mantido na conta reserva voltou a ser o equivalente a 03 (três) parcelas, retornando o valor da diferença para o caixa da Companhia.

O saldo da conta garantia em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras LP	6.371	27.844

14) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

Os investimentos da Companhia na previdência privada de seus colaboradores foram o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Previdência Privada	1.389	1.446
	1.389	1.446

Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3,28 milhões relativo ao exercício findo em 2020, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1,42 milhões em dezembro de 2020, assim restando R\$ 1,86 milhões a serem pagos em 2021.

15) Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81,2 milhões, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781
	21.562.644	100%	81.187

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16,24 milhões.

c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2018 é de R\$ 29,86 milhões.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata n.º 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre as operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRÁS (fornecedora de gás natural para revenda), no valor de 6,9 milhões, a qual se realizará no primeiro semestre de 2021.

e) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Lucro Líquido	79.442	82.718
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico (sem instrumentos diluidores)	3,68	3,84

16) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2020	31/12/2019
	VALORES (R\$)	VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	79.442	82.718
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(4.746)	(6.037)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	74.696	76.682
Passivo circulante		
	31/12/2020	31/12/2019
DIVIDENDOS REF. EXERCÍCIO 2019	37.797	-
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	10.129	9.777
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	9.732	9.393
Total no passivo circulante	57.657	19.170
Patrimônio líquido		
	31/12/2020	31/12/2019
DIVIDENDOS À DISPOSIÇÃO REF. EXERCÍCIO 2019	1.088	-
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	27.966	29.331
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	26.869	28.180
Total no patrimônio líquido	55.923	57.511
Total dos dividendos	113.581	76.682

b) Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/12/2020, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4,75 milhões e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul - 51%	2.420	-	2.420
Petrobrás Gás S/A - 49%	2.326	349	1.977
TOTAL	4.746	349	4.397

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 1,6 milhões para a Companhia.

17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	1.061.082	1.155.233
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	35.503	28.832
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	39.546	45.855
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	696.551	798.836
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	102.272	81.160
RECEITA DE GÁS VEICULAR	167.349	189.130
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.199	1.264
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	18.661	10.156
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	(233.672)	(256.523)
DEVOLUÇÕES SIMBÓLICAS (FISCAIS)	(145)	(193)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(9.297)	(12.285)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(16.755)	(18.606)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(77.174)	(85.672)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(129.741)	(139.463)
ISS SOBRE SERVIÇO	(560)	(305)
RECEITA LÍQUIDA	827.411	898.710

18) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra Impostos e Contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Ativo Circulante	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a Compensar	2.998	788
Imposto de Renda e Contribuição Social (Retenções)	357	86
Imposto de Renda e Contribuição Social (Saldo Negativo)	562	562
PIS/COFINS a Compensar	2.065	1.315
TOTAL	5.982	2.752

Ativo Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a compensar	1.103	895
PIS/COFINS a compensar	11.330	9.093
TOTAL	12.434	9.988

b) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	348	1.231
COFINS	1.606	1.523
PIS	340	330
IRPJ e CSLL	12.332	-
Outras Obrigações	1.687	1.224
TOTAL	16.312	4.307

c) Impostos e Contribuições Diferidos

Passivo Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL Diferido sobre:		
Provisão Devedores Duvidosos	19.578	4.068
PDD - Raizen, Aurora e Expofarr	(4.777)	-
Provisões Cíveis e Trabalhistas	4.370	778
Depreciação Acelerada	(22.857)	(23.837)
Base de Cálculo	(3.686)	(18.991)
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	(1.253)	(6.457)

18d - Reconciliação do imposto de renda e contrinuição social sobre o lucro

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos	116.880	121.967
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(39.739)	(41.469)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Juros sobre capital próprio	1.614	2.053
Participação dos administradores	(20)	(12)
Exclusões/(adições) permanentes líquidas	708	180
	<u>(37.438)</u>	<u>(39.248)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.642)	(38.581)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.204	(668)
	<u>(37.438)</u>	<u>(39.248)</u>
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	32,03%	32,18%

19) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A provisão para riscos cíveis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2020, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Os processos classificados como possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	8.352	2.581	10.933
Processos com Provável Perda ou Remoto Ganho (Provisionados)	3.345	1.025	4.370
TOTAL	11.697	3.606	15.303

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final	Reversões	Adições	Saldo Final
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Provisões Trabalhistas	595	-	430	1.025
Provisões Cíveis	183	(221)	3.384	3.345
TOTAL	778	(221)	3.814	4.370

Está em andamento processo judicial de natureza tributária movido pela ABEGÁS, onde a Companhia figura no polo ativo, relativo à exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo de repetição de indébito ainda não transitou em julgado e a tendência é resultar em créditos retroativos de valores relevantes (05 anos a contar do ajuizamento da ação).

20) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		
Contas a Receber Petrobras	12.495	7.922
QPNR	21.566	-
Ativo Não Circulante		
QPNR	-	42.627
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	60.096	104.655
Pessoal Cedido	-	79

Composição dos Saldos	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com partes relacionadas		
Petrobras S/A	84.465	138.397
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	779.950	860.748

b) Remuneração e benefícios de curto prazo – Diretores e Conselhos de Administração e

	31/12/2020	31/12/2019
Administradores	267	249
Conselho de Administração	217	203
Conselho Fiscal	75	75
Total	559	527

21) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Compra de Gás e demais insumos	(616.917)	(679.401)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(9.289)	(9.633)
Amortização Operacional	(26.389)	(25.423)
Amortização Administrativa	(3.692)	(2.950)
Despesas com Materiais e Serviços	(20.085)	(22.969)
Despesas com Pessoal	(35.053)	(39.239)
Despesas Tributárias	(1.682)	(851)
Perda no recebimento de créditos	(171)	(5.759)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.510)	(1.391)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	8.302	7.922
Total	(720.487)	(779.694)

	31/12/2020	31/12/2019
Classificadas como:		
Custo dos Produtos Vendidos	(652.595)	(714.456)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(67.892)	(65.238)
Total	(720.487)	(779.694)

22) Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	2.611	4.984
Descontos Obtidos	248	184
Juros Recebidos	564	699
Multa Contratual	143	305
Variação Monetárias Ativa	8.862	1.077
Total	12.429	7.250
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	(37)	(140)
Despesas Bancárias	(140)	(127)
Juros Pagos	(25)	(2)
Juros sobre Empréstimos	(2.124)	(3.967)
Multa por Atraso de Pagamento	(8)	(15)
Rendimento Negativo	(48)	-
Variação Monetária Passiva	(90)	(49)
Total	(2.471)	(4.300)

23) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR	COBERTURA
STARR INTERNATIONAL	Responsabilidade Civil	até agosto/2021	302	30.000
SOMPO SEGUROS	Patrimonial	até junho/2021	4	5.315

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

24) Créditos e Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

O Ship or Pay é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o transporte está obrigada a pagar pelo serviço, mesmo no caso do gás não ser transportado. No ano de 2020 ocorreu a recuperação de 15.339 mil m³ de gás natural. Em julho de 2020, tendo por base o novo contrato de fornecimento de gás natural junto à Petrobras, o termo Ship or Pay foi substituído por Quantidade Paga e Não Retirada (QPNR), com a consequente conversão. A Companhia na condição de cliente do fornecedor PETROBRAS, tem registrado em seu ativo, em 31/12/2020, o valor de R\$ 13,5 milhões a título de Quantidade Paga e Não Retirada, correspondente a quantidade de 23.273 mil m³ de gás natural, passível de recuperação por parte da Companhia até o ano de 2021. Com base no CPC 48, relativo a Instrumentos Financeiros, o valor histórico foi acrescido do ajuste a valor justo em R\$ 8,01 milhões, totalizando o montante de R\$ 21,6 milhões.

Já nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e seus clientes estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural chamados de Take or Pay que é cláusula contratual que estabelece a regra de que o cliente está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Sulgás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada nos prazos previstos em contrato. Até 31/12/2020 tem registrado em seu passivo o valor de R\$ 1, 61 milhões.

25) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra (vide nota 05) e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível. A administração analisa trimestralmente o relatório de clientes em inadimplência, levando em conta os títulos em aberto, a situação econômica e o histórico de cada cliente e, com isso, adota medidas de cobrança administrativa ou judicial e calcula perdas esperadas com base em critérios objetivos previstos em normativa.

- **Risco de concentração do contas a receber:** A administração efetua análise dos títulos em aberto de contas a receber para mapear eventual concentração de saldos e consequente risco de crédito para clientes específicos. O critério estabelecido para caracterizar tal concentração corresponde a clientes cujo saldo em aberto é igual ou superior a 5% do total do grupo de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de concentração é de R\$ 12,4 milhões, decorrentes dos clientes PETROBRÁS, Hospital da ULBRA e ULBRA (universidade).

- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Também há riscos relacionados com as taxas de empréstimos TJLP e Selic, nas aplicações financeiras CDI, porém essa taxa não tem efeitos significativo para a Companhia.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

26) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 47, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras.

A construção se apresenta para a Sulgás, integralmente, como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção, de acordo com os valores abaixo registrados:

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	41.535	34.852
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	41.535	34.852
MARGEM	0	0

27) Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 R2

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativos de direitos uso	9.820	9.820
Amortização de direitos de uso	(3.754)	(1.529)
Passivo		
Arrendamento Mercantil	6.065	8.291
Patrimônio Líquido	-	-

28) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 15 de abril de 2021, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis em 31/12/2020.

Carlos Ivan Camargo de Colón
Diretor Presidente

Walter Fernando Piazza Junior
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO 2020



Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

353

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	30
Demonstração dos Resultados	31
Demonstração dos Resultados Abrangentes	32
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	32
Demonstração dos Fluxos de Caixa	33
Demonstração dos Valores Adicionados	34
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	35
Relatórios	
Declaração dos Diretores	99
Parecer do Conselho Fiscal	101
Manifestação do Conselho de Administração	102
Relatório dos Auditores Independentes	103
Comunicado CAE-D N° 03 Comitê De Auditoria Estatutário	108

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

Para os cidadãos do Rio Grande do Sul.

O ano de 2020 foi de realizações. Esta Administração se esforçou ao máximo pela melhor gestão possível da Companhia, ao mesmo tempo em que gerenciou com absoluta atenção, no que lhe coube, o processo de privatização. O contexto não foi fácil, pela oposição de um grande número de pessoas e entidades.

Como vocês lerão, continuamos o trabalho iniciado em 2019, múltiplo, em diversas frentes e processos, de melhoria da qualidade do Balanço Patrimonial. Ao mesmo tempo, reestruturamos a Diretoria de Distribuição, estruturamos um Informativo Trimestral de Resultado para a Sociedade, novamos o contrato de mútuo com a CEEE-GT, retomando pagamentos suspensos desde 2017, viabilizamos um novo contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura com a CEEE-GT, inexistente desde 2011, aprovamos a criação da Fundação Força & Luz, para preservar a memória do setor elétrico do Rio Grande do Sul, realizamos um forte trabalho na área de Tecnologia de Informação para reforçar a segurança de dados e fizemos o lançamento de um novo Portal de Internet. Além disso, trabalhamos na implantação dos procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados. O ano também foi marcado pela implantação de um Canal de Denúncias, a implantação da Gestão de Riscos, a consolidação da Gestão de Ativos e a reestruturação do Comitê de Ética.

A Companhia investiu mais de R\$ 150 milhões para melhorar a robustez das redes de distribuição de Baixa, Média e Alta Tensão. Esse total incluiu onze novas linhas de transmissão, três novas subestações e a ampliação de outras dez subestações. Seguimos na busca pela melhoria contínua no Sistema de Gestão da Qualidade, ampliando o escopo de nossa certificação ISO 9001:2015, com a integração de mais um processo: o de ressarcimento de danos de bens elétricos.

A Companhia passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) em 2020 e teve suas tarifas homologadas em 22 de novembro, pela ANEEL, com efeito médio percebido pelo Consumidor de 7,83%.

A Companhia passou por alguns percalços como eventos meteorológicos desfavoráveis, que acabaram por impactar de forma negativa os resultados dos indicadores de continuidade e frequência de interrupções. Além do ciclone-bomba, que atingiu o Estado em julho e teve grande repercussão nos atendimentos e nos indicadores, foi um ano com quantidade elevada de ocorrências de furto de rede, casos de vandalismo com impacto bastante significativo no indicador e maior impacto da parcela externa do indicador.

Toda essa jornada foi uma busca por salvar essa Companhia, em situação falimentar há vários anos. Isso só será possível com a sua privatização, onde uma gestão privada propiciará agilidade e eficiência na gestão de pessoas e processos, injeção de capital para a sua reestruturação econômico-financeira, retomando a capacidade e recolhimento integral de impostos e a capacidade de competir em igualdade de condições com as demais empresas do setor.

Boa leitura!

2. Perfil da Empresa

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado do Rio Grande do Sul.

É uma sociedade anônima de economia mista, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, conforme Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem como objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica e serviços correlatos à realização de suas finalidades principais, tais como a comercialização de energia elétrica.

Distribui energia elétrica para um terço do mercado gaúcho, atendendo 26% do território do Estado. Está presente em 72 dos 497 municípios através de 59,8 mil km de redes urbanas e rurais, levando energia elétrica a mais de 4 milhões de pessoas em 1,76 milhão de unidades consumidoras. Atende também 364 consumidores livres.

2.1. Composição Acionária

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 23,7 milhões, representado por 9,68 milhões de ações, sendo 9,51 milhões ações ordinárias e 164 mil ações preferenciais. Não houve aumento, desdobramento, grupamento ou redução do capital social no último exercício.

Tabela 01

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	CEED3 (ON)	Percentual	CEED4 (PN)	Percentual	ON e PN	Percentual
CEEE-Par	6.375.347	66,99	1.087	0,66	6.376.434	65,87
ELETROBRAS	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59
CUSTÓDIA EM BOLSA - B3	40.903	0,43	23.757	14,48	64.660	0,67
MUNICÍPIOS	32.997	0,35	50.155	30,58	83.152	0,86
OUTROS	452	0,00	1.377	0,85	1.829	0,01
TOTAL	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. - Serviço de Escrituração de Ações

Data base de dezembro de 2020. São 596 acionistas, sendo 388 pessoas físicas, 64 pessoas jurídicas, 135 prefeituras e 12 Estatais.

2.1.1. Comportamento do preço das ações

De janeiro a dezembro de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 95 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN), em 51 pregões do ano, entre os mercados à vista e fracionário da B³ S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tabela 02

	CEED3 (ON) R\$	CEED4 (PN) R\$
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	58,00	71,50
Máxima em 2020	100,00	110,00
Média em 2020	58,27	85,45
Mínima em 2020	37,00	54,50
Volume Negociado em 2020 (quantidade de ações)	11.826	187.233
Volume Negociado em 2020 (R\$)	14.838.154,92	16.846.837,54

Fonte: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão mediante consulta realizada em 27/01/2021.

2.1.2. Atendimento aos acionistas

As informações societárias da Companhia estão disponíveis no site <http://ri.ceee.com.br>. Em caso de dúvidas, é disponibilizado o e-mail ri@ceee.com.br como contato, além de atendimento via telefone pelo número +55 51 3382-2815 e +55 51 3382-4041, em dias úteis das 9h às 17h.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços de escrituração de ações com a Itaú Corretora, a qual possui canal exclusivo para atendimento aos acionistas.

2.1.3. Relações com o mercado

A Companhia realizou em 2020 três reuniões para a apresentação institucional de resultados sendo as do 1º e 2º trimestre através da empresa ConferenciaCorp. A Reunião Pública Anual do 3º trimestre foi realizada em 20 de novembro de 2020, contando com a participação de analistas, investidores e jornalistas, em reunião virtual realizada em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – APIMEC de São Paulo e do Rio de Janeiro. A apresentação está disponível para download no site da CVM, B³ e de RI da Companhia.

2.2. Reconhecimentos

2.2.1. Prêmio Abradee 2020 Edição Especial

A Companhia recebeu da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), homenagem ao seu time de colaboradores que atuaram na prestação de serviços à população, durante a pandemia da COVID-19, em 2020.

2.2.2. Marcas de Quem Decide 2020: 3ª empresa pública gaúcha mais lembrada e preferida

Pelo 22º ano, as marcas mais lembradas e preferidas em diversos segmentos empresariais do Rio Grande do Sul são analisadas no “Marcas de Quem Decide”, iniciativa do Jornal do Comércio e da Qualidata Pesquisas. Dentre os destaques da pesquisa está o Grupo CEEE, que conquistou o 3º lugar dentre as Empresas Públicas Gaúchas com 16,7% de lembrança e 13% de preferência, segundo os entrevistados. Das 15 marcas referidas no levantamento, a do Grupo CEEE ficou atrás apenas do Banrisul e da Corsan.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1. Desestatização

Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 15.298, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D).

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização da CEEE-D também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar esses condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, que dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário.

Nesse contexto, foi autorizada a alienação ou transferência da participação societária e de seus ativos, bem como do controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na holding e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art. 3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-D foi assinado pelo acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreende estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora, além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de setembro de 2020 a CEEE-PAR, controladora da CEEE-D, deliberou pela alienação do controle acionário da totalidade das ações detidas na Companhia. A realização da referida operação depende de autorizações legais, societárias e regulatórias.

Em 16 de novembro foi divulgado fato relevante relativo ao valor econômico mínimo da operação de R\$ 50 mil e ao aporte de capital na CEEE-D de R\$ 3,363 bilhões, sendo: a) AFAC de R\$ 270 milhões na data-base de 30 de junho de 2020; b) R\$ 2,78 bilhões relativo à parte do saldo de ICMS devido ao Estado do Rio Grande do Sul; e c) R\$ 313 milhões relativo aos ex-autárquicos. A eficácia dos aportes fica vinculada ao êxito da desestatização da Companhia e sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pela ANEEL.

No dia 08 de dezembro de 2020 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou o edital da venda do ativo. O leilão está previsto para o dia 31 de março de 2021, na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

3.2. Governança Corporativa

A Companhia faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão. Dentre as práticas adotadas estão aquelas constantes do regulamento de Governança Corporativa do Nível 1, que compreendem, dentre outras, a publicação do calendário de eventos corporativos da Companhia, a realização de reunião pública anual com analistas e investidores, a política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas e o Código de Conduta.

A estrutura da administração da Companhia é constituída por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores. Além disso, completam a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Elegibilidade e os canais de comunicação da Companhia com suas partes interessadas.

3.3. Planejamento Estratégico

Ao longo de 2020 foram acompanhados os projetos e os indicadores que compuseram o Planejamento Estratégico 2020-2024, com *report* mensal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Foram concluídos 08 (oito) dos 33 (trinta e três) projetos que compuseram o Planejamento Estratégico, sendo:

- a) Novo Portal da Internet: O projeto foi concluído em 27 de maio de 2020 com o lançamento do novo portal de Internet da Companhia, o qual conta com novo layout, atendendo tanto às necessidades institucionais quanto a dos clientes, adotando tecnologias modernas e integrando conteúdos dos novos sistemas corporativos.
- b) Revisão do Processo de Gestão do Contencioso: Foi realizada a contratação da Deloitte para realização de análise crítica acerca do processo de Gestão do Contencioso na Companhia e identificação de pontos de melhoria, sendo que em agosto de 2020 o projeto foi concluído com a entrega dos seguintes produtos por parte da consultoria: 1) diagnóstico; 2) redesenho; 3) compliance; e, 4) implementação.
- c) Ampliação do Escopo do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ): O escopo de certificação na Norma ISO 9001:2015 foi ampliado em outubro de 2020, passando a contemplar o processo de ressarcimento de danos de bens elétricos.
- d) Estruturação da Área Regulatória: No decorrer do ano foi estruturada a Área Regulatória da Companhia com a formação da equipe e conclusão dos treinamentos.
- e) Terceirização das Ações Coletivas: Realizada a contratação do escritório Andrade Maia (especializado em ações trabalhistas), com o objetivo melhorar o êxito da Companhia e, consequentemente, reduzir despesas judiciais com esse tipo de processo.
- f) Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Subtransmissão: O projeto teve como objetivo o aumento da eficiência operacional das equipes de manutenção e operação, através da possibilidade de edição de informações em campo. O Go-live para as equipes de linhas de transmissão ocorreu em 16 de novembro e para as demais equipes em 01 de dezembro.
- g) Gestão de Carreiras: Foram realizados 02 (dois) ciclos de palestras, de forma virtual, no ano de 2020, os quais buscaram trazer aos colaboradores da Companhia debates e experiências dos palestrantes, ampliando as oportunidades relacionadas ao autodesenvolvimento e reflexão sobre a própria carreira profissional.

h) Segurança e Cuidado com a População Civil:

1. Desde a entrada do Novo Portal de Internet, em maio de 2020, a Companhia conta com um espaço em seu site, denominado “Dicas de Segurança”, ambiente no qual constam orientações sobre os cuidados necessários quanto ao assunto eletricidade;
2. Concluída a cartilha “Acidentes com população: guia básico de procedimentos”, a qual visa orientar sobre os procedimentos a serem adotados pelos colaboradores em caso de acidente com energia elétrica, grave ou fatal, envolvendo a população, sendo que o detalhamento das orientações está contido na norma NDSSO - 00.001.

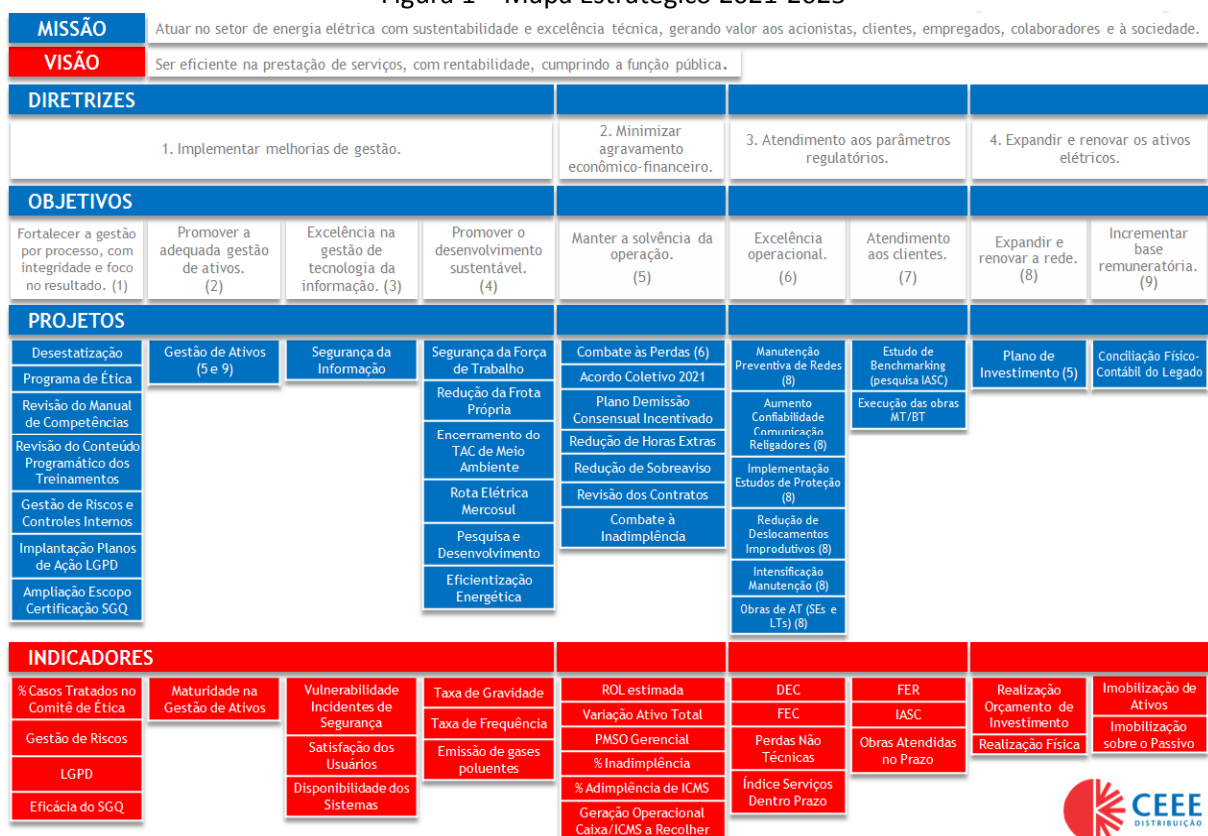
Os demais projetos (25) tiveram avanços significativos e passaram a compor o Planejamento Estratégico 2021-2025.

O ciclo de revisão e elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2021-2025 foi iniciado em agosto de 2020, sob coordenação da Área de Planejamento e Projetos Especiais, com participação de todas as demais áreas da Companhia.

A revisão considerou como insumos o mapeamento das Partes Interessadas, da Matriz de Riscos e da Matriz SWOT, que, alinhados às Diretrizes Estratégicas definidas pela gestão, resultaram na identificação de 09 (nove) Objetivos Estratégicos, 32 (trinta e dois) Projetos e 28 (vinte e oito) Indicadores. Dentre os projetos, destaca-se a Desestatização da Companhia, prevista para ocorrer em março de 2021.

O resultado do trabalho foi aprovado pela Diretoria Executiva, em 05 de novembro de 2020, e pelo Conselho de Administração, em 11 de novembro de 2020. O acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico 2021-2025 será realizado mensalmente pela Diretoria Executiva e a cada dois meses pelo Conselho de Administração.

Figura 1 – Mapa Estratégico 2021-2025



3.4. Integridade Corporativa

3.4.1. Canal de Denúncias Independente

Durante o ano de 2020 foram recebidas 55 denúncias através do canal de denúncias independente contratado para o recebimento de relatos sobre condutas antiéticas e ilegalidades praticadas por seus colaboradores,

dirigentes, fornecedores ou prestadores de serviços. O tratamento a essas denúncias é dado pelo Comitê de Ética.

As denúncias podem ser realizadas através de site na internet (www.0800brasil.com.br/ceee) ou através do telefone 0800 580 0039, onde o atendimento é realizado das 9h às 18h por analistas especializados. Essa ação permite maior transparência ao tratamento das denúncias, cujo andamento pode ser consultado mediante protocolo e senha fornecidos no momento do relato, seja qual for o meio utilizado para a denúncia (internet ou telefone) e preservado o anonimato do denunciante, evitando qualquer tipo de retaliação.

3.4.2. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A Companhia deu continuidade à implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018. A conclusão da implementação dos planos de ação é um projeto constante no Planejamento Estratégico 2021-2025, com perspectiva de conclusão no ano de 2021.

3.4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2020, a Companhia implementou o Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, com a identificação e a aprovação da Matriz de Riscos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Em novembro houve a avaliação do primeiro ciclo de monitoramento dos riscos relevantes. Ainda, em 2020 a Companhia publicou a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos.

3.4.4. Políticas

Dentre os projetos existentes e acompanhados no âmbito da Companhia, os quais decorrem de seu Programa de Integridade Corporativa, aquele relacionado à confecção de Políticas levou à aprovação junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração das seguintes Políticas, demonstrando assim seu comprometimento e contínua aplicação de boas práticas de governança:

- Política de Dados Pessoais e Privacidade
- Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos
- Política Anticorrupção

3.5. Ética

A Companhia possui um Código de Ética, o qual foi revisto e aprimorado de novembro de 2020 a janeiro de 2021, sendo aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro. O código está disponível a todos os interessados através do site www.ceee.com.br.

O Comitê de Ética atua nas situações nas quais se verifique conflitos ou dilemas éticos. Ele é subordinado ao Conselho de Administração e tem a responsabilidade de garantir que as políticas e práticas da organização mantenham-se alinhadas e coerentes com os princípios éticos defendidos pela Companhia. Em novembro de 2020 o Conselho de Administração reestruturou o Comitê, que passou a ser constituído por três colaboradores indicados pela Companhia. Durante o ano de 2020 foram realizadas 11 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.

3.6. Organização e Gestão

3.6.1 Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)

A Companhia mantém um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), certificado com base na norma ABNT NBR ISO 9001:2015 desde janeiro de 2010, com o objetivo de melhorar o desempenho dos processos e aumentar continuamente a satisfação dos consumidores. Para isso, sistematicamente a Companhia realiza ampliações no escopo de certificação do seu Sistema de Gestão, incluindo no seu escopo processos além daqueles exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2020, a Companhia ampliou o escopo do SGQ com a inclusão do processo de ressarcimento de danos de bens elétricos, recebendo, em 13 de novembro, a certificação pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, organismo certificador contratado para realizar as auditorias externas e verificar a conformidade do Sistema de Gestão.

Em fevereiro de 2021 ocorreu a auditoria de manutenção da certificação ISO 9001, para o seguinte escopo: Coleta dos dados e apuração dos indicadores de continuidade, individuais e coletivos, do fornecimento de energia elétrica; Coleta dos dados e apuração dos padrões de atendimento comercial; Coleta e geração dos dados para apuração dos indicadores de qualidade do atendimento telefônico; Avaliação técnica de equipamentos de medição; Tratamento de reclamações dos consumidores; Tratamento de reclamações Ouvidoria e Ressarcimento de danos de bens elétricos. A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da Distribuidora foi mantida.

3.6.2 Avaliação MeGA na CEEE-D

O Projeto Estratégico Gestão de Ativos proporcionou à CEEE-D a participação no processo de avaliação da Maturidade Em Gestão de Ativos (MEGA), parceria entre Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos (ABRAMAN) com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). As entrevistas de avaliação ocorreram entre os dias 05 a 09 de Outubro de 2020.

Durante a reunião de encerramento da etapa de entrevistas, realizada em 13 de Outubro de 2020, a banca responsável pelo Diagnóstico de Maturidade na Gestão de Ativos (DMGA) apresentou pontos positivos e de oportunidades de melhorias para evolução do processo na CEEE-D.

A avaliação proposta consistiu em entrevistas virtuais para verificação da maturidade da empresa na visão de especialistas que abordaram os pilares do Modelo de Excelência em Gestão (MEG 21), disciplinas e fundamentos para o adequado escopo (GFMAN 2ª edição) e requisitos de classe mundial para Sistema de Gestão de Ativos (série ISO 55).

O Diagnóstico é insumo para o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE. Para o ciclo 2021 o Projeto Estratégico Gestão de Ativos pretende melhorar a maturidade da Companhia no tema.

3.6.3 Reestrutura Organizacional

A Área de Distribuição promoveu uma reestrutura organizacional, a qual foi aprovada em 23 de setembro de 2020 e entrou em vigor a partir de 01 de novembro de 2020. A referida reestrutura representou uma significativa redução de funções gratificadas (FGs) e trouxe consigo uma redução econômica na ordem de R\$ 4,5 milhões ao ano, considerando os encargos. Esta reformulação teve por objetivo trazer maior celeridade às atividades competentes à logística e suprimentos de materiais, além de uniformização da organização aos demais processos da CEEE-D.

3.7. Contrato de Compartilhamento

Em 01 de julho de 2020 foi assinado novo Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos entre as empresas CEEE-D e CEEE-GT, o qual foi anuído pela ANEEL em 06 de novembro de 2020, através do Despacho 3.168. O objeto do contrato é o compartilhamento dos recursos humanos alocados nas denominadas áreas meio: Presidência; Diretoria Administrativa; Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais e Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, bem como a infraestrutura administrativa relacionada a estes recursos humanos. Em termos de infraestrutura, trata-se de despesas administrativas com a sede principal, materiais, serviços e telecomunicações.

O critério de rateio das despesas seguiu os preceitos da Resolução Normativa – REN ANEEL nº 699/2016, que regulamenta os negócios jurídicos entre partes relacionadas, resultando em 52,97% para a CEEE-D e 47,03% para a CEEE-GT. O valor total da despesa compartilhada é de R\$ 189,2 milhões, conforme dados do Balancete Mensal Padronizado – BMP de dezembro de 2019. Aplicando os percentuais supracitados e o critério matemático da REN nº 699/2016, a CEEE-D é credora de R\$ 7,1 milhões anuais.

O compartilhamento entre CEEE-D e CEEE-GT remonta à desverticalização da CEEE em novembro de 2006. Os contratos firmados vigoraram até 06 de dezembro de 2011. As empresas, embora a inexistência de contrato firmado, permaneceram com a infraestrutura e os recursos humanos compartilhados. Assim, havia uma vacância temporal de serviços recíprocos que foi recuperada financeiramente entre as empresas, relativo ao período decorrido entre 01 de agosto de 2013 a 30 de junho de 2020, através do Termo de Acordo e de Reconhecimento de Dívida firmado em 25 de setembro de 2020 e anuído pela ANEEL em 11 de março de 2021 através do Despacho nº 665. O valor atualizado da cobrança retroativa é de R\$ 47,68 milhões, a crédito da CEEE-D, o qual foi abatido do saldo devedor do Contrato de Mútuo em 11 de março de 2021.

4. Desempenho Operacional

4.1. Setor de Energia Elétrica no Brasil

O setor elétrico brasileiro está estruturado para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, a modicidade tarifária e de preços e, também, para promover a inserção social por meio de programas de universalização do atendimento.

No segmento de distribuição, de acordo com os dados informados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o ano de 2020 fechou com queda de 1,6% no consumo nacional de energia elétrica.

O consumo residencial de energia elétrica no Brasil apresentou crescimento de 4,1% frente à 2019, impulsionado pela permanência das pessoas em casa realizando *Home Office* e aulas remotas em função das medidas de isolamento impostas pela pandemia da COVID-19. A região sul do país apresentou incremento de 4,0% nessa classe.

O consumo de energia industrial no Brasil, por sua vez, apresentou queda de 1,1% em 2020 frente a 2019. Na região sul, o resultado da indústria foi ainda mais baixo, encerrando o ano com retração de 1,6%, comparado ao ano anterior.

O consumo comercial no Brasil, classe mais impactada pela crise sanitária de 2020 em função das restrições de funcionamento impostas ao longo do ano, apresentou queda de 10,5% em relação ao ano passado. Na região sul do país essa queda foi de 7,5%.

As demais classes fecharam o ano de 2020 com queda de 2,3% e o consumo na região sul retraiu 1,5% em relação àquele verificado no ano anterior.

4.2 Mercado de Distribuição de Energia Elétrica

O número de unidades consumidoras faturadas em dezembro de 2020 foi de 1.763.369, apresentando crescimento de 1,15% sobre o mesmo período do ano anterior, como se pode observar na Tabela 03:

Tabela 03 – Número de Consumidores por Classe – 2013-2020

Número de Consumidores								
Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Consumidores Cativos	1.573.093	1.604.075	1.627.743	1.650.079	1.680.378	1.719.678	1.743.130	1.763.023
Residencial	1.325.987	1.352.981	1.374.764	1.394.974	1.422.587	1.457.609	1.475.401	1.494.936
Industrial	13.558	13.438	13.006	12.715	12.750	13.013	12.276	9.501
Comercial	140.911	143.831	144.646	145.371	147.099	149.365	154.852	157.067
Rural	84.310	85.362	86.774	88.146	89.043	90.915	91.812	92.414
Poderes Públicos	7.442	7.568	7.644	7.942	7.951	7.795	7.788	8.063
Iluminação Pública	94	93	92	100	96	103	98	93
Serviço Público	788	799	814	828	849	875	892	938
Suprimentos p/ agentes de distribu	3	3	3	3	3	3	11	11
Consumidores Livres	27	37	50	123	168	185	258	346
Industrial	17	22	23	54	71	79	100	119
Comercial	10	15	27	69	97	106	156	218
Rural	0	0	0	0	0	0	2	2
Serviço Público	0	0	0	0	0	0	0	7
Total	1.573.120	1.604.112	1.627.793	1.650.202	1.680.546	1.719.863	1.743.388	1.763.369
Variação	2,55%	1,97%	1,48%	1,38%	1,84%	2,34%	1,37%	1,15%

No ano de 2020 foi observado um incremento líquido de 19.981 unidades consumidoras, sendo 19.893 novos consumidores cativos e 88 consumidores livres. Desse incremento no mercado cativo, 19.535 pertencem à classe residencial, ou seja, 98% do total de número de novas unidades faturadas.

A despeito desse aumento do número de consumidores, a distribuição de energia elétrica da Companhia finalizou 2020 com variação de -2,6% em relação a 2019, finalizando o ano com a distribuição de 7.780 GWh contra 7.990 GWh verificado no período anterior.

Em função da pandemia do COVID-19, podemos observar uma diminuição no número de unidades consumidoras industriais faturadas em dezembro de 2020, demonstrando uma redução de 2.775 unidades consumidoras industriais, a queda mais expressiva dos últimos oito anos (-22,6%).

Durante o ano ocorreram migrações de 88 unidades consumidoras para o mercado livre (incremento de 34,1%), sendo 19 industriais, 62 comerciais e 07 classificadas como serviços públicos. Os números totais de cada classe de consumidores, no ano de 2020, podem ser verificados na Tabela 03.

O mercado cativo da Companhia foi bastante impactado pelas medidas impostas pela pandemia do COVID-19, finalizando o ano com a distribuição de 6.320 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.566 GWh realizada em 2019, ou seja, uma queda de 3,8% em relação ao mercado verificado em 2019. Na Tabela 04 pode ser verificado o desempenho do mercado cativo desde 2013.

Tabela 04 - Mercado Cativo e Livre – 2013/2020

Mercado Atendido									
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2020/2019 %
Energia Faturada - Cativo	7.884,50	8.166,13	7.694,78	7.161,08	6.825,97	6.824,51	6.566,43	6.319,55	-3,8%
Fornecimento	7.863,30	8.138,08	7.665,48	7.129,95	6.797,24	6.793,82	6.531,64	6.271,10	-4,0%
Residencial	2.840,12	3.066,80	2.879,62	2.924,18	2.913,12	3.003,53	3.026,22	3.148,44	4,0%
Industrial	1.460,49	1.317,44	1.154,21	739,50	575,25	519,65	432,44	329,65	-23,8%
Comercial	2.289,01	2.437,09	2.327,94	2.067,08	1.895,26	1.833,67	1.738,80	1.515,26	-12,9%
Rural	543,86	567,86	561,02	580,83	599,40	630,21	538,74	558,68	3,7%
Poderes Públicos	295,31	308,26	295,96	360,95	349,54	334,46	326,67	267,01	-18,3%
Iluminação Pública	232,78	228,97	231,60	238,00	237,68	240,86	239,08	236,82	-0,9%
Serviço Público	201,74	211,65	215,14	219,42	227,00	231,43	229,70	215,24	-6,3%
Suprimentos p/ agentes de distribuição	21,20	28,05	29,30	31,13	28,72	30,68	34,79	48,45	39,3%
Uso da Rede de Distribuição	608,13	755,08	765,04	976,04	1.366,70	1.354,33	1.423,57	1.461,30	2,7%
Energia Faturada - Livre	608,13	755,08	765,04	976,04	1.366,70	1.354,33	1.423,57	1.461,30	2,7%
Industrial	582,63	707,68	688,02	775,45	964,38	902,70	896,28	953,55	6,4%
Comercial	25,50	47,41	77,02	200,59	402,32	451,63	527,03	494,62	-6,1%
Rural	-	-	-	-	-	-	0,27	2,94	977,7%
Serviço Público	-	-	-	-	-	-	-	10,19	-
Total	8.492,63	8.921,21	8.459,82	8.137,12	8.192,67	8.178,83	7.990,00	7.780,85	-2,6%
Variação	2,5%	5,0%	-5,2%	-3,8%	0,7%	-0,2%	-2,3%	-2,6%	

Mesmo com a redução de 3,8% do mercado cativo, observa-se que duas classes apresentaram aumento em comparação ao ano anterior (Residencial e Rural), o que impediu que a queda no consumo cativo faturado da Companhia fosse ainda maior.

A classe Residencial, que corresponde a 49,8% do consumo cativo da Companhia, apresentou crescimento de 4,0% do consumo em 2020, em decorrência do modelo de home Office e recomendação de permanência de crianças e jovens em idade escolar em casa, medidas adotadas em razão do COVID-19.

O consumo Rural avançou 3,7% frente a 2019. Trata-se de uma retomada no consumo, haja vista que no ano anterior, a classe Rural havia finalizado com queda de 14,5%, em função de uma quebra de safra ocorrida por excesso de chuva em áreas de plantação de arroz.

Em contrapartida, o consumo dos consumidores cativos nas classes Industrial e Comercial apresentou forte queda em 2020. Em função das medidas de restrições que foram impostas ao longo do ano, resultando no encerramento das atividades de muitos comércios e indústrias, associadas ao lento ritmo da economia brasileira e migrações de consumidores para o mercado livre, o consumo industrial cativo caiu 23,8% em 2020, enquanto o consumo da classe Comercial Cativo teve queda de 12,9%.

O consumo cativo das demais classes apresentou retração de 7,6%. Esse resultado é explicado, principalmente, pela queda do consumo da classe Poder Público (-18,3%), que inclui órgãos públicos municipais, estaduais e federais afetados pelas restrições de funcionamento impostas pelo Estado de Calamidade decretado, e Serviço Público (-6,3%), onde ocorreu a migração de 7 unidades consumidoras para o mercado livre no ano de 2020.

O consumo dos clientes livres apresentou incremento de 2,7% em 2020. O consumo livre industrial cresceu 6,4%, principalmente em função do incremento de 19 unidades consumidoras. O consumo livre comercial foi bastante impactado pelas medidas de isolamento social, apresentando queda de 6,1% no consumo faturado do ano, apesar do incremento de 62 unidades consumidoras. Apesar do desempenho positivo dos consumidores livres nas classes Comercial e Industrial, a retração do consumo observada entre os consumidores cativos dessas classes resultou na queda de 1,3%, em relação a 2019, da Classe Industrial Total (Cativos + Livres). Já o consumo comercial total reduziu 11,5%.

4.3. Perdas

As perdas globais de energia (ou totais) correspondem ao somatório das perdas técnicas e não técnicas. Para cada uma dessas parcelas há um valor reconhecido em tarifa pela ANEEL, resultando em prejuízo para a distribuidora todo o valor que exceder a essas referências. A perda técnica é o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre a fronteira da distribuidora (fornecimento) e o ponto de consumo. As perdas não técnicas, conforme definição da ANEEL, correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas, considerando, portanto, todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento e unidades consumidoras sem equipamento de medição.

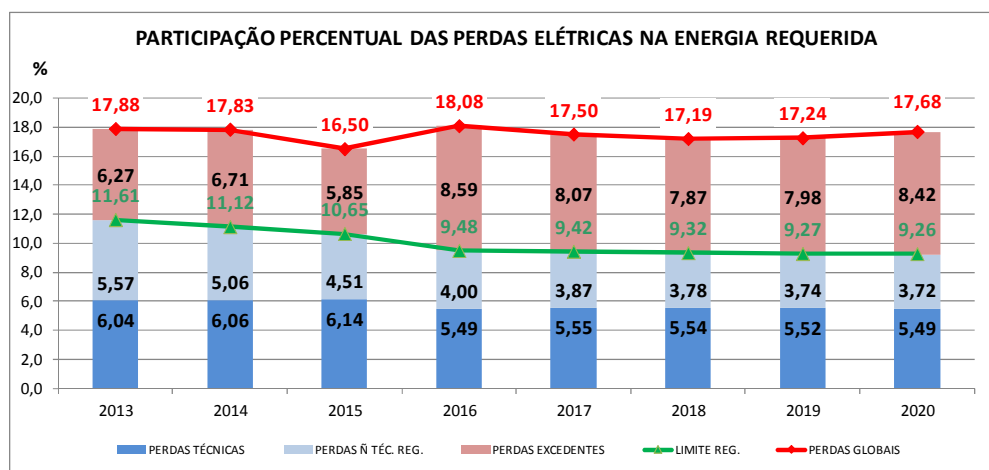
Através de estudo voltado ao comportamento de consumo no sistema elétrico brasileiro, realizado pelo Grupo de Estudo do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GESEL/RJ), foi identificado que no ano de 2020, em função da pandemia do COVID-19, diversos aspectos econômicos influenciaram na elevação dos índices de perdas comerciais de até 28,71% quando comparado os meses de maio a junho de 2019 e 2020.

Em 2020 a Companhia realizou 85,17 mil inspeções em campo, apresentando como resultado a regularização de 16,63 mil unidades consumidoras, o que corresponde a uma assertividade de 19,52% do serviço realizado. A apuração dos montantes de energia resultou na disponibilização de R\$ 42,06 milhões em cobrança.

Além das inspeções, os demais projetos voltados para a redução de perdas, como Sistema de Medição Centralizado, Sistema de Medição Indireta e Incremento da energia após a regularização, foram responsáveis por aumentar em R\$ 26,86 milhões o faturamento da Companhia.

Apesar das ações realizadas, o índice de perdas elétricas globais acumuladas em 2020, quando comparado a 2019, apresenta elevação de 0,43%.

Gráfico 01



Fonte: Coordenadoria de Regulação.

4.4. Aspectos Regulatórios

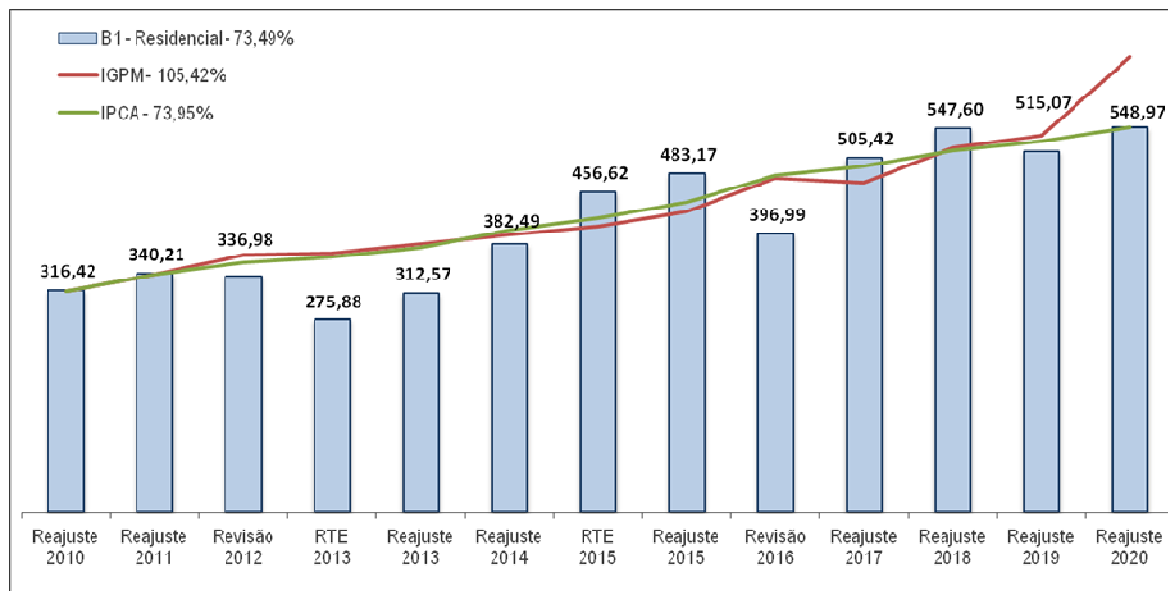
4.4.1. Reajuste Tarifário

A Companhia passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) em 2020 e teve suas tarifas homologadas em 22 de novembro, pela Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) da ANEEL. O Efeito Médio percebido pelo

Consumidor foi de 7,83%, sendo 10,54% o efeito percebido pelos consumidores conectados em Alta Tensão e 6,79% pelos clientes de Baixa Tensão. A tarifa residencial convencional, sem impostos, passou de R\$ 515,07 para R\$ 548,97 por MWh.

Como se pode verificar no Gráfico 02, a evolução da Tarifa B1 (Baixa Tensão da Classe Residencial) da Companhia nos últimos dez anos foi de 73,5%, índice abaixo da variação do IGP-M (105,4%) e do IPCA (73,9%) no mesmo período.

Gráfico 02 – Evolução tarifa residencial B1 (2010-2020)



O efeito médio ao consumidor é resultado do cálculo do reajuste econômico (variação da receita necessária para cobrir custos com Parcela A e Parcela B), acrescido do reajuste financeiro (que compensa valores da Parcela A sem a devida cobertura em anos anteriores) que se integrará por 12 meses à tarifa. Além disso, retiram-se os componentes financeiros aplicados no último reajuste.

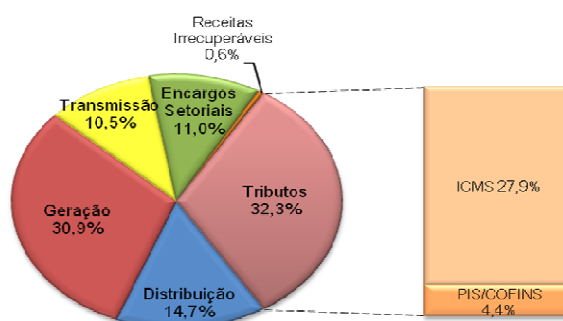
No reajuste tarifário de 2019, os componentes financeiros totalizaram R\$ 199,69 milhões. Esse valor foi cobrado do consumidor através da tarifa até 21 de novembro de 2020. No dia 22 de novembro, esses componentes financeiros foram retirados da tarifa, representando redução de 6,11% na tarifa percebida pelo consumidor. Em seu lugar, entraram os novos componentes financeiros, que totalizaram R\$60,38 milhões.

Esses novos componentes contribuíram positivamente em 1,83% para o resultado do reajuste tarifário. Merecem destaque os financeiros negativos relacionados à reversão dos valores transferidos para a Companhia de recursos da CONTA-COVID, recurso destinado ao setor elétrico para enfrentamento do Estado de Calamidade Pública decretado. Os montantes em questão equivalem aos valores recebidos pela Companhia da CONTA-COVID até a data de corte do processo tarifário, R\$177,5 milhões, devidamente atualizados pela SELIC, amenizando em - 5,41% o efeito médio percebido pelos consumidores da Companhia.

O item de maior impacto no resultado positivo do RTA 2020 foi o Custo de Aquisição de Energia (5,60%), principalmente em função do aumento do custo da energia proveniente de Itaipu que é precificada em Dólar, seguido dos custos com transmissão (4,01%). Por sua vez, os Custos de Distribuição (Parcela B), que representam a parcela que fica para a Companhia, contribuíram em 0,73% no resultado do processo tarifário.

A composição da tarifa está demonstrada no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Composição da tarifa CEEE-D – RTA 2020



4.4.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, Encargos de Serviço do Sistema (ESS) de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas. Já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha, há uma cobrança adicional proporcional ao consumo.

Em 21 de maio de 2019, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 2.551 que estabeleceu as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, com vigência a partir de junho de 2019. Os valores foram ratificados na Resolução Homologatória nº 2.628 de outubro de 2019 e estão em vigência até o momento.

Tabela 05

Cor da Bandeira	Valor (R\$/MWh)
Verde	0
Amarela	13,43
Vermelha 1	41,69
Vermelha 2	62,43

A receita total antecipada através do mecanismo de Bandeiras Tarifárias para a CEEE-D foi de R\$ 14,1 milhões, registrado até novembro de 2020. Esses recursos se relacionam à cobertura de custos associados às liquidações do Mercado de Curto Prazo, Risco Hidrológico, Encargos de Serviços do Sistema e alguns custos inerentes aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEAR-D). Não tivessem sido antecipados tais valores à concessionária, tais custos teriam sido repassados ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual, acrescidos de correção financeira. Dessa forma, o mecanismo de Bandeiras Tarifárias beneficia a distribuidora e seus consumidores, contribuindo para a modicidade tarifária.

4.4.3 Compra de Energia

O portfólio de contratos da Companhia é composto pelos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), Contratos Bilaterais e cotas de energia provenientes de Itaipu, Proinfa, Angra I e II (Eletrobras Eletronuclear) e Cotas de Garantia Física.

A Tabela 06 demonstra os principais resultados em 2020 na comercialização de energia:

Tabela 06

COMPRA DE ENERGIA – 2020*		
ORIGEM	ENERGIA (MWh)	CUSTO (R\$ MIL)
Contratação líquida	9.000.669	1.857.755
Exposição de Curto Prazo - SPOT	-788.751	286.860
Total da energia comprada	8.211.918	2.144.615

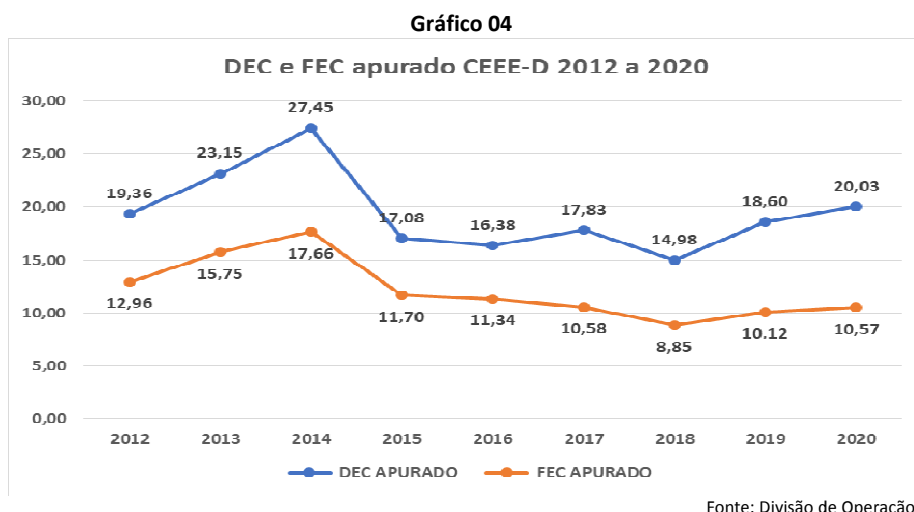
*competência janeiro a dezembro

A contratação líquida (soma do portfólio de contratos subtraído dos montantes cedidos no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D) totalizou 9.000.669 MWh, ao custo de R\$ 1,9 bilhão. Devido à situação de sobrecontratação da Companhia, ou seja, excesso de contratos em relação à carga, ocorreu compulsoriamente a venda da energia excedente no Mercado de Curto Prazo – MCP (788.751 MWh).

Apesar da energia vendida no MCP ser fonte de receita à distribuidora, os demais custos que compõem o valor pago na liquidação do Mercado de Curto Prazo excedem a referida receita. Assim, a Companhia pagou R\$ 286,9 milhões à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em razão do custo do MCP, que engloba, entre outras rubricas, o Risco Hidrológico e os Encargos de Serviços do Sistema. Com isso, o total de energia comprada foi de 8.211.918 MWh, perfazendo um custo de R\$ 2,1 bilhões.

4.4.4. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade – DEC e FEC

No Gráfico 04, são apresentados os indicadores DEC e FEC Apurados no período de 2012 a 2020. Conforme pode ser verificado, entre 2019 e 2020 ocorreu elevação do DEC Apurado, de 18,60 para 20,03 e também do FEC Apurado, de 10,12 para 10,57.



Considerando os dados dos indicadores ao final do ano de 2020, tanto os limites de DEC quanto os de FEC foram violados, em comparação aos limites estabelecidos no contrato de concessão da Companhia. As extrapolações dos limites supracitados se devem, principalmente, às condições meteorológicas desfavoráveis ocorridas ao longo de 2020 nos municípios atendidos pela Companhia.

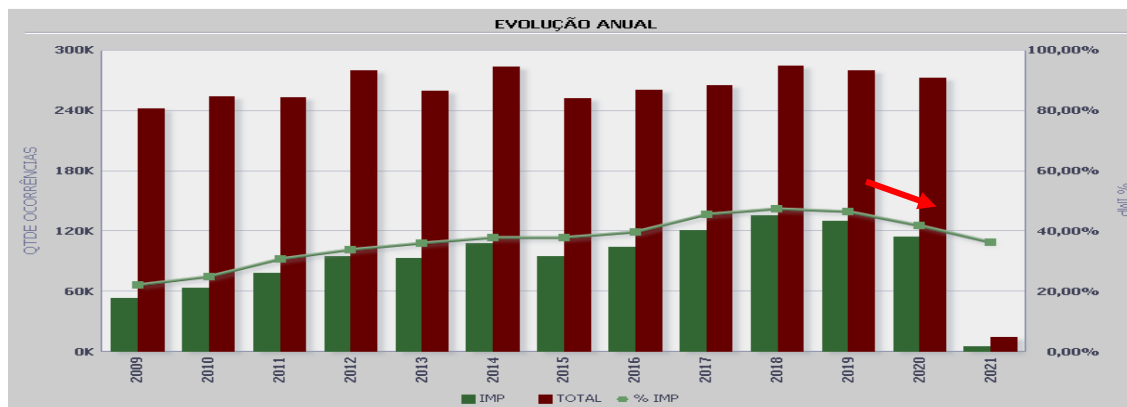
No mês de julho um ciclone-bomba atingiu o Estado do Rio Grande do Sul e teve grande repercussão nos atendimentos e, consequentemente, nos indicadores de continuidade. Durante este ano, ocorreram eventos recorrentes de baixa e média intensidade espalhados por toda a área de concessão. Apesar de constantes, boa parte desses eventos não atingiu a condição de severidade exigida pela regulação do setor elétrico para caracterização de interrupções ocorridas em situação de emergência ou mesmo, em situação de dia crítico. Esse cenário dificulta o atendimento dos serviços na rede de distribuição e implica na degradação dos indicadores de qualidade dos serviços.

Além disso, também foi um ano com quantidade elevada de ocorrências de furto de rede, casos de vandalismo com impacto bastante significativo no indicador e maior impacto da parcela externa do indicador (que corresponde às interrupções de origem externa ao sistema da distribuição como, por exemplo, defeitos em linhas de transmissão que atendem carga da CEEE-D).

4.4.5. Indicador de deslocamentos improdutivos

Em 2020, foram intensificadas as ações para a redução do número de deslocamentos improdutivos das equipes de campo. Conforme pode ser observado no Gráfico 05, houve uma redução de aproximadamente 5% do percentual de deslocamentos improdutivos em comparação com o ano anterior.

Gráfico 05 - ÍNDICE DE DESLOCAMENTO IMPRODUTIVO ANUAL



A redução dos deslocamentos improdutivos busca evitar o atendimento desnecessário das equipes de campo a fim que regularizar com mais agilidade os locais onde há realmente falha de fornecimento de energia, bem como visa reduzir custos com veículos, combustíveis e outros.

4.4.6. Questões Regulatórias Supervenientes

Em decorrência da pandemia do COVID-19, no dia 20 de março foi publicado o Decreto Legislativo nº 6 de 2020, decretando Estado de Calamidade Pública no Brasil. Tal decisão, combinada a grave crise sanitária, afetou o Setor de Energia Elétrica, em especial, os Agentes de Distribuição. De forma a manter operante a cadeia de fornecimento de energia, medidas importantes foram tomadas no âmbito regulatório ao longo de 2020 para o enfrentamento dessa situação sem precedentes.

Como primeira medida, em 25 de março foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 878/2020. Entre as regras estabelecidas por esse normativo, destacam-se o impedimento de corte de fornecimento por motivo de inadimplência de unidades consumidoras classificadas como “serviços e atividades essenciais”, nos termos do Decreto nº 10.282/2020, do Decreto nº 10.288/2020 e do art. 11 da Resolução Normativa nº 414, de 2010. Também, foi vedada a suspensão do fornecimento por inadimplemento aos consumidores residenciais, inclusive Baixa Renda, e Rurais (integrantes dos Grupos Tarifários B1 e B2). A mesma Resolução flexibilizou algumas obrigações impostas às Distribuidoras, como o pagamento de compensações por violação de prazos de serviços comerciais e a obrigatoriedade de oferecer atendimento presencial em agências, postos de atendimentos e ouvidorias.

Outra medida importante, cujo objetivo foi minimizar os impactos socioeconômicos provocados pela pandemia, foi adotada em 08 de abril de 2020. A Medida Provisória nº 949/2020 autorizou o repasse de R\$ 900 milhões da União para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Com isso, foi possível estender o benefício da tarifa social (desconto integral ao cliente Residencial Baixa Renda com consumo de até 220 kWh), sendo uma medida essencial para conter o aumento da inadimplência em 2020.

Junto à Medida Provisória (MP) nº 949/2020, foi publicada a MP nº 950/2020. Foi através desse instrumento que se aplicaram as alterações no desconto da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), de forma a garantir 100% de subsídio ao consumo até 220 kWh do cliente residencial, classificado como Baixa Renda. Entretanto, aspecto relevante dessa Medida foi a alteração da Lei nº 10.438/2002, que dispôs sobre a criação da CDE, de modo a incluir entre os objetivos da Conta a amortização de operações de crédito “vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos no setor elétrico decorrentes do estado de calamidade pública”.

Com essa alteração, criou-se espaço para que em 18 de maio de 2020 fosse publicado o Decreto nº 10.350/2020. O documento trouxe instruções sobre a criação da CONTA-COVID, atrelada à contratação emergencial de empréstimos para socorrer as distribuidoras, fortemente afetadas pela redução de mercado e aumento da inadimplência resultantes das medidas legais e regulatórias adotadas no país.

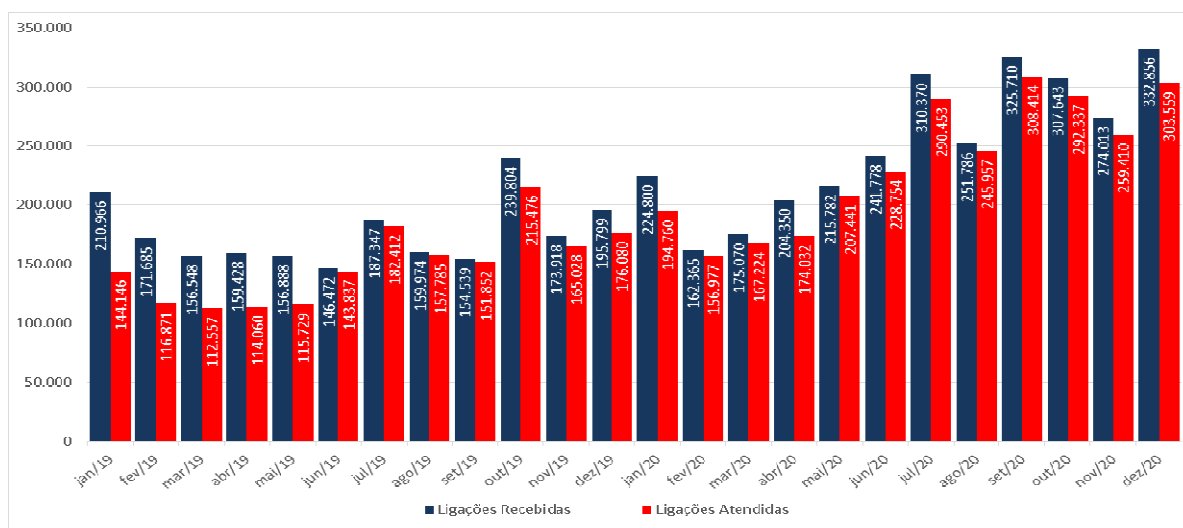
Para regulamentação dessa Conta, foi instalada pela ANEEL a Consulta Pública nº 35/2020. A consulta foi realizada em três fases. Em resultado da primeira fase, foi publicada a Resolução Normativa nº 885/2020, em 23 de junho, a qual regulamentou as operações relacionadas à CONTA-COVID. Tal medida abriu caminho para que em 22 de julho de 2020 fossem assinados os contratos das operações financeiras para socorro ao desequilíbrio financeiro das distribuidoras. A CEEE-D recebeu R\$ 228 milhões da CONTA-COVID para cobertura dos déficits provocados pela queda do consumo e aumento da inadimplência resultantes do COVID-19 e das medidas tomadas para seu combate. Cabe destacar que as fases 2 e 3 da Consulta Pública foram estabelecidas para tratar dos desequilíbrios econômicos e dos impactos da pandemia sobre as sobras contratuais de energia no setor de distribuição (sobrecontratação de energia), além da alocação de custos dessas operações de crédito na cadeia setorial. A terceira fase se estenderá até fevereiro de 2021.

4.4.7. Qualidade do Atendimento Telefônico

Desde maio de 2019, o atendimento telefônico está sendo realizado por uma empresa contratada. Desde então, os indicadores regulatórios passaram a ser atendidos.

Em março de 2020, devido à pandemia do COVID-19, o atendimento presencial foi suspenso a partir da publicação da Resolução Normativa nº 878/2020, da ANEEL, e mantido por uma liminar judicial obtida pelo sindicato da categoria. Este fato, além da alteração de comportamento dos clientes, que passaram a preferir o atendimento telefônico ao presencial, gerou um aumento expressivo no número de ligações telefônicas recebidas e atendidas a partir de março, permanecendo em crescimento até dezembro, conforme pode ser verificado no Gráfico 06.

Gráfico 06

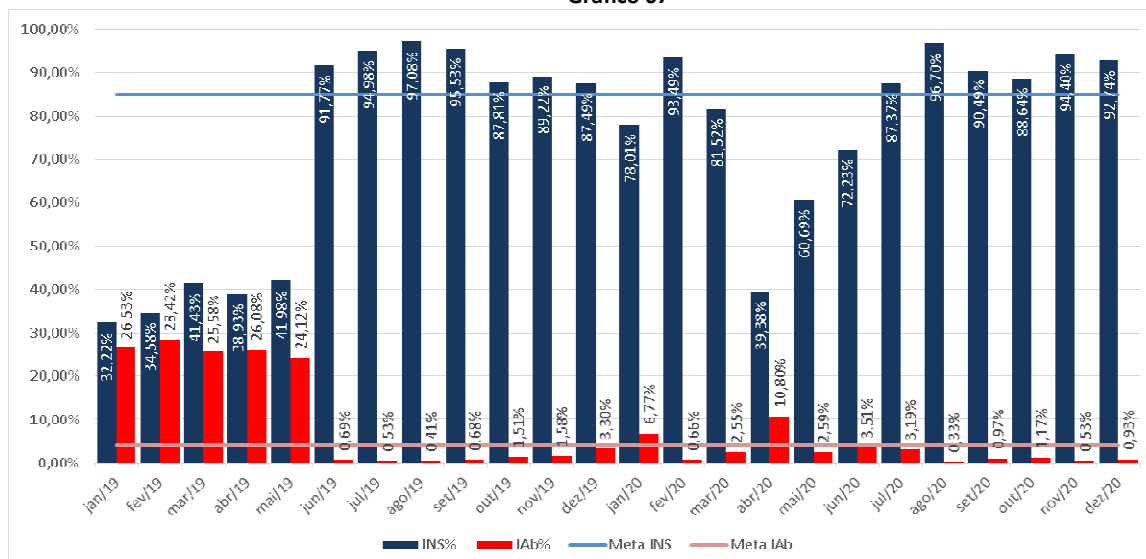


Para atender esta curva acentuada de ligações e garantir a saúde de seus colaboradores, a empresa terceirizada adotou ao regime de trabalho remoto, autorizado previamente pela Companhia e sem nenhum tipo de prejuízo, seja financeiro, de qualidade dos atendimentos ou de serviços disponibilizados aos nossos clientes. A equipe de teletendentes foi aumentada, passando de 120 em dezembro de 2019 para 250 em dezembro de 2020, com possibilidade de atingir 300 teletendentes no primeiro trimestre de 2021. Toda esta força de trabalho está distribuída nos 07 dias da semana, 24 horas por dia.

Em março de 2020 foi publicada a REN nº 878 da ANEEL, que estabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19. Dentre estas medidas, foi suspensa a exigibilidade do cumprimento dos indicadores de atendimento telefônico, definidos na REN nº 414, de 2010 da ANEEL, sendo que a suspensão vigorou até julho de 2020.

Cabe destacar que em julho de 2020 o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por dois ciclones extratropicais que causaram estragos na área de concessão da CEEE-D. Mesmo com esses dois momentos de grande demanda de ligações, os indicadores de julho a dezembro de 2020 foram atingidos.

Gráfico 07



5. Investimentos

Em 2020, o valor total investido pela Companhia, em Redes de Distribuição de Baixa Tensão, Média Tensão e Alta Tensão foi de R\$ 156 milhões¹.

Para o Sistema de Distribuição em Alta Tensão, ao final de 2020 foi concluída a obra da Linha de Transmissão Quinta – Pelotas 1, a qual foi energizada em 19 de janeiro de 2021. Com a energização, a Companhia deixou a Costa Doce preparada para atender a demanda do período de verão, aumentando de forma significativa a disponibilidade e a confiabilidade do sistema, beneficiando 137 mil clientes do município de Pelotas, atendidos pelas subestações Pelotas 1, Pelotas 2 e Pelotas 5.

Além da conclusão desta, está em andamento a construção ou recondutoramento de outras 11 (onze) novas obras de Linhas de Transmissão. No Quadro 01 são apresentadas essas principais obras do Sistema de Distribuição em Alta Tensão:

Quadro 01

Capacidade de Transmissão Expandida - Linhas de Transmissão			
Linha Transmissão - Trecho	Extensão (km)	Discriminação	Situação
LT 138kV QUINTA - PELOTAS 1	39,6	Reisolamento	Concluída
LT 69kV CHARQUEADAS 2 - AREAL	30	Construção	Em andamento
LT 69kV QUINTA - YARA	24,3	Construção	Em andamento
LT 69kV VIAMÃO 3 - ÁGUAS CLARAS	21,7	Construção	Em andamento
LT 69kV PORTO ALEGRE 14 - DMAE	8,3	Construção	Em andamento
LT 69kV JARDIM BOTÂNICO - IGUATEMI	2,46	Construção	Em andamento
LT 69kV CAMAQUÃ 3 - CAMAQUÃ 1	1,55	Recondutoramento	Em andamento
LT 138 kV RAMAL SALSO	0,2	Construção	Em andamento
Integrações 138kV SE CAPIVARI DO SUL	5,7	Construção	Em andamento
Integrações 69kV SE TORRES 2	5,5	Construção	Em andamento
Integrações 69kV SE CHARQUEADAS 3	0,6	Construção	Em andamento
Integrações 69kV SE PORTO ALEGRE 1	0,4	Construção	Em andamento
Total	140,31	Extensão em quilômetros	

A expansão em subestações de Distribuição foi de 66.000 kVA (Quilovolt-ampère), ou seja, 66,00 MVA (Mega Volt Amperes) com a conclusão e energização de 03 (três) novas subestações, sendo:

- Subestação 138kV Pelotas 1: A nova Subestação foi energizada em 15 de agosto de 2020, com a instalação de 02(dois) transformadores de 31,25MVA e de 11 (onze) módulos de alimentadores em 13,8 kV. A obra beneficiou 122 mil clientes da região, dos quais 51 mil têm impacto direto.

¹ Valores considerando a base contábil.

- Subestação 69kV Pinhal: A ampliação da Subestação foi energizada em 23 de dezembro de 2020, com a instalação de 02 (dois) transformadores de 25 MVA, que substituíram os antigos, de 17 MVA. A melhoria beneficia mais de 45 mil clientes dos municípios de Balneário Pinhal, Cidreira e de parte de Palmares do Sul.
- Subestação 69kV Porto Alegre 16: A ampliação da Subestação foi energizada em 06 de janeiro de 2021, com a instalação de 01 (um) transformador de 50 MVA em um novo setor 69kV. A ampliação beneficia 16 mil clientes e visa aumentar a confiabilidade e a capacidade da subestação.

Além da conclusão das obras supracitadas, está em andamento a construção ou ampliação de outras 10 (dez) Subestações. No Quadro 02 são apresentadas as principais obras de Subestações de Distribuição no ano de 2020:

Quadro 02

Capacidade de Transmissão Expandida - Subestações			
Subestação	Potência Adicional (MVA)	Obra	Situação
SE 138kV PELOTAS 1*	62,5	Construção	Concluída
SE 69kV PINHAL	16	Ampliação	Concluída
SE 69kV PORTO ALEGRE 16	50	Ampliação	Concluída
SE 69kV YARA	75	Construção	Em andamento
SE 69kV PORTO ALEGRE 20 (AEROPORTO)	50	Construção	Em andamento
SE 69kV PORTO ALEGRE 7	50	Ampliação	Em andamento
SE 69kV OSÓRIO 1	15	Ampliação	Em andamento
SE 138kV SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	15	Ampliação	Em andamento
SE 69kV GUAÍBA 1	15	Ampliação	Em andamento
SE 69kV SÃO LOURENÇO	15	Ampliação	Em andamento
SE 138kV SALSO	12,5	Construção	Em andamento
SE 69kV DMAE**	12,5	Construção	Em andamento
SE 69kV HOSPITAL DE CLÍNICAS – UFRGS**	40	Construção	Em andamento
Total	366	Potência em Mega Volt Ampere	

*A potência mencionada para essa Subestação refere-se à melhoria gerada pelo incremento na instalação de novos transformadores, porém, devido à desativação de transformadores existentes, não houve aumento de potência de transformação, portanto não foram consideradas na somatória apresentada.

** A potência mencionada para estas Subestações refere-se à melhoria gerada e a disponibilidade de carga a um cliente particular. O setor de Alta Tensão 69kV é operado e mantido pela CEEE-D.

5.1. Modernização Tecnológica

Em 2020 a Companhia desenvolveu e implementou algumas ações com foco na segurança de dados, melhoria no atendimento aos clientes e melhoria dos processos, buscando maior agilidade aliada à redução de custos.

Uma das ações realizadas foi o cadastro massivo de fatura por e-mail para clientes com débito automático, o que foi possível através da edição da Resolução Normativa ANEEL nº 878/2020. Esta ação atingiu 120,84 mil unidades consumidoras, o que representa 6,85% da carteira de clientes da Companhia. Estima-se que com essa ação haja uma redução de custos na ordem de R\$ 1,15 milhão.

Em relação aos sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e Comercial (SGC), ao longo do ano foram implementadas melhorias, além da consolidação de painéis de indicadores que auxiliam a gestão no monitoramento do desempenho operacional e estratégico da Companhia.

Visando garantir a segurança dos Sistemas Corporativos, foram realizadas atualizações de versões dos Sistemas e Banco de Dados, além da consolidação na utilização da ferramenta de prevenção a vazamento de dados (Data Loss Prevention – DLP), a qual realiza o monitoramento e controle de todas as informações trafegadas através das portas USB dos computadores.

Como outras ações realizadas para a segurança da Tecnologia da Informação, foram realizadas modernizações na análise de e-mails e de servidores de arquivos. Para os e-mails foi adquirida e implantada uma nova solução de Anti-spam. Já para os servidores de arquivos foram adquiridos e implantados novos *Storages* para armazenamento e backups de dados, bem software para backup/restore.

Para garantir a segurança dos backups dos sistemas corporativos, iniciou-se em 2020, com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2021, um projeto para realizar a guarda dos backups corporativos em um segundo ambiente. Denominado de “Backup Externo”, este projeto é composto de rack inteligente (com nobreak, climatização,

controle/combate a incêndio e monitoramento) e *Storage* para armazenamento dos backups dos sistemas corporativos.

O novo Portal de Internet, que modernizou o acesso às informações da Companhia, de forma mais fácil, célere e com acessibilidade, entrou em operação em maio de 2020. O projeto foi desenvolvido pelos próprios colaboradores, com adoção de tecnologia Open Source, gerando um custo mínimo para a Companhia.

Em 01 de dezembro de 2020 foi realizada a conclusão do Projeto Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Subtransmissão (Mobilidade). O Projeto consistiu na implantação de solução de tecnologia móvel, integrada ao Módulo de Manutenção (SAP/PM), o que permite que as ordens de serviço de manutenção e inspeção das instalações e equipamentos de Distribuição de Alta Tensão, antes geradas e controladas através de fluxos “mistos”, passem a ser viabilizadas de forma totalmente digital, incluindo a distribuição para as equipes, registro do serviço realizado em tempo real e geração automática de relatórios.

6. Balanço Social – Indicadores Sociais

Balanço Social						
1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2020 (valor em mil R\$)			Dezembro 2019 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	3.514.445			3.388.151		
Resultado operacional (RO)	(645.319)			(557.551)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	338.184			345.715		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Plano de Saúde	9.663	3%	0%	9.976	3%	0%
Saúde e Segurança Ocupacional	64	0%	0%	77	0%	0%
Serviços Médicos e Laboratoriais	546	0%	0%	761	0%	0%
Vestuíário, EPIs e Equipamento de Proteção	1.893	1%	0%	2.566	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	14	0%	0%	27	0%	0%
Alimentação	32.105	9%	1%	33.017	10%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	2.691	1%	0%	2.965	1%	0%
Previdência Privada	118.684	35%	3%	128.075	38%	4%
Encargos Sociais Compulsórios	89.950	27%	3%	92.981	27%	3%
Participação nos Lucros ou Resultados	56	0%	0%	5.413	2%	0%
Vale Transporte - Excedente	272	0%	0%	928	0%	0%
Outros Benefícios	6	0%	0%	63	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	255.944	76%	7%	276.849	82%	8%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	8.176	n/a	0%	4.707	n/a	0%
Cultura	396	n/a	0%	419	n/a	0%
Total das contribuições para a sociedade	8.572	n/a	0%	5.126	n/a	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.966.069	n/a	56%	2.000.059	n/a	57%
Total - Indicadores sociais externos	1.974.641	n/a	56%	2.005.185	n/a	57%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Meio Ambiente	129	n/a	0%	179	n/a	0%
Poda e Desmatamento	8.828	n/a	0%	9.933	n/a	0%
Eficiência Energética	374	n/a	0%	50	n/a	0%
Outros	158	n/a	0%	221	n/a	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	9.489	n/a	0%	10.383	n/a	0%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2020			2019		
Nº de empregados(as) ao final do período*	2.186			2.238		
Nº de admissões durante o período	3			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.600			1.700		
Nº de estagiários(as)	105			121		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.012			846		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	447			461		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,54%			18,65%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	107			111		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,46%			3,78%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	39			39		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2020			Em 2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,46			30,03		
Número total de acidentes de trabalho**	14			11		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 30.167	no Procon	na Justiça	na empresa 47.435	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa 100%	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020: R\$ 2.553.181			Em 2019: R\$ 2.923.702		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	92,16% governo (62,05)% acionistas	16,41% colaboradores(as) 53,48% terceiros	__% retido	89,92% governo (37,03)% acionistas	15,45% colaboradores(as) 331661% terceiros	__%
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2020			Em 2019		
Graduados	1.219			1.209		
Ensino Médio	905			966		
Ensino Fundamental	55			56		
Ensino Fundamental Incompleto	7			7		
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas às receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.						
** Acidentes com perda de tempo						

6.1. Indicadores Sociais

6.1.1. Perfil da Força de Trabalho

A Companhia encerrou o ano de 2020 com 2.186 colaboradores, sendo que a força de trabalho é formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, representando uma equipe multidisciplinar.

Sendo uma Sociedade de Economia Mista, a contratação de novos colaboradores se dá mediante a realização de concursos públicos. Em razão deste fato, a taxa de rotatividade (*turnover*) é historicamente baixa e, assim como nos anos anteriores, manteve-se neste padrão, representando como taxa média 0,11%.

Na Companhia inexistem Cargos em Comissão (CC's), mediante a ausência de lei específica criando esses cargos, consoante disposição do artigo 32 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

Abaixo, algumas características dos nossos colaboradores:

Gênero

Tabela 07

Gênero	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Feminino	117	331	448
Masculino	151	1587	1738
Total	268	1918	2186

Faixa Etária

Tabela 08

Faixa Etária	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
20-30	2	22	24
31-40	94	565	659
41-50	114	829	943
51-55	28	250	278
56-60	20	173	193
61 +	10	79	89
Total	268	1918	2186

As faixas etárias de 31 a 40 anos e de 41 a 50 anos são as que detêm a maior parcela de colaboradores, representando 30,15% e 43,14%, respectivamente.

Tempo de Empresa

Tabela 09

Tempo de empresa	Área Meio - D	Área Fim - D	Total geral
01-10	41	356	397
11-20	193	1382	1575
21-30	8	72	80
31-40	22	98	120
41+	4	10	14
Total geral	268	1918	2186

Um total de 72,05% da força de trabalho possui de 11 a 20 anos de tempo de empresa.

Escolaridade

Tabela 10

Grau de instrução	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Pós-Graduação/ Espec	87	103	190
Superior completo	144	885	1029
Ensino médio Técnico	10	682	692
Ensino médio completo	25	188	213
EF completo 9º ano	02	53	55
EF incompleto (6-9)	00	07	7
Total	268	1918	2186

Da totalidade de colaboradores, observa-se que 47,07% possuem nível de instrução superior e 8,69% com nível de instrução de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado).

6.1.2. Remuneração e Pacote de Benefícios

6.1.2.1. Remuneração

A política de remuneração, mediante o Plano de Cargos e Salários – PCS, implementado em 2006, apresenta diretrizes acerca do enquadramento e da evolução ocupacional e salarial dos empregados. Do sistema de promoções do PCS, as dinâmicas ocorrem pelos seguintes tipos: antiguidade em anos pares que permite um reajuste de até 3%, merecimento em anos ímpares que permite um reajuste de até duas referências salariais, e, desenvolvimento profissional em dinâmica mensal conforme vagas e pontuação.

Em 2020, foram promovidos pelo PCS, a título de antiguidade, 2227 colaboradores, representando um incremento de 3,17% na rubrica Antiguidade PCS. Quanto ao desenvolvimento profissional foram promovidos 24 colaboradores, conforme demonstrado na tabela 11.

Tabela 11

Carreira/Nível	Pleno	Sênior	Total
Administrativa	07	00	07
Operacional	12	00	12
Técnica	04	01	05
Superior	00	00	00
Total	23	01	24

6.1.2.2. Pacote de Benefícios

Os benefícios ofertados pela Companhia estão amparados sob o aspecto legal e previstos em acordos sindicais.

Principais Benefícios oferecidos pela CEEE-D

Assistência Médica e Odontológica	Gratificação Especial
Vale-refeição e Alimentação	Incentivo à Instrutoria Interna
Vale-transporte	Auxílio a Colaboradores Pais de Pessoas com Deficiência
Auxíliocreche	Auxílio a Colaboradores com Deficiência Física
Ajuda de Custo	Empréstimos Consignados
Previdência Privada	Gratificação para Trabalho nas Redes Subterrâneas

6.1.3. Carreira e Desenvolvimento

6.1.3.1. Oportunidade de Atuação em Liderança e Assessoramento

A Companhia possui na sua estrutura organizacional 261 posições referentes a funções de confiança com natureza gerencial ou de assessoramento, sendo que em 2020 houve uma redução de 109 funções gratificadas como resultado da reestruturação organizacional.

Tabela 12

Gênero	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Feminino	39	18	57
Masculino	36	168	204
Total	75	186	261

6.1.4. Desenvolvimento dos Colaboradores

A Companhia promoveu a capacitação profissional dos seus empregados, através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências alinhadas às atividades desenvolvidas na organização.

Em 2020, foi realizada a carga horária total de treinamentos de 20.411 horas, representando a média de horas de 15,70 por empregado.

Na tabela 13, na coluna Média de Horas de Treinamento/Participantes é apresentada a média de horas de treinamentos que o empregado esteve em treinamento na sala de aula. Enquanto na coluna Média Treinados Ativos/Participantes é apresentado o percentual de empregados treinados, com relação ao total de empregados ativos.

Tabela 13

CEEE Distribuição/2020					
MÊS	Total de Carga Horária	Participantes	Total de Colaboradores Ativos	Média de Horas de Treinamento Participantes	Média Treinados Ativos / Participantes
JAN	464	41	2.235	11,32	1,83%
FEV	1.484	174	2.227	8,53	7,81%
MAR	2.873	685	2.220	4,19	30,86%
ABR	4.234	1.421	2.219	2,98	64,04%
MAI	1.302	217	2.220	6	9,77%
JUN	2.890	540	2.218	5,35	24,35%
JUL	1.348	217	2.213	6,21	9,81%
AGO	254	44	2.201	5,77	2,00%
SET	1.048	176	2.200	5,95	8,00%
OUT	2.920	360	2.196	8,11	16,39%
NOV	956	224	2.191	4,27	10,22%
DEZ	638	73	2.186	8,74	3,34%
TOTAL	20.411	4.172	2.186	6,45	15,70%

Devido à pandemia do COVID-19, os treinamentos previstos para o ano de 2020 tiveram que ser adequados para o formato online, tendo em vista a restrição de encontros presenciais, conforme Decreto Estadual nº 55.154 de 1º de abril de 2020, art. 7º.

Com isso, a área de desenvolvimento de pessoas, em parceria com a área de tecnologia de informação, adequou os treinamentos para a plataforma Webex, o que permitiu a realização de treinamentos fundamentais para a Companhia, como a preparação para o atendimento à Norma ISO 9001, curso de Vistoria e Ressarcimento de Danos, Gestão de Ativos, dentre outros.

6.1.5. Programa de Aposentadoria e Desligamento (PDI)

A Companhia estruturou e aprovou junto ao Governo do Estado e do seu Conselho de Administração um Plano de Demissão Consensual Incentivado (PDCI), sendo este apresentado pela Diretoria Executiva aos representantes dos sindicatos em 26 de novembro de 2020. Contudo, ele não foi perfectibilizado, pois os sindicatos não firmaram a proposta do Programa via acordo coletivo de trabalho..

6.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem por objetivo promover o uso eficiente da energia elétrica nos diversos setores econômicos por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica da melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Por meio do programa é promovida a transformação do mercado de eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de inovações tecnológicas, hábitos e atitudes racionais do uso de energia elétrica, maximizando os benefícios públicos da demanda evitada e da energia economizada. Desde a regulamentação da Lei 9.991/2000, a Companhia vem realizando ações educacionais e promovendo a substituição de equipamentos com baixo rendimento energético em sua área de concessão.

Em 2020 foram aplicados R\$ 475,17 mil na conclusão do projeto CEEE Distribuição em Casa – Fase II. Este projeto gerou, dentre os anos de 2018 e 2020, uma economia total de energia de 5.387,44 MWh/ano e de 1.151,47 kW no horário de ponta do sistema energético, através da substituição de 216,5 mil lâmpadas, 6.700 geladeiras e 1.350 freezers por produtos similares com melhor desempenho energético.

Foi realizada a contratação e iniciada a execução da eficientização energética do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), em Porto Alegre/RS, no valor de R\$ 377,24 mil. A previsão de economia de energia elétrica é de 222,92 MWh/ano e de 26,81 kW no horário de ponta do sistema energético, por meio da substituição de 12.040 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

Além desses valores, foram repassados R\$ 6.667.388,72 ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme definido pela Lei 13.280/2016.

6.3. Pesquisa e Desenvolvimento

A CEEE-D aplicou R\$ 6,21 milhões durante o ano de 2020 em projetos com foco em inovações de forma a enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, tendo concluído o projeto “*Controle dinâmico inteligente para reguladores de tensão e sistemas supervisórios (CDI-RT) em ambiente Smart Grid*”, executado pela Universidade Federal Santa Maria – UFSM.

Os seguintes projetos de P&D estão em andamento com um investimento previsto na ordem de R\$ 28.38 milhões para os próximos anos::

- Rota Elétrica Mercosul - O contrato foi assinado em 11 de setembro, após recebimento da anuência da ANEEL, em 04 de setembro, para realização do projeto na CEEE-D. O projeto se destina ao suporte ao Desenvolvimento e Gerenciamento para Mobilidade Inteligente, tendo como executora a Universidade Federal Santa Maria – UFSM. O projeto contempla o desenvolvimento de uma Rota Elétrica contendo pontos de abastecimento que permitem o deslocamento de veículos elétricos entre os municípios de Torres, divisa do estado do Rio Grande do Sul - RS com Santa Catarina - SC, até as fronteiras com o Uruguai, através dos municípios de Chuí e Jaguarão. Estão previstas estações de recarga rápida e semirrápida, alocadas estrategicamente para abastecer os veículos elétricos ao longo do trajeto. Esta Rota Elétrica permitirá a conexão Brasil (PR, SC e RS) ao Uruguai, Argentina e Paraguai.

- Inserção da geração solar fotovoltaica urbana conectada a rede em Porto Alegre – FASE II. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Rio Grande Sul – UFRGS. O projeto desenvolveu uma Usina Solar Fotovoltaica de 550kWp que está em operação no Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF do Estado do Rio Grande do Sul;
- Desenvolvimento de uma metodologia para automatização dos procedimentos de manobra em redes de distribuição e integração no ambiente computacional SIGPROD. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Interligação de Subestações de Sistema Reticulado Subterrâneo através de Rede de Comunicação PLC (Power Line Communication) operando sobre o barramento de Média Tensão. Executora: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG;
- Ferramenta Computacional de Gestão Online e Automatizada de Manejo de Vegetação para Mitigação de Conflitos com a Rede Elétrica. Executora: Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC;
- Desenvolvimento de uma plataforma de rastreamento e gerenciamento de ativos automatizada, para sistemas de energia elétrica. Executora: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC;
- Valoração dos impactos da geração distribuída no equilíbrio econômico-financeiro da distribuidora com proposição de novos modelos de negócio e mudança regulatória nacional. Executoras: Universidade Federal Santa Maria – UFSM e CIBIOGÁS;
- Avaliação de desempenho de Linhas de transmissão/subtransmissão frente a descargas atmosféricas, considerando o aterramento formado por protótipo desenvolvido pela CEEE. Executora: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
- Estimação de Estados Embarcada e Avaliação de Perdas Técnicas em Tempo Real em Blocos de Cargas Supridos Por Equipamentos Especiais Telecomandados. Executora: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e ARQUIA;
- Processo estruturado para identificação de *outliers* na análise de grandes bancos de dados (BDA) utilizando procedimentos de *data mining*, agregando a informações de redes sociais. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Repontencialização dos Sistemas Monofásicos com Retorno por Terra (MRT) Ou Neutro (MRN): Uma proposta não Convencional para a Transmissão Trifásica Rural que Utiliza Somente Dois Condutores Aéreos. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Avaliação de Novos Atributos para Metodologia de Análise Comparativa de Desempenho Considerando as Características Técnicas e Geográficas da Área de Concessão da CEEE-D e do Rio Grande do Sul. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Planejamento Integrado para Definição de Obras de Expansão na Rede de Distribuição Considerando Critérios Probabilísticos. Executora: Universidade Federal do Rio Grande Sul – UFRGS;
- Inserção no Mercado do Sistema de Monitoramento e Supervisão de Unidades Transformadoras e Subestações de Energia (UTSE). Executora: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI;
- Sistema de Descoberta de Conhecimento para Apoio a Tomada de Decisões Aplicado ao Controle de Operações do Sistema Duplo Radial Subterrâneo de Média Tensão. Executora: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

7. Desempenho Econômico e Financeiro

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ (1.622.898) milhões no encerramento do exercício de 2020, representando um aumento do mesmo de 49,92% ante o prejuízo de R\$ (1.082.512) milhões no mesmo período de 2019.

Durante o exercício de 2020 os fatores de maior relevância que levaram ao resultado líquido negativo da Companhia, foram:

- a redução de mercado e maior inadimplência, efeitos diretos da pandemia;
- o acréscimo das despesas operacionais, especialmente o incremento das provisões para contingências, resultante do ingresso de novos processos de origem trabalhista e cível e da revisão de premissas dos cálculos das provisões destes litígios;
- a elevação do resultado financeiro, em consequência da inadimplência dos tributos (ICMS) e da variação cambial negativa dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

O Ebitda (resultado antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$ (537.619) milhões em 2020 comparado aos R\$ (420.266) milhões em 2019, representando uma variação de 27,92% no período.

A receita operacional líquida da distribuidora no exercício de 2020 foi de R\$ 3.514.445 milhões, incremento 3,73% frente aos R\$ 3.388.151 milhões apresentados no exercício de 2019.

O custo do serviço de energia elétrica apresentou incremento de 1,66%, totalizando R\$ 3.574.589 milhões no exercício de 2020 comparados aos R\$ 3.516.299 milhões em 2019. Este aumento ocorreu, principalmente, devido aos reflexos da variação cambial negativa sobre a compra de energia elétrica de Itaipu e sobre o reajuste dos encargos de uso do sistema de transmissão para o ciclo 2020-2021, homologado pelo Órgão Regulador por meio da Resolução Homologatória nº 2.725/2020 em favor das transmissoras.

Os custos gerenciáveis (custos e despesas operacionais) apresentaram variação de 9,77%, somando R\$ 1.408.643 milhões em 2019 comparados aos R\$ 1.283.272 milhões em 2019.

A distribuidora reportou investimento de R\$ 156 milhões no ano de 2020, entre ativos da concessão e ativos da concessionária, que representou aumento de 5,4% em relação a 2019.

O endividamento com instituições financeiras se aumentou em 20,35%, passando de R\$ 784.422 milhões do exercício de 2019 para R\$ 944.110 milhões no exercício de 2020, devido à variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira.

7.1 Resultados do Exercício

7.1.1. Receita Bruta

A Receita Bruta da CEEE-D registrou no exercício de 2020 uma redução de 2,15%, apresentando um montante de R\$ 5.824.694 milhões ante um total de R\$ 5.952.859 milhões em 2019. A variação observada justifica-se essencialmente à (o):

Impactos Negativos:

- Fornecimento de Energia – a variação negativa de 3,09% na rubrica decorre da aplicação do reajuste tarifário negativo, vigente no período de novembro de 2019 a novembro de 2020 e da retração de consumo, principalmente nas classes industrial e comercial.
- Energia Elétrica de Curto Prazo – houve redução de 46,53% devido ao menor volume de sobras de energia com o valor do Preço de Liquidações e Diferenças – PLD também apresentando valores menores aos praticados no exercício anterior.

Impactos Positivos:

- Outras Receitas Operacionais – a variação positiva de 56,21% é resultado dos aumentos dos valores de repasse do subsídio tarifário de CDE e do subsídio tarifário baixa renda.

7.1.2 Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 2.310.249 milhões em 2020, frente aos R\$ 2.564.708 milhões de 2019, refletindo a redução de 9,92%. Esta variação resulta do efeito combinado de duas componentes, a redução da quota CDE em 19,50%, dos ICMS em 7,99% e do PIS e COFINS em 2,29%.

7.1.3. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida obteve variação positiva de 3,73% em consequência das variações da Receita Bruta e Deduções da Receita Operacional, conforme explicado anteriormente.

7.1.4. Custo do Serviço de Energia Elétrica

No exercício de 2020, o Custo do Serviço de Energia Elétrica apresentou acréscimo de 1,64% em relação ao exercício anterior. O Custo do Serviço de Energia Elétrica divide-se em Custo com Energia Elétrica, que é composto pela Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo do Uso do Sistema, e Custo de Operação, o qual consiste na totalidade dos custos incorridos para a execução do serviço de Distribuição de Energia Elétrica.

No exercício de 2020, o Custo com Energia Elétrica (Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema) apresentou aumento de 3,19% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.662.678 milhões em 2019 para R\$ 2.747.742 milhões em 2020. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento na energia comprada de Itaipu 21,05%, comparados ao exercício anterior, devido a exposição a variação cambial no exercício de 2020 e o aumento no encargo de uso do sistema de transmissão devido ao reajustes das transmissoras homologados a partir de julho de 2020 para o ciclo 2020-2021.

Já no que se refere aos Custos de Operação, verifica-se redução de 3,13%, quando comparados ao exercício de 2019. Essa redução é especialmente pela reclassificação das tarifas de arrecadação para as despesas gerais e administrativas.

7.1.5. Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 35,47% em relação ao exercício de 2019. Esta variação é justificada essencialmente pelo reconhecimento dos autos de infração de ICMS no montante de R\$ 94.484 e da reclassificação das despesas com arrecadação no montante de R\$ 16.040.

7.1.6. Outras Receitas e Despesas

No ano de 2020, as Outras Receitas apresentaram crescimento de 21,38%, reflexo da Receita de Receita de aluguel de postes, devido à intensificação da fiscalização da infraestrutura de redes, possibilitando a regularização de empresas que utilizavam a rede clandestinamente.

No que tange a Outras Despesas, a elevação é justificada pelo maior número de desativações de bens no exercício de 2020 e pelo reconhecimento da provisão para redução ao valor recuperável nos saldos referentes às florestas existentes em cinco Hortos Florestais que a Companhia possui em alguns municípios do RS.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O quadro a seguir apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

	31/12/2020	31/12/2019	Δ %
Receita Operacional Bruta	5.824.694	5.952.859	(2,15)
Deduções da Receita Operacional	(2.310.249)	(2.564.708)	(9,92)
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151	3,73
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.574.589)	(3.516.298)	1,66
Custo com Energia Elétrica	(2.747.743)	(2.662.678)	3,19
Custo de Operação	(826.846)	(853.621)	(3,14)
Resultado Operacional Bruto	(60.144)	(128.148)	(53,07)
Despesas Operacionais	(581.797)	(429.651)	35,41
Outras Receitas	63.840	52.594	21,38
Outras Despesas	(105.977)	(52.345)	102,46
Resultado do Serviço	(684.078)	(557.550)	22,69
Depreciação e Amortização	146.459	137.283	6,68
EBITDA	(537.619)	(420.266)	27,92
Margem EBITDA	-15,30%	-12,40%	23,33
Receita/Despesa Financeira	(951.968)	(518.478)	83,61
IR e CS	13.148	(6.483)	(302,81)
Resultado Líquido do Período	(1.622.898)	(1.082.511)	49,92

7.2. LAJIDA/EBITDA

O Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da companhia, já comentados anteriormente, principalmente no que diz respeito ao fraco crescimento da Receita de Fornecimento e pelo acréscimo das despesas operacionais.

A margem EBITDA variou de -12,40% em 2019 para -15,30% em 2020..

	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à
Receita Operacional Líquida	3.514.445	3.388.151
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.574.588)	(3.516.298)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(623.935)	(429.402)
= Resultado Operacional	(684.078)	(557.550)
(+) Depreciação/Amortização	146.459	137.283
EBITDA	(537.619)	(420.266)
Margem EBITDA	-15,30%	-12,40%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras.

7.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro negativo aumentou 83,61% se comparado ao mesmo período do ano anterior, segregado em:

- Receita Financeira – Em dezembro de 2020, as receitas totalizaram R\$ 405.739, havendo aumento de receita em 1,56% se comparado com o mesmo período do ano anterior, o qual totalizou em R\$ 399.499.
- Despesa Financeira – Em dezembro de 2020, as despesas totalizaram R\$ 1.357.706 frente aos R\$ 917.978, apresentados em 2019. Acréscimo de 47,90%.

A variação (83,61%) do resultado financeiro é verificada em decorrência dos juros e multas sobre tributos, especificamente devido à inadimplência do ICMS do período e da variação cambial negativa dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

7.4. Resultado do Período

Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente expostos, o resultado do período é de R\$ (1.622.898), apresentando um acréscimo de 49,92%, em relação ao prejuízo de R\$ (1.082.512) em dezembro de 2019.

7.5. Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2020, o saldo da dívida da CEEE-D totalizou em R\$ 944.110 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

2020	Saldo da Dívida em 31/12/2020		
	Indexador	Saldo(R\$ mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		9.952	1,054%
Moeda Nacional- ELETROBRAS RGR	RGR	9.952	1,054%
Saldo Devedor da Dívida Externa		934.158	98,946%
Moeda Estrangeira - AFD	US\$/Libor	373.521	39,985%
Moeda Estrangeira - BID	US\$/Libor	560.637	60,015%
Saldo Devedor da Dívida		944.110	100,000%

7.6. Ingressos Extra-Operacionais

Em 2020 não houve ingressos extra-operacionais resultante do financiamento firmado junto as Instituições Financeiras.

8. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Grant Thornton Independentes S/S, na elaboração de suas demonstrações financeiras. A empresa foi homologada como vencedora do certame licitatório LIC6000002529 em 11.12.2020, cuja adjudicação do objeto foi publicada em Diário Oficial do Estado em 22.12.2020. O objeto da licitação trata da realização dos serviços de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício de 2020, do exercício de 2021 e seus trimestres.

Em 21.01.2021, o contrato CEEED/5000004860 foi assinado para execução dos serviços de auditoria relativos ao encerramento do exercício de 2020.

O contrato conta com o valor de R\$ 573.958,33, referente a 2.508 horas de trabalho para a auditoria do exercício de 2020, tendo como prazo estimado de execução do objeto a data de 31.05.2021. No escopo do contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras societárias, a empresa deverá realizar os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

Além dos serviços prestados à distribuidora, a Auditoria Independente da Grant Thornton Independentes S/S. possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (valor de R\$ 713.557,45 e uma carga de 3.118 horas) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$61.789,78 e uma carga de 270 horas), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, representa 42,54% em relação aos honorários totais pagos pelo Grupo.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à Lei Nº 13.303/2016. Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade..

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Balanço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

		RECLASSIFICADO REAPRESENTAÇÃO		
ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	54.849	75.028	137.406
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	737.308	711.166	701.374
Tributos a Recuperar	7	7.997	5.777	14.322
Estoques	8	21.849	37.672	40.891
Ativo Financeiro Setorial	10	67.991	99.459	161.895
Outros Créditos a Receber.....	9	202.145	357.067	256.605
		1.092.140	1.286.169	1.312.493
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	88.773	77.934	98.767
Tributos a Recuperar	7	66.673	53.617	41.445
Depósitos Judiciais	11	167.621	125.405	74.639
Ativo Contratual (infraestrutura em construção).....	12.1	309.904	353.089	481.849
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	253.046	222.738	189.914
Bens e Direitos	13	3.698	42.457	42.457
Outros Créditos a Receber	9	1.871	1.888	1.888
Imobilizado	14	192.359	200.684	206.777
Direito de Uso.....	14.1	37.305	45.886	-
Intangível	12.3 e 15	1.801.473	1.790.522	1.698.758
		2.922.724	2.914.220	2.836.494
TOTAL DO ATIVO		4.014.864	4.200.389	4.148.987
PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2018
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	16	729.458	606.297	587.225
Obrigações Trabalhistas.....	17	71.716	80.817	68.122
Obrigações Fiscais	18	490.762	2.823.944	1.519.807
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	19.1	65.950	54.313	55.184
Arrendamentos a Pagar.....	19.2	14.476	12.766	-
Provisão para Benefícios a Empregados	20	175.640	178.756	214.875
Obrigações da Concessão	21	230.665	275.902	450.714
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	95.229	56.203	76.366
Obrigações com Partes Relacionadas.....	25.1	81.117	-	-
Outros Passivos	24	206.778	357.968	212.226
		2.161.791	4.446.966	3.184.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	16	250.326	344.184	502.704
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	19.1	878.160	730.109	747.543
Arrendamentos a Pagar.....	19.2	23.907	33.782	-
Provisão para Benefícios a Empregados	20	1.375.719	1.185.476	970.695
Obrigações Fiscais	18	3.848.882	110.459	164.821
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	287.384	270.939	139.512
Obrigações da Concessão	21	366.914	324.307	350.493
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	30.399	43.548	37.065
Obrigações com Partes Relacionadas.....	25.1	231.899	373.164	373.240
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	25.2	270.008	177.202	177.202
Outros Passivos	24	32.368	27.737	30.835
		7.595.966	3.620.907	3.494.111
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)				
Capital Social	26.1	23.703	23.703	23.703
Outros Resultados Abrangentes	26.2	(1.160.085)	(907.573)	(652.244)
Reserva de Incentivos Fiscais	26.3	-	-	1.592.060
Prejuízos Acumulados		(4.606.512)	(2.983.614)	(3.493.162)
		(5.742.894)	(3.867.484)	(2.529.643)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.014.864	4.200.389	4.148.987

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	01/01/2020 à 31/12/2020	01/01/2019 à 31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	3.514.445	3.388.151
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(3.574.589)	(3.516.299)
Custo com Energia Elétrica	29	(2.747.743)	(2.662.678)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.265.051)	(2.270.738)
Encargo de Uso do Sistema		(482.692)	(391.940)
Custo de Operação	30	(826.846)	(853.621)
Pessoal e Administradores		(396.799)	(426.119)
Material		(17.331)	(25.323)
Serviço de Terceiros		(129.711)	(126.223)
Depreciação e Amortização		(6.332)	(3.442)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso		(12.751)	(12.110)
Custo de Construção		(151.851)	(141.024)
Amortização do Intangível da Concessão		(100.810)	(95.709)
Outros		(11.261)	(23.671)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(60.144)	(128.148)
Despesas Operacionais		(581.797)	(429.651)
Despesas com Vendas	30	(167.204)	(140.331)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(149.634)	(143.040)
Outras Despesas Operacionais	30	(264.959)	(146.280)
Outras Receitas	31	63.840	52.594
Outras Despesas	31	(105.977)	(52.345)
RESULTADO DO SERVIÇO		(684.078)	(557.550)
Resultado Financeiro, Líquido	32	(951.968)	(518.479)
Renda de Aplicações Financeiras		2.977	6.083
Acréscimo Moratório - Energia Vendida		140.809	112.984
Variações Monetárias - Energia Comprada		(9.053)	218
Variações Monetárias-Empr.Financiamentos		(370.457)	(56.765)
Encargos de Dívidas		(39.314)	(51.734)
Encargos Sobre Arrendamentos		(2.755)	(4.641)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(674.175)	(524.623)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(1.636.046)	(1.076.029)
Imposto de Renda Diferido	33	9.668	(4.767)
Contribuição Social Diferida	33	3.480	(1.716)
RESULTADO DO PERÍODO		(1.622.898)	(1.082.512)
Resultado Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	(167,64)	(111,82)
Resultado Básico e Diluído por Ação Preferencial-R\$	27	(167,64)	(111,82)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2020 à 31/12/2020	01/01/2019 à 31/12/2019
Prejuízo do Período	(1.622.898)	(1.082.512)
Outros Resultados Abrangentes	(252.512)	(255.328)
Ganho/Perda Atuarial	(252.512)	(255.328)
Resultado Abrangente	(1.875.410)	(1.337.840)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações no Passivo a Descoberto
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2018	23.703	177.202	1.592.060	(3.493.162)	(652.244)	(2.352.441)
Reclassificação	-	(177.202)	-	-	-	(177.202)
Reapresentação 01/01/2019	23.703	-	1.592.060	(3.493.162)	(652.244)	(2.529.643)
Prejuízo do Período	-	-	-	(1.082.512)	-	(1.082.512)
Compensação do Prejuízo Acumulado			(1.592.060)	1.592.060		
Outros resultados abrangentes					(255.329)	(255.329)
Saldos em 31/12/2019	23.703	-	-	(2.983.614)	(907.573)	(3.867.484)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2019	23.703	-	-	(2.983.614)	(907.573)	3.867.484
Prejuízo do Período	-	-	-	(1.622.898)	-	(1.622.898)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-				-
Outros resultados abrangentes	-		-	-	(252.512)	(252.512)
Saldos em 31/12/2020	23.703	-	-	(4.606.512)	(1.160.085)	(5.742.894)

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Período	(1.622.898)	(1.082.512)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	223.405	29.588
Encargos de Dívidas Provisionados.....	56.895	56.398
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	147.762	150.827
Constituição de Provisão para Passivos e Outras.....	195.237	211.168
Provisão para Perda Estimada com o Créditos de Liquidação Duvidosa	159.741	137.793
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(13.148)	6.483
Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	29.072	25.827
Impairment do ativo	38.759	
CAIXA GERADO/APLICADO NAS OPERAÇÕES	(785.175)	(464.428)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(213.317)	(315.239)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	(196.722)	(126.752)
Tributos a Recuperar	(15.276)	(3.627)
Estoques	15.823	3.218
Depósitos Judiciais	(42.216)	1.212
Ativo Financeiro da Concessão	(204.518)	(280.023)
Ativo Contratual (infraestrutura em construção).....	43.185	128.760
Outros Créditos a Receber	154.939	(100.463)
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA	31.468	62.436
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	1.035.206	778.254
Fornecedores	29.303	(139.449)
Obrigações Trabalhistas	(9.101)	12.695
Obrigações Fiscais	1.405.241	1.249.776
Provisão para Benefícios a Empregados	(192.466)	(228.549)
Obrigações da Concessão	(2.630)	(200.999)
Pagamento de Encargos de Dívidas	(48.582)	(57.863)
Outros Passivos	(146.559)	142.642
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.714	(1.413)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(5.249)	(3.015)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(3.903)	(3.161)
Aquisição de Ativo Intangível	(1.346)	146
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(51.644)	(57.951)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	92.806	-
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	2.342
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos.....	(60.221)	(48.570)
Pagamentos do Principal Obrigações com Partes Relacionadas.....	(72.360)	-
Pagamento de Arrendamentos.....	(11.869)	(11.723)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.179)	(62.379)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	75.028	137.406
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	54.849	75.028

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	28	5.824.694	5.952.859
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(166.792)	(137.793)
Outras Receitas e Despesas	31	(42.138)	249
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(3.194.646)	(3.015.305)
Material	30	(17.331)	(25.323)
Serviços de Terceiros	30	(129.711)	(126.223)
Custo de Energia Comprada	29	(2.747.743)	(2.662.678)
Outros Custos Operacionais	30	(104.189)	(23.365)
Custo de Construção	30	(151.851)	(141.024)
Outras Despesas Operacionais		(43.819)	(36.693)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		2.421.120	2.800.011
(-) Depreciação e Amortização	30	(8.688)	(9.156)
(-) Amortização do Intangível da Concessão	30	(124.852)	(121.008)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	30	(12.751)	(12.110)
(-) Provisões	30	(172.223)	(140.579)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		2.102.606	2.517.158
(+) Receitas Financeiras	32	411.819	406.545
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.514.425	2.923.703
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		418.914	451.609
Remuneração Direta		236.159	251.773
Benefícios		44.865	51.385
Plano de Benefícios Previdenciais		102.754	113.030
Compromissos Previdenciais		15.065	14.950
FGTS		20.072	20.472
Impostos, Taxas e Contribuições		2.352.956	2.628.999
Federais		1.013.877	1.173.698
Estaduais		1.339.079	1.455.301
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.365.452	925.607
Despesas Financeiras	32	1.363.788	925.024
Aluguéis	30	1.664	582
Remuneração de Capitais Próprios		(1.622.898)	(1.082.512)
Prejuízo do Período		(1.622.898)	(1.082.512)
TOTAL		2.514.425	2.923.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia) –, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de economia mista, sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-Par), que detém 65,87% do seu capital total. A CEEE-D foi organizada em conformidade com a Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, tendo sido constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 27 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal nº 10.848/2004. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; prestar serviços de natureza pública ou privada no setor de distribuição de energia elétrica e explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Concessão

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,76 milhão de unidades consumidoras. Seu Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999, através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, de pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatado no procedimento ou no ato de sua outorga.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” (CVA) e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1.1.1. Prorrogação da Concessão

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o 4º Termo Aditivo, prorrogando a concessão até 07 de julho de 2045. Tendo em vista o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015, e, conforme a cláusula décima oitava do 4º Termo Aditivo, a Companhia deverá observar, pelo período de 05 anos contados de 1º de janeiro de 2016, um conjunto de condições estabelecidas nos Anexos II e III. Os critérios determinados são a eficiência na prestação do serviço de distribuição e a eficiência na gestão econômica e financeira.

De acordo com o Anexo II do referido documento, o critério de eficiência na prestação do serviço de distribuição será monitorado por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço. Já

os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, de acordo com o Anexo III do referido documento, foram definidos para os primeiros 05 anos, a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do 4º Termo Aditivo. As definições e conceitos utilizados nos parâmetros econômicos e financeiros consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Contabilidade Regulatória, de acordo com o conteúdo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014.

O parâmetro mínimo de sustentabilidade econômica e financeira deve corresponder à seguinte condição:

- Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida ≥ 0

Também devem ser observadas as seguintes inequações, que devem ser alcançadas nos prazos estabelecidos e mantidas doravante a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do 4º Termo Aditivo:

- LAJIDA ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020)
- $[LAJIDA * (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida 2019 e 2020)
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} / (0,8 * SELIC) \leq 1$ (até o término 2019)
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} / (1,11 * SELIC) \leq 1$ (até o término 2020)

*LAJIDA - (Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

*QRR (Quota de Reintegração Regulatória)

Conforme a subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo, antes de instaurado processo administrativo pela ANEEL, em face de descumprimento das condições de prorrogação, a Companhia tem a possibilidade de apresentar plano de transferência societário. Porém, conforme a subcláusula primeira da cláusula décima oitava, o descumprimento efetivo de uma das condições de prorrogação dispostas nos Anexos II e III por 02 anos consecutivos ou de quaisquer das condições ao final do período de 05 anos poderá acarretar a extinção da concessão, respeitadas as disposições definidas no 4º Termo Aditivo, particularmente o direito de ampla defesa.

Em 13 de outubro de 2020, a partir dos efeitos constantes no Processo 48300.001624/2020-48, o Ministério de Minas e Energia (MME) possibilitou o Deslocamento Temporal das Obrigações Contidas nos Anexos II e III, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 081/1999, em caso de transferência de controle, mediante processo licitatório, nos primeiros cinco anos da prorrogação referida na Lei nº 12.783, de 2013. Estas Alterações no Quarto Termo Aditivo deverão fazer parte de um do novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 081/1999.

A partir dessas alterações, a Concessionária deverá observar, pelo período de cinco anos, a partir de janeiro de 2022, as Condições de Prorrogação estabelecidas nos Anexos II e III, que foram deslocadas, sendo assim dispostas:

Em relação aos Limites Globais Anuais de DECI e FECi:

DECI (Horas)					FECi (Interrupções)				
2022	2023	2024	2025	2026	2022	2023	2024	2025	2026
25,41	21,03	15,63	11,08	9,90	15,90	13,58	10,72	8,31	7,68

O Descumprimento do Critério de Eficiência com relação à Qualidade do Serviço Prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2026, acarretará a Extinção da Concessão.

Em relação aos Parâmetros Mínimos de Sustentabilidade Econômica e Financeira:

Ficam definidos os seguintes parâmetros de acompanhamento da Sustentabilidade Econômica e Financeira para os exercícios de 2022 a 2026:

- LAJIDA ≥ 0 (até o término de 2023 e mantida em 2024, 2025 e 2026);
- $[LAJIDA * (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2024 e mantida 2025 e 2026);
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (0,8 * SELIC)$ (até o término 2025); e
- $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (1,11 * SELIC)$ (até o término 2026)

A verificação das inequações pertinentes aos respectivos prazos ocorrerá a cada doze meses a partir do ano de 2022. As inequações são limites que deverão ser alcançados até os prazos estabelecidos e mantidos para os períodos a partir de 2027.

1.2. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente em 22 de novembro e revisadas a cada 05 anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em regulamentação específica.

A receita anual requerida, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e cuja variância estão fora do controle e da influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou à influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Inclui a remuneração do capital, a depreciação dos ativos, os custos operacionais e as outras receitas.

Parcela A	Parcela B
Custo de Aquisição de Energia	Custos Operacionais
Custo com Transporte de Energia	+
Encargos Setoriais	Cota de Depreciação
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	+
Programa de incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	Remuneração do Investimento
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE	
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	Outras Receitas

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, que são as indústrias e os grandes comércios, por exemplo) e B (inferiores a 2,3 kV, onde se incluem os consumidores de baixa renda, os residenciais, os pequenos comércios, etc.). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.2.1. Distribuição - Reajuste Tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.798/2020, aprovou os valores do Reajuste Tarifário Anual da CEEE-D. As tarifas de aplicação homologadas estarão vigentes entre 22 de novembro de 2020 e 21 de novembro de 2021.

O efeito médio do reajuste tarifário para os consumidores da Companhia foi de 7,83%, sendo 6,79% para baixa tensão – abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e 10,54% para alta tensão – de 2,3 kV a 230 kV (Ex.: industriais). A tarifa residencial convencional, sem impostos, passou de R\$ 515,07 para R\$ 548,97 por MWh.

Os principais itens que impactaram no reajuste tarifário positivo da CEEE-D em 2020 foram: o Custo de aquisição de Energia (5,60%), principalmente em função do aumento do custo da energia proveniente de Itaipu que é

precificada em dólar, seguido dos custos com transmissão (4,01%). Por sua vez, os Custos de Distribuição (Parcela B), que representam a parcela que fica para a Companhia, contribuíram em 0,73%.

1.2.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas. Já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo.

Em 21/05/2019, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 2.551/2019, que estabeleceu as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, com vigência a partir de junho de 2019:

Cor da Bandeira	Valor (R\$/MWh)
Verde	-
Amarela	13,43
Vermelha 1	41,69
Vermelha 2	62,43

Em 2015, o Decreto nº 8.401 criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo mitigar os aumentos tarifários para sociedade e preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo tarifário.

As receitas de Bandeiras Tarifárias foram concebidas para cobrir os custos inerentes aos seguintes itens:

- (i) Custo dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEAR-D);
- (ii) Resultado no Mercado de Curto Prazo (MCP);
- (iii) Risco Hidrológico das usinas contratadas em regime de cotas;
- (iv) Risco Hidrológico da UHE Itaipu Binacional;
- (v) Encargo de Serviços do Sistema relativo ao despacho de usinas fora da ordem de mérito e com CVU acima do PLD máximo; e
- (vi) Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação de Risco Hidrológico, em conformidade com a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

De janeiro a novembro de 2020, os valores contabilizados de receita com bandeiras tarifárias atingiram R\$ 14,1 milhões. No mês de janeiro a CCEE-D repassou R\$ 509 mil à CCRBT, em contrapartida nos demais meses a Distribuidora foi recebedora de R\$ 11,0 milhões.

Cabe destacar que o Despacho da ANEEL Nº 1.511 de 26 de maio de 2020, que suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação da sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do Proret e determinou o acionamento de bandeira verde, até 31 de dezembro de 2020, foi revogado pelo despacho nº 3.364, de 30 de novembro de 2020. Essa redução reativou assim a sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, a partir de 1º de dezembro de 2020, segundo a parametrização homologada pelas Resoluções Homologatórias nº 2.551 e nº 2.628, ambas de 2019.

1.3. Continuidade Operacional e Desestatização

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$ 5.742.894 e R\$ 1.069.650, respectivamente. Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual de Geração e

Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização, no caso da CEEE-D, também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira e operacional. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar esses condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, que dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário.

Nesse contexto, foi autorizada a alienação ou transferência da participação societária e de seus ativos, bem como do controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art. 3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-D foi assinado pelo acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreende estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora, além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização. Na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de setembro de 2020, a CEEE-PAR, controladora da CEEE-D, deliberou pela alienação do controle acionário da totalidade das ações detidas na Companhia. A realização da referida operação depende de autorizações legais, societárias e regulatórias.

Em 13 de outubro de 2020, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou no Diário Oficial da União Despacho onde informa a possibilidade de Deslocamento Temporal das Obrigações Contidas nos Anexos II e III, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 081/1999 da CEEE-D, em caso de transferência de controle, mediante processo licitatório, nos primeiros cinco anos da prorrogação referida na Lei nº 12.783, de 2013. Estas Alterações no Quarto Termo Aditivo deverão fazer parte de um do novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 081/1999. (Vide nota explicativa 1.1.1).

Em 16 de novembro de 2020, dando continuidade ao cronograma de desestatização da CEEE-D foi realizada audiência pública, na modalidade virtual, com objetivo de garantir a publicidade de todas as condições relevantes da desestatização da Companhia, bem como, colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo. Participaram da audiência o Diretor Presidente da CEEE-D, o Secretário de Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado (Presidente da Sessão), um representante do BNDES e um representante do consórcio contratado pelo BNDES par auxiliar no processo de venda.

Em 8 de dezembro de 2020, foi publicado o edital do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-D, através da oferta de lote único de 44.959.522 (quarenta e quatro milhões e novecentas e cinquenta e nove mil e quinhentas e vinte e duas) ações, nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEEE-D e de propriedade da CEEE-Par, representativas de 65,87% (sessenta e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) do capital social total da CEEE-D, pelo preço mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O leilão para desestatização da está agendado para dia 31 de março de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

1.4. Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

1.4.1. Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Desde então, no Brasil, o Governo Federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como para mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul.

O governo estadual e os municípios publicaram normativas para combater a pandemia. Dentre elas estavam ações para restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A partir de 23 de março de 2020, a CEEE-D adotou medidas que contribuíram com os esforços governamentais para prevenir e mitigar os efeitos nos locais de trabalho. Dentre essas medidas, estão:

- criação de comissão para avaliar e acompanhar a situação no âmbito da Empresa, propondo medidas de prevenção e contenção relacionadas à COVID-19;
- adoção do teletrabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio;
- ampliação dos serviços digitais;
- orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o andamento dos trabalhos de manutenção das redes de distribuição, permitindo a adequada operação e o fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores, em especial àqueles responsáveis pela segurança e pela saúde da população;
- reforços de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à COVID - 19;
- acompanhamento dos empregados com suspeita ou confirmação de contágio por COVID-19, promovendo orientações aos mesmos e às suas chefias;
- prestação de atendimento psicológico na modalidade on-line;
- aquisição de máscaras para todos os empregados;
- participação nos fóruns nacionais com troca de experiências sobre o gerenciamento da situação no âmbito do setor elétrico brasileiro e internacional.

1.4.2. Medidas de assistência governamental

Diante deste cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração do País, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes:

- postergação do recolhimento do PIS, COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes, relativos às competências de março, abril e maio, para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente.
- referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento parcelado em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como por exemplo: DCTF, EFD, ECD e ECF;
- liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de R\$ 2 bilhões para que os agentes de distribuição e consumidores livres pudessem manter suas obrigações junto ao setor elétrico;
- isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias;

- postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites dos indicadores coletivos de continuidade do fornecimento de energia (DIC/FIC/DMIC/DICRI), a partir de 25 de março de 2020 até 31 de julho;
- não ressarcimento ao consumidor de danos elétricos decorrentes de interrupção do fornecimento de energia associada à calamidade pública, desde que não relacionados com questões técnicas; e
- publicação, em 08 de abril de 2020, da Medida Provisória (MP) nº 950, que determinava o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica igual ou inferior a 220 kWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, postergado pelo Resolução Normativa ANEEL nº 891 de 21 de julho de 2020. A MP permitia que as distribuidoras fossem ressarcidas integralmente por esse desconto através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), evitando a inadimplência desse segmento consumo.

A maior parte dessas medidas apuradas até a emissão destas demonstrações contábeis possuía caráter temporário, servindo para minimizar os reflexos negativos da pandemia.

1.4.3. Medidas para o setor elétrico

No âmbito regulatório do setor elétrico, a Agência Reguladora ANEEL emitiu, em 24 de março de 2020, a Resolução Normativa nº 878, que trouxe uma série de ações para a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. Posteriormente, a Resolução Normativa nº 891, de 21 de julho de 2020, promoveu a revisão e a alteração de alguns comandos da Resolução nº 878/2020, passando a vigorar a partir de 31 de julho de 2020.

Dentre as diversas ações colocadas por estes atos normativos, estão listadas a seguir aquelas com maior relevância, mas não limitadas a estas:

- até 31 de julho, estava vedada a suspensão do fornecimento por inadimplemento das unidades consumidoras consideradas como serviços e atividades essenciais, como por exemplo nas residências onde existam pessoas com autonomia limitada, nas subclasses residencial rural e residenciais de baixa renda;

Continua vedado o corte para alguns consumidores, enquanto permanecer o estado de calamidade pública, sendo eles: consumidores de baixa renda; unidades onde more pessoa que dependa de equipamentos elétricos essenciais à preservação da vida; unidades que deixaram de receber a fatura impressa sem autorização do consumidor; aqueles situados em locais sem postos de arrecadação em funcionamento, ou nos quais a circulação de pessoas seja restrita por ato do poder público.

- continua suspenso o cancelamento do benefício da Tarifa Social;
- até 31 de julho, eram priorizados os atendimentos de urgência e emergência para o restabelecimento de energia em locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação, assim como aqueles considerados como essenciais;
- as compensações ao consumidor pela violação dos prazos comerciais, assim como os ressarcimentos de danos provocados pela interrupção causada por calamidade pública, que estavam suspensas de crédito ao consumidor até 31 de julho, passaram a ser exigidas das distribuidoras para quitação até 31 de agosto, e, passando desta data, corrigidas pelo IGPM até 31 de outubro, sendo esta última a data limite para crédito;
- a partir de 31 de julho, as distribuidoras deveriam voltar a prestar os serviços de: a) atendimento presencial ao público; b) atendimento presencial de Ouvidoria; c) cumprimento de indicadores de atendimento telefônico; d) oferecimento dos serviços que constam do art. 102 da Resolução Normativa nº 414/2010; e e) entrega de faturas e outras correspondências impressas. No entanto, a decisão judicial no processo nº 0020220-43.2020.5.04.0014 vedou a reabertura de agências desde 25 de agosto, determinando à CEEE-D que colocasse os empregados lotados nessas unidades de negócios em regime de trabalho remoto;

- a ANEEL, através do Despacho Nº 986, de 07 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado do saldo líquido de R\$ 2 bilhões existente na Conta de Energia de Reserva (CONER). Nesse contexto, a CEEE-D recebeu nos meses de abril e maio o equivalente a R\$ 34,8 milhões. Tal montante foi registrado como um passivo financeiro setorial e será devolvido ao consumidor no processo de reajuste tarifário, tratando-se de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos;
- além disso, a ANEEL instituiu, no dia 8 de abril 2020, o Gabinete de Monitoramento da Situação Elétrica (GMSE). A ação se soma a outras que a Agência anunciou anteriormente, visando o enfrentamento do cenário da pandemia. O Gabinete foi criado com objetivo de identificar efeitos da pandemia no mercado de energia elétrica, monitorar a situação econômico-financeira e de demanda e oferta de energia, bem como coordenar estudos de propostas que visem à preservação do equilíbrio nas relações entre agentes do setor. O GMSE é coordenado pela diretoria colegiada da ANEEL e tem em sua composição assessores técnicos da diretoria. Destaca-se a Nota Técnica no 001/2020, emitida pelo Gabinete, com considerações iniciais dos efeitos da pandemia.

1.4.4. Impacto nas demonstrações financeiras

Passados mais de um ano do anúncio da pandemia, a Companhia vem acompanhando as repercussões da COVID-19 no cenário macroeconômico e os possíveis reflexos em seu ambiente de negócio, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no desempenho econômico, sendo percebida na data de publicação destas demonstrações contábeis as seguintes consequências:

- **Reconhecimento de receita:**
A Companhia vem avaliando os impactos sobre a demanda e o consumo de energia elétrica influenciada pelas diversas medidas para conter a disseminação de contágios do COVID-19. No acumulado de janeiro a dezembro de 2020 foi verificada uma queda de 10% (dez) por cento no faturamento de energia elétrica em comparação com o exercício anterior, significando uma redução de R\$ 487 milhões de reais em função da redução da demanda nos mercados livre e regulado.

- **Provisão de perda esperada:**
A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, em especial sobre faturamento de energia elétrica, que detém maior representatividade desta carteira.

Neste contexto, foi identificado um aumento de 3,00% para 3,35% nos níveis de inadimplência do contas a receber vencido a mais de 90 (noventa) dias, quando comparada a antiguidade do saldo do contas a receber em dezembro de 2019 e de 2020, respectivamente. Os principais níveis de aumento da inadimplência foram verificados nas classes residencial, industrial e comercial, entre as rubricas de fornecimento de energia e parcelamentos.

Este aumento da inadimplência provocou um incremento de R\$ 25 milhões nas contas de Provisão de Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD, quando comparado o saldo acumulado nos dois períodos.

- **Repasse conta COVID:**
De forma a reduzir os impactos negativos nas receitas das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia advindos da pandemia COVID-19, o Ministério de Minas e Energia autorizou a criação da Conta COVID através do Decreto Nº 10.350, de 18 de maio de 2020. O principal objetivo da Conta COVID foi de adotar medidas para cobrir déficits ou antecipar receitas às concessionárias para o enfrentamento da pandemia.

Dos pontos acobertados pelo Decreto, as ações de equilíbrio disseram respeito, principalmente, a: minimizar os efeitos da sobrecontratação; antecipar saldos de CVA de ciclos anteriores ainda não amortizados; antecipar de ativos regulatórios relacionados à Parcela B; apoio às operações de crédito destinadas a custear as operações da Conta COVID pela CEEE; e outras ações.

Em 23 de junho de 2020 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885 regulamentando a CONTA-COVID, as operações financeiras e a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Coube à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE operacionalizar a Conta COVID.

A CEEE-D recebeu, entre os meses de julho e novembro de 2020, repasses na ordem de R\$ 228 milhões como forma de minimizar os impactos da perda de faturamento e do aumento de inadimplência.

- **Postergação dos tributos, contribuições federais e outros encargos:**

A Companhia utilizou da prerrogativa de postergação do recolhimento dos tributos e contribuições federais e prorrogou para agosto, outubro e novembro o pagamento de R\$ 58,3 milhões dos tributos PIS e COFINS relativos às competências de março, abril e maio de 2020, respectivamente.

Referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Companhia manteve o pagamento em suas respectivas datas de vencimentos ordinárias, o que perfazia o montante de R\$ 4,6 milhões, não optando pela opção de parcelamento.

A redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 provocou uma economia na apuração destes encargos na ordem de R\$ 741 mil reais.

- **Valor realizável de estoques:**

Não são esperadas provisões de perdas sobre os saldos dos estoques de investimento e de O&M (Operação e Manutenção) além das perdas registradas pelos inventários periódicos.

- **Custos fixos do processo produtivo:**

Não existem custos fixos represados atinentes aos processos operacionais da Companhia que não estejam registrados na demonstração do resultado do período destas demonstrações contábeis.

- **Custo de energia:**

Em 2020 a desvalorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana, no fechamento de dezembro, representou um aumento de 28,92%, passando de R\$ 4,02 em dezembro de 2019 para R\$ 5,19 em dezembro de 2020. No exercício anterior, a desvalorização foi de 3,87%, representada pela cotação de R\$ 3,87 em dezembro de 2018 e por R\$ 4,02 em dezembro de 2019.

Essa elevação na cotação do Dólar frente ao Real, no acumulado de janeiro a dezembro de 2020, provocou um incremento de despesa de variação cambial sobre a energia comprada de Itaipu na ordem de R\$ 12 milhões, quando comparado com o mesmo período no exercício anterior.

- **Recuperabilidade de ativos:**

A Companhia avalia os possíveis impactos das ações para combate à disseminação ao COVID-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, contratuais e intangíveis, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda por *impairment* sobre os ativos. Para estas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas e registrar perda adicional.

- **Empréstimos e financiamentos:**

A Companhia não deixou de adimplir com suas parcelas de empréstimos e financiamentos vencidas no período destas demonstrações contábeis. Os reflexos provocados pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial do período, representando uma elevação da despesa com variação cambial no montante de R\$ 311 milhões no acumulado do exercício de 2020 ante ao exercício anterior.

- **Investimentos:**

A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas redes de distribuição, linhas e subestações, de forma a preservar a qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica. Além disso, não foram observados, até o momento, qualquer risco de quebra contratual por parte dos fornecedores no que diz respeito ao fornecimento de materiais e prestação de serviços que possa comprometer os investimentos da Companhia.

- **Arrendamentos:**

Conforme disposições da Deliberação CVM Nº 859, de 07 de julho de 2020, a Companhia avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus contratos de arrendamento mercantil. Como resultado disso, não foram encontradas modificações de contratos que levassem à manutenção dos pagamentos ou prazos previstos nos fluxos de caixa para mensuração das rubricas de ativos de direito de uso ou de arrendamentos a pagar.

A CEEE-D continua acompanhando as informações relacionadas à COVID-19 e monitorando constantemente as variáveis macroeconômicas e regulatórias, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos nos informes da Companhia, sendo que, até a data de publicação desta demonstração contábil, não foram encontrados impactos que mereçam divulgação.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui 4 hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, conjugadas com pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

Em 19 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia concluiu a presente demonstração financeira, submetendo-a as análises do Comitê de Auditoria Estatutário.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2021.

3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, sendo suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alteram. As estimativas podem vir a divergir do resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção das normas IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado, o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Vida útil do ativo intangível

O ativo intangível da concessão, que representa o direito de cobrar os consumidores pelos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao ativo

que gerou o direito (vida útil regulatória dos ativos estabelecida pela ANEEL) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os demais ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, são amortizados com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre seus saldos de contas a receber. Esta estimativa é construída a partir de análise histórica sobre a inadimplência dos últimos 24 meses, com o objetivo de avaliar possíveis alterações significativas no risco de crédito para todas as carteiras de ativos contratuais. Desta forma, a Administração considera que as perdas estão registradas por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro Contratual

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avalia o ativo financeiro da concessão pelo valor justo por meio do resultado (as variações ocorridas transitam no resultado), de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características do fluxo de caixa da indenização, pois este é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição - VNR depreciado da Base de Remuneração Regulatória - BRR, que é revisada a cada 05 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência das contas a receber nos últimos 24 meses, isso para adequar às exigências das normativas IFRS 15 / CPC 47. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, adota para seus ativos e passivos financeiros as práticas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, elaborado a partir do IFRS 9 - Financial Instruments. Este normativo revogou o pronunciamento anterior, CPC 38, vigente até 31 de dezembro de 2017, sendo que as principais mudanças foram:

i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros conforme suas características que passam a ser:

- custo amortizado;
- valor justo por meio do resultado - VJR; e
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA.

ii) Redução ao valor recuperável, no qual o novo modelo migra para uma forma de registro com base na estimativa de perda esperada e não mais em perdas incorridas. Também precisa ser observada qualquer mudança significativa no aumento de risco de crédito em determinada carteira de ativos de contratos ou em um ativo financeiro específico.

Periodicamente, a Companhia revisa os ativos financeiros, de forma individual ou pela carteira de contratos em que os mesmos estão inseridos, buscando identificar qualquer sinal de aumento no risco de crédito que possa comprometer o fluxo de caixa ou a contraprestação esperada, o que levaria a um registro de perda de valor recuperável. Por meio desta avaliação, a Administração entende que todos os seus ativos financeiros e

contratuais estão demonstrados pelo valor recuperável, segundo as metodologias de testes fixadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 03 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.5. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia utiliza os parâmetros estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico para registrar a provisão de perdas sobre sua carteira de contas a receber. Os parâmetros do Manual observam as antiguidades de vencimento das faturas pendentes de liquidação. A partir disso, a Companhia complementa a provisão de perda, quando for o caso, com a perda estimada calculada segundo as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC48 -Instrumentos Financeiros.

Para o registro da Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração realiza estudos trimestrais que testam o nível da inadimplência de todas as categorias de contratos que formam as rubricas do contas a receber da Companhia. Neste estudo é verificado o comportamento da inadimplência dos faturamentos emitidos nos últimos vinte e quatro meses.

Desta forma, a Administração entende que provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

4.5.1. Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência dos faturamentos emitidos nos últimos vinte e quatro meses, para adequar às exigências do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A estimativa do fornecimento não faturado (fornecimentos de energia entre a data da leitura e o encerramento de cada período) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

4.6. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

4.6.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.6.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.7. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente.

Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado, com case em análises realizadas e na melhor estimativa da Administração.

4.8. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente, a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.9. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

4.10. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar em uma base sistemática.

4.11. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.12. Contrato de Concessão

Com base na análise do Contrato de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, os investimentos na infraestrutura à serviço da Concessão são reconhecidos como Ativo de Contrato, Ativo Intangível ou Ativo Financeiro.

Ao longo da implantação, a Companhia reconhece um Ativo Contratual, em contrapartida de receita de construção e melhorias, à medida que vão sendo satisfeitas as obrigações de performance de construção e melhoria de infraestrutura, até o limite dos custos praticados na condição em que estes possam ser recuperados.

A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

A partir da sua entrada em operação, é aplicado o modelo “bifurcado”, que é o que melhor representa o negócio de Distribuição de energia elétrica, reconhecendo o ativo da concessão parte como ativo intangível e parte como ativo financeiro.

O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário, permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

4.13. Imobilizado

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.14. Intangível

Inclui o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

4.15. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. A Administração adotou os comandos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos em suas demonstrações contábeis findadas em 31 de dezembro de 2019.

4.17. Valor Justo

I. Ativo Contratual: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Ativo Intangível da Concessão: representa o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, a parcela da infraestrutura já existente correspondente ao ativo intangível foi mensurada pelo seu valor justo (Valor Novo de Reposição – VNR reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória da Companhia). Após a renovação do contrato de concessão, o intangível com origem nos serviços de construção e melhorias é registrado ao custo de aquisição ou construção. O intangível da concessão está apresentado reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.

III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.18. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.19. Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão

apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.22. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios e expectativa de vida. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.24. Reconhecimento da Receita

4.24.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.24.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.24.3. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.24.4. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's.

4.25. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. Os custos dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.26. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.27. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA

4.28. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

4.29. Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Em consequência da reclassificação dos valores relativos aos Depósitos Judiciais que anteriormente eram apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das provisões para contingências no passivo não

circulante, a Companhia está rerepresentando seu Balanço Patrimonial e suas respectivas notas explicativas aplicáveis às informações do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os efeitos comparativos antes e após a adoção das normas são demonstrados na tabela a seguir.

Balanço Patrimonial	31/12/2018 Publicado	Ajuste	01/01/2019 Reapresentado
Ativo	4.148.987	-	4.148.987
Ativo Circulante	1.312.493	-	1.312.493
Ativo Não Circulante	2.836.494	-	2.836.494
Passivo	4.148.987	177.202	4.148.987
Passivo Circulante	3.184.519	-	3.184.519
Passivo Não Circulante	3.316.909	177.202	3.494.111
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	177.202 (a)	177.202
Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)	(2.352.441)	(177.202)	(2.529.643)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	177.202	(177.202)	-

Balanço Patrimonial	31/12/2019 Publicado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
Ativo	4.148.411	51.978	4.200.389
Ativo Circulante	1.286.169	-	1.286.169
Ativo Não Circulante	2.862.242	51.978	2.914.220
Depósitos Judiciais	73.427	51.978 (b)	125.405
Passivo	4.148.411	229.180	4.200.389
Passivo Circulante	4.446.964	-	4.446.964
Passivo Não Circulante	3.391.729	229.180	3.620.909
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	218.961	51.978 (b)	270.939
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	177.202 (a)	177.202
Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)	(3.690.282)	(177.202)	(3.867.484)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	177.202	(177.202) (a)	-

(a) Refere-se a classificação dos valores relativos ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido para o Passivo Circulante.

(b) Refere-se a reapresentação dos valores dos depósitos judiciais no ativo não circulante, que anteriormente deduziam as Provisões para Contingências no Passivo não Circulante.

4.30. Novas normas e interpretações

4.30.1. Normas Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinações de negócios;
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro;
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros;
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material.

Aprovadas as revisões dos pronunciamentos técnicos, através da Deliberação CVM nº 854, avaliados pela Companhia, os pronunciamentos em questão não apresentam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.30.2. Normas Revisadas e não vigentes

- CPC 11 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante).

A Companhia está analisando os impactos dos pronunciamentos referenciados acima, com exceção, do pronunciamento IFRS 17 – Contrato de Seguros, cuja norma ainda não foi emitida no Brasil.

Em relação aos normativos que restam em discussão no IASB, com vigência futura, a Companhia segue acompanhando as discussões e, além disso, não verifica possibilidades de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		30.679	34.474
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL	34	24.170	40.554
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>54.849</u>	<u>75.028</u>

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$ 30.679 (R\$ 34.474, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Equivalentes de Caixa)

O valor de R\$ 24.170 (R\$ 40.554, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às Aplicações Financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL), instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	444.756	120.194	723.242	1.288.192	1.162.172
Suprimento de Energia		-	-	-	-	-
Encargo de Uso da Rede		4.236	-	-	4.236	3.754
Permissionárias		742	-	-	742	593
Parcelamentos	6.2	91.835	70.201	167.809	329.845	270.613
Provisão com Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	6.3	-	-	(885.707)	(885.707)	(725.966)
Total		<u>541.569</u>	<u>190.395</u>	<u>5.344</u>	<u>737.308</u>	<u>711.166</u>
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	88.773	-	-	88.773	77.934
Total		<u>88.773</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.773</u>	<u>77.934</u>
Total Geral		<u>630.342</u>	<u>190.395</u>	<u>5.344</u>	<u>826.081</u>	<u>789.100</u>

6.1. Consumidores

	Saldos Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Residencial	215.954	81.425	333.751	631.130	531.321
Industrial	30.364	5.949	69.049	105.362	97.135
Comercial Serviços e Outras Atividades	119.538	24.815	175.299	319.652	304.263
Rural	30.270	5.971	23.588	59.829	49.606
Poder Público	21.035	1.383	46.032	68.450	74.738
Iluminação Pública	10.032	567	75.467	86.066	85.872
Serviço Público	17.563	83	57	17.703	19.237
Total	<u>444.756</u>	<u>120.193</u>	<u>723.243</u>	<u>1.288.192</u>	<u>1.162.172</u>

6.2. Parcelamentos

Os montantes de R\$ 329.845 (R\$ 270.613, em 31 de dezembro de 2019) no ativo circulante e de R\$ 88.773 (R\$ 77.934 em 31 de dezembro de 2019) no ativo não circulante referem-se a parcelamentos com consumidores,

com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS (Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul).

6.3. Movimentação da Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2019	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2020
Residencial	256.472	77.843	-	334.315
Industrial	53.944	6.870	-	60.814
Comercial Serviços e Outras Atividades	134.141	33.932	(34)	168.039
Rural	17.843	1.851	(278)	19.417
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	115.817	2.894	(201)	118.510
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos	147.748	40.579	(3.715)	184.612
Total	725.966	163.969	(4.228)	885.707

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e consumidores industriais, rurais, poder público e iluminação pública vencidos há mais de 360 dias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a Compensar	460	1.351
IRPJ e CSLL a Compensar	6.929	3.908
PIS e COFINS a Compensar	396	395
Outros Créditos a Compensar	212	123
Total	7.997	5.777
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar*	66.596	53.539
INSS a Compensar	74	74
Outros Créditos a Compensar	3	4
Total	66.673	53.617
Total Geral	74.670	59.394

*A expectativa de realização dos valores registrados no ativo não circulante é de 04 (quatro) anos, conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/1996, que permite a constituição e a respectiva fruição desse crédito tributário.

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de Operação	21.849	37.672
Total	21.849	37.672

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio. As perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Programa RELUZ	9.1 / 34	-	23
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	16.194	15.821
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	15.128	9.296
Adiantamento a Fornecedores	9.10	5.859	12.941
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4 / 34	5.617	4.324
Adiantamento a Empregados	9.5	5.759	4.374
Cedência de Funcionários	9.6/34	73	188
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.460/2019	9.7/34	-	283.506
CDE Nota Técnica nº 216/2020	9.7/34	141.460	-
Serviço Próprio	9.8	2.687	22.288
Conta Gráfica	9.9/34	2.046	1.463
Compartilhamento de Infraestrutura	9.11	4.899	-
Outros Devedores		2.423	2.843
Total		202.145	357.067
NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Crédito a Receber		-	17
Depósitos Recursais - INSS e ISS		1.871	1.871
Total		1.871	1.888
Total Geral		204.016	358.955

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$ 23, em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), a ser reembolsado pelas Prefeituras. Esse programa tem como objetivo promover a modernização e a melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica. O valor provisionado compreende a expectativa de realização do crédito.

9.2. Programa de Eficiência Energética (PEE)

O valor de R\$ 16.194 (R\$ 15.821, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética (PEE), que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos a auditoria e avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa 21.1)

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R\$ 15.128 (R\$ 9.296, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em andamento, destinados à capacitação e ao desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando a geração de novos processos ou produtos ou o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos a auditoria e avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa 21.1).

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda (Tarifa Social)

O valor de R\$ 5.617 (R\$ 4.324, em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao resultado gerado entre aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

9.5. Adiantamentos a Empregados

O valor de R\$ 5.759 (R\$ 4.374, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a adiantamentos de 13º salário e férias a empregados.

9.6. Cedência de Funcionários

O valor de R\$ 73 (R\$ 188, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às transações com partes relacionadas, (vide nota explicativa nº 34). O saldo constitui-se de remunerações de funcionários cedidos.

9.7. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – Nota Técnica nº 216/2020

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2020 a outubro de 2021. O recurso diz respeito aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013 (Vide nota explicativa nº 24).

9.8. Serviço Próprio

O valor de R\$ 2.687 (R\$ 22.288, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos gastos de pessoal, material, serviços de terceiros e outros, relativos aos serviços próprios em curso, apurados pelo sistema de Ordem de Serviço (ODS). Os recursos serão transferidos na conclusão das ODS para as contas de Gastos Operacionais e/ou Investimentos, nas subcontas adequadas.

9.9. Conta Gráfica

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT).

9.10. Adiantamentos Fornecedores

O valor de R\$ 5.859 (R\$ 12.941, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a adiantamentos de energia e encargos de uso da rede e a adiantamentos vinculados à folha de pagamento.

9.11. Compartilhamento Infraestrutura

Foi celebrado, em 01 de julho de 2020, o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), elaborado de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa 699/2016. Em 06 de novembro de 2020, através do Despacho no 3.168, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu previamente a celebração do contrato de compartilhamento entre a CEEE D e a CEEE GT.

O saldo em 31 de dezembro de 2020, referente compartilhamento perfaz o valor de R\$ 4.899.

10. ATIVO / PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$ 67.991 (R\$ 99.459 de ativo, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos ativos e passivos financeiros setoriais decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros), que são incluídos na tarifa no início do ciclo tarifário, e aqueles que são efetivamente pagos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber, sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente pagos, ou uma obrigação, quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos que foram, de fato, pagos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo reajuste tarifário. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido (Vide nota explicativa nº 1.2).

CVA

	Saldo 31/12/2019	Ciclo Passado	Saldo Nota Técnica 30/11/2020	A Amortizar Ciclo Passado 11/2020 a 12/2020	Constituição Ciclo Corrente 11/20 a 12/20	Constituição SELIC Ciclo Corrente 11/20 a 12/20	Saldo em 31/12/2020
CVA Ativa	296.744	(296.744)	274.137	(41.391)	122.426	89	355.261
CVA AQUISIÇÃO ENERGIA - CICLO PASSADO	207.491	(207.491)	216.907	(32.398)	-	-	184.509
CVA AQUISIÇÃO ENERGIA - CICLO CORRENTE	69.856	(69.856)	-	-	82.540	15	82.555
CVA TRANSP. ITAIPU CICLO PASSADO	542	(542)	6.835	(1.015)	-	-	5.820
CVA TRANSP. ITAIPU CICLO CORRENTE	1.334	(1.334)	-	-	2.668	5	2.673
CVA TRANSP. REDE BÁSICA CICLO PASSADO	-	-	50.395	(7.978)	-	-	42.417
CVA TRANSP. REDE BÁSICA CICLO CORRENTE	17.521	(17.521)	-	-	32.663	63	32.726
CVA CDE CICLO CORRENTE	-	-	-	-	3.510	6	3.516
CVA PROINFA CICLO CORRENTE	-	-	-	-	1.045	-	1.045
Demais Ativos Financeiros Setoriais	225.982	(225.982)	237.410	(37.435)	13.788	3	213.766
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO PASSADO	31845	(31.845)	9.716	(1.532)	-	-	8.184
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO CORRENTE	310	(310)	-	-	2.746	3	2.748
CVA SOBRECONTRATAÇÃO MCP CICLO PASSADO	-	-	10.622	(1.675)	11.042	-	19.989
CVA OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS CICLO PASSADO	134821	(134.821)	152.563	(24.056)	-	-	128.507
CVA OUTROS CICLO PASSADO	59006	(59.006)	64.509	(10.172)	-	-	54.338
Total do Ativo	522.726	(522.726)	511.547	(78.826)	136.214	92	569.027
CVA Passiva	(243.489)	243.489	(99.801)	14.758	(2.220)	(2)	(87.265)
CVA CDE CICLO PASSADO	(15.613)	15613	(2.357)	216	-	-	(2.141)
CVA CDE CICLO CORRENTE	(33.748)	33748	-	-	(4)	-	(4)
CVA BSS CICLO PASSADO	(176.744)	176744	(84.202)	12.514	-	-	(71.688)
CVA BSS CICLO CORRENTE	(16.097)	16097	-	-	(2.216)	(2)	(2.218)
CVA PROINFA CICLO PASSADO	(1.287)	1287	(13.242)	2.028	-	-	(11.214)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(3.854)	3.854	-	-	-	(71)	(71)
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO CORRENTE	(3.854)	3854	-	-	-	(71)	(71)
Outros Componentes Financeiros	(142.230)	142.230	(351.362)	54.917	(86.289)	(474)	(383.208)
CVA Sobrecontratação para o ano civil de 2016	(17.066)	17.066	-	-	(11.454)	(474)	(11.928)
CVA OUTROS COMP. FINANCEIROS CICLO PASSADO	(84.689)	84.689	(172.984)	27.276	-	-	(145.708)
CVA OUTROS COMP. FINANCEIROS CICLO CORRENTE	(20.280)	20.280	-	-	(24.056)	-	(24.056)
Outros - CVA Diferida - Covid	-	-	(178.378)	27.641	(50.779)	-	(201.515)
Total do Passivo	(389.573)	389.573	(451.163)	69.675	(88.509)	(547)	(470.544)
Ativo (Passivo) Financeiro Setorial Líquido	133.153	(133.153)	60.384	(9.151)	47.705	(455)	98.483

Outros Componentes Setoriais Financeiros

	Saldo 31/12/2019	Atualização	Saldo Nota Técnica 30/11/2020	Amortização	Constituição	Atualização Monetária Ciclo corrente	Saldo em 31/12/2020
Despesas Pagas antecipadamente							
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	17.261	-	-	(56.840)	55.465	-	15.886
Total do Ativo	17.261	-	-	(56.840)	55.465	-	15.886
Demais Passivos Financeiros Setoriais							
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(16.573)	-	-	10.855	(10.329)	-	(16.047)
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(10.832)	-	-	10.855	(10.329)	-	(10.306)
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(5.741)	-	-	-	-	-	(5.741)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(34.382)	-	-	22.816	(18.765)	-	(30.331)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(23.006)	-	-	22.816	(18.765)	-	(18.955)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(11.376)	-	-	-	-	-	(11.376)
Total do Passivo	(50.955)	-	-	33.671	(29.094)	-	(46.378)
Total Outros Componentes Setoriais Financeiros Líquido	(33.694)	-	-	(23.169)	26.371	-	(30.492)
Total Ativo Financeiro Setorial	99.459	(133.153)	60.384	(32.320)	74.076	(455)	67.991

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$ 111.416 (R\$ 73.427, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósitos judiciais de processos de naturezas trabalhista, cível e tributária que não possuem perda provável.

Os R\$ 56.205 (R\$ 51.978, em 31 de dezembro de 2019) são de depósitos judiciais vinculados a provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais.....	111.416	73.427
Depósitos Judiciais Vinculados.....	56.205	51.978
	<u>167.621</u>	<u>125.405</u>

12. ATIVO DA CONCESSÃO

Os ativos de infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível.

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2020	31/12/2019
Ativo Contratual (infraestrutura em construção).....	12.1	309.904	353.089
Ativo Financeiro da Concessão.....	12.2	253.046	222.738
Ativo Intangível da Concessão.....	12.3/15	1.743.085	1.711.900
Total do Ativo da Concessão		<u>2.306.035</u>	<u>2.287.727</u>

12.1. Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos da Concessão, são classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível e/ou financeiro da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	353.089	481.849
(+) Receita de Construção (Adições).....	151.851	141.024
(+/-) Transferência (Bifurcação).....	(195.160)	(268.594)
(-) Outros.....	124	(1.190)
Saldo final	<u>309.904</u>	<u>353.089</u>

12.2. Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão. Sobre esse ativo, a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Concessionária classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros a "valor justo por meio do resultado", pois o fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição (VNR) depreciado da Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é revisada a cada 5 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

A movimentação dos bens do Ativo Financeiro da concessão está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	222.738	189.914
(+) Atualização Financeira.....	10.111	6.470
(+/-) Transferência (Bifurcação).....	19.854	26.006
(-) Baixas.....	(426)	(102)
Outros.....	769	450
Saldo final	253.046	222.738

12.3. Ativo Intangível da Concessão

O intangível da concessão integra o total da rubrica do ativo intangível, cuja composição e movimentação estão apresentadas na nota explicativa 15. O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica. A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios, e representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Companhia amortiza o ativo intangível de forma linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ITG 01 (R1).

12.3.1 Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e na comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12.4. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos Ativos Vinculados à Concessão totaliza R\$ 2.306.036 (R\$2.287.726 em 31 de dezembro de 2019). Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como é observado o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica: I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão; II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurados o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras; III) Os custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária; IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades; V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens; e VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Distribuidora devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável. A Companhia apurou, ao final do exercício, o valor recuperável de seus ativos e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas.

13. BENS E DIREITOS

13.1. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda e ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Empresa. Dentre eles, constam os hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda	57.845	57.845
(-) Amortização Acumulada	(15.388)	(15.388)
(-) Provisão para Perda	(38.759)	-
	<u>3.698</u>	<u>42.457</u>

14. IMOBILIZADO

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
Custo						
Terrenos	4.630	-	-	-	-	4.630
Edificações	24.047	-	-	-	-	24.047
Máquinas e Equipamentos	122.515	-	(1.197)	23	1	121.342
Veículos	55.469	-	(424)	83	-	55.128
Móveis e Utensílios	6.391	-	(256)	1	-	6.136
	<u>213.052</u>	<u>-</u>	<u>(1.877)</u>	<u>107</u>	<u>1</u>	<u>211.283</u>
Depreciação						
Edificações	(21.404)	(124)	-	-	-	(21.528)
Máquinas e Equipamentos	(44.531)	(8.709)	656	1	(1)	(52.584)
Veículos	(44.898)	(2.532)	424	(83)	-	(47.089)
Móveis e Utensílios	(5.401)	(143)	245	(1)	-	(5.300)
	<u>(116.234)</u>	<u>(11.508)</u>	<u>1.325</u>	<u>(83)</u>	<u>(1)</u>	<u>(126.501)</u>
Fora do Escopo (Reflexo do IFRIC 12)						
Imobilizado não vinculado	17.136	-	-	(83)	-	17.053
Depreciação	(12.504)	(168)	-	83	-	(12.589)
	<u>4.632</u>	<u>(168)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.464</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>101.450</u>	<u>(11.676)</u>	<u>(552)</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>89.246</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>99.234</u>	<u>2.808</u>	<u>-</u>	<u>1.071</u>	<u>-</u>	<u>103.113</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>200.684</u>	<u>(8.868)</u>	<u>(552)</u>	<u>1.095</u>	<u>-</u>	<u>192.359</u>

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Custo					
Terrenos	4.630	-	-	-	4.630
Edificações	24.047	-	-	-	24.047
Máquinas e Equipamentos	67.379	-	(1.001)	56.135	122.513
Veículos	55.533	-	(190)	127	55.470
Móveis e Utensílios	6.607	-	(257)	41	6.391
	<u>158.196</u>	<u>-</u>	<u>(1.448)</u>	<u>56.303</u>	<u>213.051</u>
Depreciação					
Edificações	(21.280)	(124)	-	-	(21.404)
Máquinas e Equipamentos	(39.281)	(6.175)	927	(1)	(44.530)
Veículos	(42.427)	(2.533)	190	(127)	(44.897)
Móveis e Utensílios	(5.479)	(155)	233	-	(5.401)
	<u>(108.467)</u>	<u>(8.987)</u>	<u>1.350</u>	<u>(128)</u>	<u>(116.232)</u>
Fora do Escopo (Reflexo do IFRIC 12)					
Imobilizado não vinculado	17.060	-	(2)	79	17.137
Depreciação	(12.468)	(168)	2	128	(12.506)
	<u>4.592</u>	<u>(168)</u>	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>4.631</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>54.321</u>	<u>(9.155)</u>	<u>(98)</u>	<u>56.383</u>	<u>101.451</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>152.455</u>	<u>8.222</u>	<u>-</u>	<u>(61.444)</u>	<u>99.233</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>206.777</u>	<u>(934)</u>	<u>(98)</u>	<u>(5.061)</u>	<u>200.684</u>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01 (R1)/NBC TG 47. O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$ 103.112 (R\$ 99.234, em 31 de dezembro 2019) é composto por valores registrados nas aquisições em andamento de bens administrativos (R\$ 10.690), que não compõem o escopo da ITG 01 (R1) - Contratos de Concessão, e por materiais armazenados em depósitos destinados ao investimento na infraestrutura da concessão (R\$ 92.422), que passarão a compor o escopo da ITG 01 (R1), quando da sua efetiva utilização nas Ordens de Imobilização de obras vinculadas ao serviço concedido.

14.1 DIREITO DE USO

O saldo do ativo de direito de uso, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 37.305 e, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 45.886. Apresentam-se na tabela a seguir as variações ocorridas no período:

Em milhares de R\$									
Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajuste de Mensuração	Baixas	Amortizações	Saldo em 31.12.2020			
NBC TG 06 (R3)									
Imóveis	2.682	1.666	(428)	(538)	(583)	2.799			
Terrenos	2.239	-	(641)	-	(118)	1.480			
Veículos	40.965	5.981	(1.868)	-	(12.051)	33.027			
	45.886	7.647	(2.937)	(538)	(12.752)	37.306			
Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2018	Adoção Inicial 01.01.2019	Ingressos	Ajuste de Mensuração	Baixas	Amortizações	Saldo em 31.12.2019	Saldo Circulante	Saldo Não Circulante
CPC 06 (R2) - IFRS16									
Imóveis	-	3.218	-	-	-	(535)	2.682	224	2.459
Terrenos	-	2.263	-	-	-	(24)	2.239	187	2.053
Veículos	-	52.516	-	-	-	(11.551)	40.965	3.414	37.551
Total	-	57.996	-	-	-	(12.110)	45.886	3.824	42.062

Cronograma de Depreciação do Ativo de Direito de Uso

Em milhares de R\$						
Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes
Imóveis	2.799	(601)	(303)	(239)	(257)	(1.400)
Terrenos	1.479	(141)	(145)	(162)	(180)	(851)
Veículos	33.027	(14.187)	(13.688)	(3.217)	(1.679)	(256)
	37.305	(14.929)	(14.136)	(3.618)	(2.116)	(2.507)

15. INTANGÍVEL

Custo	Softwares	Direitos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	127.025	3.333.268	3.460.293
Transferência (AIC-AIS)	-	174.210	174.210
Aquisições	1.346	-	1.346
Baixas	-	(63.601)	(63.601)
Outros	-	(768)	(768)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	128.371	3.443.109	3.571.481
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(48.403)	(1.621.367)	(1.669.770)
Amortização do período	(21.581)	(114.505)	(136.086)
Baixas	-	35.887	35.887
Outros	-	(38)	(38)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(69.984)	(1.700.023)	(1.770.007)
Valor contábil			
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	78.622	1.711.900	1.790.522
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	58.388	1.743.087	1.801.474

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	122.739	3.164.879	3.287.618
Transferência (Ativo Intangível Concessão - Ativo Intangível Softwares)	4.431	243.217	247.648
Aquisições	(145)	-	(145)
Baixas	-	(74.378)	(74.378)
Outros	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	127.025	3.333.268	3.460.293
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(27.285)	(1.561.574)	(1.588.859)
Amortização do período	(21.118)	(108.443)	(129.561)
Baixas	-	48.649	48.649
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(48.403)	(1.621.368)	(1.669.771)
Valor contábil			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	95.454	1.603.305	1.698.759
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	78.622	1.711.900	1.790.522

15.1. Intangível da Concessão

O Ativo Intangível da Concessão representa o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelos investimentos na infraestrutura a serviço da concessão (nota explicativa nº 12.3).

15.2. Softwares

É composto pelos gastos realizados com a aquisição de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

16. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Encargos de Uso da Rede	68.620	51.884
Energia Elétrica Comprada para Revenda	315.027	292.245
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 02/2015 a 06/2015	63.119	48.957
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017	112.632	111.889
Materiais e Serviços	94.771	89.135
Energia de Curto Prazo - CCEE	61.969	86
Retenção Contratual	13.320	11.503
Outros.....	-	598
Total	729.458	606.297
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 02/2015 a 06/2015	52.638	89.800
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017	197.688	254.384
	250.326	344.184
Total Geral	979.784	950.481

16.1. Repactuação de Dívida – Itaipu

16.1.1 Repactuação de Dívida Itaipu – Período de 02/2015 a 30/06/2015

Os saldos de R\$ 63.119 (R\$ 48.957, em 31 de dezembro de 2019) no Passivo Circulante e de R\$ 52.638 (R\$ 89.800, em 31 de dezembro de 2019) no Passivo Não Circulante referem-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS), em 31 de julho de 2015. O valor repactuado é de US\$ 57.539, referente às faturas inadimplidas no período de 20 de fevereiro de 2015 a 30 de junho de 2015, e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*. A amortização ocorre em 60 (sessenta) meses, a contar após o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor, com vencimento no dia 05 de cada mês. A liquidação da dívida está prevista para 31 de outubro de 2022.

16.1.2 Repactuação de Dívida Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017

Os saldos de R\$ 112.632 (R\$ 111.889, em 31 de dezembro de 2019) no passivo circulante e de R\$ 197.688 (R\$ 254.384, em 31 de dezembro de 2019) no Passivo Não Circulante referem-se ao Termo de Confissão e

Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS), em 15 de dezembro de 2017. O valor repactuado é de US\$ 125.781, referente às faturas inadimplidas no período de 20 de novembro de 2016 a 20 de novembro de 2017, e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*. A amortização será realizada com as 12 (doze) parcelas iniciais no valor de US\$ 100 (cem mil dólares americanos) cada e as 48 (quarenta e oito) parcelas restantes no valor de US\$ 2.595 (dois milhões quinhentos e noventa e cinco mil dólares americanos) cada, tendo iniciado em 30 de dezembro de 2017, com vencimento no dia 30 de cada mês. A liquidação da dívida está prevista para 30 de novembro de 2022.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Folha Líquida.....	10.214	10.508
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	34.089	43.092
Retenções sobre a Folha de Pagamento	27.413	27.217
Total	71.716	80.817

O valor de R\$ 27.413 (R\$ 27.217, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às consignações em favor de terceiros – diversas entidades de classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (AFCEEE), Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (SENERGISUL) e Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) – e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	226.168	2.684.718
Parcelamento PIS / COFINS	33.356	38.690
Parcelamento ICMS	212.114	24.426
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	327	150
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	9	9
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.721	2.706
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12.546	58.623
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	2.690	12.643
Outros	1.831	1.979
Total	490.762	2.823.944
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento PIS / COFINS	53.702	86.600
Parcelamento ICMS	3.795.180	23.859
Total	3.848.882	110.459
Total Geral	4.339.644	2.934.403

18.1. Parcelamentos PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$ 33.356 no passivo circulante e R\$ 53.703 no passivo não circulante referem-se a repactuação do parcelamento vigente, junto à Receita Federal do Brasil, com o acréscimo das competências de junho/18 e julho/2018 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 184.036 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 28 (vinte e oito) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
19/09/2018	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	184.036
31/12/2020	Atualização até 31/12/2020	12.182
31/12/2020	Parcelas Pagas até 31/12/2020	(109.159)
	Saldo a Pagar	87.059
CIRCULANTE		33.356
NÃO CIRCULANTE		53.703
Total		87.059

18.2. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS 1

A Concessionária, em outubro de 2020, realizou repactuação de parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente a inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências março/2020 e setembro/2020. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 615;656 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 3 (três) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
21/10/2020	Parcelamento Ordinário ICMS	615.656
31/12/2020	Atualização até 31/12/2020	12.988
31/12/2020	Parcelas Pagas até 31/12/2020	(32.056)
	Saldo a Pagar	596.588
CIRCULANTE		129.188
NÃO CIRCULANTE		467.400
Total		596.588

18.3. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS 2

A Concessionária, em novembro de 2020, realizou a parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), referente aos Autos de Infração nºs 0042237300, 9000032445, 00967339294, 0968934390, 0969862563 e 0969913508 e decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016 a dezembro/2016, setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a março/2020. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 3.256.774 e será pago em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 2 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
25/11/2020	Parcelamento Ordinário ICMS	3.256.774
31/12/2020	Atualização até 31/12/2020	2.369
31/12/2020	Parcelas Pagas até 31/12/2020	(8.327)
	Saldo a Pagar	3.250.816
CIRCULANTE		50.406
NÃO CIRCULANTE		3.200.410
Total		3.250.816

18.4. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS 3

A Concessionária, em dezembro de 2020, realizou um parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Débitos nºs 0045754810, 0045877190 e 0045877718 decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências setembro/2020 e outubro/2020. O montante

acordado na data de adesão era de R\$ 153.323 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidada 1 (uma) parcela.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
02/12/2020	Parcelamento Ordinário ICMS	153.323
31/12/2020	Atualização até 31/12/2020	9.122
31/12/2020	Parcelas Pagas até 31/12/2020	(2.555)
	Saldo a Pagar	159.890
CIRCULANTE		32.520
NÃO CIRCULANTE		127.370
Total		159.890

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, OUTRAS CAPTAÇÕES E ARRENDAMENTOS.

19.1. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

CREDOR	31/12/2020							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS	RGR*	5%	2025	02	-	2.023	7.929	9.952
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	2.023	7.929	9.952
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,59	2036	01	4.126	23.087	346.308	373.521
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2036	01	2.233	34.481	523.923	560.637
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					6.359	57.568	870.231	934.158
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					6.359	59.591	878.160	944.110
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					6.359	59.591	878.160	944.110

CREDOR	31/12/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS	RGR*	5%	2025	02	-	2.023	10.136	12.159
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	2.023	10.136	12.159
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,37%	2036	01	3.400	17.907	286.513	307.820
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93%	2036	01	4.736	26.247	433.460	464.443
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					8.136	44.154	719.973	772.263
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					8.136	46.177	730.109	784.422
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					8.136	46.177	730.109	784.422

* RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

19.1.1. Variação dos Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

A mutação de empréstimos, financiamentos e Outras Captações é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
SalDOS em 01 de Janeiro de 2019.....	3.919	12.159	51.265	735.384	802.727
Ingressos.....	-	-	-	-	-
Encargos.....	691	-	29.139	-	29.831
Variação Monetária.....	-	-	2.341	29.585	31.927
Transferências.....	2.023	(2.023)	44.997	(44.996)	-
Taxa Administração.....	264	-	-	-	264
Amortizações e Pagamentos de juros.....	(3.827)	-	(44.744)	-	(48.571)
Amortizações de Encargos.....	(1.047)	-	(30.708)	-	(31.755)
SalDOS em 31 de Dezembro 2019.....	2.023	10.136	52.290	719.973	784.422
Encargos.....	557	-	27.234	-	27.792
Variação Monetária.....	-	-	12.641	210.763	223.405
Transferências.....	2.207	(2.207)	60.505	(60.505)	-
Taxa Administração.....	213	-	-	-	213
Amortizações do Principal.....	(2.207)	-	(58.014)	-	(60.221)
Amortizações de Encargos.....	(770)	-	(30.729)	-	(31.501)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020.....	2.023	7.929	63.927	870.231	944.110

19.1.2. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

Em 19 de setembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-D). O valor do financiamento concedido pelo BID foi de US\$ 130.557.

Em 26 de setembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015 entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 87.458.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, respectivamente.

No ano de 2017, foi liberado o valor de US\$ 26.513, que corresponde a R\$ 86.988, referente à última tranche do financiamento da AFD, e US\$ 20.000, que corresponde a R\$ 65.000, referente ao BID. No exercício de 2018, foi liberado o montante de US\$ 39.984, que corresponde a R\$ 139.938, referente às últimas tranches do BID.

Em ambos os financiamentos houve o desembolso de 100% dos recursos contratados e, em junho de 2019, a Companhia apresentou a prestação de contas final da utilização dos recursos do BID/AFD.

Entre os anos de 2012 a 2017 a CEEE-D internalizou 13 parcelas, perfazendo o total de U\$ 218.015 ou R\$ 628.000, referente aos empréstimos do BID e da AFD. Essas dívidas estão vinculadas ao dólar e foram internalizadas sem qualquer mecanismo de proteção cambial.

Abaixo as parcelas internalizadas:

BID						
Data	Tranche	Valor U\$	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
20/11/2012	Reconh.	\$10.175.179	2,08	7,8%	7,8%	21.144.022
07/05/2014	2ª	\$10.310.780	2,23	7,9%	15,7%	22.967.263
08/09/2014	3ª	\$16.505.512	2,24	12,6%	28,3%	37.005.358
03/03/2015	4ª	\$17.580.439	2,91	13,5%	41,8%	51.123.917
09/06/2016	5ª	\$16.000.000	3,37	12,3%	54,1%	53.862.400
08/11/2017	6ª	\$20.000.000	3,25	15,3%	69,4%	65.000.000
01/02/2018	7ª	\$15.000.000	3,16	11,5%	80,9%	47.370.000
14/06/2018	8ª	\$24.984.740	3,71	19,1%	100,0%	92.568.462
Total BID		\$130.556.650	3,00			391.041.421

AFD						
Data	Tranche	Valor U\$	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
30/11/2012	1ª	\$24.383.045	2,11	27,9%	27,9%	51.448.225
16/06/2014	2ª	\$13.426.326	2,25	15,4%	43,2%	30.249.513
17/09/2014	3ª	\$14.559.235	2,35	16,6%	59,9%	34.228.762
21/12/2015	4ª	\$8.576.647	3,97	9,8%	69,7%	34.032.135
26/10/2017	5ª	\$26.512.732	3,28	30,3%	100,0%	86.988.275
Total AFD		\$87.457.986	2,71			236.946.911
Total GERAL		\$218.014.636				627.988.331

19.1.3. Cronograma das Parcelas do Não Circulante

As parcelas do não circulante dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	Reapresentado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	76.710
2022	60.222	74.800
2023	60.222	72.855
2024	60.222	70.722
Após 2024	697.494	435.022
	878.160	730.109

19.1.4. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de composição do saldo da dívida por indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2020	31/12/2019
RGR*	1,05%	1,55%
Dólar US\$	98,95%	98,45%
	100,00%	100,00%

* RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

19.2 ARRENDAMENTOS A PAGAR

No passivo circulante, o saldo do passivo de arrendamento a pagar é de R\$ 14.476, em dezembro de 2020, enquanto, em dezembro de 2019, a conta apresentava o saldo de R\$ 12.766. No passivo não circulante, o saldo da conta, em dezembro de 2020, é de R\$ 23.907 frente ao saldo de R\$ 33.782, em dezembro de 2019.

Apresenta-se na tabela a seguir as variações ocorridas no período:

Categoria	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Circulante	Não Circulante	Saldo em 31.12.2020
NBCTG 06 (R3)										
Imóveis	2.701	1.712	(546)	(420)	251	(568)	(239)	627	2.264	2.891
Terrenos	2.239	-	-	(630)	127	(106)	(116)	112	1.402	1.514
Veículos	41.608	5.981	-	(1.990)	2.377	(11.195)	(2.803)	13.737	20.241	33.978
	46.548	7.693	(546)	(3.040)	2.755	(11.869)	(3.158)	14.476	23.907	38.383

Categoria	Saldo em 31.12.2018	Adoção Inicial 01.01.2019	Ingressos	Baixas	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Saldo em 31.12.2019
CPC 06 (R2) - IFRS16									
Imóveis	-	3.218	-	-	-	255	(540)	(231)	2.701
Terrenos	-	2.263	-	-	-	198	(63)	(159)	2.239
Veículos	-	52.516	-	-	-	4.188	(11.121)	(3.976)	41.608
Total	-	57.996	-	-	-	4.641	(11.723)	(4.367)	46.547

Encontram-se demonstrados abaixo o cronograma de pagamento das parcelas dos arrendamentos a pagar, distribuídos entre os saldos do circulante e não circulante:

Em milhares de R\$		Circulante		Não Circulante		
Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes
Imóveis	2.891	577	290	226	254	1.545
Terrenos	1.514	112	132	154	179	936
Veículos	33.978	13.737	14.809	3.494	1.669	270
	38.383	14.426	15.231	3.874	2.102	2.751

A Companhia informa que não utiliza de expedientes práticos nos quais possíveis contratos de baixo valor ou com prazos inferiores a doze meses não estivessem mensurados e divulgados nestas demonstrações contábeis.

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE), concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Esse último, fechado para novas adesões. Mantém, também, as obrigações do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e da complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP).

Desde a reestruturação societária e patrimonial ocorrida em 2006 foi estabelecida a solidariedade das dívidas contraídas com a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE) entre as patrocinadoras, CEEE-D e CEEE-GT, conforme previsto no artigo 6º da Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006.

A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1254/1995, firmado junto à Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE).

O contrato SF nº 1254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC.

No período de 2001 à dezembro de 2020 foi amortizado o montante de R\$ 403.547.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		5	5
Provisão Plano Único	34	31.528	32.572
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	34	4.749	4.784
Fundação ELETROCEE Contrato 1254/95 - Plano Único	34	4.598	4.421
Provisão Plano CEEEPREV	34	44.751	45.644
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	34	6.057	2.441
Fundação ELETROCEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	4.926	4.738
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		79.026	84.151
		<u>175.640</u>	<u>178.756</u>
NÃO CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		41	40
Provisão Plano Único	34	170.998	103.387
Fundação ELETROCEE Contrato 1254/95 - Plano Único	34	42.427	44.572
Provisão Plano CEEEPREV	34	728.737	585.542
Fundação ELETROCEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	45.477	47.774
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		388.039	404.161
		<u>1.375.719</u>	<u>1.185.476</u>
Total Geral		<u>1.551.359</u>	<u>1.364.233</u>

20.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada (CTP)

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE) e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE). Assim, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE).

20.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23/04/2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98.

Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal, que, em primeira instância, foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual fica impedido o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC. Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do RS também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-D (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), o qual acabou por suspender a antecipação de tutela anteriormente concedida à CEEE-D. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

20.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º do artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência às manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

20.4. Provisão para Complementação de Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/1956 (EXA)

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial, refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, por força da Lei Estadual nº 4.136/1961.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores, encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento dos servidores da ativa. Esse percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, trata-se de uma obrigação não gerenciável pela Empresa, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral desses proventos.

No início do exercício de 2012, a CEEE-D obteve o direito de receber da União R\$ 1,8 bilhão pelo pagamento dessas obrigações. O recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No início de 2015, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), novo processo judicial (Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório. A ação requerer a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença, em caso de sucesso da ação.

20.5. Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOPTADAS	2020			
	2020			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	0,00%	N/A	N/A	0,00%
Expectativa de Inflação	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	98,18%	100,00%	100,00%	98,18%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 male	UP-94 male	UP-94 male	BR-EMSsb v. 2015 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-83 (Iam) male	N/A	N/A	BR-EMSsb v. 2010 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Nula	N/A	N/A	Nula
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE
Entrada em Aposentadoria	1 ano após preencher as carências regulamentares			2 anos após preencher as carências regulamentares

As premissas utilizadas para elaboração do cálculo atuarial foram aprovadas pelo Diretor Presidente em 09 de fevereiro de 2021.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos de cada plano ou compromisso. A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

20.6. Resultados da Avaliação Atuarial

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.551.722)	(45)	(488.312)	(1.988.847)	(4.028.926)	(1.322.291)	(44)	(446.463)	(1.665.934)	(3.434.733)
Custo do serviço corrente	1.199	-	-	(8.037)	(6.838)	1.430	-	-	(8.851)	(7.421)
Contribuições dos participantes	(4.285)	-	-	(2.211)	(6.496)	(5.215)	-	-	(2.352)	(7.567)
Custo de juros	(96.928)	(3)	(27.408)	(133.439)	(257.777)	(107.226)	(4)	(34.902)	(145.936)	(288.068)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(61.069)	(3)	(30.372)	(46.650)	(138.093)	(247.781)	(2)	(91.097)	(287.097)	(625.977)
Benefícios pagos no período	133.159	5	79.026	126.249	338.440	129.361	5	84.150	121.324	334.840
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.579.644)	(46)	(467.065)	(2.052.935)	(4.099.690)	(1.551.722)	(45)	(488.312)	(1.988.847)	(4.028.926)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(1.080.541)	-	-	(1.229.044)	(2.309.585)	(1.181.818)	-	-	(1.305.149)	(2.486.967)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(499.103)	(46)	(467.065)	(823.891)	(1.790.105)	(369.904)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.541.959)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.579.644)	(46)	(467.065)	(2.052.935)	(4.099.690)	(1.551.722)	(45)	(488.312)	(1.988.847)	(4.028.926)
Estatos do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.181.818	-	-	1.305.149	2.486.967	1.026.241	-	-	1.099.197	2.125.438
Retorno esperado dos ativos do plano	74.118	-	-	87.770	161.888	83.863	-	-	97.164	181.027
Ganhos / (perdas) atuariais	(80.058)	-	-	(87.556)	(167.614)	163.287	-	-	182.117	345.404
Contribuições do empregador	33.538	5	79.026	47.719	160.288	32.572	5	84.150	45.644	162.371
Contribuições de participantes do plano	4.285	-	-	2.211	6.496	5.215	-	-	2.352	7.567
Benefícios pagos pelo plano	(133.159)	(5)	(79.026)	(126.249)	(338.440)	(129.361)	(5)	(84.150)	(121.324)	(334.840)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.080.541	-	-	1.229.044	2.309.585	1.181.818	-	-	1.305.149	2.486.967

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	(499.103)	(46)	(467.065)	(823.891)	(1.790.105)	(369.904)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.541.959)
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	249.551	-	-	-	249.551	184.952	-	-	-	184.952
Passivo Atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(249.551)	(46)	(467.065)	(823.891)	(1.540.554)	(184.952)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.357.007)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(184.952)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.357.007)	(148.025)	(44)	(446.463)	(566.737)	(1.161.270)
Pagamentos para o plano líquido de administração	33.538	5	79.026	47.719	160.288	32.572	5	84.150	45.644	162.371
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(87.932)	(3)	(30.372)	(134.206)	(252.512)	(59.248)	(2)	(91.097)	(104.980)	(255.327)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(10.205)	(3)	(27.408)	(53.706)	(91.322)	(10.251)	(4)	(34.902)	(57.624)	(102.781)
Passivo referente ao Benefício Definido	(249.551)	(46)	(467.065)	(823.891)	(1.540.554)	(184.952)	(45)	(488.312)	(683.697)	(1.357.007)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

	2020					2021 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(1.199)	-	-	8.037	6.838	(1.137)	-	-	8.583	7.446
Custo de juros	48.464	3	27.408	133.439	209.313	46.592	3	23.536	134.954	205.084
Retorno esperado dos ativos dos plano	(37.059)	-	-	(87.770)	(124.829)	(31.645)	-	-	(80.735)	(112.379)
Total da despesa do exercício	10.205	3	27.408	53.706	91.322	13.810	3	23.536	62.803	100.152

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior										
Ganho/(perda) do exercício atual	(400.059)	(897)	(186.588)	(320.029)	(907.573)	(340.810)	(895)	(95.491)	(215.048)	(652.245)
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício	(87.932)	(3)	(30.372)	(134.206)	(252.512)	(59.248)	(2)	(91.097)	(104.980)	(255.327)
	(487.991)	(899)	(216.960)	(454.235)	(1.160.085)	(400.058)	(897)	(186.588)	(320.028)	(907.572)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)

	2020							
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(63.086)	-3,99%	1	-2,93%	(10.494)	-2,25%	(112.152)	-5,46%
Redução de 0,5%	71.478	4,52%	1	3,09%	10.966	2,35%	123.141	6,00%
Expectativa de Vida	-		-		-		-	
Aumento da Expectativa em 1 ano	49.354	3,12%	2	4,86%	27.623	5,91%	46.504	2,27%
Redução da Expectativa em 1 ano	(49.405)	-3,13%	(2)	-4,80%	(26.557)	-5,69%	(48.270)	-2,35%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	19.226	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A	8.578	0,42%

Demonstração de (Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação atuarial

	2019							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais
Variação								
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	8.215	0,5%	0,3	0,7%	5.304	1,1%	(37.424)	-1,8%
Alteração na tabela de mortalidade geral								
Experiência da população	48.349	3,1%	2,4	5,2%	25.067	5,4%	78.219	3,8%
Alteração no fator de capacidade	4.505	0,3%	N/A	N/A	N/A	N/A	5.855	0,3%
Alteração do crescimento real de salários								
Total das perdas / (ganhos) apuradas no exercício	61.069	3,9%	3	5,9%	30.372	6,5%	46.650	2,3%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO

Disponível
Realizável – Gestão Previdencial
Realizável – Gestão Administrativa
Títulos Públicos
Créditos Privados e Depósitos
Ações
Fundos de Investimentos
Investimentos Imobiliários
Empréstimos e Financiamentos
Total em percentual dos ativos do plano

2020	
Plano Único	CEEEPREV BD
0,00%	0,00%
6,98%	3,12%
1,38%	4,00%
58,11%	58,65%
6,97%	5,89%
5,67%	6,19%
18,36%	17,91%
0,54%	0,43%
1,99%	3,81%
100,00%	100,00%

21. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - CDE – Período de 02/2015 a 07/2015.....	-	46.794
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	142.493	139.168
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	84.252	82.540
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	1.618	1.391
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	809	696
PROCEL	1.817	5.313
Contas a Pagar -Fornecedor CDE/RGR	(324)	-
Total	230.665	275.902
NÃO CIRCULANTE		
Recursos PEE	97.363	81.218
Recursos P&D	43.422	35.597
Obrigações Especiais	226.129	207.492
Total	366.914	324.307
Total Geral	597.579	600.209

21.1. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), calculados com base na receita operacional líquida (ROL) das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para os consumidores, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.

Aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Companhia destina anualmente 1% da ROL, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$ 16.194, referente ao PEE, e R\$ 15.128, referente ao P&D (vide notas explicativas nº 9.2 e nº 9.3).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20%, ao Ministério de Minas e Energia (MME).

21.2. Conta de Desenvolvimento Energético – Quota da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criada através da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, artigo 13, e alterada pelo artigo 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, é uma conta cuja arrecadação é usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas. As distribuidoras de energia são obrigadas a recolher, mensalmente, sua quota, que, por força da legislação atual, tem de ser homologada pela ANEEL. O valor da quota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa.

21.3. Repactuação de Dívida (CDE)

21.3.1 Repactuação de Dívida CDE – Período de 02/2015 a 07/2015

O montante de R\$ 46.794, em 31 de dezembro de 2019, referia-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial CDE, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS). O valor repactuado foi de R\$ 142.716, referente às faturas inadimplidas no período de fevereiro a julho de 2015, que somam de R\$ 215.347. Desse total, foram compensados os valores a receber pertinentes à CDE no montante de R\$ 72.631. As parcelas do saldo devedor são remuneradas mensalmente pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) *pro rata temporis* e a amortização ocorre em 60 (sessenta) meses, sendo que nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses foram pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor. A

amortização ocorreu com a primeira parcela em 10/12/2017, sendo o saldo restante a ser liquidado até 10/11/2020.

21.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e os Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008). Ao final da concessão, o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências trabalhistas são atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros ao mês, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela SELIC (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	30/09/2020				31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	240.987	106.088	56.540	403.615	229.027	81.450	16.665	327.142
Riscos Possíveis	26	38.187	-	38.213	103.043	222.985	195	326.223
Total	241.013	144.275	56.540	441.828	332.070	304.435	16.860	653.365

22.1. Composição dos processos de risco provável

A provisão e as contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos, cujo risco de perda é considerado provável, estão compostas como segue:

	31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	65.836	29.393	-	95.229
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	199.533	86.508	1.343	287.384
Total geral	265.369	115.901	1.343	382.613

	31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	29.412	26.791	-	56.203
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	199.616	54.659	16.664	270.939
Total geral	229.028	81.450	16.664	327.142

22.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	159.241	82.836	17.614	259.691
(+) Novos Ingressos	111.399	43.865	490	155.754
(-) Pagamentos	(31.075)	(26.796)	(86)	(57.957)
(-) Montantes Revertidos	(37.666)	(35.567)	(2.173)	(75.406)
(+) Atualização Monetária	27.129	17.111	820	45.060
(-) Montantes Depositados	-	-	-	-
(+/-) Montantes Depositados	-	-	-	-
(=) Saldo Final Dezembro/2019	229.028	81.449	16.665	327.142
(+) Novos Ingressos	116.580	64.124	632	181.336
(-) Pagamentos	(65.839)	(29.407)	(1.678)	(96.924)
(-) Montantes Revertidos	(31.722)	(30.592)	(55.913)	(118.227)
(+) Atualização Monetária	17.322	30.327	41.637	89.286
(+/-) Montantes Depositados	-	-	-	-
(-) Atualização dos Depósitos	-	-	-	-
(=) Saldo Final Dezembro/2020	265.369	115.901	1.343	382.613

22.3. Revisão de Premissas

A Companhia, visando um aprimoramento dos seus processos, revisou as premissas utilizadas nos cálculos de suas contingências. O resultado desse trabalho apontou que seriam necessários ajustes nas premissas utilizadas para mensurar a melhor estimativa dos valores de provisão nas suas demonstrações financeiras. O impacto nas provisões, em razão da mudança de estimativa em junho de 2020, foi de R\$ 37.432. Esse valor aumentou os saldos passivos relacionados às contingências judiciais de forma prospectiva, impactando negativamente o resultado do período (vide nota explicativa nº 30).

22.4. Natureza das ações

22.4.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada análise das chances de êxito da Companhia envolvendo esse tipo de processo, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em ações de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda nesses casos. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade, entre outras.

22.4.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos, encargo de capacidade emergencial e outras.

22.4.3. Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 1.343 refere-se principalmente a processos administrativos e judiciais, relacionados à eventual recolhimento a menor de ICMS. A Companhia classifica tais processos, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

22.4.3.1. Tributos Federais (PIS, COFINS)

22.4.3.1.1. Contribuições Sociais PIS e COFINS

Em relação às Contribuições Sociais PIS e COFINS, os contenciosos estão relacionados, em síntese, à eventual recolhimento a menor das referidas contribuições. Esses contingentes perfazem cerca de R\$ 79.038 e, conforme parecer jurídico, a expectativa de desfecho negativo dessas demandas é considerada possível.

22.4.3.1.2. Exclusão do ICMS na Base de Cálculo de PIS/COFINS

A Companhia postulou judicialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais ao Programa Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), bem como a repetição de indébito dos valores recolhidos, observada a prescrição quinquenal. A demanda foi julgada procedente, nos mesmos termos de decisão já exarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral.

Contudo, o desfecho favorável à Companhia precisa de julgamento definitivo, visto que há recursos da União pendentes de análise, sendo um dos pontos a determinação da modulação dos efeitos da decisão do STF.

A CEEE-D estimou os valores envolvidos, considerando as melhores premissas disponíveis, no valor histórico de R\$ 684.614. No entanto, aguarda o trânsito em julgado para refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos da decisão.

22.4.3.2. Tributos Estaduais (ICMS)

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, os contenciosos estão relacionados, em síntese, à eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$4.539 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

23.1. Passivo Fiscal Diferido

Nos termos da NBC TG 32 (R4) (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos considerando as diferenças temporárias tributáveis, as diferenças temporárias dedutíveis e os créditos fiscais não utilizados.

23.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Exclusões Temporárias	52.104	82.197
Ajuste Arrendamento Mercantil	37.305	45.886
Base de Cálculo	89.409	128.083
(-) 30% da Base Negativa de anos anteriores	-	-
Base de Cálculo após Compensação	89.409	128.083
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	30.399	43.548

A Companhia contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado a alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Concessionária.

23.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro nos valores de R\$ 5.089.412 e R\$ 5.089.412, respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 2.020.536.

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Ex-Autárquico (Lei 3.096/56)	467.065	488.312
Provisão Contingências Trabalhistas	265.369	229.027
Provisão Contingências Cíveis e Fiscais	117.244	84.040
Total das Diferenças Temporárias	849.678	801.379
Alíquota IRPJ/CSLL.....	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/ Diferenças Temporárias	288.891	272.469
Base Negativa da CSLL.....	5.093.073	3.944.277
Alíquota CSLL (9%)L.....	458.347	354.985
Prejuízos Fiscais do IRPJ.....	5.093.073	3.944.277
Alíquota IRPJ (25%).....	1.273.268	986.069
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL.....	1.731.645	1.341.054
Total do Crédito Fiscal Não Reconhecidos.....	2.020.536	1.613.523

23.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Considerando a expectativa de reversão das diferenças temporárias tributáveis, a Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros.

	31/12/2020	31/12/2019
Exercício de 2020	-	31.685
Exercício de 2021	19.408	3.693
Exercício de 2022	3.216	3.610
Exercício de 2023	3.148	3.353
Exercício de 2024	3.750	376
A partir do Exercício de 2025	877	831
	<u>30.399</u>	<u>43.548</u>

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Encargo de Capacidade Emergencial		1.551	1.551
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		7.837	7.154
Consumidores	24.1	9.001	8.545
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.460/2019	9.7	-	283.506
CDE Nota Técnica nº 216/2020	9.7	141.460	-
Demais Encargos Setoriais (Bandeiras)		13.732	28.555
Adiantamento de Clientes/Convênio Devolução Consumidores		11.092	10.668
Provisão Auto de Infração	24.2	-	4.820
Provisão de Valores não Faturados		1.720	1.103
Folha Líquida - Pensionistas/Ex-autárquicos - CTP		4.699	4.472
Convênio de Devolução		2.454	814
A Pagar Judicial		6.651	2.351
Outros Credores		6.581	4.429
Total		<u>206.778</u>	<u>357.968</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão Auto de Infração	24.2	8.903	8.666
Comercialização de Energia na CCEE	24.3	23.433	19.030
Outros Credores		32	41
Total		<u>32.368</u>	<u>27.737</u>
Total Geral		<u>239.146</u>	<u>385.705</u>

24.1. Consumidores

O valor de R\$9.001 (R\$8.545, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos créditos devido aos consumidores relativos a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

24.2. Provisão Auto de Infração

Os valores de R\$ 4.820, em 31 de dezembro de 2019 no passivo circulante e R\$ 8.903 (R\$ 8.666, em 31 de dezembro de 2019) no passivo não circulante referem-se a Autos de Infração. Seu objeto é a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto a interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento.

24.3. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$ 23.433 (R\$ 19.030, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia (MAE) –, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, restando suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Concessionária, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

25. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1. Mútuo CEEE-GT

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CCEE-GT) – mutuante – e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CCEE-D) – mutuária –, no valor de até R\$

150.000, com regramento contratual de devolução em 24 meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo, com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas (CAENMF), pertencente à CEEE-D. Com a medida, foi permitido amortizar R\$ 293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 11 de dezembro 2017, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu o primeiro aditivo ao contrato, alterando o valor para R\$ 300.000 e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384, de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$ 335.212.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL, de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu a celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), cujo objeto foi o refinanciamento, pelo prazo de 24 meses, do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282, da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente, em 15 de agosto de 2018, a Agência Reguladora emitiu o Despacho nº 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, até o montante de R\$ 300.000, pelo prazo de 24 meses. Até 30 de outubro de 2018, houve liberação de R\$ 300.000 à Distribuidora. A Companhia vem repassando todos os meses os juros para a CEEE-GT e, em 2020, começou a amortizar o principal. Em 2020, foi pago à CEEE-GT o montante de R\$ 86.283.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$ 313.016.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	373.164	373.240
Apropriação Encargos	26.135	21.662
Pagamento Encargos	(13.923)	(21.738)
Pagamento Principal	(72.360)	-
Saldo Final	<u>313.016</u>	<u>373.164</u>
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	81.117	-
Passivo Não Circulante	231.899	373.164
Saldo Total	<u>313.016</u>	<u>373.164</u>

Em 06 de maio de 2020, foi assinado o novo Instrumento de Refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Mútuo, com objetivo de reperfilamento a dívida. O refinanciamento é de R\$ 359.333, valor atualizado até 05 de maio de 2020. No instrumento, está previsto pagamento do montante em 24 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento no dia 15 de cada mês. Os encargos financeiros serão calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI), *pro rata die*, contados da data de liberação dos valores até a data da efetiva liquidação.

As primeiras 23 parcelas serão pagas respeitando o teto financeiro de R\$ 7.300 mensais, composto pela soma do principal e dos juros. A parcela final contemplará a integralidade do saldo residual existente. Em caso de atrasos, sobre as parcelas inadimplidas, incidirá multa de 2% e variação de 100% do CDI, *pro rata die*, aplicadas cumulativamente, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

Em 23 de julho de 2020, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo celebrado em 06 de maio de 2020. O objeto do 1º TA é o oferecimento de garantias pela CEEE-D, que consistem nos direitos creditórios provenientes da venda de energia elétrica da Concessionária, através do Contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas.

O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Mútuo e no Primeiro Termo Aditivo. A CEEE-D vinculou à CEEE-GT, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-GT pode acionar o

mecanismo de execução das garantias nas hipóteses de inadimplemento previstas (atraso de três parcelas consecutivas ou alternadas ou atraso superior a 30 dias da 24ª parcela).

Em 25 de agosto de 2020 através do despacho nº 2.740 a ANEEL anuiu à novação do contrato de mútuo celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT.

25.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de 270.008 (R\$ 177.202 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Controladora CEEE-PAR.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial.....	177.202	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	92.806	177.202
	<u>270.008</u>	<u>177.202</u>

Conforme Ata nº 123, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho de Administração da CEEE-PAR, foi autorizado adiantamento para futuro aumento de capital mediante aporte de recursos disponíveis no valor de R\$ 84.993. Em 2018, na Ata nº 137, de 06 de novembro, o Conselho de Administração da CEEE-PAR autorizou o aporte de recursos disponíveis de R\$ 92.209. Em reunião do dia 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da CEEE-PAR autorizou novo aporte, mediante adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 92.806. Esses recursos são destinados e vinculados à integralização de capital na CEEE-D.

Os recursos aportados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) pela Controladora são provenientes dos dividendos repassados pela CEEE-GT. O §1º do artigo 79 do Estatuto da CEEE-PAR prevê que os dividendos recebidos devem, obrigatoriamente, ser reinvestidos na Companhia ou em suas controladas, mediante tomada de novas ações, salvo se expresso de outra forma.

Não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em ações que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações, motivo pelo qual os saldos estão classificados como passivo não circulante.

26. PASSIVO A DESCOBERTO

26.1. Capital Social

O capital social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal. Dessas, 9.516.732 são ações ordinárias e 164.014, ações preferenciais, sem direito a voto. O valor do capital social da Companhia permanece inalterado no montante de R\$ 23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2020						31/12/2019	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.375.347	66,99	1.087	0,66	6.376.434	65,87	6.381.908	65,92
ELETROBRAS	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59	3.154.674	32,59
Custódia em Bolsa - B3	40.903	0,43	23.757	14,48	64.660	0,67	57.888	0,60
Municípios	32.997	0,35	50.155	30,58	83.152	0,86	84.445	0,87
Outros	452	0,00	1.377	0,84	1.829	0,01	1.834	0,02
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.749</u>	<u>100,00</u>

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. - Serviço de Escrituração de Ações

Data base de dezembro de 2020. São 596 acionistas, sendo 388 pessoas físicas, 64 pessoas jurídicas, 135 prefeituras e 12 Estadais.

26.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Perda Atuarial	(1.160.085)	(907.573)
	<u>(1.160.085)</u>	<u>(907.573)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais liquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente e representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

27. RESULTADO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do prejuízo básico e diluído foi o prejuízo líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	01/01/2020 a 31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(1.595.471)	(27.427)	(1.622.898)
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico por Ação - R\$	<u>(167,65)</u>	<u>(167,22)</u>	<u>(167,64)</u>

	01/01/2019 a 31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(1.064.218)	(18.294)	(1.082.512)
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico por Ação - R\$	<u>(111,83)</u>	<u>(111,54)</u>	<u>(111,82)</u>

27.2. Diluído

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Numerador Diluído		
Prejuízo Líquido para as ações ordinárias.....	(1.595.471)	(1.064.218)
Prejuízo Líquido para as ações preferenciais.....	(27.427)	(18.294)
	<u>(1.622.898)</u>	<u>(1.082.512)</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	<u>(167,64)</u>	<u>(111,82)</u>

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nota Explicativa	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita Bruta			
Fornecimento de Energia Elétrica	28.1	4.550.135	5.033.015
Passivo/Ativo Financeiro Setorial	28.4	265.394	(29.938)
Renda Não Faturada	0	14.503	(19.131)
Suprimento de Energia Elétrica	0	15.114	21.971
Disponibilização do Sistema de Distribuição	0	324.650	272.571
(-) Penalidades ANEEL.....		(35.328)	(24.775)
Energia Elétrica de Curto Prazo		173.553	324.587
Receita de Construção	28.2	151.851	141.024
Remuneração do Ativo Financeiro		10.111	6.469
Outras Receitas Operacionais	28.3	354.711	227.066
		<u>5.824.694</u>	<u>5.952.859</u>
Deduções da Receita			
ICMS		(1.339.079)	(1.455.301)
PASEP e COFINS		(526.798)	(539.155)
Outros Encargos		14.822	(10.248)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE		(33.878)	(32.646)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(422.033)	(524.235)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSE		(3.283)	(3.123)
		<u>(2.310.249)</u>	<u>(2.564.708)</u>
Receita Operacional Líquida		<u>3.514.445</u>	<u>3.388.151</u>

28.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

	Nº de Consumidores		Fornecimento (MWh)	
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Residencial	1.494.936	1.475.401	3.148.441	3.026.220
Industrial	9.620	12.376	1.283.198	1.328.714
Comercial	157.285	155.008	2.009.880	2.265.824
Rural	92.416	91.814	561.625	539.010
Poder Público	8.070	7.788	277.205	326.672
Outros	1.153	1.104	505.956	509.808
	1.763.480	1.743.491	7.786.305	7.996.248

Não auditado

	Fornecimento R\$		Fornecimento %	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Residencial	2.418.634	2.498.997	53,16%	49,65%
Industrial	235.648	323.840	5,18%	6,43%
Comercial	1.216.795	1.474.265	26,74%	29,29%
Rural	264.477	255.323	5,81%	5,07%
Poder Público	200.813	252.297	4,41%	5,01%
Outros	213.768	228.293	4,70%	4,54%
	4.550.135	5.033.015	100,00	100,00

*A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e à disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e à Iluminação Pública.

28.2. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

28.3. Outras Receitas Operacionais

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Outras Receitas Operacionais		
Serviços Cobráveis	9.332	14.933
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas a Concessão	49.013	32.501
Subsídio Tarifário CDE	296.366	179.632
TOTAL	354.711	227.066

28.4. Passivo /Ativo Financeiro Setorial

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Amortização de saldos de CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais -Ciclo Passado (Ativo)	(433.408)	(660.981)
CVA Energia	(249.306)	(472.116)
CVA Transporte	5.278	(28.152)
CVA Encargos	-	(4.389)
CVA Neutralidade	(11.248)	(48.556)
CVA Outros Componentes Financeiros	(178.132)	(107.767)
Amortização de saldos de CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais -Ciclo Passado (Passivo)	320.099	357.012
CVA Encargos	162.465	201.014
CVA Sobrecontratação MCP	11.214	70.018
CVA Outros Componentes Financeiros	146.420	85.980
Constituição CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais - Ciclo Corrente (Ativo)	260.241	689.500
CVA Energia	201.630	282.957
CVA Transporte	30.053	74.175
CVA Encargos	2.472	38.407
Neutralidade	2.748	70.978
CVA Sobrecontratação	23.339	222.983
Constituição CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais - Ciclo Corrente (Passivo)	118.461	(415.469)
CVA Energia	986	(5.252)
CVA Transporte	-	(26.418)
CVA Encargos	(47.985)	(264.596)
CVA Neutralidade	(71)	(25.139)
CVA Outros Componentes Financeiros	165.531	(94.064)
Total	265.394	(29.938)

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.265.051)	(2.270.738)
Encargo de Uso do Sistema	(482.692)	(391.940)
	<u>(2.747.743)</u>	<u>(2.662.678)</u>

29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$ (*)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Energia Comprada Hídrica	(601.756)	(592.155)
Energia Comprada Itaipu	(573.949)	(474.114)
Energia Comprada Térmica	(474.916)	(459.462)
Energia Comprada Eólica	(133.465)	(116.685)
Energia Comprada Fontes Alternativas	(118.530)	(93.566)
Energia Comprada Mercado de Curto Prazo	(503.601)	(679.797)
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	(59.369)	(73.886)
Créditos Tributários - PIS/COFINS.....	200.535	218.926
	<u>(2.265.051)</u>	<u>(2.270.738)</u>

30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	REAPRESENTADO				REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(254.203)	(275.191)	-	-	(44.596)	(46.863)	-	-	(298.799)	(322.054)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	(82.531)	(90.765)	-	-	(24.721)	(27.061)	-	-	(107.252)	(117.826)
INSS - Empregador	(48.352)	(49.818)	-	-	(7.504)	(7.990)	-	-	(55.856)	(57.808)
Administradores	(281)	(97)	-	-	(1.149)	(1.384)	-	-	(1.431)	(1.480)
Subtotal Pessoal / Administradores	(385.367)	(415.871)	-	-	(77.970)	(83.298)	-	-	(463.338)	(499.168)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	(11.432)	(10.248)	-	-	-	-	-	-	(11.432)	(10.248)
Total Pessoal e Administradores	(396.799)	(426.119)	-	-	(77.970)	(83.298)	-	-	(474.769)	(509.417)
Material	(17.331)	(25.323)	-	-	(310)	(2.379)	-	-	(17.641)	(27.702)
Serviço de Terceiros	(129.711)	(126.223)	-	-	(26.697)	(29.735)	-	-	(156.408)	(155.958)
Depreciação e Amortização	(107.142)	(99.151)	-	-	(26.398)	(25.854)	-	-	(133.540)	(125.005)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(12.751)	(12.110)	-	-	-	-	-	-	(12.751)	(12.110)
Custo de Construção	(151.851)	(141.024)	-	-	-	-	-	-	(151.851)	(141.024)
Arrendamento e Aluguéis	(1.556)	(488)	-	-	(112)	(94)	-	-	(1.668)	(582)
Seguros	-	(3)	-	-	(226)	(200)	-	-	(226)	(203)
Tributos	(5.055)	(4.996)	-	-	(654)	(424)	(94.484)	(182)	(100.193)	(5.602)
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(166.792)	(137.792)	-	-	-	-	(166.792)	(137.792)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(105.023)	(99.604)	(105.023)	(99.604)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(64.500)	(25.883)	(64.500)	(25.883)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	12.276	1.301	12.276	1.301
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(3.189)	(11.059)	(3.189)	(11.059)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	1.123	(206)	1.123	(206)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(12.910)	(15.781)	(12.910)	(15.781)
Outros	(4.650)	(18.184)	(412)	(2.539)	(17.267)	(1.056)	1.748	5.134	(20.581)	(16.645)
TOTAL	(826.846)	(853.621)	(167.204)	(140.331)	(149.634)	(143.040)	(264.959)	(146.280)	(1.408.643)	(1.283.272)

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	9.460	5.295
Arrecadação de Convênios	11.726	4.553
Compartilhamento de Infraestrutura.....	38.522	33.352
Receita de Aluguel de Postes	801	119
Outras	3.332	9.276
	<u>63.840</u>	<u>52.594</u>
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(62.183)	(44.022)
Pensão/Auxílio Farmácia Judicial	(4.314)	(3.523)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	(38.759)	-
Outras	(722)	(4.800)
	<u>(105.978)</u>	<u>(52.345)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	01/01/2020 a 31/12/2020	REAPRESENTADO 01/01/2019 a 31/12/2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicações Financeiras	2.977	6.083
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	140.809	112.984
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	3.262	5.182
Variação Cambial - Energia Comprada	19.412	10.741
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	233.446	250.496
Variação Monetária - SELIC CVA	2.097	11.577
Outras Receitas Financeiras	9.816	9.637
Total Receitas Financeiras	<u>411.819</u>	<u>406.700</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(39.314)	(51.734)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(8.777)	(17.003)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(603.903)	(307.248)
Variação Cambial - Energia Comprada	(28.465)	(10.523)
Variação Monetária - SELIC CVA	(5.374)	(5.926)
Juros e Multas	(472.522)	(416.763)
Atualizações Intrasetoriais	(71.315)	(72.443)
Correção Monetária, Juros e Despesas Financeiras com Parcelamentos	(104.220)	(25.124)
Encargos de Arrendamento.....	(2.755)	(4.641)
Outras Despesas Financeiras	(27.142)	(13.774)
Total Despesas Financeiras	<u>(1.363.787)</u>	<u>(925.179)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(951.968)</u>	<u>(518.479)</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) divulgada e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo Líquido Antes do IRPJ	(1.636.046)	(1.076.029)
IRPJ sobre Lucro Real antes das Compensações	-	-
Total IRPJ - Diferenças Temporárias.....	7.523	6.705
Total IRPJ - Prejuízos Fiscais	2.145	(11.472)
Total IPRJ IFRS Diferidos	9.668	(4.767)
Total IRPJ	<u>9.668</u>	<u>(4.767)</u>
Lucro Líquido Antes da CSLL	(1.636.046)	(1.076.029)
Base de Cálculo da CSLL antes das Compensações	-	-
Total CSLL- Diferenças Temporárias	2.708	2.414
Total CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais	772	(4.130)
Total CSLL IFRS Diferidos	3.480	(1.716)
Total CSLL	<u>3.480</u>	<u>(1.716)</u>

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O controlador da CEEE-D é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém indiretamente, através da participação de 99,99% nas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), 65,92% do capital social da Companhia. Além das operações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-D mantém transações com outras entidades governamentais e companhias, sob controle comum, no curso de suas atividades operacionais, tais como: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGAS).

Os valores decorrentes das atividades operacionais da CEEE-D com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

As principais transações com partes relacionadas são:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Caixa e Equivalentes de Caixa:

A Companhia mantém no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL), vide nota explicativa nº 5.2.

Parcelamentos:

O Parcelamento com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul totaliza o valor de R\$ 21.946 e refere-se a:

1. Débitos de Energia: Termo de Acordo entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica em dezembro de 2002.
2. Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS: são parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, com amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS) assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Cedência de funcionários:

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGAS) e também às Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário) e não está sujeito a encargos financeiros; não foi concedida garantia ao credor.

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)

Conta Gráfica:

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT). Vide nota explicativa 9.9 e 24.

Cedência de funcionários

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT). O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário) e não está sujeito a encargos financeiros; não foi concedida garantia ao credor.

Contrato de Mútuo

A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) – mutuante. Vide nota explicativa nº 25.

Fornecedores

Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS.

Compartilhamento de Infraestrutura

Em 01 de julho de 2020 a CEEE-D e a CEEE-GT, que fazem parte do mesmo grupo econômico, denominado Grupo CEEE, que tem como controlador o Estado do Rio Grande do Sul, firmaram o instrumento de compartilhamento de recursos humanos e sua infraestrutura administrativa associada. Os recursos humanos compartilhados são aqueles que atuam na Administração Central das duas companhias, haja vista que prestam serviços para todo o Grupo Econômico. O instrumento também trata do compartilhamento de custos do sistema de telecomunicações utilizado em conjunto pelas duas companhias. O instrumento de compartilhamento foi anuído pelo Órgão Regulador ANEEL através do Despacho Nº 3.168, de novembro de 2020, e segue as metodologias dispostas na Resolução Normativa Nº 699, de 01 de fevereiro de 2016.

Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS)

A ELETROBRAS detém 32,59% do capital social da CEEE-D, participando nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social, vide notas explicativa nº 9.4.

Programa RELUZ e Subvenção CDE – PLT, vide nota explicativa nº 9.1.

Empréstimos

Refere-se aos contratos de Financiamentos: nº ECFS-302/2010 (Aditivo ECFS-302/D/2013) Programa Luz para Todos - 5ª TRANCHE Revisão 4; nº ECF-2991/2012 (Aditivo ECF-2991/A/2016) Obras no Sistema de Subtransmissão; nº ECF-2991/2012 Projetos no sistema de recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) – encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição que financia projetos de melhoria e expansão para empresas do setor energético.

Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE)

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE), concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único.

Cedência de funcionários

Refere-se à cedência de funcionários à Fundação ELETROCEEE. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário) e não está sujeito a encargos financeiros; não foi concedida garantia ao credor.

Contribuição da Patrocinadora

Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-D sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide nota explicativa nº 20.2 e 20.3.

Empréstimo

Contrato SF nº 1254/1995 de confissão de dívida por contribuições não pagas com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, e término previsto para maio de 2031. Vide nota explicativa nº 20.

Despesa operacional - Pessoal

As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Os saldos com partes relacionadas compõem-se de:

		31/12/2020				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.170	-	-	-	24.170
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Conta Gráfica	9	-	2.046	-	-	2.046
Compartilhamento Infrestrutura	9	-	4.899	-	-	4.899
Cedência de funcionários	9	73	135	-	-	208
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	5.617	-	5.617
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	23	-	23
		46.189	7.080	5.640	-	58.909
Passivo						
Mútuo CEEE-GT	25	-	313.016	-	-	313.016
Fornecedores	16	-	20.209	-	-	20.209
Contribuição da Patrocinadora	20	-	-	-	10.806	10.806
Passivo Atuarial Previd. Privada Circulante	20	-	-	-	76.280	76.280
Passivo Atuarial Previd. Privada Não Circulante	20	-	-	-	899.735	899.735
Repactuação de Dívida - Itaipu Circulante	16	-	-	175.752	-	175.752
Repactuação de Dívida - Itaipu Não Circulante	16	-	-	250.326	-	250.326
Cedência de funcionários	9	-	131	-	-	131
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	2.023	9.524	11.547
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	7.929	87.904	95.833
		-	333.356	436.030	1.084.249	1.853.635
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(4.679)	-	-	(4.679)
Encargos de uso do sistema		-	(122.830)	-	-	(122.830)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(61.187)	(61.187)
Receita financeira		2.977	-	-	-	2.977
Despesa financeira		-	(26.135)	(763)	-	(26.898)
		2.977	(153.644)	(763)	(61.187)	(212.617)

		31/12/2019				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.554	-	-	-	40.554
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Conta Gráfica	9	-	1.463	-	-	1.463
Cedência de funcionários	9	60	98	-	30	188
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	4.324	-	4.324
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	23	-	23
		62.560	1.561	4.347	30	68.498
Passivo						
Mútuo CEEE-GT	25	-	373.164	-	-	373.164
Fornecedores	16	-	10.952	-	-	10.952
Contribuição da Patrocinadora	20	-	-	-	7.225	7.225
Passivo Atuarial Previd. Privada Circulante	20	-	-	-	78.216	78.216
Passivo Atuarial Previd. Privada Não Circulante	20	-	-	-	688.929	688.929
Repactuação de Dívida - Itaipu Circulante	16	-	-	160.846	-	160.846
Repactuação de Dívida - Itaipu Não Circulante	16	-	-	344.184	-	344.184
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	2.023	9.160	11.183
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	10.136	92.345	102.481
		-	384.116	517.189	875.874	1.777.180
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(4.116)	-	-	(4.116)
Encargos de uso do sistema		-	(86.457)	-	-	(86.457)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(64.104)	(64.104)
Receita financeira		6.083	-	-	-	6.083
Despesa financeira		-	(21.662)	(934)	-	(22.596)
		6.083	(112.235)	(934)	(64.104)	(171.191)

34.1. Pessoal chave da Administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração seus diretores e os membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos administradores em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.145 (R\$ 1.314, em 31 de dezembro de 2019). A remuneração dos diretores é composta pelos honorários mais a verba de representação. Os diretores vinculados à folha de pagamento da CEEE-D são responsáveis, também, pela CEEE-GT e CEEE-PAR sem remuneração adicional. A remuneração mensal do Diretor Presidente das Companhias é de R\$18.

	31/12/2020				31/12/2019			
	Remuneração/ Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração/ Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	607	185	102	894	747	199	117	1.063
Conselho de Administração	209	42	-	251	209	42	-	251
Total	816	227	102	1.145	956	241	117	1.314

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante....	5	24.170	40.554
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	6	826.081	789.100
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	253.046	222.738
TOTAL		1.103.297	1.052.392
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado			
Fornecedores	16	979.784	950.481
Empréstimos e Financiamentos	19.1	944.110	784.422
Arrendamento a Pagar	19.2	38.383	46.548
TOTAL		1.962.277	1.781.451

35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, devido a esses não cumprirem com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	54.849	75.028
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	826.081	789.100
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	253.046	222.738
TOTAL		1.133.976	1.086.866

O risco inerente a aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo, uma vez que é oriundo, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão, conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente. O risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, os níveis de concentração e a relevância dos valores em relação ao faturamento. A Companhia não possui operações com derivativos.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

35.1.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IPCA para custos gerenciáveis (denominados Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada 5 anos, que tem como principal objetivo analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

35.1.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848, de março de 2004, e Decreto nº 5.163, de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada antes de 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado e sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/2006 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada companhia e essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensados através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD).

Além do recurso de descontração, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RECURSOS	MWh (*)	MWh (*)
ITAIPU	1.714.061,77	1.728.170,03
CONTRATOS BILATERAIS	33.813,60	33.813,60
PROINFA	160.012,36	164.936,14
CCEN - ELETRONUCLEAR	320.476,04	324.578,88
CCGF - COTAS GARANTIA FÍSICA	2.071.473,91	2.128.599,91
LEILÃO - HIDRICA	1.881.918,47	2.013.736,26
LEILÃO - TÉRMICA	2.143.833,90	2.331.937,02
LEILÃO - EÓLICA	727.660,81	755.295,40
MCSD	15.992,70	4.346,80
CONTRATOS DE COMPRA	9.069.243,54	9.485.414,04
MCSD - VENDA	(68.574,73)	(90.881,05)
CONTRATAÇÃO LÍQUIDA	9.000.668,82	9.394.532,99
EXPOSIÇÃO DE CURTO-PRAZO (SPOT)	(788.750,96)	(946.430,55)
TOTAL ENERGIA COMPRADA	8.211.917,85	8.448.102,44

(*) Balanço Energético em 31/12/2020.

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 kW, suprido por fontes renováveis) não há, na regulamentação vigente, procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída desses consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda provocadas por mudanças climáticas que interfiram na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nessa forma de geração.

35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este é o risco que decorre da possibilidade de perda em função da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e de Empréstimos e Financiamentos vinculados ao Dólar Americano, que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. As alterações cambiais provenientes dos contratos de energia de Itaipu serão repassadas à tarifa por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A CEEE-D desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2020, cuja cotação do dólar corresponde a R\$ 5,1967. Para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 31/03/2021, correspondente ao dólar a R\$ 5,12. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de variação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2020	Provável	25% do Cenário Base	50% do Cenário Base
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	934.158	862.508	1.167.698	1.401.237
Fornecedores (Itaipu Binacional)	426.077	393.397	532.596	639.115
Passivo Líquido Exposto	1.360.235	1.255.905	1.700.294	2.040.353
Efeito Líquido da Variação Cambial			444.389	784.448

35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é aquele no qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo e liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	826.081	737.308	-	-	88.773
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	253.046	-	-	-	253.046
TOTAL		1.079.127	737.308	-	-	341.819
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	19.1	1.400.875	138.062	131.299	353.573	777.941
Fornecedores	16	979.784	729.458	250.326	-	-
TOTAL		2.380.659	867.520	381.625	353.573	777.941

Para a apresentação do valor justo sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, consideram-se as seguintes premissas de mensuração:

- i) Nos contratos dos empréstimos firmados em moeda nacional, a premissa considera o saldo contábil na data da demonstração contábil, projetando o mesmo pelo índice do contrato e por seus encargos até o período final de liquidação. Posteriormente, os valores são descontados a valor presente pelo índice DI projetado em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.
- ii) Para os contratos em moeda estrangeira, a metodologia é semelhante, ou seja, considera o saldo contábil existente na data da demonstração contábil, projetando-o pelo índice do contrato, adicionando os seus encargos até o período final de liquidação. Entretanto, nesta modalidade, a taxa de desconto a valor presente se dá pela projeção da variação cambial em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.

35.1.6. Gestão de Capital

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio, que corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante) subtraído o montante de caixa e os equivalentes de caixa. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido (passivo a descoberto).

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento			
Empréstimos e Financiamentos	19.1	944.110	784.422
Arrendamento a Pagar	19.2	38.383	46.548
Caixa e equivalentes de caixa	5	(54.849)	(75.028)
Dívida Líquida		927.644	755.942
Passivo a Descoberto		(5.742.893)	(3.690.282)
Endividamento do Patrimônio Líquido		(0,16)	(0,20)

35.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este é o risco oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Essas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar seu impacto no resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade

A CEEE -D desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020. Estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as pós-fixadas por CDI e IPCA. A Empresa desenvolveu análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e das variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos						
Eletrobras - RGR	19	Sem Risco	7.929	7.929	7.929	7.929
			<u>7.929</u>	<u>7.929</u>	<u>7.929</u>	<u>7.929</u>
Passivo Exposto			<u>-7.929</u>	<u>-7.929</u>	<u>-7.929</u>	<u>-7.929</u>
Efeito esperado no Resultado			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

35.1.8. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	54.849	54.849
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	826.081	826.081
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	<u>253.046</u>	<u>253.046</u>
TOTAL		<u>1.133.976</u>	<u>1.133.976</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores	16	979.784	979.784
Empréstimos e Financiamentos	19.1	944.110	944.110
Arrendamento a Pagar	19.2	<u>38.383</u>	<u>38.383</u>
TOTAL		<u>1.962.277</u>	<u>1.962.277</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto Empréstimos e Financiamentos, estão registrados contabilmente com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

35.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, utilizando nível de classificação conforme tabela a seguir:

	Valor contábil 31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	24.170	-	24.170	-
Ativo Financeiro da Concessão	<u>253.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>253.046</u>
	<u>277.216</u>	<u>-</u>	<u>24.170</u>	<u>253.046</u>

	Valor contábil 31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	40.554	-	40.554	-
Ativo Financeiro da Concessão	<u>222.738</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>222.738</u>
	<u>263.292</u>	<u>-</u>	<u>40.554</u>	<u>222.738</u>

35.1.10. Apuração do valor justo

Nível 1 – O valor justo das Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam

variáveis com efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e os negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente esse julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que, ocorrendo o sinistro, implicarão na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação do serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2020 a 13/04/2021. O valor do ativo segurado é de R\$ 120.120 e o valor do prêmio, R\$ 186.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Parcelamento ICMS:

Nos termos da Instrução Normativa RE nº 090/2020, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS possibilitou aos contribuintes realizar parcelamento de débitos relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, vencidos no período de 01 de 1º de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021, em até 60 (sessenta) meses, dispensando a apresentação de garantias.

A Companhia protocolou, em janeiro/2021 e março/2021, solicitação de parcelamento junto à SEFAZ/RS, relativos aos débitos decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos no período de novembro/2020 a fevereiro/2021. O valor da obrigação perfaz a importância de R\$ 564.577. O montante parcelado será pago em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$ 9.409 atualizadas mensalmente pela taxa SELIC.

37.2. Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura – Cisão da CEEE GT

Foi celebrado no dia 03 de março de 2021 o Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura vigente firmado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-GT.

O Termo Aditivo foi realizado visando contemplar a segregação das empresas CEEE-G e CEEE-T, conforme Cisão aprovada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2021, a qual tem sua eficácia sujeita à celebração com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025 de 2000 à CEEE-G.

O critério de rateio utilizado foi fundamentado nas despesas atualmente reconhecidas, conforme Resolução Normativa ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica nº 699/2016, assim como já era estabelecido no contrato de compartilhamento vigente, sendo 22,02% para a CEEE-G e 77,98% para a CEEE-T. A eficácia do aditivo está sujeita a anuência da ANEEL.

37.3. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

Em 10 de março de 2021, a CEEE GT, no segmento de Transmissão, firmou com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, um novo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, encerrando o TAC anterior, de 26 de maio de 2014.

O TAC de 2014 tratava de questões ambientais, era um documento único e obrigava a CEEE-GT e a CEEE-D a realizar investigações confirmatórias e, se necessário, posteriores investigações detalhadas em quatro áreas da CEEE-GT e cinco da CEEE-D. Adicionalmente, o TAC de 2014 dispunha de múltiplas obrigações acessórias, seja relacionadas à apresentação de relatórios semestrais à Promotoria, comprovando o adimplemento das obrigações pactuadas, seja relacionadas à aplicação de multas sem limitação temporal.

Ao longo dos anos a CEEE-GT e a CEEE-D cumpriram com as obrigações pactuadas. De forma proativa, a CEEE-GT, no segmento da Transmissão, conseguiu firmar um novo TAC, contemplando uma única área: i) Armazém Berto Círio. O termo também reduz as obrigações acessórias, simplifica cronogramas e aplica limitadores temporais em potenciais multas.

A eficácia do novo Termo de Ajustamento de Conduta está condicionada a chancela da Procuradoria Geral do Estado.

37.4. Termo de Acordo de Reconhecimento de Dívida

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº 665 de 11 de março de 2021, anuiu o Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-GT, o qual tem como objeto os custos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre as partes, ocorridos no período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020.

O valor atualizado dos custos retroativos relativos ao período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020 é de R\$ 47.684.849,12 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), a crédito da CEEE-D.

O montante foi compensado com saldo devedor do Contrato de Mútuo firmado entre as partes em 06 de maio de 2020. O saldo atual é de R\$244.627 em 19/03/2021.

37.5. Retirada de Patrocínio Planos de Benefícios Pós-Emprego

Em 16 de março de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a retirada de Patrocínio, por parte da CEEE-D, dos planos previdenciários vigentes junto a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, sendo no contexto da Patrocinadora a retirada de modalidade Total.

37.6. Processo de extinção da Concessão

Em 23 de março de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) determinou a abertura de processo administrativo devido ao não cumprimento da CEEE-D, por 2 anos consecutivos, do critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira da Distribuidora, o que pode ensejar na extinção da concessão, observadas as disposições do artigo 4º do Decreto nº 8.461/2015, e do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81/1999-ANEEL.

Destaca-se que a CEEE-D já possui processo em andamento motivado pelo descumprimento dos critérios de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado. Entretanto, o processo de caducidade da concessão encontra-se suspenso, haja vista o plano de transferência do controle societário apresentado à ANEEL como alternativa à extinção da concessão.

Assim, a determinação da Diretoria da ANEEL para abertura de um segundo processo punitivo, não interfere no processo de desestatização da Companhia. Logo, sendo concluída a alienação do controle acionário o processo administrativo que trata da extinção da concessão deverá ser arquivado, conforme termos do § 4º, artigo 4º do Decreto nº 8.461/2015.

37.7. Acordo Coletivo

A Companhia vem negociando o Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022 ao longo do primeiro trimestre de 2021. No entanto, estas negociações com os sindicatos não foi exitosa e acarretou na retirada, a partir de 1º de março de 2021, dos benefícios previstos no acordo coletivo até então vigente.

38.8. Processo ICMS

A Companhia postulou judicialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais ao Programa Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS),

bem como a repetição de indébito dos valores recolhidos, observada a prescrição quinquenal. A demanda foi julgada procedente, nos mesmos termos de decisão já exarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral.

O desfecho favorável à Companhia transitou em julgado março de 2021, determinando a exclusão, da base de cálculo do PIS e da COFINS, do ICMS destacado nas notas fiscais de saída emitidas pela autora, declarando o direito à restituição ou compensação dos valores indevidamente recolhidos, observada a prescrição quinquenal.

Considerando a decisão definitiva, a CEEE-D estimou os valores históricos na importância de R\$ 684.614. No entanto, aguarda a homologação dos valores no processo judicial para refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos da decisão.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Elisângela Moura Rodrigues
Contadora CRCRS 62384

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

MARCO DA CAMIMO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva

Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa

Diretor

André Boff Cruz

Diretor

Lucio do Prado Nunes

Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida

Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

Paulo Roberto Dias Pereira
Presidente do Conselho Fiscal

Guilherme de Souza Fallavena
Conselheiro

Luciano Juárez Rodrigues
Conselheiro

Andreia Pacheco Rodrigues
Conselheira

Pablo Saint Just Lopes
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2020, encerrado em 31 de dezembro de 2020, considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras e o Comunicado do Comitê de Auditoria Estatutário, manifesta-se pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 29 de março de 2021

Vera Inêz Salgueiro Lermen
Presidente do Conselho de Administração

Jurandi Cardoso Pazzim
Conselheiro

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Conselheiro

Dimas Natal Filho
Conselheiro

André Boff Cruz
Conselheiro

Rodrigo Madeira Henrique de Araújo
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1.3 – Continuidade Operacional e Desestatização, que indica que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e, em 31 de dezembro de 2020, apresenta passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 5.742.894 mil e R\$ 1.069.651 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota Explicativa 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota Explicativa 1.3. A Companhia divulga também, que em 04 de julho de 2019 foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. O 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeiro e, havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário, sendo um condicionante que contribui para a implantação da proposta de desestatização. O

leilão para desestatização da CEEE D, está agendado para dia 31 de março de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 – Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 175.670 mil e R\$ 1.375.719 mil, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras e aos potenciais riscos ao resultado do exercício, e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) revisão, avaliação e desafio das premissas utilizadas pela administração e seu especialista na determinação da provisão para déficit atuarial; (b) análise da qualificação, independência e objetividade do especialista independente contratado pela administração para a elaboração dos laudos atuariais; (c) envolvimento de especialistas de nossa área de serviços atuariais para análise, recálculo, desafio das premissas e dos métodos utilizados, avaliação da razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos); (d) análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos; e (e) leitura do regulamento do plano.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela Companhia para mensuração provisão para déficit atuarial e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ativo financeiro de concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.2 – Ativo Financeiro de Concessão, a Companhia possuía registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 253.046 mil em 31 de dezembro de 2020, que compreende valores a receber do Poder Concedente a título de indenização decorrente dos investimentos efetuados em infraestrutura que não serão completamente amortizados ao final do prazo da concessão. Esses recebíveis são mensurados com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Anualmente, esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos e pelo fato de que existe julgamento significativo por parte da administração quanto à definição de quais gastos são passíveis de capitalização como custo da infraestrutura, o que reflete diretamente na mensuração do ativo financeiro indenizável.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento sobre as principais premissas utilizadas pela administração para registro das adições, baixas e atualizações monetárias no período; (b) inspeção de uma seleção de documentos que suportam as transações de adições e baixas ocorridas no período; (c) revisão da atualização monetária dos valores envolvidos, da segregação dos mesmos entre ativo intangível e ativo financeiro; (d) reconciliação entre os saldos contábeis e as mais recentes bases homologadas pela ANEEL; e (e) testes de recálculo da amortização do ativo intangível.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia para mensuração do ativo financeiro de concessão e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esta demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor

O exame das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de erros identificados na contabilização dos depósitos judiciais, descritos na Nota Explicativa nº 4.29, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, em 30 de março de 2020. Em 13 de agosto, um novo auditor independente emitiu relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020, onde revisou os ajustes mencionados na Nota Explicativa nº 4.29 referente à reclassificação dos depósitos judiciais.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes, referente a reclassificação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, descritos na Nota Explicativa nº 4.29, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na classificação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao início ou final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as referidas demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 29 de março de 2021

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

COMUNICADO CAE-D Nº 07-29/03/2021

Ao

Conselho de Administração da CEEE-D

1 - Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, cujos membros foram eleitos pelo Conselho de Administração em 08 de abril de 2019, composto por cinco membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). O CAE é o órgão auxiliar do Conselho de Administração e não tem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis.

2 - Competências

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da CEEE-D, observadas as diretrizes de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Cabe à empresa de auditoria independente contratada, assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da CEEE-D, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e da legislação societária, bem como a revisão dos controles internos e dos principais riscos.

Conforme o art. 24, da Lei n. 13.303/16, o CAE deverá monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas pelo Comitê antes da aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento dessa atribuição, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais da CEEE-D sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade dos Auditores Independentes. De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do Comitê não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

As funções do CAE são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

3 - Demonstrações Financeiras de 2020:

O CAE tomou conhecimento da Minuta das informações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações no passivo a descoberto, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (informação complementar) e as

Notas Explicativas, apresentadas pela Contadora da Companhia na data de 25 de março de 2021, todas acompanhadas da Minuta do Relatório da Auditoria Independente elaborada pela firma de auditoria independente Grant Thornton Brasil e recebida pelo CAE no dia 28 de março de 2021.

4 - Recomendações:

O CAE recomenda que a Diretoria da CEEE-D: I) aprimore os procedimentos de formalização da aprovação, pela Diretoria Colegiada da Companhia, das premissas a serem informadas ao atuário contratado para a realização dos cálculos atuariais; II) siga aprimorando as atividades de gestão de riscos em toda a Companhia; III) mantenha este Comitê e o Conselho de Administração atualizados sobre a avaliação dos riscos para a Companhia e potenciais consequências judiciais para os seus Administradores no tocante a inadimplência recorrente do ICMS devido; IV) avalie o adequado tratamento contábil e fiscal para o montante recebido como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) ora registrado no passivo não circulante; V) formalize o tratamento tributário da variação cambial negativa sobre os seus passivos e os estudos de recuperabilidade dos seus ativos. VI) revise a divulgação dos fatores de riscos de continuidade da Companhia, tais como o insucesso no leilão de mudança do controle acionário; VII) O CAE recomenda que o Conselho de Administração não se utilize do parecer do Conselho Fiscal para suas conclusões e consequente aprovação ou não das Demonstrações Financeiras, visto que, este último é quem fiscaliza os atos da Administração, além de não ser uma adequada prática de governança corporativa.

5 - Conclusão:

Considerando que a Minuta das Demonstrações Financeiras foi recebida por este Comitê somente em 25 de março de 2021, que as Notas Explicativas serão ajustadas conforme recomendações efetuadas pelo CAE em 28 de março de 2021 e as informações prestadas pela Companhia e pelos auditores externos, este Comitê considera que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer, o que não contempla a avaliação de necessidade ou não de impairment de ativos, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e, no uso de suas atribuições legais e estatutárias entende que Conselho de Administração pode apreciar as demonstrações financeiras e notas explicativas da CEEE-D relativas ao exercício de 2020.

Porto Alegre, 29 de março de 2021

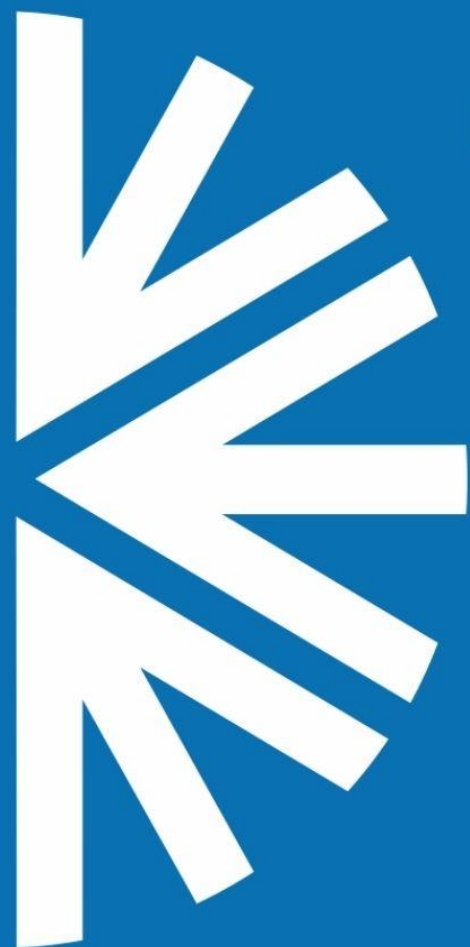
Maurício Augusto Souza Lopes
Presidente do CAE

**Companhia Estadual de Geração e
Transmissão de Energia Elétrica
CEEE - GT**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO 2020



Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

465

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	03
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	
Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados	36
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	37
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	38
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas	39
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	40
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	41
Notas explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	42
Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	121
Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes	122
Parecer do Conselho Fiscal	123
Manifestação do Conselho de Administração	124
Relatório dos Auditores Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	125
Comunicado CAE-GT N° 07 Comitê De Auditoria Estatutário	131

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

Para os cidadãos do Rio Grande do Sul.

O ano de 2020 foi de realizações. Esta Administração se esforçou ao máximo pela melhor gestão possível da Companhia, ao mesmo tempo em que gerenciou com absoluta atenção, no que lhe coube, o processo de privatização. O contexto não foi fácil, pela oposição de um grande número de pessoas e entidades.

Como vocês lerão, continuamos o trabalho iniciado em 2019, múltiplo, em diversas frentes e processos, de melhoria da qualidade do Balanço Patrimonial. Ao mesmo tempo, estruturamos um Informativo Trimestral de Resultado para a Sociedade, renovamos o contrato de mútuo com a CEEE-D, cujos recebimentos não ocorriam desde 2017, e viabilizamos um novo contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura com a CEEE-D, inexistente desde 2011. Além disso, aprovamos a criação da Fundação Força & Luz, para preservar a memória do setor elétrico do Rio Grande do Sul, realizamos um forte trabalho na área de Tecnologia de Informação para reforçar a segurança de dados e fizemos o lançamento de um novo Portal de Internet. Trabalhamos, ainda, na implantação dos procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados. O ano também foi marcado pela implantação de um Canal de Denúncias, pela implantação da Gestão de Riscos, pela consolidação da Gestão de Ativos e pela reestruturação do Comitê de Ética.

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no parque gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão totalizaram R\$ 109,63 milhões e buscaram ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Em 2020, a Companhia alcançou o indicador de disponibilidade de suas usinas de 93,55% para as unidades despachadas centralizadamente.

No segmento de Transmissão, a CEEE-GT participou, em dezembro, do Leilão de Concessão de Instalações de Transmissão Nº 01/2020, com execução de lances junto aos Lotes 4 e 5 (conjuntamente) e ao Lote 6, sendo vencedora desse último, com oferta de RAP no valor de R\$ 9,2 milhões, representando um deságio de 63,5%. O Lote 6 contempla a implantação da nova SE 230/138 kV Cachoeirinha 3 e trechos de linhas de transmissão (LT) de 230 kV ligando a SE Cachoeirinha 3 à LT Gravataí 2 – Canoas 2 e à LT Gravataí 2 – Cidade Industrial C2, além de trechos de linhas de transmissão de 138 kV ligando a SE Cachoeirinha 3 à LT Taquara – Cachoeirinha 1 e à LT Canoas 3 – Cachoeirinha 1. A CEEE-GT foi a única empresa estatal a vencer um lote nesse leilão.

Além disso, em 2020, foi concluída a desativação do último Centro de Operação regional que permanecia em operação. Com isso, todas as subestações teleassistidas passaram a ser controladas a partir do Centro de Operação de Instalações (COI), localizado em Porto Alegre.

Outro passo importante foi a preparação da Companhia para o processo de cisão parcial, com a criação, em 2021, de uma nova empresa: a CEEE-G, que irá absorver os ativos de geração da Companhia. Essa medida vai possibilitar que o Estado possa ter mais sucesso no processo de desestatização das Companhias.

Acreditamos que, sob uma gestão privada, as duas novas empresas resultantes do processo de cisão, a CEEE Transmissão e a CEEE Geração, terão um imenso potencial de crescimento, com uma gestão privada que propiciará agilidade e eficiência na gestão de pessoas, processos e investimentos, tanto na geração, com a exploração de novos potenciais energéticos em diversas fontes, além da modernização e ampliação de usinas, como na transmissão, com a participação em leilões de novos empreendimentos.

Boa leitura!

2. Perfil da Empresa CEEE-GT

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

É uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem por objeto realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

2.1. Composição Acionária

O Capital Social da CEEE-GT, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 1,6 bilhão, representado por 9.661.257 ações, sendo 9.507.970 ordinárias e 153.287 preferenciais. A Companhia realizou aumento de capital no último exercício social, com o direito de retirada exercido pelos acionistas dissidentes.

Tabela 01

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	EEEL3 (ON)	Percentual	EEEL4 (PN)	Percentual	ON e PN	Percentual
CEEE-Par	6.380.821	67,11	1.087	0,71	6.381.908	66,06
ELETRONBRAS	3.067.035	32,26	87.639	57,17	3.154.674	32,65
CUSTÓDIA EM BOLSA - B3	26.765	0,28	13.026	8,50	39.791	0,41
MUNICÍPIOS	32.918	0,35	50.434	32,90	83.352	0,86
OUTROS	431	0,00	1.101	0,72	1.532	0,02
TOTAL	9.507.970	100,00	153.287	100,00	9.661.257	100,00

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. - Serviço de Escrituração de Ações

Data base de dezembro de 2020. São 352 acionistas, sendo 131 pessoas físicas, 81 pessoas jurídicas, 128 prefeituras e 12 Estadais.

2.1.1. Comportamento do Preço das Ações

De janeiro a dezembro de 2020, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 82 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN) em 69 pregões do ano, entre os mercados à vista e fracionário da B³ S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tabela 02

	EEEL3 (ON) R\$	EEEL4 (PN) R\$
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	525,00	575,00
Máxima em 2020	525,00	575,00
Média em 2020	391,39	474,99
Mínima em 2020	250,01	351,00
Volume Negociado em 2020 (quantidade de ações)	11.826	22.977
Volume Negociado em 2020 (R\$)	4.085.845,86	9.431.397,63

Fonte: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão mediante consulta realizada em 27/01/2021.

2.1.2. Atendimento a Acionistas

As informações societárias da CEEE-GT estão disponíveis no site <http://ri.ceee.com.br>. Em caso de dúvidas, ainda é disponibilizado o e-mail ri@ceee.com.br como contato, além de atendimento via telefone pelo número +55 51 3382-2815 e +55 51 3382-4041, em dias úteis das 9h às 17h.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços de escrituração de ações com a Itaú Corretora, a qual possui canal exclusivo para atendimento aos acionistas.

2.1.3. Relações com o Mercado

A Companhia realizou em 2020 três reuniões para a apresentação institucional de resultados sendo as do 1º e 2º trimestre através da empresa ConferenciaCorp. A Reunião Pública Anual do 3º trimestre foi realizada em 20 de novembro de 2020, contando com a participação de analistas, investidores e jornalistas, em reunião virtual realizada em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – APIMEC de São Paulo e do Rio de Janeiro. A apresentação está disponível para download no site da CVM, B³ e no site de Relações com Investidores da Companhia.

2.2. Reconhecimentos

2.2.1. Marcas de Quem Decide 2020: 3ª empresa pública gaúcha mais lembrada e preferida

Pelo 22º ano, as marcas mais lembradas e preferidas em diversos segmentos empresariais do Rio Grande do Sul são analisadas no “Marcas de Quem Decide”, iniciativa do Jornal do Comércio e da Qualidata Pesquisas. Dentre os destaques da pesquisa está o Grupo CEEE, que conquistou o 3º lugar dentre as Empresas Públicas Gaúchas com 16,7% de lembrança e 13% de preferência, segundo os entrevistados. Das 15 marcas referidas no levantamento, a do Grupo CEEE ficou atrás apenas do Banrisul e da Corsan.

2.2.2. CEEE-GT é reconhecida no Prêmio MeGA

O Projeto Estratégico Gestão de Ativos proporcionou a participação da CEEE GT no inédito MeGA - “Prêmio Melhores em Gestão de Ativos”, evento promovido pela Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos (ABRAMAN) em parceria com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). As entrevistas de avaliação ocorreram entre os dias 04 a 10 de Setembro de 2020 com diagnóstico apresentado pela Banca Examinadora em 15 de setembro de 2020.

A avaliação proposta pelo Prêmio consistiu em entrevistas virtuais para verificação da maturidade das empresas na visão de especialistas que abordaram os pilares do Modelo de Excelência em Gestão (MEG 21), disciplinas e fundamentos para o adequado escopo (GFMAN 2ª edição) e requisitos de classe mundial para Sistema de Gestão de Ativos (série ISO 55).

Em 29 de outubro de 2020 a CEEE-GT recebeu reconhecimento pela participação no Prêmio MeGA e apresentou case durante Mesa Redonda Nacional no 35º Congresso Brasileiro de Manutenção e Gestão de Ativos (CBMGA) realizado de 25 a 30 de outubro de 2020 na versão online. O CBMGA é o maior evento do Setor na América Latina e tem o objetivo de apresentar o progresso tecnológico e técnicas de gerenciamento e execução de vanguarda.

Os juízes do Prêmio elogiaram a robustez do modelo aplicado na avaliação das empresas.

O Diagnóstico da Maturidade na Gestão de Ativos é insumo para o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE. Para o ciclo 2021 o Projeto Estratégico Gestão de Ativos pretende melhorar a maturidade da Companhia no tema.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1. Desestatização

Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual

de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma, foi autorizada a alienação ou a transferência da participação societária e dos seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreende estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Em 31 de março de 2020, a Administração publicou Fato Relevante, informando a acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE-GT, sendo que em 27 de novembro foi emitido o CNPJ da empresa Geração, sob o número 39.881.421/0001-04.

Este processo integra o Planejamento Estratégico 2021-2025 e a expectativa é de que os leilões de desestatização dos negócios de transmissão e geração sejam realizados, respectivamente, no 1º e 2º semestres de 2021.

3.2. Governança Corporativa

A Companhia faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão. Dentre as práticas adotadas estão aquelas constantes do regulamento de Governança Corporativa do Nível 1, que compreendem, dentre outras, a publicação do calendário de eventos corporativos da Companhia, a realização de reunião pública anual com analistas e investidores, a política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas e o Código de Conduta.

A estrutura da administração da Companhia é constituída por uma Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Além disso, completam a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria independente, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Elegibilidade e os canais de comunicação da Companhia com suas partes interessadas.

3.3. Planejamento Estratégico

Ao longo de 2020 foram acompanhados os projetos e os indicadores que compuseram o Planejamento Estratégico 2020-2024 dos Negócios Geração e Transmissão, com *report* mensal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Para o Negócio Geração, foram concluídos 07 (sete) dos 30 (trinta) projetos que compuseram o Planejamento Estratégico, sendo:

- a) Revisão do Processo de Gestão do Contencioso: Foi realizada a contratação da Deloitte para realização de análise crítica acerca do processo de Gestão do Contencioso na Companhia e identificação de pontos de melhoria, sendo que em agosto de 2020 o projeto foi concluído com a entrega dos seguintes produtos por parte da consultoria: 1) diagnóstico; 2) redesenho; 3) compliance; e, 4) implementação.
- b) Participação na Avaliação Melhores em Gestão da FNQ: A avaliação externa da CEEE-GT no Modelo de Excelência em Gestão (MEG) foi realizada nos dias 10 a 12 de novembro, sendo que a Companhia evoluiu um nível de maturidade de gestão em comparação ao ano anterior. Para esse resultado, no decorrer do ano de 2020 foram priorizadas e implementadas 136 ações de melhoria, com base no relatório da avaliação de 2019.

- c) Terceirização das Ações Coletivas: Realizada a contratação do escritório Andrade Maia (especializado em ações trabalhistas), com o objetivo melhorar o êxito da Companhia e, consequentemente, reduzir despesas judiciais com esse tipo de processo.
- d) Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Geração: O projeto teve como objetivo o aumento da eficiência operacional das equipes de manutenção e operação, através da possibilidade de edição de informações em campo. O Go-live ocorreu em 13 de outubro.
- e) Gestão de Carreiras: Foram realizados 02 (dois) ciclos de palestras, de forma virtual, no ano de 2020, os quais buscaram trazer aos colaboradores da Companhia debates e experiências dos palestrantes, ampliando as oportunidades relacionadas ao autodesenvolvimento e reflexão sobre a própria carreira profissional.
- f) Segurança e Cuidado com a População Civil:
 - 1. Desde a entrada do Novo Portal de Internet, em maio de 2020, a Companhia conta com um espaço em seu site, denominado “Dicas de Segurança”, ambiente no qual constam orientações sobre os cuidados necessários quanto ao assunto eletricidade;
 - 2. Concluída a cartilha “Acidentes com população: guia básico de procedimentos”, a qual visa orientar sobre os procedimentos a serem adotados pelos colaboradores em caso de acidente com energia elétrica, grave ou fatal, envolvendo a população, sendo que o detalhamento das orientações está contido na norma NDSSO - 00.001.
- g) Revisão dos Contratos: Ao longo do ano foram analisados os contratos sobre serviços de limpeza, portaria, locação de veículos e monitoramento de ictiofauna da área de geração, para avaliação da possibilidade de redução do escopo ou renegociação.

Para o Negócio Transmissão, foram concluídos 08 (oito) dos 28 (vinte e oito) projetos que compuseram o Planejamento Estratégico, sendo:

- a) Revisão do Processo de Gestão do Contencioso: Foi realizada a contratação da Deloitte para realização de análise crítica acerca do processo de Gestão do Contencioso na Companhia e identificação de pontos de melhoria, sendo que em agosto de 2020 o projeto foi concluído com a entrega dos seguintes produtos por parte da consultoria: 1) diagnóstico; 2) redesenho; 3) compliance; e, 4) implementação.
- b) Participação na Avaliação Melhores em Gestão da FNQ: A avaliação externa da CEEE-GT no Modelo de Excelência em Gestão (MEG) foi realizada nos dias 10 a 12 de novembro, sendo que a Companhia evoluiu um nível de maturidade de gestão em comparação ao ano anterior. Para esse resultado, no decorrer do ano de 2020 foram priorizadas e implementadas 136 ações de melhoria, com base no relatório da avaliação de 2019.
- c) Terceirização das Ações Coletivas: Realizada a contratação do escritório Andrade Maia (especializado em ações trabalhistas), com o objetivo melhorar o êxito da Companhia e, consequentemente, reduzir despesas judiciais com esse tipo de processo.
- d) Gestão Digital das Ordens de Manutenção e Operação da Transmissão: O projeto teve como objetivo o aumento da eficiência operacional das equipes de manutenção e operação, através da possibilidade de edição de informações em campo. O Go-live ocorreu em 22 de setembro.
- e) Gestão de Carreiras: Foram realizados 02 (dois) ciclos de palestras, de forma virtual, no ano de 2020, os quais buscaram trazer aos colaboradores da Companhia debates e experiências dos palestrantes, ampliando as oportunidades relacionadas ao autodesenvolvimento e reflexão sobre a própria carreira profissional.

f) Segurança e Cuidado com a População Civil:

1. Desde a entrada do Novo Portal de Internet, em maio de 2020, a Companhia conta com um espaço em seu site, denominado “Dicas de Segurança”, ambiente no qual constam orientações sobre os cuidados necessários quanto ao assunto eletricidade;
2. Concluída a cartilha “Acidentes com população: guia básico de procedimentos”, a qual visa orientar sobre os procedimentos a serem adotados pelos colaboradores em caso de acidente com energia elétrica, grave ou fatal, envolvendo a população, sendo que o detalhamento das orientações está contido na norma NDSSO - 00.001.

g) Revisão dos Contratos: O projeto foi concluído após a análise dos contratos da área de transmissão com valores acima de R\$ 3 milhões. A revisão dos contratos de locação de veículos foi concluída no ano de 2019, apresentando redução de 7,69% em comparação à contratação anterior ou redução de R\$41.431,66 mensais, devido à redução de 09 (nove) veículos. Quanto aos demais contratos, foi verificada a impossibilidade de redução do escopo ou de valores, pois tratam-se de contratos relacionados a obras e à supressão vegetal. Assim, o projeto encerra com uma redução final de R\$ 500 mil/ano..

h) Avaliar a participação em novos leilões após a desestatização: O relatório com estudo dos regulamentos do Leilão de Transmissão foi apresentado ao Diretor de Transmissão, indicando que não existe restrição à participação da CEEE-GT em leilões de transmissão da ANEEL. Com base nisso e na aprovação do Edital do Leilão 01/2020, foi realizada a participação no leilão, sendo arrematado pela CEEE-GT o lote 6, com investimento estimado em R\$ 192 milhões.

Os demais projetos tiveram avanços significativos e passaram a compor o Planejamento Estratégico 2021-2025.

O ciclo de revisão e elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2021-2025 foi iniciado em agosto de 2020, sob coordenação da Área de Planejamento e Projetos Especiais, com participação de todas as demais áreas da Companhia.

A revisão considerou como insumos o mapeamento das Partes Interessadas, da Matriz de Riscos e da Matriz SWOT, que, alinhados às Diretrizes Estratégicas definidas pela gestão, resultaram na identificação dos Objetivos Estratégicos, Projetos e Indicadores. Dentre os projetos, destacam-se a Desestatização da Companhia, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2021, e a cisão dos negócios Geração e Transmissão, prevista para ocorrer até março de 2021.

O Planejamento Estratégico da Companhia teve elaboração com foco em cada negócio que a compõe, já alinhado ao processo de cisão da CEEE-GT, gerando assim 02 Mapas Estratégicos, um para o negócio de geração e outro para o negócio de transmissão. O resultado do trabalho foi aprovado pela Diretoria Executiva, em 05 de novembro de 2020, e pelo Conselho de Administração, em 11 de novembro de 2020. O acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico 2021-2025 será realizado mensalmente pela Diretoria Executiva e a cada dois meses pelo Conselho de Administração.

Figura 1 – Mapa Estratégico do Negócio Geração

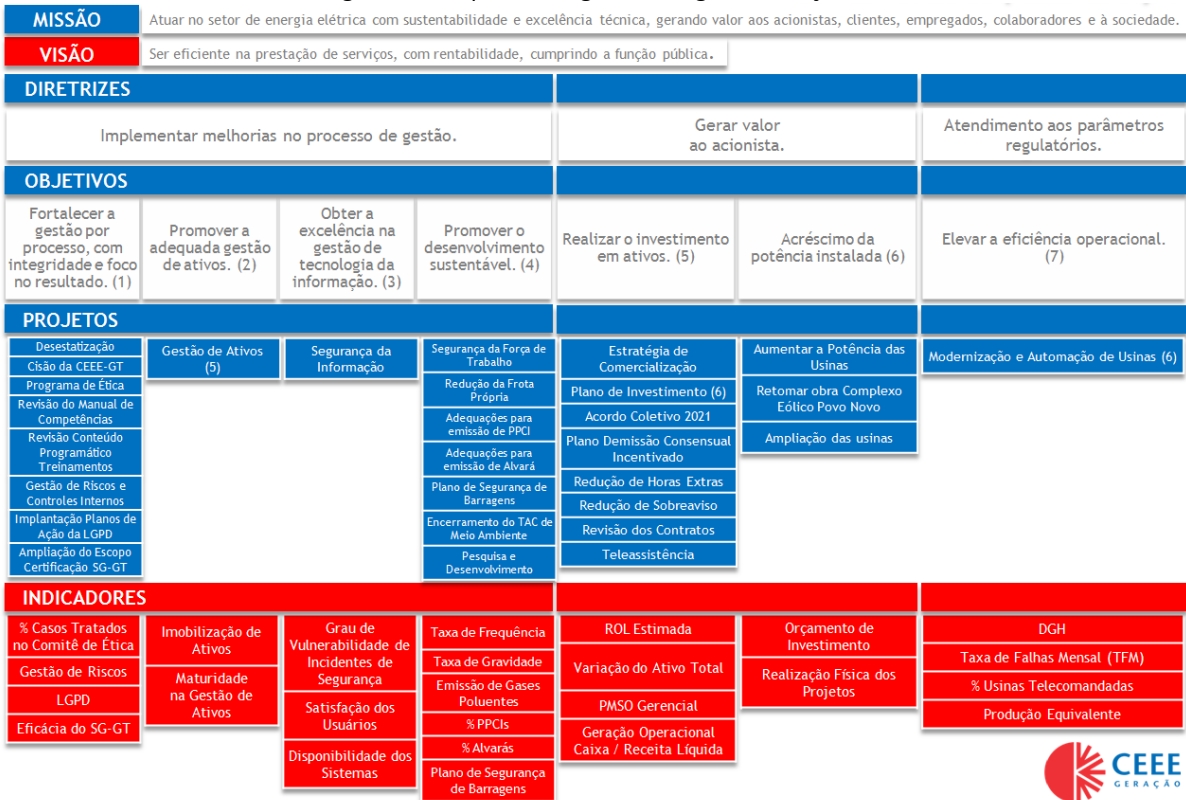
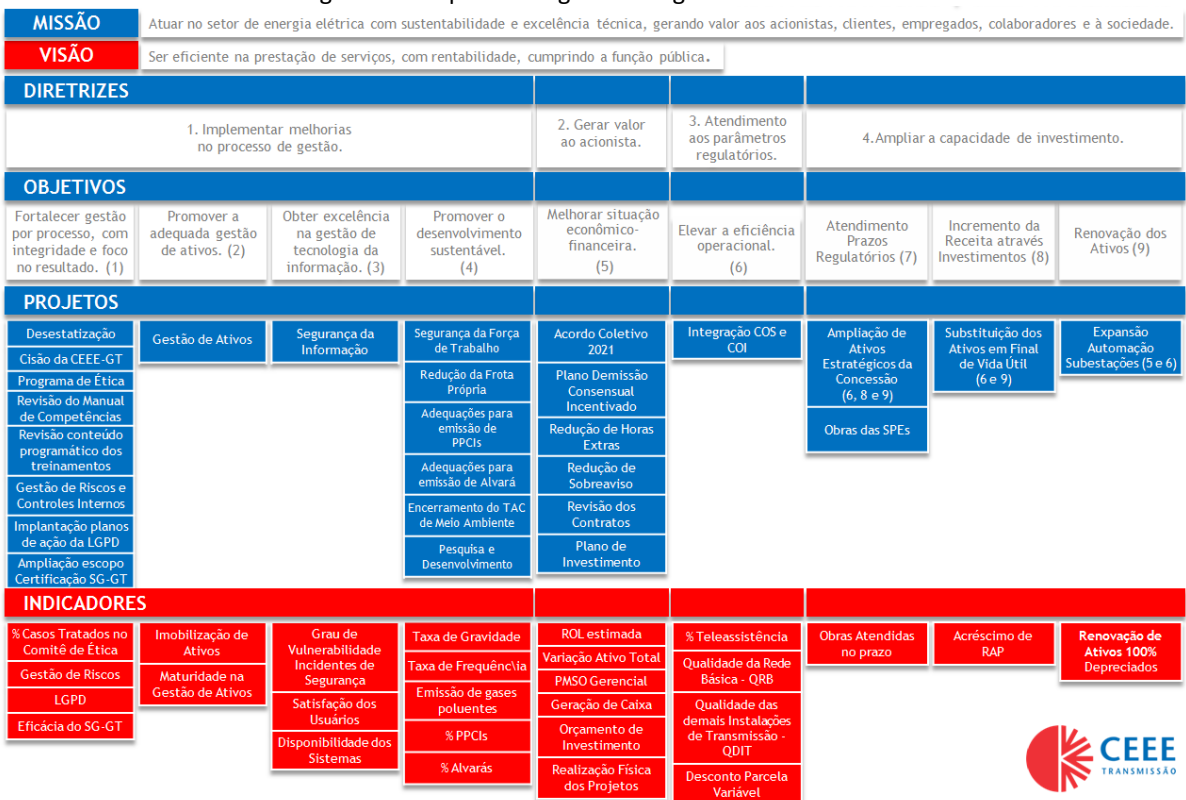


Figura 2 – Mapa Estratégico do Negócio Transmissão



3.4. Integridade Corporativa

3.4.1. Canal de Denúncias Independente

Durante o ano de 2020 foram recebidas 19 denúncias através do canal de denúncias independente contratado para o recebimento de relatos sobre condutas antiéticas e ilegalidades praticadas por seus colaboradores, dirigentes, fornecedores ou prestadores de serviços. O tratamento a essas denúncias é dado pelo Comitê de Ética.

As denúncias podem ser realizadas através de site na internet (www.0800brasil.com.br/ceee) ou através do telefone 0800 580 0039, onde o atendimento é realizado das 9h às 18h por analistas especializados. Essa importante ação permite maior transparência ao tratamento das denúncias, cujo andamento pode ser consultado mediante protocolo e senha fornecidos no momento do relato, seja qual for o meio utilizado para a denúncia (internet ou telefone) e preservado o anonimato do denunciante, evitando qualquer tipo de retaliação.

3.4.2. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A companhia deu continuidade à implantação do projeto relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18. As recomendações que estão nos planos de ação destinados a tanto foram executadas ao longo do exercício visando ao atendimento da referida Lei, cujo projeto tem perspectiva de conclusão no ano de 2021.

3.4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

O projeto envolvendo Riscos e Controles Internos foi concluído no ano de 2020, com a publicação da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, assim como por conta da aprovação, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, da Matriz de Riscos e Controles Internos 2020. Ainda nesse exercício, foi realizado o primeiro ciclo de monitoramento dos riscos relevantes.

3.4.5. Políticas

Dentre os projetos existentes e acompanhados no âmbito da Companhia, os quais decorrem de seu Programa de Integridade Corporativa, aquele relacionado à confecção de Políticas levou à aprovação junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração das seguintes Políticas, demonstrando assim seu comprometimento e contínua aplicação de boas práticas de governança:

- Política de Dados Pessoais e Privacidade
- Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos
- Política Anticorrupção

3.5. Ética

A Companhia possui um Código de Ética, o qual foi revisto e aprimorado de novembro de 2020 a janeiro de 2021, sendo aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro. O código está disponível a todos os interessados através do site www.ceee.com.br.

O Comitê de Ética atua nas situações nas quais se verifique conflitos ou dilemas éticos. Ele é subordinado ao Conselho de Administração e tem a responsabilidade de garantir que as políticas e práticas da organização mantenham-se alinhadas e coerentes com os princípios éticos defendidos pela Companhia. Em novembro de 2020 o Conselho de Administração reestruturou o Comitê, que passou a ser constituído por três colaboradores indicados pela Companhia. Durante o ano de 2020 foram realizadas 7 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

3.6. Organização e Gestão

A CEEE-GT implementou um Sistema de Gestão com base nas normas ABNT NBR ISO 9001:2015, ABNT NBR ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, integrando os sistemas de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde Ocupacional. Em 2020, foi realizada a preparação para a certificação do Sistema de Gestão, a partir de um Projeto do Planejamento Estratégico 2020-2024.

Em novembro de 2020, a CEEE-GT recebeu a auditoria inicial do Bureau Veritas, órgão certificador contratado para realizar o processo de certificação. Em janeiro de 2021, o Sistema de Gestão da Companhia recebeu a recomendação de certificação da equipe auditora para o seguinte escopo: Gestão da Operação do negócio de Geração para a Execução de Manobra Local da Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida - CGH TOCA; Gestão da Manutenção do negócio de Transmissão para a Manutenção Preventiva da Subestação de Transmissão de Energia Elétrica - SE CANOAS 1.

As unidades da Geração e da Transmissão que receberam a recomendação de certificação para as três normas de referência foram a CGH Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, e a Subestação Canoas 1, localizada no município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

3.7. Contrato de Compartilhamento

Em 01 de julho de 2020 foi assinado novo Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos entre as empresas CEEE-D e CEEE-GT, o qual foi anuído pela ANEEL em 06 de novembro de 2020, através do Despacho 3.168. O objeto do contrato é o compartilhamento dos recursos humanos alocados nas denominadas áreas meio: Presidência; Diretoria Administrativa; Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais e Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, bem como a infraestrutura administrativa relacionada a estes recursos humanos. Em termos de infraestrutura, trata-se de despesas administrativas com a sede principal, materiais, serviços e telecomunicações.

O critério de rateio das despesas seguiu os preceitos da Resolução Normativa – REN ANEEL nº 699/2016, que regulamenta os negócios jurídicos entre partes relacionadas, resultando em 52,97% para a CEEE-D e 47,03% para a CEEE-GT. O valor total da despesa compartilhada é de R\$ 189,2 milhões, conforme dados do Balancete Mensal Padronizado – BMP de dezembro de 2019. Aplicando os percentuais supracitados e o critério matemático da REN nº 699/2016, a CEEE-D é credora de R\$ 7,2 milhões anuais.

O compartilhamento entre CEEE-D e CEEE-GT remonta à desverticalização da CEEE em novembro de 2006. Os contratos firmados vigoraram até 06 de dezembro de 2011. As empresas, embora a inexistência de contrato firmado, permaneceram com a infraestrutura e os recursos humanos compartilhados. Assim, havia uma vacância temporal de serviços recíprocos que foi recuperada financeiramente entre as empresas, relativo ao período decorrido entre 01 de agosto de 2013 a 30 de junho de 2020, através do Termo de Acordo e de Reconhecimento de Dívida firmado em 25 de setembro de 2020 e anuído pela ANEEL em 11 de março de 2021 através do Despacho nº 665. O valor atualizado da cobrança retroativa é de R\$ 47,68 milhões, a crédito da CEEE-D, o qual foi abatido do saldo devedor do Contrato de Mútuo em 11 de março de 2021.

4. Desempenho Operacional

4.1. Mercado de Energia Elétrica

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 2020, houve incremento de 4.932 megawatts (MW) de capacidade instalada no Brasil, ultrapassando a meta de 4.112 MW. O país fechou o ano com potência de 174.412 MW, sendo 74,7% a partir de fontes sustentáveis, com baixa emissão de gases do efeito estufa.

A força da água dos rios continua impulsionando a maior parte da energia gerada no país, com participação de 62,1% na capacidade instalada. Entretanto, em 2020, foram instalados apenas 178 MW nesta fonte, associados a pequenos projetos. A maior parte da expansão foi baseada em usinas térmicas, com 2.235 MW, seguindo da fonte eólica, com 1.725 MW adicionados.

Quanto à micro e minigeração distribuída (GD), já são 376 mil unidades consumidoras com GD, totalizando 4.628 MW de potência instalada, sendo 2.428 MW adicionados apenas ao longo de 2020.

Já na esfera da transmissão, ao final de 2020, a extensão da rede básica de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) totalizava 160,8 mil km de linhas de transmissão e 387,3 mil MVA de potência instalada, incremento de 6,2 mil km e 14,5 mil MVA em relação a 2019.

4.2. Participação da CEEE Geração e Transmissão

A CEEE-GT possui 15 usinas hidrelétricas, com potência própria instalada de 910,3 MW. Outros 356,41 MW são oriundos de participação em projetos realizados em parcerias público-privadas, somando potência total

de geração de 1.266,71 MW. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN) e os clientes da área de Geração são empresas de distribuição, agentes de geração, comercializadoras e consumidores livres.

Tabela 03

Parque Gerador - Características Físicas								
Região	Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
	Integral	910,3	406,67		910,3	406,67		
Sistema Jacuí	UHE Itaúba	500,4	180,5	100%	500,4	180,5	1978	30/12/2021
	UHE Governador Leonel de Moura Brizola	180	116,9	100%	180	116,9	1962	31/12/2042
	UHE Passo Real	158	66,2	100%	158	66,2	1973	31/12/2042
	PCH Ivai	0,7	0,45	100%	0,7	0,45	1950	-
Sistema Salto	UHE Canastra	42,5	24	100%	42,5	24	1956	31/12/2042
	PCH Bugres	11,12	10	100%	11,12	10	1952	31/12/2042
	UHE Ernestina	4,8	3,24	100%	4,8	3,24	1957	31/12/2042
	PCH Capigüi	3,76	0,69	100%	3,76	0,69	1933	31/12/2042
	PCH Guarita	1,76	0,99	100%	1,76	0,99	1953	31/12/2042
	PCH Herval	1,44	0,29	100%	1,44	0,29	1941	31/12/2042
	PCH Santa Rosa	1,4	0,88	100%	1,4	0,88	1955	31/12/2042
	PCH Passo do Inferno	1,33	0,52	100%	1,33	0,52	1948	31/12/2042
	PCH Toca	1,09	0,36	100%	1,09	0,36	1929	-
	PCH Forquilha	1	0,95	100%	1	0,95	1950	31/12/2042
	PCH Ijuizinho	1	0,7	100%	1	0,7	1950	31/12/2042
Tipo	Compartilhada	3.745,20	1.730,11		356,41	156,36		
Hidrelétricas	UHE Machadinho	1.140,00	547,1	5,53%	63,04	26,16	2002	2032
	UHE Campos Novos	880	379,7	6,51%	57,3	24,72	2007	2035
	UHE Foz do Chapecó	855	427,2	9,00%	77	38,45	2010	2036
	UHE Monte Claro	130	56,1	30,00%	39	16,83	2005	2036
	UHE Castro Alves	130	61,8	30,00%	39	18,54	2008	2036
	UHE Dona Francisca	125	75,9	10,00%	12,5	3,90	2001	2033
	UHE 14 de Julho	100	47,5	30,00%	30	14,25	2009	2036
	UHE Furnas do Segredo	9,8	3,86	10,50%	1,03	0,41	2005	2030
Eólicas	Ventos do Sul Energia S/A	150	53,67	10,00%	15	5,37	2006	2032
	EOL Palmares	57,5	18,98	10,00%	5,75	1,90	2010	2046
	EOL Ventos da Lagoa	57,5	19,2	10,00%	5,75	1,92	2012	2045
	EOL Ventos do Litoral	57,5	18,5	10,00%	5,75	1,85	2012	2046
	Ventos dos Índios Energia S/A	52,9	20,6	10,00%	5,29	2,06	2014	2047
	Total	4.655,50	2.136,78		1.266,31	563,03		

Na área de transmissão, a CEEE-GT possui 55 subestações próprias, sendo 45 de Rede Básica e 10 de Demais Instalações da Transmissão (tensões inferiores a 230 kV). A potência instalada própria é de 10758 MVA. Outros 1.296 MVA são oriundos de participação em outros projetos realizados em parcerias público-privada (ETAU, FOTE e TESB). A extensão total das linhas de transmissão próprias é de 5.937 km em tensões de 230, 138 e 69 kV, além de 371 km de linhas de transmissão em participações em SPEs. Além disso, em dezembro de 2020, a CEEE-GT sagrou-se, de forma sozinha, vencedora do Lote 6 do Leilão ANEEL nº 001/2020, sendo que desde o ano de 2002 a empresa não participava de leilões desta natureza. Este Lote foi composto por trechos de linhas de transmissão em 138kV e 230kV, que totalizam cerca de 4 km, e a Subestação Cachoeirinha 3, com potência de 495 MVA, localizados no Rio Grande do Sul.

4.2.1 Comercialização

Através da Lei Federal nº 12.783/2013, a CEEE-GT prorrogou por 30 anos a concessão de 12 usinas de seu parque gerador. A energia desses empreendimentos, totalizando 225,3 MW médios, foi alocada na forma de Cotas de Garantia Física e Potência às distribuidoras do SIN, sendo a Companhia remunerada pela operação e manutenção dessas usinas. A Resolução Homologatória Nº 2.746/2020 estabeleceu as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas, conforme informado no quadro 01.

Quadro 01

Modelo de Negócio e Venda de Energia			
Usina	Modelo de Negócio em 31 de dez/2020	Receita definida	Data e índice de reajuste
UHE Jacuí	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$53.649.392,05	IPCA em 1º/jul
UHE Passo Real	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$52.686.844,12	IPCA em 1º/jul
UHE Canastra	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$11.905.546,43	IPCA em 1º/jul
PCH Bugres	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$4.463.366,63	IPCA em 1º/jul
PCH Herval	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$782.107,91	IPCA em 1º/jul
PCH Passo do Inferno	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$827.493,69	IPCA em 1º/jul
UHE Ernestina	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$2.422.003,90	IPCA em 1º/jul
PCH Capigüi	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$2.222.646,50	IPCA em 1º/jul
PCH Forquilha	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$767.422,89	IPCA em 1º/jul
PCH Guarita	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$1.129.151,92	IPCA em 1º/jul

PCH Santa Rosa	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$866.729,99	IPCA em 1º/jul
PCH Ijuizinho	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG R\$761.044,77	IPCA em 1º/jul
UHEs Itaúba e Dona Francisca, PCHs Toca e Ivaí, Participação Machadinho	100% ACL – Ambiente de Contratação Livre	Leilão de Energia	Conforme Contratos de Venda

Além dos montantes entregues na forma de Cotas, a CEEE-GT comercializou em 2020, entre contratos de compra e venda, um total de 251 MW médios no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Nas contabilizações do Mercado de Curto Prazo (MCP), realizadas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), foram liquidadas sobras energéticas, as quais foram utilizadas como hedge para mitigação dos efeitos financeiros associados ao GSF. Nesse ponto, destaca-se que, durante o ano de 2020, as usinas participantes do MRE geraram o equivalente a 80,3% de suas garantias físicas, repercutindo em fatores de ajuste significativamente inferiores à unidade e em custos elevados em razão das exposições geradas pelo Generation Scaling Factor (GSF).

4.3. Aspectos Regulatórios

4.3.1. Geração

Os principais assuntos regulatórios de interesse da área de geração em 2020 foram:

Repactuação do Risco Hidrológico: A publicação da Lei Nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico. Em resumo, a proposta tem como objetivo dar tratamento a riscos não hidrológicos que impactaram as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), contemplando os efeitos da motorização das usinas estruturantes e os atrasos das respectivas linhas de transmissão, bem como os efeitos associados ao deslocamento hidráulico provocado pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e pela importação de energia sem garantia física.

A compensação aos geradores do MRE dar-se-á por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e fica condicionada a desistência da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e a renúncia a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.

A proposta de repactuação está em fase de cálculo da compensação que cada gerador do MRE tem direito, seguindo os regramentos definidos pela Resolução Normativa ANEEL Nº 895, de 01 de dezembro de 2020. Nos termos desta regulamentação, os agentes terão 60 dias para avaliar a adesão à proposta, após homologação dos cálculos.

A Companhia aguarda a publicação dos valores finais de extensão, tanto para usinas próprias como para as usinas em que detêm participação, para definir pela sua adesão.

Valor Mínimo de Outorga das Usinas: a Portaria Interministerial MME/ME nº 1, de 07/12/2020, estabeleceu o Valor Mínimo do Bônus de Outorga das Usinas Hidrelétricas da CEEE-GT em R\$ R\$ 1.395.760.871,51, a ser pago pelo eventual futuro controlador da CEEE-G, para a assunção de Novo Contrato de Concessão, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de Produção Independente de Energia – PIE.

Descontização e Condições Complementares à Outorga do Novo Contrato de Concessão: a Portaria MME nº 437, de 07/12/2020, estabeleceu a descontização das usinas a partir de 1º/01/2022, atrelada ao processo de desestatização da Companhia. Também estabeleceu a obrigação de elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica para identificação do Aproveitamento Ótimo, para as Usinas de Itaúba, Jacuí e Passo Real, considerando as estruturas civis existentes e os estudos prévios já efetuados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no prazo de 36 meses da data de assinatura do Contrato de Concessão, bem como de

implantar o Aproveitamento Ótimo, caso seja viável economicamente, em até 96 meses da assinatura do Contrato de Concessão.

Alteração da Lei nº 12.334/2010 – Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB): Com a publicação da Lei nº 14.066, em 1º/10/2020, foram incluídas diversas responsabilidades do PAE Plano de Ações de Emergência (PAE) ao empreendedor (retirando-as das defesas civis). Da mesma forma, foi ampliado o escopo de obrigações e de punições aos agentes.

Reajuste das RAGs: a Resolução Homologatória nº 2.746, de 28/07/2020, estabeleceu as Receitas Anuais de Geração – RAGs das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, para o ciclo de julho/2020 à junho/2021, conforme informado no quadro 01.

4.3.2. Transmissão

Assuntos regulatórios da área de transmissão mais relevantes em 2020:

Revisão Tarifária Periódica da Transmissora – RTP 2018 a 2023(REN 2.709/2020)

A Resolução Homologatória (REH) nº 2.709/2020 aprovou índice de reposicionamento provisório da Receita anual permitida (RAP) da CEEE-GT em 15,79%, fixando o valor de RAP em R\$ 760.850.682,37, a preços de 2018 (R\$ 832.341.996,52 atualizados para o ciclo 2020/2021). Até a publicação da REH não haviam sido concluídas pela ANEEL, as atividades de fiscalização da Base de Remuneração Regulatória – BRR. Assim, os valores definitivos serão processados após esta conclusão e, os ajustes necessários e seus consequentes efeitos financeiros, serão processados no reajuste tarifário 2021/2022.

Este valor é decomposto em:

Rede Básica do Sistema Existente - RBSE:

- Custos de Administração, Operação e Manutenção (PRT 579/2012), no valor de R\$ 273.954.630,61;
- Receita determinada pela Portaria Ministerial nº 120/2016: R\$ 150.348.873,87 (componente econômico, referente ao Custo Anual dos Ativos não depreciados) e R\$ 203.047.811,37 (componente financeiro);

Base Incremental:

- Custo Anual dos Ativos que entraram em operação no período: R\$ 118.170.313,55;
- Custo de Administração Operação e Manutenção: R\$ 15.329.052,98.

A referida REH homologou também a parcela de ajuste de revisão (valores devidos a partir de 2018 e não recebidos até 2020), que incluiu ainda, a parcela de anuidade referente a melhorias de pequeno porte. O valor atualizado total da PA Revisão ficou em R\$ 416.858.636,46 e o recebimento será dividido nos três próximos ciclos (até 2023) no montante de R\$ 138.952.878,82 cada.

Reajuste Tarifário Anual

Com a publicação da Resolução Homologatória – REH 2.725/2020, foi estabelecida em favor da transmissora a RAP de R\$ 853.867.519,82 referente ao Contrato de Concessão 055/2001 e R\$ 14.787.463,64 referente ao contrato 080/2002, para o ciclo 2020-2021 (01 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021). Referente à parcela de ajuste, os valores homologados para o ciclo foram: R\$ 138.135.644,68 para o contrato 055/2001 e – (R\$ 285.559,25) para o contrato 080/2002.

Reincorporação do Componente Financeiro (ke) da PRT MME 120/2016

No âmbito das revisões das receitas das concessionárias de transmissão que tiveram seus contratos prorrogados conforme a Lei 12.783 de 2013, foi reincorporado o parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro da base blindada, definido no § 3º do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 762, de 2017, que regulamentou a Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº 120 de 2016, a qual estava suspensa em função das liminares concedidas no âmbito das ações judiciais promovidas contra a citada Portaria. Com a reincorporação do ke, a receita teve um acréscimo de R\$ 378 milhões, que serão divididos nos próximos 5 ciclos (até 2025).

Leilão de Transmissão ANEEL nº 1/2020:

Em 17 de dezembro de 2020, foi realizado o Leilão de Transmissão ANEEL nº 1/2020. A participação da CEEE-GT ocorreu através da participação nos lotes 4 e 5, e 6.

O lote 5, licitado em conjunto com o lote 4, contemplou a revitalização completa da subestação Porto Alegre 4 230/13,8 kV, através da substituição dos módulos de conexão e barramentos em 230kV e 13,8 kV e da instalação de novas unidades de transformação 230/13,8kV - 5x75 MVA. O Consórcio Saint Nicholas I (Mez Energia e Participações Ltda. (Líder 75%) e Mez Energia Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura (25%)) sagrou-se vencedor.

Desta forma, por decisão da ANEEL, foi iniciado em 2020 o processo de redução unilateral do Contrato de Concessão 055/2001, com a supressão das instalações da SE Porto Alegre 4 do contrato da CEEE-GT. A previsão de conclusão desse processo é 31 de março de 2021, quando serão celebrados o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 055/2001 entre a CEEE-GT e a ANEEL, o Termo de Transferência dos Ativos entre a CEEE-GT e a MEZ Energia e o Contrato de Concessão entre a MEZ Energia e a ANEEL. A remoção dessas instalações implicará em redução de receita de R\$ 9.764.438,61, a valores de junho de 2020, ao ano à Transmissora, assim como com a indenização dos ativos ainda não depreciados no valor inicialmente calculado em R\$ 10.954.101,95, também a preços de junho de 2020.

O lote 6, contemplava a implantação da SE 230/138 kV Cachoeirinha 3 (nova) e trechos de linhas de transmissão (Trecos de LT em 230 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT Gravataí 2 – Canoas 2, C1; Trecos de LT em 230 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT Gravataí 2 – Cidade Industrial, C2; Trecos de LT em 138 kV entre SE Cachoeirinha 3 e a LT 138 kV Taquara – Cachoeirinha 1, C1 e Trecos de LT em 138 kV entre a SE Cachoeirinha 3 e a LT 138 kV Canoas 3 – Cachoeirinha 1, C1.). Nesse lote, a CEEE-GT sagrou-se vencedora através de oferta de RAP no valor de R\$ 9.234.372 com deságio de 63,5%. Assim como no lote 5, o novo contrato de concessão tem assinatura prevista para 31 de março de 2021.

Emissão de Resoluções Normativas – REN:

REN nº 874, de 10/03/2020 - Aprova a revisão dos Submódulos 2.1, 2.1A, 2.4, 9.1, 12.1 e 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamentam ou fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica.

REN nº 880, de 07/04/2020 - Aprova novas versões dos Submódulos 9.1 (Revisão Periódica das Receitas das Concessionárias de Transmissão), 9.2 (Revisão Periódica das Concessionárias Licitadas) e 9.7 (Implementação de Melhorias e Reforços em Instalações sob a Responsabilidade de Concessionárias de Transmissão) dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, e altera a Resolução nº 443, de 26 de julho de 2011, quanto à implementação de melhorias e reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão.

REN nº 903, de 08/12/2020 - Aprova a reestruturação e a revisão dos Procedimentos de Rede e estabelece procedimentos e critérios para alterações.

REN nº 905, de 08/12/2020 - Aprova as Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional e dá outras providências.

Estabeleceu os seguintes módulos das Regras de Transmissão:

- I - Módulo 1 – Glossário;
- II - Módulo 2 – Classificação das Instalações;
- III - Módulo 3 – Instalações e Equipamentos;
- IV - Módulo 4 – Prestação dos Serviços;
- V - Módulo 5 – Acesso ao Sistema; e
- VI - Módulo 6 – Coordenação e Controle da Operação.

E aprovou o texto dos módulos 1 a 3. Este último agrupou num único documento a Classificação de Reforços e Melhorias, o Ressarcimento dos Custos de Implantação (Seção 3.1 – Novos Equipamentos e Instalações de Transmissão) e os Critérios de Entrada em Operação de Equipamentos (Seção 3.2 – Critérios de Entrada em Operação).

Como consequência desta Normativa revogou-se as Resoluções Normativas nº 443/2011 e 841/2020.

Portaria Ministerial nº 215/2020

Estabelece as Diretrizes para a elaboração do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE do Ministério de Minas e Energia:

- Estabelecendo data para publicação do POTEE;
- Alterando significativamente o processo de consolidação, redefinindo algumas atribuições dos agentes envolvidos;
- Instituinto a criação dos Grupos de Estudos da Transmissão (GET), sob coordenação da EPE, e;
- Determinando a atualização do documento de Critérios e Procedimentos para elaboração dos Estudos de Planejamento da Transmissão, e das Diretrizes para elaboração dos Relatórios Técnicos (R2, R3, R4 e R5).

Emissão de Resoluções Autorizativas – REA:

REA nº 8.798, de 5 de maio de 2020

Estabelece as parcelas adicionais de RAP referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas a CEEE-GT, e serviços prestados, em função do seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Santa Maria 1 – Alegrete 1 na Subestação Santa Maria 3 no valor de: R\$ 211.117,43 vigente a partir de 01/07/2020, acrescidos de R\$ 137.116,04 pagos em 1 ciclo 2020/2021.

REA nº 8.919, de 2 de junho de 2020

Estabelece as parcelas adicionais de RAP referentes a operação e manutenção de instalações de transmissão transferidas à CEEE-GT em função do Contrato de Concessão nº 01/2011-ANEEL (SE Porto Alegre 13 e seccionamento LT 230 kV GRA2-PAL10 para a SE Jardim Botânico) no valor de R\$ 242.319,65 a vigente partir de 01/07/2020, acrescidos de R\$ 538.501,26 pagos no ciclo 2020/2021.

REA nº 8.926, de 2 de junho de 2020

Autoriza a postergação em 4 (quatro) meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 – data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Determina ao ONS que disponibilize para ANEEL relação atualizada com a priorização dos empreendimentos passíveis de autorização, consolidados pelo planejamento setorial.

REA nº 8.948, de 9 de junho de 2020

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Porto Alegre 9 (empreendimento: T2020-042 - SE Porto Alegre 9: seccionamento de uma das barras de 230 kV e instalação de novo IB) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 3.227.975,00, com prazo de entrada em operação comercial de até 56 meses.

REA nº 9.173, de 18 de agosto de 2020

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Nova Prata 2 (empreendimento: T2020-048 - SE Nova Prata 2 - Substituição dos 3 TFs 230/69 kV – 50 MVA por 2 TFs 230/69 kV – 165 MVA) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 5.674.237,94 com prazo de entrada em operação comercial de até 47 meses.

REA nº 9.356 de 20 de outubro de 2020.

Autoriza a CEEE-GT, Contrato de Concessão nº 055/2011, a implantar reforços na Subestação Cidade Industrial (empreendimento: T2020-059 - SE Cidade Industrial: Substituição dos transformadores 230/138 kV e 230/23 kV, dos barramentos de 23 kV e instalação de bancos de capacitores) e estabelece os valores das correspondentes parcelas da RAP no valor de R\$ 16.743.100,23 com prazo de entrada em operação comercial de até 43 meses.

Fiscalizações:

Ofício nº 397/2020-SFE/ANEEL (processo 48500.004743/2020-04) - A Área de Transmissão foi objeto em 24/09/2020 de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica referente a perturbação verificada em 15/01/2020 às 15h04min que envolveu o sistema elétrico do sul do estado do Rio Grande do Sul.

Ofícios nº 17/2020-SFE/ANEEL e nº 18/2020-SFE/ANEEL - A CEEE-GT, assim como as demais Transmissoras do setor elétrico - foi submetida a análise e fiscalização de todos os Reforços e Melhorias do SGPMR (Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços, do ONS).

Campanhas de Fiscalizações de Desligamentos Forçados:

Ofício 343/2020 - SFE/ANEEL - A Área de Transmissão foi convocada por reunião por vídeo conferência para tratar dos Planos de Resultados pactuados com SFE/ANEEL referentes a 8 linhas de transmissão de 230 kV e 1 (uma) subestação de 230 kV. Foi realizada apresentação técnica para cada Plano de Resultados pela CEEE-GT.

Ofício nº 452/2020-SFE/ANEEL - Realizada em 12/11/2020 reunião técnica por vídeo conferência com os técnicos da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade referente à Análise dos desligamentos forçados do ciclo 2019-2020, onde foi apresentado diagnóstico para os desligamentos forçados de 7 linhas de transmissão de 230 kV e 1 (uma) subestação de 230 kV.

4.4. Indicadores Operacionais

4.4.1. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade de Geração

Indicadores operacionais de geração - Usinas Hidrelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's):

- As Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS (Usinas Tipo I) são reguladas por disponibilidade, devendo manter a disponibilidade móvel nos últimos 60 meses, igual ou superior a estabelecida pela ANEEL.
- Enquadram-se nesse critério as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2020 atendendo a esse indicador.
- DGH60: A disponibilidade geral equivalente das usinas representa o percentual de tempo médio ponderado pela potência de cada máquina disponível para a geração de energia elétrica. O valor do mês de dezembro de 2019, que corresponde à média acumulada nos últimos 05 anos, ficou em 92,70%, conforme demonstrado na tabela 04.

Tabela 04

DGH60												Meta
Disponibilidade Média móvel 60 meses, ponderado pela Potência Instalada das Usinas Despachadas Centralizadamente												
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20
Itaúba	92,70%	92,71%	92,44%	92,69%	92,93%	93,12%	93,34%	93,39%	93,45%	93,43%	93,72%	93,77%
Jacui	94,14%	94,14%	94,20%	94,29%	94,35%	94,38%	94,38%	94,41%	93,95%	93,97%	93,97%	93,97%
Passo Real	94,86%	94,04%	93,34%	94,45%	94,14%	93,73%	93,49%	92,87%	92,83%	92,95%	92,89%	92,89%
Média no ano	93,42%	93,27%	92,99%	93,36%	93,47%	93,50%	93,59%	93,51%	93,44%	93,45%	93,62%	93,65%

As demais UHE's e PCH's da CEEE-GT são reguladas por produção de energia. A meta da CEEE-GT é gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada instalação. Apesar de a ANEEL não estabelecer disponibilidade mínima para os empreendimentos não despachados centralizadamente (usinas Tipo III), esse indicador é acompanhado com vistas à maximização do tempo disponível para geração de energia.

4.4.2. Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão

Capacidade Instalada:

Esse indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da transmissão em operação. Em 2020, a TESB energizou a subestação Candelária 2, composta por dois transformadores 230/69 kV de 83 MVA, acrescentando 166 MVA de potência instalada ao sistema de transmissão. Foram também adquiridos três transformadores no ano de 2020 por novos equipamentos de mesma potência à anterior para substituição: um de 138/69 kV - 54 MVA para a subestação Osório 2 e dois de 138/23 kV - 37,5 MVA para a subestação Scharlau. Destes, dois foram energizados no próprio ano ficando um da SE Scharlau com

previsão de energização para fevereiro de 2021. Ainda, foi realizada a reforma de um transformador 138/13,8 kV - 25 MVA na subestação Pelotas 3.

Índice de Qualidade da Rede Básica – Operação e Manutenção (QRB): Esse indicador consiste no percentual remanescente da receita da transmissão, referente aos ativos da Rede Básica (RB), após os descontos decorrentes da Parcela Variável (PV) estimada sobre os eventos de operação e manutenção.

A tabela 05 demonstra os valores obtidos nos últimos 05 anos.

Tabela 05

Valores do Indicador QRB					
Indicador (%)	2016	2017	2018	2019	2020
Qualidade Rede Básica	99,21%	98,44%	99,36%	99,21%	98,79%

Índice de Qualidade Demais Instalações de Transmissão – Operação e Manutenção (QDIT): Esse indicador consiste no percentual remanescente da receita da transmissão, referente aos ativos provenientes das Demais Instalações de Transmissão (DIT), após os descontos decorrentes da Parcela de Ajuste Qualidade DIT (PA) estimada sobre os eventos de operação e manutenção. Destaca-se que em 05 (cinco) meses no ano de 2019 (fevereiro, março, agosto, setembro e novembro) o indicador atingiu o índice máximo, ou seja, 100%.

A tabela 06 demonstra os valores obtidos nos últimos 05 anos.

Tabela 06

Valores do Indicador QDIT					
Indicador (%)	2016	2017	2018	2019	2020
Qualidade Demais Instalações de Transmissão	98,65%	99,10%	99,21%	99,62%	99,64%

5. Investimentos

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no parque gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão atendem à determinação do contrato de concessão e têm o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica. Em 2020, o valor total investido foi de R\$ 109,63 milhões¹.

5.1. Modernização Tecnológica

Ao longo de 2020, foram implementadas melhorias nos sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e Comercial (SGC), além da consolidação de painéis de indicadores que auxiliam a gestão no monitoramento do desempenho operacional e estratégico da Companhia.

Visando garantir a segurança dos Sistemas Corporativos, em 2020, foram realizadas atualizações de versões dos Sistemas Corporativos e Banco de Dados, além da consolidação na utilização da ferramenta de prevenção a vazamento de dados (Data Loss Prevention – DLP), a qual realiza o monitoramento e controle de todas as informações trafegadas através das portas USB dos computadores.

Ainda sobre segurança foram realizadas modernizações na análise de e-mails e servidores de arquivos. Para e-mails foi adquirido e implantado uma nova solução de AntiSpam; para servidores de arquivos foi adquirido e implantado novos *Storages* para armazenamento e backups de dados, bem software para backup/restore.

Visando garantir a segurança dos backups dos sistemas corporativos, iniciou-se em 2020, com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2021, um projeto para realizar a guarda dos backups corporativos em um segundo ambiente. Denominado de “Backup Externo”, este projeto é composto de rack inteligente (com nobreak, climatização, controle/combate a incêndio e monitoramento) e *Storage* para armazenamento dos backups dos sistemas corporativos.

¹ Este valor de investimento considera valores de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado nas Sociedades de Propósito Específico (SPE's). Em 2020 foi realizado neste tipo de investimento R\$ 54,33 milhões, sendo R\$ 52,6 milhões na TESB e R\$ 1,73 milhão no Complexo Eólico Povo Novo.

O novo Portal de Internet, que modernizou o acesso às informações da Companhia, entrou em produção em maio de 2020. Desenvolvido pelos próprios funcionários, com adoção de tecnologia Open Source, esse novo Portal gerou custos mínimos para a Companhia.

A transformação digital também foi foco em 2020. O Projeto Mobilidade CEEE-GT, iniciado em 2019, seguiu seu cronograma de implantação, estando totalmente implantado em novembro de 2020. O Projeto consistiu na implantação de solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP/PM, permitindo que as equipes de campo recebam Ordens de Serviço e Notas de Inspeção via dispositivo móvel interligado com o Sistema Convex. A solução contratada já é utilizada por outras empresas do setor elétrico, como Furnas, Eletronorte e Cemig e permite maior eficiência na execução das atividades de Operação e Manutenção, sem a necessidade de utilização de formulários em papel.

Na área de geração, após a conclusão, em 2019, das obras de automação e telecomando da UHE Ernestina e das PCHs Guarita e Capigui, além da automação da UHE Passo Real, o foco durante o ano de 2020 foi o planejamento e a elaboração das especificações técnicas para a modernização das UHEs Jacuí, Canastra e da PCH Bugres.

Na área de transmissão, no ano de 2020 foi concluída a desativação do último centro de operação regional que ainda permanecia em operação, com a transferência da subestação Maçambará para o Centro de Operação de Instalações da CEEE-GT (COI). Com isso, todas as subestações teleassistidas da CEEE-GT são controladas a partir do COI, localizado em Porto Alegre. Estruturado em 2016, com o objetivo de unificar a operação remota de todas as subestações da Transmissão, o COI passou a operar em 2017, inicialmente responsável pelo telecomando de 18 unidades, encerrando 2020 com 51 subestações comandadas remotamente e contribuindo para o incremento da disponibilidade do sistema de transmissão. Durante o ano de 2020 também foi implementada a teleassistência em três subestações (Caxias do Sul 2, Dona Francisca e Taquara) que até então eram operadas localmente em regime ininterrupto e iniciada a operação da nova subestação Candelária 2, da TESB.

5.2. Geração

5.2.1. Expansão e Modernização da Geração

A expansão e a modernização da geração têm como objetivo o aumento de sua participação no mercado através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial as Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Eólicas.

Em termos de modernização, importante mencionar que durante o ano de 2020 a CEEE-GT planejou, especificou e orçou a obra da UHE Jacuí, que permitirá a revitalização das Unidades Geradoras, bem como de seus sistemas e equipamentos auxiliares. O valor orçado supera os R\$ 320 milhões, e a conclusão da obra está prevista para o ano de 2025.

Na UHE Jacuí, de forma emergencial (em razão de um evento de desprendimento das grades da tomada d'água da Usina), foi realizada a Inspeção do Túnel de Adução, que fazia parte do escopo de modernização, e que apontou a necessidade de algumas reformas nas estruturas civis da tomada d'água e comportas. O laudo técnico da inspeção apontou uma boa condição estrutural do túnel, passível de suportar uma maior vazão d'água e, conseqüentemente, um aumento de potência disponível na Usina.

Outro destaque se dá à conclusão das especificações técnicas para a modernização da Usina de Bugres, cuja contratação será realizada de forma integrada com a sua ampliação, cujo término está previsto para o ano de 2022.

No quadro 02, observam-se as principais expectativas de realização, para os próximos anos, no âmbito da expansão da geração.

Quadro 02

Expansão da Geração - Obras							
Empreendimento	Tipo	Ação	Localização	Potência (MW)	Situação em 2020	Investimento total (milhões)	Execução
João Amado	AHE	Construção	Coronel Bicaco/RS	3,00	Realizados alguns serviços de campo. Aguarda contratação de consultoria para gestão dos projetos de expansão.	R\$ 21,10	2023/2025
Santa Rosa	PCH	Ampliação	Três de Maio/RS	5,10	Projeto de ampliação concluído. Próxima etapa: Encaminhar EPE para determinação de orçamento e garantia física.	R\$ 33,51	2022/2024
Forquilha	PCH	Ampliação	Maximiliano de Almeida/RS	8,90	Encerrada etapa de orçamentos para revisão do Projeto Básico e reprojeto das estruturas dos vertedouros. Em andamento a contratação do novo PB.	R\$ 47,10	2023/2025
Bugres	PCH	Ampliação	Canela/RS	6,50	Aprovados PB alternativo e Sumário Executivo. Projeto cadastrado na EPE. Processo de licenciamento ambiental encaminhado para FEPAM.	R\$ 30,69	2021/2022
Complexo Eólico Povo Novo	CGE	Construção	Rio Grande/RS	52,50	Retomada das obras autorizadas pela Diretoria Executiva. Em andamento a reestruturação do projeto com a busca de fornecedor alternativo para o gerador WEG. Negociação com proprietários rurais para assinatura de contratos de arrendamento em andamento.	R\$ 335,43	2021/2024

5.2.2. Manutenção e Operação da Geração

As ações de manutenção e operação da geração objetivam manter o percentual ótimo de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. Em 2020, a companhia alcançou o indicador de disponibilidade de suas usinas de 93,55% para as usinas despachadas centralizadamente. Isso é resultado da soma de esforços operacionais e do investimento realizado em manutenção e operação da geração, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, da qualidade, da segurança e da rentabilidade da produção de energia elétrica.

No que tange à Segurança de Barragens, a Geração realizou em 2020 as inspeções nas estruturas gerando as Inspeções de Segurança Regular (ISR). O resultado destas serão inseridas no Formulário de Segurança de Barragens (FSB) 2020 diretamente no site da ANEEL.

Em Setembro de 2020 a CEEE-GT recebeu a transferência de posse, por parte do Governo do Estado, da Barragem de Laranjeiras. Estrutura construída há mais de 60 anos, pelo antigo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), a barragem se encontrava sem ser aproveitada e sem manutenção. Por conta de inspeções e apontamentos a CEEE GT demandou ações emergenciais para regularizar em um curto espaço de tempo sua segurança. Agora, se encontra inserida na rotina de inspeções e manutenções da equipe responsável pela segurança de barragens, a qual dará continuidade em 2021 nas ações para sua revitalização.

5.3. Transmissão

5.3.1. Expansão e Modernização das Instalações da Transmissão

A expansão da transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica, atendendo as autorizações emitidas pela ANEEL e aos Pareceres de Acesso emitidos pelo ONS em favor das Distribuidoras. No quadro 03, observam-se as obras de grande porte com as respectivas localizações, as quais tiveram por foco a expansão da transmissão da CEEE-GT através de empreendimentos em andamento ao longo de 2020.

Dentre as obras relacionadas, cabe destacar a nova Subestação 230/138kV Cachoeirinha 3, a qual foi arrematada pela CEEE-GT no Leilão de Transmissão ANEEL nº 001/2020. Este empreendimento será de grande importância para garantir confiabilidade energética às regiões do Vale dos Sinos e Metropolitana do Rio Grande do Sul.

Quadro 03

Expansão da Transmissão - Obras e Serviços em Subestações e Linhas de Transmissão				
Região	Instalação	Investimento (R\$)	Escopo	Situação em 12/2020
Litoral	SE Osório 2	5.908.084,57	Substituição do TR-3 - 138/69 kV (54 MVA) Novo CT 138kV TR-3 Novo CT 69kV TR-3	Concluídas
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 10	2.907.983,24	Novos ELs 13,8kV	
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS CONCLUÍDAS		R\$ 8.816.067,81		
Central	SE Julio de Castilhos 1	9.870.000,00	Novo EL 138kV UJAC Novo EL 138kV SMA1	Em andamento
Central	LT 138kV Ramal Julio de Castilhos 1	8.689.116,53	Seccionamento da LT 138kV UJAC-SMA1 na SE JCA1 Instalação de cabo OPGW na LT	
Hortênsias	SE Usina Canastra	8.327.519,23	Substituição do TR-2 - 138/69 kV (35,25 MVA) Novo CT 138kV TR-2 Novo CT 69kV TR-2 Novo EL 69kV UBUG	
Alto do Jacuí	SE UHE Jacuí	13.300.000,00	Substituição de equipamentos Substituição de SPCS Instalação de sistema de oscilografia	
Vale do Rio dos Sinos	SE Sanremo	11.500.000,00	Novo EL 138kV CIN Novo EL 138kV SCH	
Vale do Rio dos Sinos	LT 138kV Ramal Sanremo	4.400.000,00	Seccionamento da LT 138kV CIN-SCH na SE SRM Instalação de cabo OPGW na LT	
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Cachoeirinha 3	115.000.000,00	Nova SE 230/138kV Seccionamento de LTs 138 kV e 230 kV	
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS EM ANDAMENTO		R\$ 171.086.635,76		
Paranhana - Encosta da Serra	SE Taquara	11.000.000,00	Novo EL 138 kV Igreja C1 Novo EL 138 kV Igreja C2	Em licitação
INVESTIMENTO SUBTOTAL DE OBRAS EM LICITAÇÃO		R\$ 11.000.000,00		
INVESTIMENTO TOTAL		R\$ 190.902.703,57		

Por sua vez, a Companhia prevê investimentos na ordem de R\$ 1,49 bilhão nos próximos cinco anos visando atender as obras consolidadas no Plano de Outorga de Transmissão de Energia Elétrica 2018 (POTEE 2018), assim como aquelas associadas a Melhorias e Pequenos Reforços. Deste montante total, atualmente já estão comprometidos 140 milhões do orçamento plurianual 2021-2025.

Ainda em relação ao rol de obras consolidadas no POTEE 2018, a Área de Transmissão protocolou, ao longo dos anos de 2019 e 2020, 12 (doze) formulários (PRORETs) na ANEEL, que contêm informações detalhadas acerca do escopo, do custo e dos prazos para a execução das referidas obras. Destas 12 obras, conforme tabela 07, a ANEEL emitiu, até o presente momento, duas Resoluções Autorizativas (SE NPR 2 e SE CIN). Por sua vez, os demais PRORETs continuam em análise pela Agência.

Tabela 07

Empreendimentos	Status	Data do Protocolo ou Nº da REA	Investimentos Estimados (milhões)	
			Parcial	Total
SE Porto Alegre 9 (PAL 9) / 2º TR	Em Análise pela ANEEL	23/04/2019	R\$ 613,70	R\$ 749,50
SE Porto Alegre 6 (PAL 6)		17/04/2020		

SE Porto Alegre 13 (PAL 13)			
SE Polo Petroquímico (PPE)			
SE Eldorado do Sul (ELD)			
SE Scharlau (SCH)		28/05/2020	
SE Taquara / 3º Banco de TRs (TAQ)			
SE Canoas (CNA 1)			
SE Campo Bom (CBO)		16/07/2020	
SE Caxias 2 (CAX 2)			
SE Nova Prata 2 (NPR 2)	Autorizada	9.173/2020	R\$ 29,20
SE Cidade Industrial (CIN)		9.356/2020	R\$ 106,60

A CEEE-GT, além de suas iniciativas próprias no campo da expansão de transmissão, participa de empreendimentos de transmissão concedidos em parceria com outras empresas, através de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE's), em leilões realizados pela ANEEL. A seguir estão discriminados os empreendimentos concluídos em participações em 2020:

Quadro 04

Expansão da Transmissão - SPEs - Início de Operação em 2020			
SPE	Participação CEEE-GT	Instalação	Escopo
TESB	94,2%	SE Candelária 2	Nova Subestação - 2 Transformadores 230/69 kV - 83 MVA
TESB	94,2%	LT 230 kV Ramal Candelária 2	Seccionamento da LT 230kV UITA-NSR na SE CDL2

5.3.2. Manutenção e Operação da Transmissão

Em 2020, foram concluídos 480 melhorias ou reforços de pequeno porte no sistema de transmissão. As atividades compreenderam a substituição de equipamentos já superados ou em final de vida útil. Todas as substituições promoverão receita adicional a ser definida pela ANEEL na próxima revisão tarifária. Os reforços realizados até 30 de abril de 2020 já tiveram sua receita definida pela ANEEL e constam na Resolução Homologatória N° 2.725/2020. As atividades contidas no escopo da ação envolvem investimentos em obras e serviços no sistema, incluindo subestações, linhas de transmissão e serviços de telecomunicação, visando o atendimento dos parâmetros definidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema e pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Também os indicadores de realização da manutenção alcançaram níveis superiores à meta de 90% de realização mesmo em um ano atípico devido às restrições impostas pela pandemia de Covid 19, o que determinou muitas alterações e adaptações na forma de trabalho das equipes de campo.

Os Macroprocessos Operação e Manutenção do segmento de Transmissão participaram ativamente das atividades do Sistema de Gestão da CEEE-GT (SG-GT), o qual foi preparado em 2020 para buscar a certificação nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e ISO 45001 (Segurança e Saúde Ocupacional) para o escopo de Manutenção Preventiva da Subestação Canoas 1. A auditoria principal ocorreu em janeiro de 2021, ocasião em que a CEEE-GT recebeu a recomendação da equipe auditora para a certificação. A confirmação pelo órgão certificador ocorreu em fevereiro, quando a Companhia recebeu os certificados para o seu Sistema de Gestão.

6. Balanço Social – Indicadores Sociais

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezem bro 2020 (valor em mil R\$)				Dezem bro 2019 (valor em mil R\$)			
Receita líquida (RL)	1.294.882				1.238.443			
Resultado operacional (RO)	650.642				582.675			
Folha de pagamento bruta (FPB)	202.444				209.356			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	
Piano de Saúde	4.580	2%	2%	0%	4.739	2%	2%	0%
Saúde e Segurança Ocupacional	125	0%	0%	0%	158	0%	0%	0%
Serviços Médicos e Laboratoriais	471	0%	0%	0%	587	0%	0%	0%
Vestuário, EPIs e Equipamento de Proteção	355	0%	0%	0%	663	0%	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	59	0%	0%	0%	74	0%	0%	0%
Alimentação	15.194	8%	1%	1%	15.548	8%	1%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.379	1%	0%	0%	1.543	1%	0%	0%
Previdência Privada	107.154	53%	8%	8%	114.232	56%	9%	9%
Encargos Sociais Compulsórios	55.956	28%	4%	4%	58.226	29%	4%	4%
Participação nos Lucros ou Resultados	15	0%	0%	0%	2.191	1%	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	87	0%	0%	0%	201	0%	0%	0%
Outros Benefícios	18	0%	0%	0%	6	0%	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	185.393	92%	14%	14%	198.168	94%	16%	16%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	3.361	1%	0%	0%	3.566	1%	0%	0%
Cultura	71	0%	0%	0%	35	0%	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	3.432	1%	0%	0%	3.601	1%	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	144.880	22%	11%	11%	126.449	19%	10%	10%
Total - Indicadores sociais externos	148.312	23%	11%	11%	130.050	20%	10%	10%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Meio Ambiente	524	0%	0%	0%	787	0%	0%	0%
Poda e Desmatamento	6.640	1%	1%	1%	6.468	1%	0%	0%
Outros	57	0%	0%	0%	7	0%	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.221	1%	1%	1%	7.262	1%	1%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2020				2019			
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.038				1.051			
Nº de admissões durante o período	2				0			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	600				442			
Nº de estagiários(as)	36				38			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	487				422			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	151				150			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,62%				19,31%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	42				44			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,69%				0,69%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	17				17			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2020:				Em 2019:			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,75				20,31			
Número total de acidentes de trabalho**	1				5			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção		(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		() direção		(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências		() todos(as) empregados(as)		(x) todos(as) + Cipa empregados(as)		() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá		(x) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT		() não se envolverá		(x) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	() direção		() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		() direção		() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção		() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		() direção		() direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados		(x) serão sugeridos () serão exigidos		() não serão considerados		(x) serão sugeridos () serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá		() apoiará (x) organizará e incentivará		() não se envolverá		() apoiará (x) organizará e incentivará	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020: R\$1.423.560				Em 2019: R\$1.389.762			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,10% governo 24,21% acionistas		20,99% colaboradores(as) 22,70% terceiros ____%		21,83% governo 42,24% acionistas		22,17% colaboradores(as) 13,77% terceiros ____%	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES								
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo								
Escolaridade	Em 2020				Em 2019			
Graduados	653				646			
Ensino Médio	374				393			
Ensino Fundamental	8				9			
Ensino Fundamental Incompleto	3				3			
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.								
** Acidentes com perda de tempo								

6.1. Indicadores Sociais

6.1.1. Perfil da Força de Trabalho

A Companhia encerrou o ano de 2020 com 1.038 colaboradores, sendo que 18 colaboradores foram desligados do quadro de pessoal. A força de trabalho é formada, majoritariamente, por assistentes técnicos, técnicos e engenheiros, representando uma equipe multidisciplinar.

Em virtude da Cisão da CEEE-GT, a ocorrer em 2021, os colaboradores de Área Meio tiveram em 2020 a oportunidade de escolher entre os negócios de Geração e Transmissão, resultando no seguinte quantitativo da Tabela 08.

Tabela 08

Área Meio - G	Área Meio - T	Geração	Transmissão	Total
34	113	213	678	1038

Pela natureza jurídica da empresa, sociedade de economia mista, para contratações de novos colaboradores há a necessidade legal de realização de concursos públicos. Dentro da estrutura organizacional da CEEE-GT inexistem Cargos em Comissão (CCs), eis que não existe lei específica criando esses cargos, consoante disposição do artigo 32 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

A taxa de rotatividade (*turnover*) é historicamente baixa e, assim como nos anos anteriores, manteve-se nesse padrão, representando como taxa média 0,08%. Abaixo, algumas características dos colaboradores:

Tabela 09

Gênero	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
Feminino	69	20	62	151
Masculino	78	193	616	887
Total	147	213	678	1038

O gênero feminino representa 14,55% da força de trabalho.

Tabela 10

Faixa Etária	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
20-30	0	0	08	08
31-40	55	73	213	341
41-50	55	87	250	392
51-55	15	21	93	129
56-60	15	22	82	119
61 +	7	10	32	49
Total	147	213	678	1038

A faixa etária de 31 a 40 anos representa 32,85%, e, por sua vez, na de 41 a 50 anos estão 37,76% da força de trabalho. Além disso, as faixas acima de 51 anos representam 28,61%.

Tabela 11

Tempo de empresa	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total geral
01-10	22	31	126	179
11-20	102	156	421	679
21-30	7	10	50	67
31-40	15	14	74	103

41+	1	2	7	10
Total geral	147	213	678	1038

Um total de 65,41% da força de trabalho possui de 11 a 20 anos de tempo de empresa.

Tabela 12

Grau de instrução	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total geral
Pós-Graduação/ Espec	62	31	95	188
Superior completo	55	113	297	465
Ens.médio Técnico	11	66	262	339
Ens.médio completo	18	2	15	35
EF completo 9º ano	0	0	8	8
EF incompleto (6-9)	1	1	1	3
Total geral	147	213	678	1038

A CEEE-GT conta com 44,80% dos colaboradores com nível de instrução superior e com 18,11% de pós-graduados (especialização, mestrado, doutorado).

6.1.2. Remuneração e Pacote de Benefícios

6.1.2.1. Remuneração

A política de remuneração, mediante o Plano de Cargos e Salários – PCS, implementado em 2006, apresenta diretrizes acerca do enquadramento e da evolução ocupacional e salarial dos colaboradores. Do sistema de promoções do PCS, as dinâmicas ocorrem pelos seguintes tipos: antiguidade em anos pares que permite um reajuste de até 3%, merecimento em anos ímpares que permite um reajuste de até duas referências salariais e desenvolvimento profissional em dinâmica mensal conforme vagas e pontuação.

Em 2020, foram promovidos pelo PCS, a título de antiguidade, 1049 colaboradores, representando um incremento médio de 2,87% na rubrica Antiguidade PCS. Quanto ao desenvolvimento profissional, foram promovidos 10 colaboradores conforme demonstrado na tabela 13.

Tabela 13

Carreira/Nível	Pleno	Sênior	Total
Administrativa	03	00	03
Operacional	03	02	05
Técnica	02	00	02
Superior	00	00	00
Total	08	02	10

6.1.2.2. Pacote de Benefícios

Os benefícios ofertados pela CEEE-GT estão amparados sob o aspecto legal e previstos em acordos sindicais.

Principais Benefícios oferecidos pela CEEE-GT:

Assistência Médica e Odontológica

Vale-Refeição e Alimentação

Vale Transporte

Auxílio-Creche

Ajuda de Custo

Gratificação Especial

Incentivo à Instrutoria Interna

Auxílio a Colaboradores Pais de Pessoas com Deficiência

Auxílio a Colaboradores com Deficiência Física

Empréstimos Consignados

6.1.3. Carreira e Desenvolvimento

6.1.3.1. Oportunidade de Atuação em Liderança e Assessoramento

A CEEE-GT possui na sua estrutura organizacional 145 posições referentes a funções de confiança com natureza gerencial ou de assessoramento, sendo que em 2020 houve a redução de uma função gratificada como resultado da reestruturação organizacional.

Em relação ao quadro de 2020, o gênero feminino ocupa 18,62% das posições.

Tabela 14

Gênero	Área Meio - GT	Geração	Transmissão	Total
Feminino	13	4	10	27
Masculino	18	25	75	118
Total	31	29	85	145

6.1.3.2. Desenvolvimento dos Colaboradores

A CEEE-GT promoveu a capacitação profissional dos seus empregados, através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências alinhadas às atividades desenvolvidas na organização.

Em 2020, foi realizada na área de geração a carga horária total de treinamentos de 3.376 horas, representando a média de horas de 14,04 horas por empregado, e na área de transmissão, por sua vez, foi o total de 5.456 horas a título de carga horária de treinamentos, representando a média de 14,67 horas por empregado.

Nas tabelas abaixo, na coluna Média de Horas de Treinamento/Participantes é apresentada a média de horas de treinamentos que o empregado esteve em treinamento na sala de aula. Enquanto na coluna Média Treinados Ativos/Participantes é apresentado o percentual de empregados treinados, com relação ao total de empregados ativos.

Tabela 15

CEEE Geração/2020					
MÊS	Total de Carga Horária	Participantes	Total de Colaboradores Ativos	Média de Horas de Treinamento Participantes	Média Treinados Ativos / Participantes
JAN	234	25	425	9,36	5,88%
FEV	862	256	424	3,37	60,38%
MAR	174	22	422	7,91	5,21%
ABR	260	130	420	2	30,95%
MAI	144	22	420	6,55	5,24%
JUN	196	11	420	17,82	2,62%
JUL	218	24	420	9,08	5,71%
AGO	118	17	419	6,94	4,06%
SET	140	15	417	9,33	3,60%
OUT	704	91	417	7,74	21,82%
NOV	192	76	416	2,53	18,27%

DEZ	134	20	417	6,7	4,80%
TOTAL	3.376	709	417	7,44	14,04%

Tabela 16

CEEE Transmissão/2020					
MÊS	Total de Carga Horária	Participantes	Total de Colaboradores Ativos	Média de Horas de Treinamento Participantes	Média Treinados Ativos / Participantes
JAN	272	29	628	9,38	4,62%
FEV	943	444	629	2,12	70,59%
MAR	1.042	169	630	6,17	26,83%
ABR	66	39	630	1,69	6,19%
MAI	265	61	629	4,34	9,70%
JUN	524	22	629	23,82	3,50%
JUL	290	35	626	8,29	5,59%
AGO	280	34	625	8,22	5,44%
SET	136	21	626	6,48	3,35%
OUT	1.250	167	624	7,49	26,76%
NOV	260	34	624	7,65	5,45%
DEZ	128	36	621	3,56	5,80%
TOTAL	5.456	1.091	621	7,43	14,67%

As condições atípicas do ano de 2020 promoveram modificações relevantes no que tange às capacitações de forma presencial. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto Nº 55.154, de 1º de abril de 2020, Art. 7º, definiu que, para prevenção e saúde dos trabalhadores, os treinamentos presenciais deveriam ser suspensos. Diante deste cenário, a área de desenvolvimento de pessoas precisou se reinventar para dar continuidade ao processo de capacitação dos colaboradores. Em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia de Informação, grande parte da programação dos treinamentos presenciais não precisou ser descontinuada. Utilizando a plataforma Webex, foram realizadas capacitações no formato on-line e ao vivo, o que facilitou a integração e troca de conhecimento entre instrutores e alunos. Desta forma, foi possível a realização de treinamentos fundamentais para a CEEE-GT, como a preparação para implantação do sistema Sigga Brizzo, o curso de Usuário Final da Solução de Mobilidade GT, entre outros. Foram realizados também treinamentos na modalidade EAD, como por exemplo, a capacitação para todos os colaboradores referente à Gestão de Ativos.

Principais capacitações em 2020 pela CEEE-GT

Geração:

Certificação dos Operadores da Geração

Introdução à Gestão de Ativos

Usuário-Final Solução de Mobilidade GT

Transmissão:

Operação de Subestações Telecontroladas

Introdução à Gestão de Ativos

Usuário-Final Solução de Mobilidade GT

6.1.4. Programa de Aposentadoria e Desligamento (PDI)

A Companhia estruturou e aprovou junto ao Governo do Estado e do seu Conselho de Administração um Plano de Demissão Consensual Incentivado (PDCI), sendo este apresentado pela Diretoria Executiva aos representantes dos sindicatos em 26 de novembro de 2020. Contudo, ele não foi perfectibilizado pois os sindicatos não firmaram a proposta do Programa via acordo coletivo de trabalho.

6.2. Pesquisa e Desenvolvimento

A CEEE-GT aplicou R\$ 2,7 milhões durante o ano de 2020 em projetos com foco em inovações de forma a enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico.

- Desenvolvimento de Metodologia para realização de modelagem de subestações em 3 dimensões. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF;
- Pesquisa da eficiência de técnicas de redução de ruído em subestações urbanas visando o conforto da comunidade. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF;
- Desenvolvimento e Aplicação de controladores de chaves seccionadoras de alta tensão. Executora: Fundação Universidade de Passo Fundo – FUPF.

Neste mesmo período os seguintes projetos tiveram continuidade:

- Inserção da geração solar fotovoltaica urbana conectada à rede em Porto Alegre – FASE II. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Rio Grande Sul – UFRGS. O projeto desenvolveu uma Usina Solar Fotovoltaica de 550kWp que está em operação no Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF do Estado do Rio Grande do Sul;
- Desenvolvimento e Aplicação de Sistema Integrado Inovador visando a Renovação do Parque de Transformadores da CEEE-GT – Fase II Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM;
- Desenvolvimento de uma Metodologia para Monitoramento e Controle de Vegetação Interferente com Linhas de Transmissão, Considerando os Riscos à Operação do Sistema Elétrico. Executora: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- Desenvolvimento de uma Metodologia e Dispositivo para Avaliar o Desempenho de Disjuntores de Alta Tensão em Operação nas Subestações. Executora: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- Projeto e Desenvolvimento de um Carregador de Banco de Baterias para Emprego em Subestação de Energia Elétrica. Executora: Universidade Federal Santa Maria – UFSM.

Além disso, ocorreu a contratação de 01 (um) projeto representando um investimento na ordem de R\$ 1,14 milhão para desembolso para os próximos anos. O referido projeto é intitulado “*Estudo de técnicas de Blending para previsão de tempestades com descargas elétricas atmosféricas no setor de energia elétrica*” sendo executora pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

7. Desempenho Econômico e Financeiro

A CEEE-GT encerrou o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$ 278,9 milhões, frente aos R\$ 588,3 milhões do ano de 2019 (valores reapresentados devido ao reprocessamento dos ativos de contrato).

Esta redução de 52,60% no resultado líquido é derivada, principalmente, da remensuração dos ativos de contrato conforme as orientações do Ofício CVM SEP 004/2020. Para adequada mensuração do Ativo Contratual da CEEE-GT deve-se considerar as seguintes premissas para o recálculo:

- Reclassificação do Ativo Financeiro RBSE para Ativo Contratual;
- Identificar margens de construção e O&M;

- Taxa de remuneração dos contratos sendo a TIR implícita após aplicação das margens;
- Taxa de remuneração – TIR – imutável durante a execução contratual;
- Aplicar os efeitos da RTP sendo: para O&M por competência de acordo com a execução contratual e demais alterações diretamente no resultado.

O reprocessamento dos ativos de contrato com as margens e TIR obtidas para cada projeto resultou em reapresentação do saldo inicial (31/12/2019) e um acréscimo no resultado de R\$ 197,1 diretamente na conta de Lucros Acumulados. O resultado inicialmente publicado era de R\$ 391,2 milhões.

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$ 682,2 milhões em 2020 comparado aos R\$ 618,6 milhões em 2019, representando uma variação de 10,29% no período. Esta variação é decorrente, principalmente, do acréscimo nas receitas operacionais de geração e transmissão.

A receita operacional líquida no exercício de 2020 foi de R\$ 1.294,9 milhões, representando variação de 4,56% frente aos R\$ 1.238,4 milhões apresentados no exercício de 2019.

O custo com energia elétrica apresentou aumento de 43,85%, totalizando R\$ 152,2 milhões no exercício de 2020 comparados aos R\$ 105,8 milhões em 2019. Este aumento foi provocado no custo com energia elétrica, basicamente pela aquisição de energia adicional. Essa transação foi realizada com o objetivo de acessar créditos retidos na CCEE por inadimplência na liquidação do Mercado de Curto Prazo e venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Os custos de operação e despesas operacionais apresentaram redução de 8,49%, totalizando R\$ 521,8 milhões em 2020 comparados aos R\$ 570,3 milhões no exercício de 2019.

A Companhia reportou investimento de R\$ 55,3 milhões no ano de 2020 entre ativos da concessão e ativos da concessionária, que representou redução de 33,6% em relação a 2019.

O endividamento com instituições financeiras aumentou 18,70%, chegando a R\$ 680,5 milhões do exercício de 2020, frente aos R\$ 573,3 milhões no exercício de 2019.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019	Δ %
Receita Operacional Bruta.....	1.587.679	1.490.056	6,55
Deduções da Receita Operacional.....	(292.797)	(251.613)	16,37
Receita Operacional Líquida.....	1.294.882	1.238.443	4,56
Custo do Serviço de Energia Elétrica.....	(540.061)	(534.143)	1,11
Custo com Energia Elétrica.....	(152.216)	(105.817)	43,85
Custo de Operação.....	(387.845)	(428.326)	(9,45)
Lucro Operacional Bruto.....	754.821	704.300	7,17
Despesas Operacionais.....	(134.012)	(141.952)	(5,59)
Outras Receitas.....	32.575	22.343	45,80
Outras Despesas.....	(6.074)	(656)	825,91
Resultado do Serviço.....	647.310	584.035	10,83
Depreciação e Amortização.....	34.928	34.543	1,11
Resultado de Participações Societárias.....	(75.375)	44.249	(270,34)
EBITDA.....	682.238	618.578	10,29
Margem EBITDA.....	52,69%	49,95%	5,48
Receita/Despesa Financeira.....	(167.150)	(31.085)	437,72
IR e CS.....	(125.889)	(8.864)	1.320,23
Resultado Líquido do Período.....	278.896	588.335	(52,60)

7.1. Resultados do Exercício

7.1.1 Receita Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o mês dezembro de 2020 com uma receita operacional bruta de R\$ 1.587,7 milhões representando um acréscimo de 6,55% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.490 milhões.

A Resolução Homologatória nº 2.725 de 15 de julho de 2020 estabeleceu a nova RAP da Transmissora que totaliza para o ciclo 2020/2021 R\$ 868,7 milhões, adicionada a uma parcela de ajuste de R\$138,1 que será por três ciclos tarifários. Esta RAP representa um aumento de 38,1% sobre a RAP anterior que era de R\$ 729,3. O crescimento da receita é devido principalmente à variação do IPCA com impacto positivo na receita e pela entrada em operação de projetos de reforços e melhorias. Esse reajuste foi impactado, também, pelo resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do contrato 055/2001, homologada provisoriamente pela REH 2.709/2020. Ainda sobre a RTP da Transmissora o valor da parcela de ajuste homologada, R\$ 56,6 milhões refere-se à remuneração do custo de capital próprio sobre o valor dos ativos da RBSE desde a prorrogação da Concessão. E outros R\$63,5 milhões relativos aos valores de RBNI retroativos a 2018.

A Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020, reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A RAG homologada é de R\$ 132,5 milhões para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2020-2021 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), Ajustes de Indisponibilidade ou Desempenho Apurados (Aji), Encargos de Conexão e Uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão, além de Encargos como a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e os custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/P EE), eventuais ajustes e a devida atualização monetária.

No segmento de Geração, foi verificado aumento de 18,09% na Receita Bruta, passando de R\$ 456,3 milhões registrados em 2020, para R\$ 386,4 milhões em 2019. Essa variação é decorrente do reajuste tarifário aprovado para os ciclos tarifários de 2019/2020 e 2020/2021 e do maior fluxo de energia negociada na ambiente de contratação livre (ACL).

No segmento de Transmissão houve um aumento de 19,16% na receita bruta, passando de R\$ 875,7 milhões para R\$ 1.043,5 milhões em 2020. Este aumento da receita decorre do reajuste e revisão tarifários vigentes homologados em julho de 2020.

O aumento na Remuneração do Ativo da Concessão Contratual de 32,65% refere-se à remensuração dos fluxos de caixa dos ativos de contrato realizada a partir da aprovação provisória da Revisão Tarifária Periódica das RAP's dos contratos de Concessão 055/2001.

O acréscimo na Amortização do Ativo da Concessão Contratual está diretamente relacionada ao reprocessamento dos fluxos de caixa dos ativos de contrato, devido as novas receitas homologadas de pela ANEEL em julho de 2020.

A redução da receita com Energia de Curto Prazo em 53,15% está relacionada diretamente ao maior volume de energia negociado no Ambiente de Contratação Livre e, consequentemente menor no Mercado de Curto Prazo, combinado ao Preço de Liquidação e de Diferenças menor no período.

7.1.2. Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrasetoriais. Houve acréscimo de 16,37% nas deduções operacionais, totalizando R\$ 292,8 milhões em 2020 frente aos R\$ 251,6 milhões de 2019. Este incremento deve-se substancialmente pelo incremento de 28,27% na CDE estabelecida pela ANEEL e pelo aumento do PIS e da COFINS, tributos diretamente relacionados ao aumento do faturamento.

7.1.3. Receita Líquida Operacional

A Receita Operacional Líquida (ROL) é basicamente o faturamento deduzido de encargos e tributos, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. A receita líquida em dezembro de 2020 foi de R\$ 1.294,9 milhões, já em dezembro de 2019 foi de R\$ 1.238,4 milhões, refletindo crescimento de 4,56%.

7.1.4. Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços e é segregado em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação. Observa-se que em 2020 aumentaram em 1,11% passando de R\$ 534,1 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 540,1 milhões em dezembro de 2020, sendo o Custo de Energia Elétrica comprada para revenda o item de maior impacto.

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica aumentou em 43,85% passando de R\$ 105,8 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 152,2 milhões em dezembro de 2020. Este aumento foi provocado basicamente pela maior volume de energia adquirida no Mercado de Curto Prazo com objetivo de acessar créditos de inadimplência para venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- **Custo de Operação:** O custo de operação apresentou uma redução de 9,45% resultando em dezembro de 2020 no valor de R\$ 387,8 milhões em comparação ano anterior no qual o custo era de R\$ 428,3 milhões. Esta variação é explicada pela diminuição nas rubricas de Custo de Construção e Outros.

7.1.5. Despesas Operacionais

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa e inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram uma redução de 5,59% em relação a dezembro de 2019, passando de R\$ 141,95 milhões para R\$ 134 milhões em dezembro de 2020.

As principais variações foram: i) Provisão para contingências cíveis e trabalhistas, ingresso de processos classificados como perda provável e da revisão de premissas utilizadas no cálculo das contingências, excluindo-se o redutor aplicado nas fases iniciais; ii) reversão da provisão de perda sobre o valor recuperável no investidas do Complexo Eólico Povo Novo; e iii) aumento das provisões regulatórias relativa a compra de energia da COPEN.

LAJIDA / EBITDA

O EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

A variação positiva de 10,29% do EBITDA em dezembro de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se ao incremento da Receita Operacional Bruta em 6,55% e pela redução dos Custos e despesas Operacionais em 1,0%.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	1.294.882	1.238.443
(-) Custos e Despesas Operacionais.....	(674.073)	(676.095)
(-) Outras Despesas/Receitas Operacionais	26.501	21.687
= Resultado Operacional	647.310	584.035
(+) Depreciação/Amortização	34.928	34.543
EBTIDA	682.238	618.577
Margem EBTIDA	52,69%	49,95%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

7.2. Resultado Líquido

O Resultado Líquido do período foi de R\$ 278,9 milhões, reduziu 52,6% em relação a 2019, cujo Lucro Líquido totalizou R\$ 588,3 milhões, após reapresentações.

7.3. Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2020, o saldo da dívida da Empresa totalizou em R\$ 680,5 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

2020	Saldo da Dívida em 31/12/2020		
	Indexador	Saldo(R\$ mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		37.045	5,444%
Moeda Nacional- BNDES	TJLP	37.045	5,444%
Saldo Devedor da Dívida Externa		643.486	94,556%
Moeda Estrangeira - AFD	US\$	256.800	39,908%
Moeda Estrangeira - BID	US\$	386.686	60,092%
Saldo Devedor da Dívida		680.531	100,000%

7.4. Ingressos Extra-Operacionais

Em 2020, não houve liberação de recursos financeiros de instituições financeiras para a CEEE-GT.

8. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Grant Thornton Independentes S/S, na elaboração de suas demonstrações financeiras. A empresa foi homologada como vencedora do certame licitatório LIC6000002529 em 11.12.2020, cuja adjudicação do objeto foi publicada em Diário Oficial do Estado em 22.12.2020. O objeto da licitação trata da realização dos serviços de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício de 2020, do exercício de 2021 e seus trimestres.

Em 21.01.2021, o contrato CEEEGT/5000004861 foi assinado para execução dos serviços de auditoria relativos ao encerramento do exercício de 2020.

O contrato conta com o valor de R\$ 713.557,45, referente a 3.118 horas de trabalho, para a auditoria do exercício de 2020, tendo como prazo estimado para a execução do objeto a data de 31.05.2021. No escopo do contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras societárias, a empresa deverá realizar os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

Além dos serviços prestados à geradora e transmissora, a Auditoria Independente da Grant Thornton Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (valor de R\$ 573.958,33, e uma carga de 2.508 horas) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 61.789,78, e uma carga de 270 horas), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT representa 52,88% em relação aos honorários totais pagos pelo Grupo.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à Lei Nº 13.303/2016. Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Balanco Patrimonial
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	593.253	311.362	182.196	603.386	319.575	186.601
Investimentos em Títulos do Governo	11	121.188	119.140	102.734	121.188	119.140	102.734
Concessionárias e Permissionárias	6	149.302	110.390	101.333	151.070	111.883	101.551
Tributos a Recuperar	7	18.345	2.027	22.117	18.511	2.190	22.279
Estoques	8	16.583	20.356	27.509	16.583	20.356	27.509
Ativo de Concessão - Contratual	13	684.644	548.331	399.660	711.427	573.946	424.478
Pagamentos Antecipados	14	1.574	1.573	1.075	1.859	1.730	1.107
Investimentos Mantidos para Venda	16	-	-	445.567	-	-	445.567
Outros Créditos a Receber	9	110.902	102.773	96.842	108.294	86.853	85.110
		1.695.791	1.215.952	1.379.033	1.732.318	1.235.673	1.396.936
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Tributos a Recuperar	7	5	5	6	5	5	6
Aplicações Financeiras	5	7	7	9	7	7	9
Depósitos Judiciais	12	119.731	84.945	45.722	148.340	110.677	70.682
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.8	68.068	121.681	78.068	-	39.695	12.500
Ativo de Concessão - Contratual	13	1.952.779	2.041.588	2.057.437	2.278.143	2.376.757	2.400.863
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda		4.606	2.103	2.104	4.606	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber	9	1.343	3.902	4.011	1.343	87.388	105.752
Créditos com Partes Relacionadas	10	313.016	373.164	373.240	313.016	373.164	373.164
Investimentos	15	840.097	773.588	361.673	545.608	353.389	(90.217)
Imobilizado	16	511.446	525.965	542.917	511.505	658.355	677.480
Direito de Uso	16.1	14.714	13.845	-	14.714	13.845	-
Intangível	17	26.574	35.034	42.696	26.952	35.412	43.074
		3.852.386	3.975.827	3.507.883	3.844.239	4.050.797	3.595.417
TOTAL DO ATIVO		5.548.177	5.191.779	4.886.916	5.576.557	5.286.470	4.992.353
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	18	44.008	38.193	137.197	45.935	41.623	142.923
Obrigações Trabalhistas	19	38.999	43.912	35.761	39.020	43.918	35.773
Obrigações Fiscais	20	36.392	30.219	27.439	37.548	34.030	29.979
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	50.321	41.055	38.984	50.321	41.055	38.984
Arrendamentos a Pagar	21.7	7.232	3.706	-	7.232	3.706	-
Provisão para Benefícios a Empregados	22	147.802	133.029	137.355	147.802	133.029	137.355
Obrigações da Concessão	23	59.617	56.974	59.762	59.768	56.974	59.762
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	53.264	33.777	37.148	53.264	33.777	37.148
Outros Passivos	25	23.422	15.735	19.644	25.522	16.105	24.905
Dividendos Obrigatórios		2.762	106.561	140.806	2.762	106.561	140.806
Juros Sobre Capital Próprio	27.3.5	74.051	-	-	74.051	-	-
		537.870	503.161	634.096	543.225	510.778	647.635
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	630.209	532.199	548.359	630.209	532.199	548.359
Arrendamentos a Pagar	21.7	7.975	10.257	-	7.975	10.257	-
Provisão para Benefícios a Empregados	22	1.360.948	1.154.523	943.113	1.360.948	1.154.523	943.113
Obrigações Fiscais	20	-	-	-	5.798	5.881	6.528
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	276.907	202.667	149.818	277.918	207.781	152.539
Obrigações da Concessão	23	25.385	19.764	14.371	25.385	19.764	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	99.347	97.958	200.965	99.347	97.958	200.965
Outros Passivos	25	71.858	64.881	58.441	69.491	118.477	115.341
		2.472.629	2.082.249	1.915.067	2.477.071	2.146.840	1.981.216
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social	27.1	1.565.633	915.633	915.633	1.565.633	915.633	915.633
Reserva de Capital	27.4	-	650.000	-	-	650.000	-
Outros Resultados Abrangentes	27.2	(1.157.784)	(893.634)	(668.774)	(1.157.784)	(893.634)	(668.774)
Reserva Legal	27.3.1	67.091	53.146	31.176	67.091	53.146	31.176
Reserva Estatutária	29.3.4	-	-	62.354	-	-	62.354
Reserva de Retenção de Lucros	27.3.3	-	208.712	-	-	208.712	-
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído	27.3.2	1.641.080	945.932	841.576	1.641.080	945.932	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais	27.3.4	421.658	421.658	1.009.304	421.658	421.658	1.009.304
Lucros Acumulados		-	304.922	146.484	-	304.922	146.484
		2.537.678	2.606.369	2.337.753	2.537.678	2.606.369	2.337.753
Participação dos não controladores		-	-	-	18.583	22.483	25.749
		2.537.678	2.606.369	2.337.753	2.556.261	2.628.852	2.363.502
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.548.177	5.191.779	4.886.916	5.576.557	5.286.470	4.992.353

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	1.294.882	1.238.443	1.327.191	1.276.559
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(540.061)	(534.143)	(593.559)	(602.383)
Custo com Energia Elétrica	30	(152.216)	(105.817)	(152.216)	(105.817)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(93.227)	(49.433)	(93.227)	(49.433)
Encargo de Uso do Sistema		(58.989)	(56.384)	(58.989)	(56.384)
Custo de Operação	31	(387.845)	(428.326)	(441.343)	(496.566)
Pessoal e Administradores		(269.730)	(275.774)	(269.730)	(275.774)
Material		(3.916)	(6.508)	(5.561)	(6.508)
Serviço de Terceiros		(42.828)	(41.871)	(49.863)	(46.116)
Depreciação e Amortização		(16.615)	(20.085)	(16.615)	(20.085)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso		(6.901)	(3.389)	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção		(45.727)	(76.576)	(92.679)	(140.537)
Outros		(2.128)	(4.123)	6	(4.157)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		754.821	704.300	733.633	674.176
Despesas Operacionais		(134.012)	(141.952)	(312.003)	(145.008)
Despesas com Vendas	31	3.764	(1.306)	3.764	(1.306)
Despesas Gerais e Administrativas	31	(92.935)	(95.803)	(261.106)	(98.450)
Outras Despesas Operacionais	31	(44.841)	(44.843)	(54.661)	(45.252)
Outras Receitas	32	32.575	22.343	32.575	22.343
Outras Despesas	32	(6.074)	(656)	(6.074)	(656)
RESULTADO DO SERVIÇO		647.310	584.035	448.131	550.855
Resultado de Participações Societárias		(75.375)	44.249	119.936	76.295
Resultado Financeiro Líquido	33	(167.150)	(31.085)	(164.194)	(31.915)
Rendas de Aplicações Financeiras		11.162	15.512	11.222	15.637
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos		(148.933)	(9.509)	(148.933)	(9.509)
Encargos de Dívidas		(22.075)	(24.373)	(22.075)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos		(1.020)	(1.086)	(1.020)	(1.086)
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(6.284)	(11.629)	(3.388)	(12.584)
Resultado Operacional		404.785	597.199	403.873	595.235
RESULTADO ANTES DO IR E CS		404.785	597.199	403.873	595.235
Imposto de Renda Corrente	34	(80.240)	(84.245)	(81.392)	(84.535)
Imposto de Renda Diferido	34	(11.743)	90.810	(11.743)	90.810
Contribuição Social Corrente	34	(40.984)	(31.173)	(41.467)	(31.337)
Contribuição Social Diferida	34	7.078	15.744	7.078	15.744
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		278.896	588.335	276.349	585.917
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	28	29,33	60,77	29,06	60,52
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	28	29,33	60,77	29,06	60,52
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	278.896	588.335
Atribuído ao Acionista Não Controlador		-	-	(2.547)	(2.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		278.896	588.335	276.349	585.917
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(258.567)	(218.595)	(258.567)	(218.595)
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	11	(1.176)	20.541	(1.176)	20.541
Venda de Títulos do Governo	11	-	(673)	-	(673)
Perda Atuarial	27.2	(257.791)	(231.687)	(257.791)	(231.687)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	11	400	(6.776)	400	(6.776)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		20.329	369.740	17.782	367.322
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora				20.329	369.740
Atribuído ao Acionista Não Controlador				(2.547)	(2.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA								CONSOLIDADO		
	Reserva de Lucro								Total	Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados			
Saldos em 31/12/2018 - Divulgados	915.633	-	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	-	2.372.580	16.238	2.388.818
Ajuste Ofício CVM 04/2020								146.484	(181.311)	9.511	(25.316)
Saldos em 01/01/2019 - Reapresentado	915.633	-	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	146.484	(668.774)	25.749	2.363.502
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	588.335	-	(2.418)	585.917
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(848)	(848)
Outros resultados abrangentes											
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	19.868	-	19.868
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	(6.776)	-	(6.776)
Registro da Perda Atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	-	(231.686)	-	(231.686)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(218.594)	-	(218.594)
Ajuste de Avaliação Patrimonial											
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	9.496	(9.496)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	3.230	-	3.230
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	9.496	(6.266)	-	3.230
Destinação do Resultado:											
Constituição da Reserva Legal		-	-	21.970	-	-	-	(21.970)	-	-	-
Provisão para Dividendos		-	-	-	-	-	-	(104.355)	-	-	(104.355)
Constituição da Reserva de Capital		-	650.000	(587.646)	-	(62.354)	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	-	-	-	208.712	(208.712)	-	-	-
Constituição da Reserva Dividendos não distribuídos		-	-	-	104.356	-	-	(104.356)	-	-	-
Saldos em 31/12/2019		915.633	650.000	421.658	53.146	945.932	208.712	304.922	(893.634)	22.483	2.628.852
Aumento de Capital		650.000	(650.000)	-	-	-	-	-	-	(1.353)	(1.353)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	278.896	-	(2.547)	276.349
Ações em Tesouraria		-	-	-	(4.897)	-	-	-	-	(4.897)	(4.897)
Outros resultados abrangentes											
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	-	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	400	-	400
Registro da Perda Atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	-	(257.791)	-	(257.791)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(258.567)	-	(258.567)
Ajuste de Avaliação Patrimonial											
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	8.460	(8.460)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	2.877	-	2.877
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	8.460	(5.583)	-	2.877
Proventos Intercares											
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(74.051)	-	(74.051)	(74.051)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros de capital próprio		-	-	-	-	-	-	(12.949)	-	(12.949)	(12.949)
Total de Proventos Intercares		-	-	-	-	-	-	(87.000)	-	(87.000)	(87.000)
Destinação do Resultado:											
Constituição da Reserva Legal		-	-	13.945	-	-	-	(13.945)	-	-	-
Constituição da Reserva de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros		-	-	-	208.712	-	(208.712)	-	-	-	-
Constituição da Reserva Dividendos não distribuídos		-	-	-	491.333	-	-	(491.333)	-	-	-
Saldos em 31/12/2020		1.565.633	-	421.658	67.091	1.641.080	-	-	(1.157.784)	18.583	2.556.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado		Reapresentado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	278.896	588.335	276.349	585.917
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos	149.002	20.610	149.002	20.610
Encargos de Dívidas Provisionados	22.768	25.459	22.768	25.459
Depreciação e Amort de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	34.928	34.543	34.928	34.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.375	(44.249)	(119.936)	(76.295)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	93.727	49.478	89.624	51.871
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd de Liquidação Duvidosa	56	(733)	56	(733)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.665	(106.554)	4.665	(106.554)
Resultado na alienação de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	551	193	551	193
(Reversão) Constituição de impairment de ativos	(124.501)	-	8.245	48.854
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(3.224)	4.135	(3.224)	4.135
Varição líquida do Ativo Financeiro e Contratual	2.404	(56.284)	(3.340)	(59.466)
IRPJ / CSLL pagos	(115.981)	(117.593)	(119.130)	(109.345)
Outros	433	2.339	75	1.846
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	419.099	399.679	340.633	421.035
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	52.837	50.760	155.416	70.954
Concessionárias e Permissonárias	(38.968)	(8.324)	(39.243)	(9.599)
Tributos a Recuperar	(16.318)	20.091	(16.321)	20.090
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	2	-	2
Estoques	3.773	7.153	3.773	7.153
Dividendos Recebidos	91.243	50.261	91.243	50.261
Pagamentos Antecipados	(1)	(498)	(129)	(623)
Créditos com partes relacionadas	60.148	76	60.148	-
Depósitos Judiciais	(34.786)	(39.223)	(37.663)	(39.995)
Ativo Contratual	(4.181)	20	31.507	20
Bens e Direitos Destinados à Alienação	(2.503)	1	(2.503)	1
Outros Créditos a Receber	(5.570)	21.201	64.604	43.644
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(34.902)	(157.051)	(90.061)	(175.172)
Fornecedores	5.815	(99.004)	4.312	(101.300)
Obrigações Trabalhistas	(4.913)	8.151	(4.898)	8.145
Obrigações Fiscais	109.205	120.373	109.616	112.749
Provisão para Benefícios a Empregados	(36.592)	(24.072)	(36.592)	(24.072)
Obrigações da Concessão	8.264	2.605	8.415	2.605
Pagamento de Encargos de Dívidas	(22.022)	(24.623)	(22.022)	(24.623)
Dividendos Obrigatórios	(109.323)	(143.012)	(109.323)	(143.012)
Outros Passivos	14.664	2.531	(39.569)	(5.664)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	437.034	293.388	405.988	316.817
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(105.997)	(125.417)	(73.031)	(145.038)
(Aumento) redução de Investimentos	(108.299)	1.505	(40.049)	1.505
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(4.765)	(5.217)	(4.824)	(3.044)
Aquisição de Ativo Intangível	(819)	(1.516)	(819)	(1.516)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	53.613	(43.613)	39.695	(27.195)
Aumento Ativo Contratual	(45.727)	(76.576)	(67.034)	(114.788)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	(49.146)	(38.805)	(49.146)	(38.805)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Pagamentos de arrendamentos	(6.459)	(3.272)	(6.459)	(3.272)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(42.687)	(35.533)	(42.687)	(35.533)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.891	129.166	283.811	132.974
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	311.362	182.196	319.575	186.601
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	593.253	311.362	603.386	319.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
 (Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
			Reapresentado		Reapresentado
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	29	1.587.677	1.490.056	1.621.240	1.534.218
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	31	3.764	(1.306)	(13.657)	(1.306)
Outras Receitas e Despesas		26.501	23.046	26.501	23.046
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(260.594)	(226.639)	(476.013)	(301.910)
Material	31	(3.916)	(6.508)	(5.561)	(6.515)
Serviços de Terceiros	31	(42.828)	(41.871)	(51.211)	(47.503)
Custo de Energia Comprada	31	(152.216)	(105.817)	(152.216)	(105.817)
Outros Custos Operacionais	31	(2.135)	(2.259)	(2.135)	(2.259)
Custo de Construção	31	(45.727)	(76.576)	(92.679)	(108.527)
Outras Despesas Operacionais	31	(13.772)	6.392	(172.211)	(31.289)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.357.348	1.285.157	1.158.071	1.254.048
(-) Depreciação e Amortização	31	(26.671)	(30.097)	(26.671)	(30.097)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	31	(6.901)	(3.389)	(6.901)	(3.389)
(-) Provisões	31	(46.601)	(62.928)	(44.450)	(62.928)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.277.175	1.188.743	1.080.049	1.157.634
(+) Resultado de Participações Societárias		(75.375)	44.249	119.896	76.295
(+) Receitas Financeiras	33	155.965	158.129	159.345	158.253
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.357.765	1.391.121	1.359.291	1.392.182
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		298.709	308.111	299.376	309.091
Remuneração Direta		157.755	156.039	158.409	157.008
Benefícios		21.287	24.864	21.300	24.875
Plano de Benefícios Previdenciais		96.903	103.779	96.903	103.779
Compromissos Previdenciais		10.251	10.453	10.251	10.453
F.G.T.S.		12.513	12.976	12.513	12.976
Impostos, Taxas e Contribuições		456.909	303.354	459.891	304.899
Federais		454.223	297.050	457.205	298.595
Estaduais		128	838	128	838
Municipais		2.558	5.466	2.558	5.466
Remuneração de Capitais de Terceiros		323.251	191.322	323.675	192.276
Despesas de Locações	31	136	2.108	136	2.108
Despesas Financeiras	33	323.115	189.214	323.539	190.168
Remuneração de Capitais Próprios		278.896	588.335	276.349	585.917
Lucro Líquido do Período		278.896	588.335	276.349	585.917
TOTAL		1.357.765	1.391.122	1.359.291	1.392.183

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) –, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de economia mista sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 66,06% do seu capital total. A CEEE-GT foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; prestar serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; explorar sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB). Em janeiro de 2014, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A. e Zhejiang United Engineering CO Ltda transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014, foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$ 25.000; durante o exercício de 2015, o montante de R\$ 9.947; no exercício de 2016, o valor de R\$ 176.710; em 2018, o montante de R\$ 86.020; e, em 2020, R\$ 60.459. Essas somas totalizaram R\$ 377.429, que foram integralizados pela CEEE-GT na (TESB). A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 94,22%.

No segmento de geração, a CEEE-GT exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPes) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99% e o capital social integralizado, de R\$ 151.118.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro. Essa legislação possibilitou a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencessem até 2017 seriam comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobririam somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição. Em atendimento à legislação, em 04 de dezembro de 2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei nº 12.783/2013, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, por outro lado, 12 de 14 das demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia no regime de cotas. Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nessas condições. O vencimento da atual concessão é indefinido.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259, de 21/07/1999, tem registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG).

Em 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, foi definido que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas.

O Decreto n. 10.135, de 28 de novembro de 2019, alterou a redação do Decreto 9.271/2018, que regulamenta os Art. 26, 27, 28 e 30 da Lei nº 9.074/1995. Ele permite a outorga de novo contrato de concessão para aquelas concessionárias públicas de geração que passarão por processo de desestatização. Além de obter uma nova concessão de 30 anos, as empresas desestatizadas poderão migrar seus contratos para o regime de produção independente e negociar a energia no mercado livre (procedimento de “descotização”).

Para fazer parte do processo, o novo Decreto diz que é preciso que a outorga em vigor da concessionária pública tenha prazo de vencimento acima de 3 anos e 6 meses, e a licitação seja concluída em até, no máximo, 18 meses antes do fim do prazo de sua validade. Ainda, são permitidas exceções para os casos em que o prazo remanescente da outorga seja inferior a 42 meses e possa haver interesse na desestatização. Nesses casos, estados e municípios teriam que formalizar requerimento de adesão ao novo modelo em até 90 dias após a publicação do Decreto. Já o processo de privatização deve estar concluído em até seis meses antes do término do contrato ou da outorga.

Essas alterações possibilitariam que o poder público (de estados e municípios) tenha prazo suficiente para realizar as privatizações. Além disso, as mudanças permitem também que o Poder Concedente (União) tenha o prazo necessário para realizar uma nova licitação se a empresa não optar pela desestatização.

O Decreto publicado define os novos pilares traçados pelo Poder Concedente, visando a modernização do setor elétrico ao incentivar a migração das usinas hidrelétricas do regime de serviço público para o regime de produção independente de energia. Assim, as usinas irão comercializar a energia elétrica livremente no mercado regulado ou no mercado livre. Em contrapartida, a empresa passa a assumir os riscos dessa operação, tais como o risco hidrológico, cabendo a ela adotar a melhor estratégia de comercialização.

Alinhado com a intenção positivada no Decreto, em janeiro de 2020, o acionista controlador da CEEE-GT formalizou pedido de renovação da concessão da UHE Itaúba, desde já comunicando que se encontra em curso processo de desestatização. O valor da outorga calculado pelo MME foi de R\$ 1.395.760.

1.1.2. Barragem Laranjeiras – Três Coroas - RS

A barragem das Laranjeiras fica na divisa dos municípios de Canela e Três Coroas. Foi construída pelo governo federal nos anos 60 e depois cedida ao governo estadual, mas nunca chegou a entrar em operação e não há registro de realização de manutenção. Em 25 de setembro as secretarias do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente e Infraestrutura emitiram termo declaratório que reconhece a posse da barragem de Laranjeiras em favor da CEEE-GT. Atualmente, não há planejamento para tornar a barragem operacional, ainda que a CEEE-GT trabalhe para retomar as condições de segurança nessa estrutura.

1.1.3. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.31. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O contrato de concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em, 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$ 661.086, a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000 e relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

No que tange às instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autoriza o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (RAP), nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da

receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.3.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

1.2. Desestatização

Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR), da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tem o objetivo de ampliar receitas e é condicionante para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma, foi autorizada a alienação ou a transferência da participação societária e dos seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e nas suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES está coordenando o projeto, que compreendem estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização.

Em 31 de março de 2020, a Administração publicou Fato Relevante, informando a acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT. A expectativa é de que os leilões de desestatização dos negócios de geração e transmissão sejam realizados no em 2021.

1.2.1 – Cisão da CEEE GT

Em continuidade ao processo de desestatização, como medida preparatória à alienação, faz-se necessário a Cisão Parcial da CEEE-GT com incorporação da parcela cindenda inerente à atividade de Geração por uma nova sociedade, para prosseguimento da reorganização societária e efetiva conclusão do processo de desestatização das Companhias.

Neste contexto, foi criada em outubro de 2020 a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), CNPJ 39.881.421/0001-04, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-G irá operar o contrato de concessão de geração de energia elétrica nº 025/2000, incorporando a parcela cindenda da CEEE-GT inerente à atividade de Geração.

Preliminarmente, o relatório de proposição do modelo de cisão da CEEE-GT foi produzido pelo BNDES e Consórcio Minuano Energia, teve como objetivo fundamental, do ponto de vista econômico-financeiro e estratégico, a alocação dos acervos patrimoniais para constituir as parcelas cindida (Transmissão) e cindenda (CEEE-G), empresas resultantes da Cisão Parcial da CEEE-GT.

A Cisão Parcial justifica-se, pois permitirá a efetiva segregação das atividades de Transmissão das atividades de Geração, o que representará, para as companhias, diminuição de custos administrativos e operacionais, bem como uma estrutura de capital adequada para as atividades de Geração, que serão vertidas para a Incorporadora e a manutenção de uma estrutura de capital aderente para as atividades de Transmissão, que ficam na parcela cindida.

Adicionalmente, tendo em vista que a CEEE-GT está em um processo de desestatização por meio do qual a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, acionista controlador da Companhia e, por consequência, da Incorporadora, deve alienar a totalidade de sua participação acionária na Companhia e na Incorporadora, a Cisão Parcial com Incorporação também se justifica para fins de maximização do valor de mercado da Companhia e da Incorporadora.

A Cisão Parcial com Incorporação será realizada em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação da Companhia, celebrado em 28 de janeiro de 2021. A data-base das informações contábeis consideradas foi 30 de junho de 2020, considerando as informações contábeis auditadas da Companhia segregadas por Unidades de Negócio (Geração e Transmissão), em conformidade NBC TG 22 (R2).

Em 18 de fevereiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) (“Incorporadora” e “Cisão Parcial”).

A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”). Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á a fim de deliberar acerca da confirmação da verificação da Condição Suspensiva e da eficácia da Cisão Parcial com Incorporação.

1.3. Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

1.3.1. Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Desde então, no Brasil, o Governo Federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como para mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o Estado de Calamidade Pública.

Os governos estaduais e municipais também publicaram suas normatizações para combater a pandemia. Dentre elas estavam ações para restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A partir de 13 de março de 2020 a CEEE-GT adotou medidas que contribuíram com os esforços governamentais para prevenir e mitigar os efeitos no local de trabalho, dentre essas medidas, estão:

- criação de comissão para avaliar e acompanhar a situação no âmbito da empresa, propondo medidas de prevenção e contenção relacionadas ao COVID-19;
- adoção do tele trabalho para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio;
- orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o andamento normal dos trabalhos de manutenção, permitindo a adequada operação na geração e transmissão de energia elétrica, em especial àqueles responsáveis pela segurança e saúde da população;
- reforços de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à COVID - 19;
- acompanhamento dos empregados com suspeita ou confirmação de contágio por COVID-19, promovendo orientações aos mesmos e às suas chefias;
- prestação de atendimento psicológico na modalidade on-line;
- aquisição de máscaras para todos os empregados e medição de temperatura corporal de todos que acessam as dependências da sede corporativa;
- participação nos fóruns nacionais com troca de experiências sobre o gerenciamento da situação no âmbito do setor elétrico brasileiro e internacional.

Medidas de assistência governamental

Diante deste cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes:

- postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente;
- referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento parcelado em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como por exemplo: DCTF, EFD, ECD e ECF;
- isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias;

A maior parte dessas medidas apuradas até a emissão destas demonstrações contábeis possuíam caráter temporário, servindo para minimizar os reflexos negativos da pandemia.

Impacto nas demonstrações financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a CEEE-GT vem acompanhando as repercussões do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no seu desempenho econômico, sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando às mesmas):

- **Reconhecimento de receita:**

A Companhia vem avaliando os impactos das diversas medidas para conter a disseminação de contágios do COVID-19 sobre o reconhecimento das suas receitas com o Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e com o suprimento de energia elétrica. No período dessas demonstrações contábeis não foram identificados impactos significativos na receita operacional bruta que ensejassem qualquer modificação nas políticas de reconhecimento de receita.

- **Provisão de perda esperada:**

A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, sendo que não foram observadas variações significativas no nível de inadimplência do seu contas a receber na posição de 31 de dezembro de 2020 que indicassem qualquer registro complementar de perda estimada além das já reconhecidas nessas demonstrações contábeis.

- **Postergação dos tributos, contribuições federais e outros encargos:**

A Companhia utilizou da prerrogativa de postergação do recolhimento dos tributos e contribuições federais e prorrogou para agosto, outubro e novembro o pagamento de R\$ 29,5 milhões dos tributos PIS e COFINS relativos às competências de março, abril e maio de 2020, respectivamente.

- Referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Companhia manteve o pagamento em suas respectivas datas de vencimentos ordinárias, o que perfazia o montante de R\$ 3,1 milhões, não optando pela opção de parcelamento.
- A redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 provocou uma economia na apuração destes encargos na ordem de R\$ 462 mil reais.

- **Valor realizável de estoques:**

Não são esperadas provisões de perdas sobre os saldos dos estoques de investimento e de O&M (Operação e Manutenção) além das perdas registradas pelos inventários periódicos.

- **Custos fixos do processo produtivo:**

Não existem custos fixos represados atinentes aos processos operacionais da Companhia que não estejam registrados na demonstração do resultado do período destas demonstrações contábeis.

- **Recuperabilidade de ativos:**

A Companhia avalia os possíveis impactos das ações para o combate da disseminação à COVID-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos financeiros e contratuais, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda de valor recuperável sobre os ativos. Para estas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas ou registrar qualquer perda adicional.

- **Empréstimos e financiamentos:**

A Companhia não deixou de adimplir com suas parcelas de empréstimos e financiamentos vencidas no período destas demonstrações contábeis. Os reflexos provocados pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial do período, representando uma elevação da despesa com variação cambial no montante de R\$ 126 milhões no acumulado do exercício de 2020 ante ao exercício anterior.

- **Investimentos:**

A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas linhas de transmissão, subestações e usinas de geração. Além disso, não foram observados, até o momento, qualquer risco de quebra contratual por parte dos fornecedores no que diz respeito ao fornecimento de materiais e prestação de serviços que possa comprometer os investimentos da Companhia.

- **Arrendamentos:**

Conforme disposições da Deliberação CVM Nº 859, de 07 de julho de 2020, a Companhia avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus contratos de arrendamento mercantil. Como resultado disso, não foram encontradas modificações de contratos que levassem à manutenção dos pagamentos ou prazos previstos nos fluxos de caixa para mensuração das rubricas de ativos de direito de uso ou de arrendamentos a pagar.

A CEEE-GT continua acompanhando as informações relacionadas à COVID-19 e monitorando constantemente as variáveis macroeconômicas e regulatórias, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos nos informes da Companhia, sendo que, até a data de publicação desta demonstração contábil, não foram encontrados impactos que mereçam divulgação.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo. O objetivo é produzir alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios, visando à manutenção e à preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Essas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras – e somente elas –, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos – as orientações e as interpretações técnicas –, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Isso porque as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações financeiras. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) –, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Em 19 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia concluiu a presente demonstração financeira, submetendo-a as análises do Comitê de Auditoria Estatutário.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 08 de abril de 2021.

3.1.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.3. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído –, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou

quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil, a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio. Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente *softwares* e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e das suas controladas: Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB), Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2020	31/12/2019
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESP	94,22%	92,63%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada consolidada integralmente está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado. Aparecem, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias, observando as diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.10. Ativo Contratual da Concessão

Com base na análise dos Contratos de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão e os novos investimentos nas usinas de geração que operam pelo regime de cotas.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão recebidos através da Receita Anual Permitida de Transmissão ou Receita Anual de Geração – RAG e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acréscimos de atualização.

Ao longo da implantação, a Companhia reconhece um Ativo Contratual, em contrapartida de receita de construção e melhorias, à medida que vão sendo satisfeitas as obrigações de performance de construção e melhoria de infraestrutura, até o limite dos custos praticados na condição em que estes possam ser recuperados.

A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

A amortização do Ativo Contratual é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Contratual é calculada com base na taxa interna de retorno - TIR, através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

4.11. Investimentos

4.11.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4.11.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.11.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

4.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.13. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.14. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

4.14.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.14.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.15. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. A Administração adotou os comandos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos em suas demonstrações contábeis findadas em 31 de dezembro de 2019.

4.16. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras.

4.17. Valor Justo

I. Ativo Contratual: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Ativo Intangível da Concessão: representa o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, a parcela da infraestrutura já existente correspondente ao ativo intangível foi mensurada pelo seu valor justo (Valor Novo de Reposição – VNR reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória da Companhia). Após a renovação do contrato de concessão, o intangível com origem nos serviços de construção e melhorias é registrado ao custo de aquisição ou construção. O intangível da concessão está apresentado reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.

III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.18. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.19. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.20. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.21. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.22. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.23. Reconhecimento da Receita

4.23.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.23.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE e RBNI) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE-GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

4.23.2.1. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.23.2.2. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

4.24. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.25. Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

4.26. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 38.

4.27. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo. A Companhia, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

4.28 Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA.

4.29. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

4.30. Reapresentação dos saldos comparativos

A CEEE-GT, em conexão com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes retrospectivos na mensuração dos seus: (i) ativos de transmissão - Rede Básica de Sistemas Existentes (RBSE), até então classificados como ativos financeiros, passando a tratá-los como ativos de contrato nos termos do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes; e (ii) alteração da taxa de remuneração dos seus demais ativos de transmissão considerando os novos critérios estabelecidos na orientação emitida pela CVM. Adicionalmente a Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê NBC TA 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2018 Divulgado	Ajuste	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2018 Divulgado	Ajuste	01/01/2019 Reapresentado
			-			-
ATIVO	4.978.373	(91.457)	4.886.916	5.074.299	(81.946)	4.992.353
Ativo Circulante	1.379.376	(343)	1.379.033	1.373.060	23.876	1.396.936
Ativo de Concessão - Contratual	116.890	282.770	a 399.660	117.489	306.989	a 424.478
Ativo de Concessão - Financeiro	282.770	(282.770)	b -	282.770	(282.770)	b -
Outros créditos a receber	97.185	(343)	96.842	85.453	(343)	85.110
Outras contas do ativo circulante	882.531		882.531	887.348		887.348
Ativo Não Circulante	3.598.997	(91.114)	3.507.883	3.701.239	(105.822)	3.595.417
Ativo de Concessão - Contratual	772.424	1.285.013	a 2.057.437	1.040.993	1.359.870	a 2.400.863
Ativo de Concessão - Financeiro	1.412.735	(1.412.735)	b -	1.412.735	(1.412.735)	b -
Investimentos	325.065	36.608	e 361.673	(37.260)	(52.957)	(90.217)
Outras contas do ativo não circulante	1.088.773		1.088.773	1.284.771		1.284.771
PASSIVO	4.978.373	(91.457)	4.886.916	5.074.299	(81.946)	4.992.353
Passivo Circulante	634.096	-	634.096	647.636	-	647.636
Passivo Não Circulante	1.971.697	(56.630)	1.915.067	2.037.845	(56.630)	1.981.215
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	257.595	(56.630)	c 200.965	257.595	(56.630)	c 200.965
Outras contas do passivo não circulante	1.714.102		1.714.102	1.780.250		1.780.250
Patrimônio Líquido	2.372.580	(34.827)	2.337.753	2.388.818	(25.316)	2.363.502
Outros Resultados Abrangentes	(487.463)	(181.311)	(668.774)	(487.463)	(181.311)	(668.774)
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	146.484	146.484	-	146.484	146.484
Participação Não Controladores				16.238	9.511	25.749
Provisão para perda em investimentos	-		-			
Outras contas do patrimônio líquido	2.860.043	-	2.860.043	2.860.043		2.860.043

BALANÇO PATRIMONIAL	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
ATIVO	5.046.387	145.392	5.191.779	5.132.963	153.507	5.286.470
Ativo Circulante	1.082.632	133.320	1.215.952	1.079.831	155.842	1.235.673
Ativo de Concessão - Contratual	122.677	425.654	a 548.331	125.770	448.176	a 573.946
Ativo de Concessão - Financeiro	319.357	(319.357)	b -	319.357	(319.357)	b -
Outros créditos a receber	75.750	27.023	j 102.773	59.830	27.023	j 86.853
Outras contas do ativo circulante	564.848		564.848	634.704		634.704
Ativo Não Circulante	3.963.755	12.072	3.975.827	4.053.132	(2.335)	4.050.797
Ativo de Concessão - Contratual	824.892	1.216.696	a 2.041.588	1.090.951	1.285.806	a 2.376.757
Ativo de Concessão - Financeiro	1.254.969	(1.254.969)	b -	1.254.969	(1.254.969)	b -
Depósitos Judiciais	45.545	39.400	d 84.945	71.277	39.400	d 110.677
Investimentos	762.643	10.945	e 773.588	425.961	(72.572)	e 353.389
Outras contas do ativo não circulante	1.075.706	-	1.075.706	1.209.974	-	1.209.974
PASSIVO	5.046.387	145.392	5.191.779	5.132.963	153.507	5.286.470
Passivo Circulante	503.161	-	503.161	510.778	-	510.778
Passivo Não Circulante	2.110.486	(28.237)	2.082.249	2.175.077	(28.237)	2.146.840
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	163.267	39.400	d 202.667	165.988	39.400	205.388
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.595	(67.637)	c 97.958	165.595	(67.637)	c 97.958
Patrimônio Líquido	2.432.740	173.629	2.606.369	2.447.108	181.744	2.628.852
Outros Resultados Abrangentes	(762.341)	(131.293)	a e c (893.634)	(762.341)	(131.293)	a e c (893.634)
Lucros e Prejuízos Acumulados	-	304.922	304.922	-	304.922	304.922
Participação Não Controladores				14.368	8.115	22.483
Outras contas do patrimônio líquido	3.195.081	-	3.195.081	3.195.081		3.195.081

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Divulgado	Ajuste	31/12/2019 Reapresentado
Receita Operacional	1.295.784	194.272	1.490.056	1.339.946	188.994	1.528.940
Disponibilização do Sistema de Transmissão	875.696	-	875.696	877.317	4.640	881.957
Amortização Ativo Contratual	(413.372)	(9.006)	(422.377)	(413.372)	(9.006)	(422.378)
Remuneração do Ativo Contratual	275.384	203.278	478.662	302.525	193.495	496.020
Receita de Construção	75.576	-	75.576	91.818	(135)	91.683
Deduções da Receita Operacional	(251.613)	-	(251.613)	252.381	-	252.381
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.044.171	194.272	1.238.443	1.087.565	188.994	1.276.559
Custo com Energia Elétrica	(105.817)	-	(105.817)	(105.817)	-	(105.817)
Custo de Operação	(428.326)	-	(428.326)	(494.400)	(2.166)	(496.566)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	510.028	194.272	704.300	487.348	186.828	674.176
Despesas operacionais	(143.312)	1.360	(141.952)	(146.368)	1.360	(145.008)
Outras receitas e despesas Operacionais	20.214	1.473	21.687	20.214	1.473	21.687
RESULTADO DO SERVIÇO	386.930	197.105	584.035	361.194	188.188	550.855
Resultado de Participações Societárias	44.249	-	44.249	69.400	6.895	76.295
Resultado financeiro, líquido	(31.085)	-	(31.085)	(31.915)	-	(31.915)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	400.094	197.105	597.199	398.679	195.083	595.235
Tributos	(8.864)	-	(8.864)	(9.318)	-	(9.318)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	391.230	197.105	588.335	389.361	195.083	585.917

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes da reclassificação 31/12/2019	Reclassificação	Reapresentação após efeitos 31/12/2019	Apresentação antes da reclassificação 31/12/2019	Reclassificação	Reapresentação após efeitos 31/12/2019
RECEITAS	1.295.784	197.104	1.492.888	1.339.946	197.104	1.537.050
Receita Operacional Bruta	1.295.784	194.272	1.490.056	1.339.946	194.272	1.534.218
Outras receitas	20.214	2.832	23.046	20.214	2.832	23.046
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(226.639)		(226.639)	(294.466)	(7.444)	(301.910)
Outras despesas operacionais	5.152	-	5.152	(23.845)	(7.444)	(31.289)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	1.088.053	197.104	1.285.157	1.064.388	189.660	1.254.048
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	991.639	197.104	1.188.743	967.974	189.660	1.157.634
(+) Resultado de Participações Societárias	44.249	-	44.249	69.399	6.896	76.295
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.194.017	197.104	1.391.121	1.195.628	196.556	1.392.182
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	391.230	197.104	588.335	389.361	196.556	585.917
Lucro (Prejuízo) do Período	391.230	197.104	588.335	389.361	196.556	585.917

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	391.230	197.105	588.335	389.361	196.556	585.917
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa						
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	20.610	-	20.610	20.610	-	20.610
Encargos de Dívidas Provisionados	24.270	1.189 k	25.459	24.270	1.189 k	25.459
Receitas de Juros com Partes Relacionadas	(21.662)	21.662 k	-	(21.662)	21.662 k	-
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	(31.154)	65.697 k	34.543	(31.154)	65.697 k	34.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	(44.500)	251 a / e	(44.249)	(69.651)	(6.644) a / e	(76.295)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	110.836	(61.358) k	49.478	110.836	(58.965) k	51.871
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd. de Liquidação Duvidosa	1.306	(2.039) k	(733)	1.306	(2.039) k	(733)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(92.000)	(14.554) k	(106.554)	(92.000)	(14.554) k	(106.554)
Resultado na alienação de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	(193)	386 k	193	(193)	386 k	193
(Reversão) Constituição de impairment de ativos	-	- k	-	-	48.854 k	48.854
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	(8.950)	13.085 k	4.135	(8.950)	13.085 k	4.135
Varição Líquida do Ativo Financeiro e Contratual	(121.179)	64.895 k	(56.284)	(121.179)	61.713 k	(59.466)
IRPJ e CSLL pagos	-	(117.593) k	(117.593)	-	(109.345) k	(109.345)
Outros	-	2.339 k	2.339	850	996 k	1.846
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	228.614		399.679	202.444		421.035
Varições no Ativo Circulante e Não Circulante	(1.593)		50.760	(3.808)		70.954
Concessionárias e Permissionárias	(10.363)	2.039 k	(8.324)	(11.638)	2.039 k	(9.599)
Tributos a Recuperar	(20.091)	40.182 k	20.091	(20.092)	40.182 k	20.090
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	2 k	2	-	2 k	2
Estoques	(7.153)	14.306 k	7.153	(7.153)	14.306 k	7.153
Dividendos Recebidos	49.807	454 j	50.261	49.807	454 j	50.261
Investimentos em Títulos do Governo	(7.456)	7.456 k	-	(7.456)	7.456 k	-
Pagamentos Antecipados	(498)	- k	(498)	(659)	36 k	(623)
Creditos com partes Relacionadas	-	76 k	76	-	- k	-
Depósitos Judiciais	177	(39.400) k	(39.223)	(595)	(39.400) k	(39.995)
Ativo Financeiro	(32.250)	32.250 k	-	(32.250)	32.250 k	-
Direito de Uso	13.845	(13.845) k	-	13.845	(13.845) k	-
Ativo Contratual	58.255	(58.255) k	20	58.255	(58.255) k	20
Bens e Direitos Destinados à Alienação	1	- k	1	1	- k	1
Outros Créditos a Receber	(45.867)	67.068 k	21.201	(45.873)	89.517 k	43.644
Varições no Passivo Circulante e Não Circulante	(28.125)		(157.051)	(29.547)		(175.172)
Fornecedores	(99.004)	-	(99.004)	(99.359)	(1.941) k	(101.300)
Obrigações Trabalhistas	8.151	-	8.151	8.151	(6) k	8.145
Obrigações Estimadas	-	-	-	83	(83) k	-
Obrigações Fiscais	2.780	117.593 k	120.373	2.570	110.179 k	112.749
Provisão para Benefícios a Empregados	106.327	(130.399) k	(24.072)	106.327	(130.399) k	(24.072)
Obrigações da Concessão	(2.605)	5.210 k	2.605	(2.605)	5.210 k	2.605
Pagamento de Encargos de Dívidas	(23.436)	(1.187) k	(24.623)	(23.436)	(1.187) k	(24.623)
Créditos com Partes Relacionadas	21.738	(21.738) k	-	21.738	(21.738) k	-
Dividendos Obrigatórios	(34.245)	(108.767) k	(143.012)	(34.245)	(108.767) k	(143.012)
Outros Passivos	(7.830)	10.361 k	2.531	(8.770)	3.106 k	(5.664)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	198.897		293.388	169.090		316.817
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(34.198)		(125.417)	(19.615)		(145.038)
Aumento de Investimentos	2.682	(1.177) k	1.505	2.682	(1.177) k	1.505
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	5.217	(10.434) k	(5.217)	5.890	(8.934) k	(3.044)
Aquisição de Ativo Intangível	1.516	(3.032) k	(1.516)	1.516	(3.032) k	(1.516)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(43.613)	- k	(43.613)	(29.703)	2.508 k	(27.195)
Aumento Ativo Contratual	-	(76.576) k	(76.576)	-	(114.788) k	(114.788)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	(35.533)		(38.805)	(16.501)		(38.805)
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(35.533)	-	(35.533)	(35.533)	-	(35.533)
Pagamento de Arrendamentos	-	(3.272) k	(3.272)	-	(3.272) k	(3.272)
Partes Relacionadas	-	-	-	19.032	(19.032) k	-
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	129.166		129.166	132.974		132.974
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	182.196		182.196	186.601		186.601
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	311.362		311.362	319.575		319.575

- Ativo Contratual - Esta reapresentação refere-se à remensuração dos ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM.
- Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE) - Esta reapresentação refere-se a ajuste de classificação e mensuração dos seus ativos de transmissão – RBSE, até então classificados como ativos financeiros.
- Imposto de Renda e Contribuição Social - Esta reapresentação refere-se ao ajuste sobre a parcela anteriormente reconhecida em Outros Resultados Abrangentes relativa ao Ativo Financeiro.
- Esta reapresentação refere-se aos ajustes nos depósitos judiciais anteriormente eram apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das provisões para contingências no passivo não circulante.
- Esta reapresentação refere-se aos ajustes de equivalência patrimonial nas investidas.
- Refere-se a receita de remensuração do Ativo Contratual nas investidas.

- g) Refere-se ao ajuste efetuado na Receita de Construção nas investidas.
- h) Refere-se ao ajuste efetuado ao Custo de Construção da Controlada TESB.
- i) Refere-se a ajuste no reconhecimento de equivalência patrimonial.
- j) Refere-se a diferença de dividendos não apropriados em 2019 e ajustes de exercícios anteriores.

4.31. Novas normas e interpretações

4.31.1. Normas Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinações de negócios;
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro;
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros;
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material.

Aprovadas as revisões dos pronunciamentos técnicos, através da Deliberação CVM nº 854, avaliados pela Companhia, os pronunciamentos em questão, não apresentam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.31.2. Normas Revisadas e não vigentes

- CPC 11 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante).

A Companhia está analisando os impactos dos pronunciamentos referenciados acima, com exceção, do pronunciamento IFRS 17 – Contrato de Seguros, cuja norma ainda não foi emitida no Brasil.

Em relação aos normativos que restam em discussão no IASB, com vigência futura, a Companhia segue acompanhando as discussões e, além disso, não verifica possibilidades de impactos significativos.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Explicativa				
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	14.769	1.635	15.478	2.517
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	578.484	309.727	587.908	317.058
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		593.253	311.362	603.386	319.575
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		7	7	7	7
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		7	7	7	7

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$ 14.769 (R\$ 1.635, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$ 578.484 (R\$ 309.727, em 31 de dezembro de 2019) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL), instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia	22.266	21.278	22.266	21.278
Encargos de uso da Rede	120.910	85.380	122.678	86.873
Energia de Curto Prazo - CCEE	9.839	7.310	9.839	7.310
Títulos de Crédito a Rebeber	395	474	395	474
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.108)	(4.052)	(4.108)	(4.052)
	<u>149.302</u>	<u>110.390</u>	<u>151.070</u>	<u>111.883</u>

6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$ 4.108 (R\$ 4.052 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	31/12/2019	ADIÇÕES	EXCLUSÕES
Suprimento de Energia	11	-	-
Encargos de uso da Rede	4.041	1.305	(1.249)
	<u>4.052</u>	<u>1.305</u>	<u>(1.249)</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	235	281	239	281
INSS a Compensar	182	211	182	211
IRPJ e CSLL a Compensar	16.717	637	16.717	637
IRPJ e CSLL Base Negativa	1.211	898	1.373	1.061
	<u>18.345</u>	<u>2.027</u>	<u>18.511</u>	<u>2.190</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	1	2	1
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	2	3	2	3
	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>5</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de Operação	16.583	20.356	16.583	20.356
	<u>16.583</u>	<u>20.356</u>	<u>16.583</u>	<u>20.356</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	14.804	12.251	14.804	12.251
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		5.713	7.707	5.713	7.707
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		8.262	12.709	8.262	12.709
Cedência de Funcionários	36	566	481	566	481
Conta Gráfica CEEE-PAR	9.4/36	279	-	279	-
Dividendos a Receber.....	9.2	33.915	34.101	33.915	34.101
Custos a Reembolsar.....	9.3	24.317	28.689	21.309	12.357
Alienação de Bens e Serviços.....		1.903	455	1.903	455
Outros Devedores		21.139	6.380	21.539	6.792
		<u>110.902</u>	<u>102.773</u>	<u>108.294</u>	<u>86.853</u>
NÃO CIRCULANTE					
Outros		1.343	3.902	1.343	87.388
		<u>1.343</u>	<u>3.902</u>	<u>1.343</u>	<u>87.388</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R\$ 14.804 (R\$ 12.251, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL. (vide nota explicativa 23.1).

9.2. Dividendos a Receber

O valor de R\$ 33.915 (R\$ 7.078, em 31 de dezembro de 2019), refere-se a dividendos declarados pelas investidas, com a seguinte composição: Ceran, R\$ 18.171; Enercan, R\$ 10.318; Ventos do Sul R\$5.389 e ETAU, R\$ 47.

9.3. Custos a Reembolsar

O valor de R\$ 24.317 (R\$ 28.689, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

9.4. Conta Gráfica CEEE Par

O valor de R\$ 279 em 31 de dezembro de 2020 refere-se a pagamentos realizados pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT relativos à Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

10. MÚTUO CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) – mutuante – e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) – mutuária –, no valor de até R\$ 150.000, com regramento contratual de devolução em 24 meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu o primeiro aditivo ao contrato, alterando o valor para R\$ 300.000 e mantendo o prazo de 24 meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384, de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo, com prazo de vigência de até 24 meses para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$ 335.212.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo, com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas (CAENMF), pertencente à CEEE-D, permitindo amortizar R\$ 293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL, de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu a celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282, da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente, em 15 de agosto de 2018, a Agência Reguladora emitiu o Despacho nº 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000, pelo prazo de 24 meses. Mensalmente, a CEEE-D liquidava a parcela relativa aos juros pactuados. Em 2020, a CEEE-D pagou a CEEE-GT o montante de R\$ 86.283.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$ 313.016.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	373.164	373.240
Apropriação e Encargos.....	26.135	21.662
Recebimento de Encargos	(13.923)	(21.738)
Recebimento Principal	(72.360)	-
Saldo Final	313.016	373.164

Em 06 de maio de 2020, foi assinado o novo Instrumento de Refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Mútuo com objetivo de reperfilamento da dívida. O refinanciamento é de R\$ 359.333, valor atualizado até 05 de maio de 2020. No instrumento está previsto pagamento do montante em 24 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento no dia 15 de cada mês. Os encargos financeiros serão calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI), *pro rata die*, contados da data de liberação dos valores até a data da efetiva liquidação.

A CEEE-D pagará à CEEE-GT 23 parcelas, respeitando o teto financeiro de R\$ 7.300 mensais, composto pela soma do principal e dos juros. A parcela final contemplará a da integralidade do saldo residual existente. Em caso de atrasos, sobre as parcelas inadimplidas, incidirá multa de 2% e a variação de 100% do CDI, *pro rata die*, aplicados cumulativamente desde a data do vencimento até a data do pagamento.

Em 23 de julho de 2020, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo celebrado em 06 de maio de 2020. O objeto do 1º TA é o oferecimento de garantias pela CEEE-D, que consistem nos direitos creditórios provenientes da venda de energia elétrica da CEEE-D através do Contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas.

O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e as condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Mútuo e no Primeiro Termo Aditivo. A Distribuidora vinculou à CEEE-GT, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-GT pode acionar o mecanismo de execução das garantias nas hipóteses de inadimplemento previstas (atraso de três parcelas consecutivas ou alternadas ou atraso superior a 30 dias da 24ª parcela).

Em 25 de agosto de 2020 através do despacho nº 2.740 a ANEEL anuiu à novação do contrato de mútuo celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-GT.

11. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos em Títulos do Governo	121.188	119.140	121.188	119.140
	121.188	119.140	121.188	119.140

11.1. Descrição

O saldo de R\$ 121.188 (R\$ 119.140, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à liquidação judicial do processo nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar (CRC), originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – RESP nº 435.948-RS –, proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto à Advocacia Geral da União (AGU), com autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda, assim como com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Eletrobras.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304, inerente à Conta de Resultados a Compensar, apurado na data base de 27 de dezembro de 2011. Desse montante, foram compensados de forma direta com a União débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que totalizavam o montante de R\$ 55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$ 1.153.631, que foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e dos juros:
 - Principal – em parcela única, na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09 e 18 de dezembro de 2012 e 17 de dezembro de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranches para a Companhia, nos valores de R\$ 451.310, de R\$ 459.759 e de R\$ 365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

11.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento”, levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B).

O Termo de Acordo estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012. A segunda e a terceira tranches foram transferidas em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranches estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobras, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012, a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

Desde a adoção da norma IFRS 9 (NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros), esse ativo é classificado como Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

11.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do

patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados *pró-rata-die*).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

11.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2019	119.140	22.290	13.253	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	8.466	-	-	8.466	-
Valorização do valor justo	(1.176)	-	(1.176)	-	-
Juros Recebidos.....	(5.242)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	2.479	400	-	(2.879)
Posição em 31/12/2020	121.188	24.769	12.477	8.466	(2.879)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22.4, as NTN-Bs estão vinculadas às garantias do empréstimo com o BNDES.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais.....	76.686	45.545	105.295	71.277
Depósitos Judiciais Vinculados.....	43.045	39.400	43.045	39.400
	119.731	84.945	148.340	110.677

O valor de R\$ 76.686 (R\$ 45.545, em 31 de dezembro de 2019) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável.

O valor de R\$ 43.045 (R\$ 39.400, em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.

13. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	684.644	548.331	711.427	573.946
Não Circulante	1.952.779	2.041.588	2.278.143	2.376.757
	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.950.703

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo "Ativo Contratual", em observância à norma NBC TG 47. Considera-se que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida) e à RAG (Receita Anual de Geração), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas atinentes aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às Resoluções Autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo

de caixa em relação aos valores de investimento realizados. Nesse contexto, as receitas autorizadas não preveem margens de construção, não havendo ganhos ou perdas de eficiência nessa fase, ou, se existem, são próximos a zero.

O contrato de concessão nº 055/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Esses ativos, classificados anteriormente como Ativo Financeiro, a partir de 01 de janeiro de 2020, passaram a ser classificados como ativo contratual, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (nota 4.30).

13.1. Movimento do Ativo de Concessão – Contratual

	CONSOLIDADO						
	CONTROLADORA					Contrato 001/2011 TESB	Total Consolidado
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNl	Contrato 025/2000 Geração	Total Controladora		
Saldo em 01 de janeiro de 2019	46.972	1.436.722	887.412	85.990	2.457.096	368.244	2.825.340
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	52.142	24.434	76.576	31.951	108.527
(+) Receita Financeira.....	18.399	324.693	132.172	3.398	478.662	17.358	496.020
(-) Baixas.....	-	-	-	(18)	(18)	-	(18)
(-) Amortização do período.....	(25.171)	(277.963)	(112.690)	(6.554)	(422.378)	(14.176)	(436.554)
(-) Outros.....	-	-	-	(20)	(20)	(42.593)	(42.613)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	40.200	1.483.452	959.036	107.231	2.589.919	360.784	2.950.703
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	40.511	5.215	45.726	21.307	112.759
(+) Receita Financeira.....	24.642	346.362	171.597	3.326	545.927	16.978	1.108.832
(-) Amortização do período.....	(19.755)	(359.047)	(162.589)	(6.999)	(548.390)	(11.234)	(1.107.894)
(-) Outros.....	-	-	3.876	305	4.181	(35.688)	(27.326)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	45.087	1.470.767	1.012.431	109.138	2.637.423	352.147	2.989.570
Em 31 de Dezembro de 2020 - Circulante	15.916	453.400	208.307	7.021	684.644	26.783	711.427
Em 31 de Dezembro de 2020 - Não Circulante	29.171	1.017.367	804.124	102.117	1.952.779	325.364	2.278.143

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$2.989.570 é composto por: R\$ 1.470.767 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 RBSE; R\$ 1.012.431 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 RBNl; R\$ 45.087 referentes à infraestrutura vinculada ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002; R\$ 109.138 referentes ao Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000; e R\$ 352.147 referentes ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 001/2011, da Controlada TESB.

A Receita Anual Permitida (RAP), prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNl), classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 163.867. Já a Parcela de Ajuste (PA) é de R\$ 63.982. Para esses ativos, a receita de Operação e Manutenção (O&M) é estimada em 19,04% da RAP e a remuneração reconhecida em 2020 pela taxa implícita do contrato é de 14,7% a.a.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 080/2002, classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 14.787. A receita de O&M é estimada em 30% da RAP e a remuneração reconhecida, em 2019, pela taxa implícita do contrato é de 37,0% a.a.

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000 alcançados pela Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, classificados como Ativo Contratual, tem sua Receita Anual de Geração (RAG) de R\$ 132.484 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746/2020, contemplando o valor de R\$ 50.179 de receita adicional para a remuneração do capital e dos investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão. A receita de O&M é estimada em 95% da RAG e, em 2020, a remuneração reconhecida pela taxa implícita do contrato é de 3,14% a.a.

13.2. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurados o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil tanto econômica quanto estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pagamentos Antecipados.....	1.574	1.573	1.859	1.730
	1.574	1.573	1.859	1.730

O valor de R\$ 1.574 (R\$1.573, em 31 de dezembro de 2019) corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativas às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidores livres e/ou autoprodutores com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

15. INVESTIMENTOS

15.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	837.208	895.198	542.719	474.999
Avaliadas pelo método de custo.....	2.889	2.889	2.889	2.889
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	-	(124.499)	-	(124.499)
	840.097	773.588	545.608	353.389

15.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	ETAU	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	435.753	94,22%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	58.890	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	26.146	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	66.347	99,99%	62.759	99,99%
Coligadas				
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran.....	120.000	30,00%	120.000	30,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%
TSLE.....	379.861	49,00%	379.861	49,00%
TPAE.....	38.146	9,65%	38.146	9,65%
FOTE.....	234.835	49,00%	128.325	49,00%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

15.3 Controladas

15.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda (TESB)

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB).

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu, através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro, a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016, a Companhia integralizou capital na investida, no montante de R\$ 176.710, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018, houve nova integralização por parte da CEEE-GT, no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações. Foi acompanhada pela acionista Procable e houve cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

Em março de 2020, a CEEE-GT integralizou o montante de R\$ 60.459. Os demais acionistas não acompanharam o aumento de capital, reduzindo sua participação no capital social da investida.

A participação acionária da CEEE-GT passou de R\$ 316.970 para R\$ 377.429, mediante emissão de 93.878.717 novas ações, representando 94,22% do capital social da TESB.

Em setembro de 2020 a TESB revisou as premissas que compõem o seu fluxo de caixa do ativo contratual da concessão. Ao longo dos exercícios de 2019 e 2020 a TESB vem aumentando de forma relevante os níveis de investimento nos seus ativos, causando incremento na ordem de 44% na sua RAP para o ciclo 2020/2021. A receita anual permitida passou de R\$ 14,2 milhões, homologada no ciclo anterior, para R\$ 20,5 milhões nesse ciclo atual que finda em junho de 2021. Além disso, a empresa estima um CAPEX de mais R\$ 90 milhões para a conclusão integral das obras previstas no contrato de concessão até outubro de 2021, o que incrementará mais R\$ 10,9 milhões na RAP da concessão, conforme consta no Anexo IV da Resolução Homologatória Nº 2.275/2020. Diante desses cenários, observando as orientações da Norma NBC TG 47, a investida revisou as premissas do seu fluxo de caixa do ativo contratual para determinação do novo valor justo em 30/09/2020,

gerando um ganho no registro do novo valor justo na ordem de R\$ 140 milhões. Para a CEEE-GT, o reflexo desta revisão de premissas foi a reversão da provisão para perda do valor recuperável na ordem de R\$ 9,5 milhões e um registro de ganho por equivalência patrimonial de R\$ 126 milhões para o encerramento destas demonstrações contábeis.

15.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.

Em 05 de fevereiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou Despacho nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE-GT participa de 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira: formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira, cuja potência instalada é de 23,1 MW;
- Consórcio Povo Novo: formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo, cuja potência instalada é de 8,4 MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz: formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz, cuja potência instalada é de 21 MW;

Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, a Ventos de Curupira S.A e a Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social subscrito em cada empresa foi de R\$ 10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões em Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões em Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018, ocorreu nova integralização nos montantes de R\$ 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$ 24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Em 2020 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.441 em Ventos de Povo Novo, R\$ 2,851 em Ventos de Curupira e R\$ 3.499 em Ventos de Vera Cruz.

A participação da CEEE-GT nas empresas, após a integralização de capital de abril de 2020, é de R\$ 26.078 em Ventos de Povo Novo, R\$ 58.775 em Ventos de Curupira e R\$ 66.252 em Ventos de Vera Cruz, representando 99,99% de participação nos empreendimentos.

Considerando a retomada das obras do Complexo Eólico Povo Novo, a CEEE-GT vem fazendo aportes financeiros no empreendimento, ao mesmo tempo em que acompanha a situação dos processos judiciais vinculados às SPE's.

15.3.3 Valor Recuperável dos Ativos ou Impairment

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso. O valor em uso é dado pelo valor presente de uma expectativa de fluxos futuros de caixa derivados de um determinado ativo ou de uma unidade geradora de caixa. Em resumo, o valor recuperável é o montante de benefícios econômicos que se espera obter com a venda ou com o uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

A NBC TG 01 (R4) se aplica a todos os ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. Estende-se aos ativos dos balanços utilizados para equivalência patrimonial e consolidação total ou proporcional.

Anualmente a Companhia estima o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas, com base no valor em uso, que é mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuro estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e nas projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018, ocorreu contabilização de R\$ 10,4 milhões como reversão da perda

anteriormente reconhecida. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 não há registros de perdas com valor recuperável registrados na Controlada TESB.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$ 9 milhões em 2017 e R\$ 1,65 milhão em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O laudo elaborado em 2019 para o teste de recuperabilidade das empresas do Complexo Eólico Povo Novo não indicou necessidade de complementação dos valores já reconhecidos como perda de valor recuperável.

Para 30 de setembro de 2020 as SPE's do Complexo Eólico Povo Novo elaboraram Teste de Impairment, considerando as seguintes premissas:

- Calculado com base no fluxo de caixa, ou seja, nas estimativas futuras de entradas e saídas de caixa decorrentes do uso do ativo na operação;
- O fluxo de caixa baseado em premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa por parte da administração;
- A este fluxo de caixa futuro foi aplicada uma taxa de desconto;
- Início da Operação em julho de 2024;
- Receita Projetada:
 - Conforme garantia física de cada parque:
 - Ventos de Vera Cruz: 8,2 MW médios.
 - Ventos de Povo Novo: 2,9 MW médios.
 - Ventos de Curupira: 9,2 MW médios.
 - Tarifa dos CCEARs atualizada pelo IPCA anualmente para 2024, R\$ 190,35 MWh;
 - Tarifa utilizada no ACL (Ambiente de Comercialização Livre), para vendas de sobras de energia em Ventos de Vera Cruz e Povo Novo, e integralmente em Ventos de Curupira, conforme relatórios da curva forward, de R\$ 186,68 MWh;
 - Encargos Setoriais, conforme legislação vigente (FNDCT, MME, P&D; RGR e Taxa de Fiscalização);
 - Impostos com base no lucro presumido;
 - Custos de O&M, estimativa com base na proposta recebida em maio de 2020, reajustada pelo IPCA, projetado para realização a partir do segundo semestre de 2024;
 - Valor de R\$ 750 mil para atendimentos dos custos de O&M das demais estruturas do projeto, como obras civis, subestação e linha de transmissão.
 - Investimento em Capex considerou a proposta mais vantajosa entre as demais recebidas do ponto de vista global.
 - A taxa de desconto aplicada foi calculada conforme metodologia do WACC - Weighted Average Cost of Capital, ou Custo Médio Ponderado de Capital, com taxa de 5,76%.

Cálculo Impairment Complexo Eólico Povo Novo

Taxa de Desconto Real	5,76%
Valor Presente Líquido - VPL	(45.404)
Valor Ativo Imobilizado em 30 de setembro 2020	134.953
Impairment Societário	(134.953)

O Valor Presente (VP) do fluxo de caixa projetado, para as operações do Empreendimento da CEPN – Complexo Eólico Povo Novo foi de R\$ (45.404) milhões, face aos R\$ 134.953 milhões contabilizados no ativo imobilizado do CEPN, sendo R\$ 49.405 milhões em Ventos de Curupira, R\$ 25.583 milhões em Ventos de Povo Novo e R\$ 59.965 milhões em Ventos de Vera Cruz.

Os valores relativos a perda ao valor recuperável foram reconhecidos integralmente nas SPE's do CEPN em 30 de setembro de 2020.

Na Controladora CEEE GT, foram revertidos, em 30 de setembro de 2020, os valores de R\$ 114.950 anteriormente registrados como perda de valor recuperável no CEPN, considerando a avaliação dos investimentos por equivalência patrimonial.

15.4. Coligadas

16.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A (FOTE)

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A (FOTE), com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-GT, 49%.

A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

Todas as linhas de transmissão e subestações estão concluídas, a exceção da LT Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C2, com prazo de conclusão previsto para junho de 2021.

15.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A (TSLE)

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-GT, 49%.

A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281 km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo – Marmeleiro, com extensão aproximada de 154 km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52 km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525 kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

A TSLE é uma empresa operacional com todas as suas subestações e linhas de transmissão concluídas.

15.4.3. Companhia Energética Rio das Antas (CERAN)

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas (CERAN), para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e, em 29 de novembro de 2006, entrou em operação a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008, começou a operar a segunda unidade geradora e, em 06 de junho de 2008, a terceira. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e, em 12 de março de 2009, com a terceira unidade geradora.

15.4.4 Transmissora Porto Alegrense Ltda (TPAE)

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) com a seguinte composição acionária: Procable, 80% e CEEE-GT, 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda (TPAE) venceu o Leilão da ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18, para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable, pela preparação dos projetos básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019, foi aprovado aumento de capital da TPAE, no entanto a CEEE-GT optou por não acompanhar a integralização de capital, reduzindo sua participação de 20% para 9,65%.

15.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da Empresa, reduzindo sua participação para 10,5%.

15.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) firmou o Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, bem como às subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a essas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A. O objetivo era a entrada da CEEE-GT nessa

sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$ 890.

A Empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A. Assinalou, assim, a entrada da CEEE-GT nessa sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$687.

A Empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3, em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. A Companhia entrou com percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$ 507.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3, em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014, a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. O percentual é de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, de R\$ 18.174.

A SPE é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios, com capacidade total de geração de 150 MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	18.174

15.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015, a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nessa sociedade. O percentual é de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$ 7.243.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9 MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), sociedade de propósito específicas (SPE), com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão da UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A (FCE), alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEE-GT, 9%; e Chapecoense, 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.4.13. Campos Novos Energia S/A (ENERCAN)

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A (ENERCAN), localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade, em 17 de fevereiro de 2007, e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-GT possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

15.5. Informações Financeiras das Investidas

15.5.1. Demonstrações Financeiras Controladas

Balanco Patrimonial	31/12/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10.010	39	43	41
Outros Ativos Circulantes.....	28.935	359	66	42
Ativo Não Circulante.....	353.967	205	92	146
	<u>392.912</u>	<u>603</u>	<u>201</u>	<u>229</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	4.956	185	61	153
Outros Passivos Não Circulantes.....	66.429	3.596	1.885	3.607
Patrimônio Líquido.....	321.527	(3.178)	(1.745)	(3.531)
	<u>392.912</u>	<u>603</u>	<u>201</u>	<u>229</u>

Demonstração do Resultado	31/12/2020			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	32.260	22	7	20
Custo de Operação.....	(53.498)	-	-	-
Lucro Bruto.....	(21.238)	22	7	20
Despesas Operacionais.....	(23.893)	(59.619)	(26.554)	(67.924)
Resultado Financeiro.....	2.959	(1)	(1)	(1)
Lucro Antes dos Impostos.....	(42.172)	(59.598)	(26.548)	(67.905)
Impostos sobre o Lucro.....	(1.635)	-	-	-
Lucro Líquido.....	<u>(43.807)</u>	<u>(59.598)</u>	<u>(26.548)</u>	<u>(67.905)</u>

15.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2020			
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas				
TESB.....	402.649	321.527	321.527	(43.808)
Ventos de Curupira.....	58.781	(3.178)	(3.178)	(59.598)
Ventos de Povo Novo.....	26.080	(1.745)	(1.745)	(26.548)
Ventos de Vera Cruz.....	66.257	(3.531)	(3.531)	(67.905)
Coligadas				
Chapecoense.....	714.509	934.349	934.349	280.465
Jaguari.....	17.680	16.844	16.844	(498)
Ceran.....	120.000	307.100	307.100	118.236
Enercan.....	200.787	503.896	503.896	308.765
TSLE.....	379.861	344.681	344.681	42.010
TPAE.....	38.146	45.241	45.241	2.206
FOTE.....	234.835	201.735	201.735	6.086
Etau.....	34.895	93.845	93.845	46.866
Palmares.....	114.116	126.444	126.444	16.107
Ventos da Lagoa.....	88.701	118.316	118.316	15.759
Ventos do Litoral.....	102.901	120.457	120.457	12.328
Ventos do Sul.....	964	34.047	34.047	65.781
Ventos dos Índios.....	63.641	80.150	80.150	(2.046)

15.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.013	2.013	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	-	(354)	-	(354)
	<u>2.889</u>	<u>2.535</u>	<u>2.889</u>	<u>2.535</u>

15.6.1. CGT Eletrosul

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da CGT ELETROSUL.

15.7. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2019	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros	Saldos em 31/12/2020
Controladas							
TESB.....	273.241	60.459	9.165	(41.275)	-	-	301.590
Ventos de Curupira.....	2.946	2.851	50.608	(59.592)	-	-	(3.187)
Ventos de Povo Novo.....	4.995	1.441	18.364	(26.545)	-	-	(1.745)
Ventos de Vera Cruz.....	14.855	3.499	46.008	(67.899)	-	-	(3.537)
Coligadas							
Chapecoense.....	92.219	-	-	25.242	(33.370)	-	84.091
Jaguari.....	1.900	-	-	(79)	-	-	1.821
Ceran.....	89.257	-	-	35.471	(32.598)	-	92.130
Enercan.....	29.989	-	-	20.113	(17.278)	-	32.824
TSLE.....	131.790	-	-	20.585	-	-	152.375
TPAE.....	4.112	-	-	143	(102)	-	4.153
FOTE.....	56.173	39.695	-	2.982	-	-	98.850
Etau.....	6.732	-	-	4.687	(2.035)	-	9.384
Palmares.....	12.317	-	-	1.611	(765)	(519)	12.644
Ventos da Lagoa.....	11.173	-	-	1.576	(749)	(168)	11.832
Ventos do Litoral.....	11.399	-	-	1.232	(585)	-	12.046
Ventos do Sul.....	588	-	-	6.578	(3.761)	-	3.405
Ventos dos Índios.....	8.220	-	-	(205)	-	-	8.015
Ágio Parques Eólicos.....	974	-	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	-	-	-	18.174
Outros investimentos	-	-	-	-	-	1.370	1.370
	<u>771.054</u>	<u>107.945</u>	<u>124.145</u>	<u>(75.375)</u>	<u>(91.243)</u>	<u>683</u>	<u>837.209</u>

15.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Complexo Eólico Povo Novo.....	8.468	14.527	-	-
FOTE.....	-	39.695	-	39.695
TESB.....	59.600	67.459	-	-
	<u>68.068</u>	<u>121.681</u>	<u>-</u>	<u>39.695</u>

16. IMOBILIZADO

CONTROLADORA								
	31/12/2018	Movimento	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
Custo								
Barragens.....	596.582	-	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.233	(105)	120.128	-	-	-	-	120.128
Máquinas e Equipamentos.....	527.479	1.066	528.545	-	(11.191)	1.427	-	518.781
Veículos.....	13.954	126	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.183	(35)	4.148	-	(20)	33	-	4.161
	<u>1.278.585</u>	<u>1.052</u>	<u>1.279.637</u>	<u>-</u>	<u>(11.211)</u>	<u>1.460</u>	<u>-</u>	<u>1.269.886</u>
Depreciação								
Barragens.....	(517.749)	(10.090)	(527.839)	(10.090)	-	-	-	(537.929)
Edificações.....	(110.422)	(563)	(110.985)	(580)	-	-	-	(111.565)
Máquinas e Equipamentos.....	(425.358)	(10.010)	(435.368)	(7.399)	10.654	6	-	(432.107)
Veículos.....	(12.978)	(384)	(13.362)	(258)	-	-	-	(13.620)
Móveis e Utensílios.....	(3.595)	(44)	(3.639)	(71)	20	(14)	-	(3.704)
	<u>(1.070.102)</u>	<u>(21.091)</u>	<u>(1.091.193)</u>	<u>(18.398)</u>	<u>10.674</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(1.098.925)</u>
Fora do Escopo (reflexo do ICP001)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.487	(35)	313.452	-	-	(8)	-	313.444
Depreciação.....	(19.099)	(316)	(19.415)	(349)	-	8	-	(19.756)
	<u>294.388</u>	<u>(351)</u>	<u>294.037</u>	<u>(349)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.688</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>502.871</u>	<u>(20.390)</u>	<u>482.481</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(537)</u>	<u>1.452</u>	<u>-</u>	<u>464.649</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>40.046</u>	<u>3.438</u>	<u>43.484</u>	<u>7.273</u>	<u>-</u>	<u>(3.960)</u>	<u>-</u>	<u>46.797</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>542.917</u>	<u>(16.952)</u>	<u>525.965</u>	<u>(11.474)</u>	<u>(537)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>-</u>	<u>511.446</u>
CONSOLIDADO								
	31/12/2018	Movimento	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
Custo								
Barragens.....	596.582	-	596.582	-	-	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.970	(105)	153.865	-	-	-	-	153.865
Máquinas e Equipamentos.....	482.088	1.066	483.154	-	(11.191)	1.427	-	473.390
Veículos.....	13.954	126	14.080	-	-	-	-	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.302	(35)	4.267	-	(20)	33	-	4.280
	<u>1.275.744</u>	<u>1.052</u>	<u>1.276.796</u>	<u>-</u>	<u>(11.211)</u>	<u>1.460</u>	<u>-</u>	<u>1.267.045</u>
Depreciação								
Barragens.....	(516.813)	(10.090)	(526.903)	(10.090)	-	-	-	(536.993)
Edificações.....	(79.992)	(563)	(80.555)	(580)	-	-	-	(81.135)
Máquinas e Equipamentos.....	(470.482)	(10.010)	(480.492)	(7.399)	10.654	6	-	(477.231)
Veículos.....	(12.939)	(384)	(13.323)	(258)	-	-	-	(13.581)
Móveis e Utensílios.....	(3.600)	(44)	(3.644)	(71)	20	(14)	-	(3.709)
	<u>(1.083.826)</u>	<u>(21.091)</u>	<u>(1.104.917)</u>	<u>(18.398)</u>	<u>10.674</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(1.112.649)</u>
Fora do Escopo (reflexo do ICP001)								
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.494	(35)	313.459	-	-	(8)	-	313.451
Depreciação.....	(19.094)	(316)	(19.410)	(349)	-	8	-	(19.751)
	<u>294.400</u>	<u>(351)</u>	<u>294.049</u>	<u>(349)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.700</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>486.318</u>	<u>(20.390)</u>	<u>465.928</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(537)</u>	<u>1.452</u>	<u>-</u>	<u>448.096</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>191.162</u>	<u>1.265</u>	<u>192.427</u>	<u>7.332</u>	<u>(132.390)</u>	<u>(3.960)</u>	<u>-</u>	<u>63.409</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>677.480</u>	<u>(19.125)</u>	<u>658.355</u>	<u>(11.415)</u>	<u>(132.927)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>-</u>	<u>511.505</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração que não operam em regime de cotas, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01(R1)/NBC TG 47.

16.1 DIREITO DE USO

O valor de R\$ 14.714 (R\$ 13.845, em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao saldo do ativo de direito de uso. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajuste de Mensuração	Amortizações	Saldo em 31.12.2020
<u>NBC TG 06 (R3) - IFRS 16</u>					
Imóveis	3.330	-	(1.002)	(172)	2.156
Terrenos	68	-	(22)	(4)	42
Veículos	10.448	8.794	-	(6.726)	12.516
	13.846	8.794	(1.024)	(6.902)	14.714

Cronograma de Depreciação do Ativo de Direito de Uso:

Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes
Imóveis	2.156	(187)	(209)	(232)	(257)	(1.272)
Terrenos	42	(4)	(5)	(6)	(5)	(21)
Veículos	12.516	(6.881)	(4.136)	(1.346)	(135)	(17)
	14.714	(7.072)	(4.350)	(1.584)	(397)	(1.310)

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de dezembro 2018	48.351	48.729
Aquisições.....	1.516	1.516
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	49.867	50.245
Aquisições.....	819	819
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	50.686	51.064
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de dezembro 2018	(5.655)	(5.655)
Amortização do período.....	(9.178)	(9.178)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(14.833)	(14.833)
Amortização do período.....	(9.279)	(9.279)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(24.112)	(24.112)
Em 31 de Dezembro de 2019	35.034	35.412
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	26.574	26.952

O Intangível é composto pelas aquisições de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de Uso da Rede	6.287	6.311	6.287	6.311
Suprimento de Energia Elétrica.....	9.288	7.638	9.288	7.638
Materiais e Serviços	10.637	10.659	12.564	14.089
Retenção Contratual	17.796	13.585	17.796	13.585
	<u>44.008</u>	<u>38.193</u>	<u>45.935</u>	<u>41.623</u>

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Folha de Pagamento Líquida.....	6.616	6.398	6.616	6.398
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	24.906	30.286	24.927	30.292
Retenções sobre a Folha de Pagamento	7.187	6.941	7.187	6.941
Prêmio Assiduidade	290	287	290	287
	<u>38.999</u>	<u>43.912</u>	<u>39.020</u>	<u>43.918</u>

O valor de R\$ 6.616 (R\$ 6.398, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros – diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (AFCEEE), Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (SENERGISUL) e a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) – e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	362	176	362	176
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.238	3.805	5.252	6.615
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.983	7.334	8.983	7.334
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.615	1.592	1.615	1.592
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	12.990	7.747	13.270	8.004
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	765	647
Outras	7.204	9.565	7.301	9.662
	<u>36.392</u>	<u>30.219</u>	<u>37.548</u>	<u>34.030</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL.....	-	-	5.798	5.881
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.798</u>	<u>5.881</u>

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

21.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2020								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	30.321	37.044
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	30.321	37.044
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	4,59	2036	01	4.920	15.743	236.138	256.801
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2037	01	-	22.935	363.750	386.685
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					4.920	38.678	599.888	643.486
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					4.920	45.401	630.209	680.530

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2019								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	37.066	43.789
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	37.066	43.789
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	4,59	2036	01	4.055	12.210	195.365	211.630
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2037	01	757	17.310	299.768	317.835
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					4.812	29.520	495.133	529.465
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					4.812	36.243	532.199	573.254

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 03 – Notas do Tesouro Nacional – Série B

21.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	6.720	43.688	32.264	504.671	587.343
Encargos	3.460	-	20.810	-	24.270
Variação Monetária	-	-	1.874	18.735	20.609
Transferências	6.724	(6.724)	28.273	(28.273)	-
Taxa Administração	-	102	-	-	102
Amortizações de Principal	(6.721)	-	(28.810)	-	(35.531)
Amortizações de Encargos	(3.460)	-	(20.079)	-	(23.539)
Saldos em 31 de Dezembro 2019	6.723	37.066	34.332	495.133	573.254
Encargos	2.763	-	18.985	-	21.748
Variação Monetária	-	-	6.554	142.448	149.002
Transferências	6.723	(6.723)	37.693	(37.693)	-
Taxa Administração	-	(22)	-	-	(22)
Amortizações de Principal	(6.723)	-	(35.964)	-	(42.687)
Amortizações de Encargos	(2.763)	-	(18.002)	-	(20.765)
Saldos em 31 de Dezembro 2020	6.723	30.321	43.598	599.888	680.530

21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

Em 28 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$ 2.567.

Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 59.104. A liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$ 20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim, respectivamente.

Ao longo de 2017, foi liberado o valor de US\$ 27.500, que corresponde a R\$ 87.305, referentes ao contrato BID, e US\$ 8.500, que corresponde a R\$ 28.076, referentes ao contrato AFD. Em junho de 2018, ocorreu a última liberação de R\$ 110.175, referente ao contrato BID.

Em novembro de 2019, a Companhia apresentou a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos do BID, e, em dezembro de 2019, a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos da AFD.

Entre os anos de 2012 a 2018 a CEEE-GT internalizou 14 parcelas, perfazendo o total de U\$ 147.760 ou R\$ 461.187, referente aos empréstimos do BID e da AFD. Essas dívidas estão vinculadas ao dólar e foram internalizadas sem qualquer mecanismo de proteção cambial.

Internalizações BID						
Data	Tranche	Valor US	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
18/02/2013	Reconh.	2.567.007	1,97	2,9%	2,9%	5.045.452
08/09/2014	2	3.000.000	2,24	3,4%	6,3%	6.726.000
12/08/2015	3	6.852.172	3,49	7,7%	14,0%	23.879.820
03/06/2016	4	9.000.000	3,58	10,2%	24,2%	32.202.000
05/12/2016	5	10.000.000	3,47	11,3%	35,4%	34.675.000
04/09/2017	6	17.500.000	3,13	19,7%	55,2%	54.845.000
04/12/2017	7	10.000.000	3,25	11,3%	66,5%	32.460.000
14/06/2018	8	29.736.817	3,71	33,5%	100,0%	110.174.908
Total BID		88.655.996	3,38			300.008.180

Internalizações AFD						
Data	Tranche	Valor US	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
04/03/2013	1	20.024.482	2,02	33,9%	33,9%	40.525.546
26/07/2013	2	8.142.478	2,30	13,8%	47,7%	18.711.416
21/03/2014	3	8.000.000	2,22	13,5%	61,2%	17.792.000
21/12/2015	4	5.120.050	3,97	8,7%	69,9%	20.316.358
20/12/2017	5	8.500.000	3,30	14,4%	84,2%	28.075.500
30/11/2018	6	9.316.947	3,84	15,8%	100,0%	35.758.441
Total AFD		59.103.957	2,73			161.179.261
Total Geral		147.759.953	3,12			461.187.441

21.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT, por meio da ampliação e da modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e da modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O contrato original abriu um crédito de até R\$ 236,34 milhões, em três subcréditos (Subcrédito A – investimento em obras de transmissão; Subcrédito B – máquinas e equipamentos com código FINAME; Subcrédito C – a ser aplicado em projetos sociais). O 3º Termo Aditivo reduziu o valor total para R\$ 71,8 milhões, mantendo os três subcréditos. A CEEE-GT recebeu em tranches o montante de R\$ 69,2 milhões.

O recurso era destinado aos investimentos da Companhia. Já o valor do crédito foi vinculado à relação de obras apresentadas e aprovadas pelo Banco para a tomada do financiamento, num total de 15 obras, relacionadas no 3º Termo Aditivo;

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES) títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do Contrato de Financiamento.

21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo:

As parcelas de longo prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PRINCIPAL				
2021	-	36.207	-	36.207
2022	45.200	36.207	45.200	36.207
2023	42.540	33.547	42.540	33.547
2024	42.299	33.305	42.299	33.305
Após 2024	500.170	392.932	500.170	392.932
	630.209	532.199	630.209	532.199

21.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
MOEDA / INDEXADOR				
Dólar US\$.....	94,56%	92,36%	94,56%	92,36%
TJLP	5,44%	7,64%	5,44%	7,64%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

21.7. Arrendamentos a Pagar

Os valores de R\$ 7.232 (R\$ 3.706, em 31 de dezembro de 2019) no passivo circulante e de R\$ 7.975 (R\$ 10.257, em 31 de dezembro de 2019) no Passivo não circulante referem-se ao saldo arrendamentos a pagar, relativos aos contratos de locação da Companhia. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Categoria	Saldo em 01.01.2019	Movimentação	Saldo em 31.12.2019	Adições	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Circulante	Não Circulante	Saldo em 31.12.2020
NBC TG 06 (R) - IFRS 16											
Imóveis	3.373	(47)	3.326	-	(988)	161	(159)	(145)	167	2.028	2.195
Terrenos	69	(1)	68	-	(22)	4	(4)	(3)	4	39	43
Veículos	13.792	(3.223)	10.569	8.928	-	855	(6.296)	(1.087)	7.061	5.908	12.969
	17.234	(3.271)	13.963	8.928	(1.010)	1.020	(6.459)	(1.235)	7.232	7.975	15.207

Encontra-se demonstrado abaixo o cronograma de pagamento das parcelas dos arrendamentos a pagar, distribuídos entre os saldos do circulante e não circulante:

Categoria	Saldo Residual 31.12.2020	Circulante		Não Circulante			2025 e seguintes
		2021	2022	2023	2024		
Imóveis	2.195	167	193	222	254		1.359
Terrenos	43	4	5	5	6		23
Veículos	12.969	7.061	4.329	1.422	157		-
	15.207	7.232	4.527	1.649	417		1.382

A Companhia informa que não utiliza de expedientes práticos nos quais possíveis contratos de baixo valor ou com prazos inferiores a doze meses não estivessem mensurados e divulgados nestas demonstrações contábeis.

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE), concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, esse último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP).

Desde a reestruturação societária e patrimonial ocorrida em 2006 foi estabelecida a solidariedade das dívidas contraídas com a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) entre ambas as patrocinadoras, conforme previsto no artigo 6º da Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e ao Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1254/95 firmado junto à Fundação CEEE.

O contrato SF nº 1254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC.

No período de 2001 à dezembro de 2020 foi amortizado o montante de R\$ 307.212.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	22.1	290	224	290	224
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	22.3	4.866	4.332	4.866	4.332
Provisão Plano Único	36	30.068	29.272	30.068	29.272
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	36	3.374	3.252	3.374	3.252
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	22.2	6.051	1.660	6.051	1.660
Provisão Plano CEEEPREV	36	57.705	46.205	57.705	46.205
Contrato 1254/95 - Plano Único	36	3.148	3.034	3.148	3.034
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	22.4	42.300	45.050	42.300	45.050
		<u>147.802</u>	<u>133.029</u>	<u>147.802</u>	<u>133.029</u>
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	22.1	3.869	2.869	3.869	2.869
Provisão Plano Único	22.3	183.282	118.152	183.282	118.152
Contrato 1254/95 - Plano Único	36	29.127	30.591	29.127	30.591
Provisão Plano CEEEPREV	22.2	918.404	761.107	918.404	761.107
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	36	31.220	32.789	31.220	32.789
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	22.4	195.046	209.015	195.046	209.015
		<u>1.360.948</u>	<u>1.154.523</u>	<u>1.360.948</u>	<u>1.154.523</u>
Total		<u>1.508.750</u>	<u>1.287.552</u>	<u>1.508.750</u>	<u>1.287.551</u>

22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Para isso, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-GT. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses, o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora.

Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido.

Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-GT, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora.

A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano. E introduz nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98.

Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal que, em primeira instância foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual impede o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC.

Seguindo o entendimento do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do RS também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva. Concluiu que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-GT (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º, da CF e art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), o qual acabou por suspender a antecipação de tutela anteriormente concedida à CEEE-D. Conceitualmente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%.

22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/1956 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados. São os remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores, encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento dos servidores da ativa. Esse percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já tiver sido revisado com mais 30%, de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação aos ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária. É um compromisso previdenciário pós-emprego, de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral desses proventos.

No início do exercício de 2012, a CEEE-GT obteve o direito de receber da União 1,2 bilhão pelo pagamento dessas obrigações. O recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar (CRC), originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400). De natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, esse processo requer a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença, em caso de sucesso na ação.

22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	2020			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	3,03% a.a.	2,97% a.a.	2,12% a.a.	3,36% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	0,00%	N/A	N/A	0,00%
Expectativa de Inflação	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.	3,32% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	98,18%	100,00%	100,00%	98,18%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 male	UP-94 male	UP-94 male	BR-EM\$sb v. 2015 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-83 (Iam) male	N/A	N/A	BR-EM\$sb v. 2010 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Nula	N/A	N/A	Nula
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE
Entrada em Aposentadoria	1 ano após preencher as carências regulamentares			2 anos após preencher as carências regulamentares

As premissas utilizadas para elaboração do cálculo atuarial foram aprovadas pelo Diretor Presidente em 09 de fevereiro de 2021.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.518.976)	(3.093)	(254.064)	(2.453.277)	(4.229.410)	(1.294.016)	(2.234)	(229.550)	(2.049.726)	(3.575.526)
Custo do serviço corrente	480	-	-	(6.024)	(5.545)	661	-	-	(6.398)	(5.738)
Custo de juros	(95.291)	(203)	(14.224)	(164.529)	(274.247)	(105.458)	(189)	(17.896)	(179.420)	(302.963)
Ganho / (perda) atuarial	(62.925)	(1.153)	(11.359)	(52.071)	(127.509)	(238.002)	(894)	(51.667)	(369.472)	(660.034)
Contribuições de participantes realizada no período	(2.651)	-	-	(1.564)	(4.215)	(2.981)	-	-	(1.509)	(4.490)
Benefícios pagos no período	124.573	290	42.301	159.040	326.204	120.820	224	45.049	153.249	319.342
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.554.791)	(4.159)	(237.346)	(2.518.425)	(4.314.721)	(1.518.976)	(3.093)	(254.064)	(2.453.277)	(4.229.410)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(1.063.541)	-	-	(1.507.722)	(2.571.262)	(1.156.878)	-	-	(1.609.924)	(2.766.802)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(491.250)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	(1.743.458)	(362.099)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	(1.462.608)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.554.791)	(4.159)	(237.346)	(2.518.425)	(4.314.721)	(1.518.976)	(3.093)	(254.064)	(2.453.277)	(4.229.410)
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2020					2019				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.156.878	-	-	1.609.923	2.766.802	1.004.297	-	-	1.352.425	2.356.723
Retorno esperado dos ativos do plano	72.702	-	-	107.771	180.473	82.301	-	-	118.144	200.445
Ganhos / (perdas) atuariais	(74.186)	-	-	(109.378)	(183.564)	158.847	-	-	244.889	403.736
Contribuições do empregador	30.068	290	42.301	56.882	129.541	29.272	224	45.049	46.205	120.750
Contribuições de participantes do plano	2.651	-	-	1.564	4.215	2.981	-	-	1.509	4.490
Benefícios pagos pelo plano	(124.573)	(290)	(42.301)	(159.040)	(326.204)	(120.820)	(224)	(45.049)	(153.249)	(319.342)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	1.063.541	-	-	1.507.722	2.571.262	1.156.878	-	-	1.609.924	2.766.802

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)

Montante não reconhecido como ativo / (passivo)

Passivo Atuarial líquido reconhecido no final do exercício

2020					2019				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(491.250)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	(1.743.458)	(362.099)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	(1.462.608)
245.625	-	-	-	245.625	181.049	-	-	-	181.049
(245.625)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	(1.497.833)	(181.049)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	(1.281.559)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício

Pagamentos para o plano

Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego

Passivo referente ao Benefício Definido

2020					2019				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(181.049)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	(1.281.559)	(144.860)	(2.234)	(229.550)	(697.300)	(1.073.944)
30.068	290	42.301	56.882	129.541	29.272	224	45.048	46.205	120.749
(83.829)	(1.153)	(11.359)	(161.450)	(257.791)	(54.543)	(894)	(51.667)	(124.584)	(231.687)
(10.815)	(203)	(14.224)	(62.782)	(88.024)	(10.918)	(189)	(17.896)	(67.674)	(96.677)
(245.625)	(4.159)	(237.346)	(1.010.703)	(1.497.833)	(181.049)	(3.093)	(254.064)	(843.353)	(1.281.559)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

Custo do serviço corrente líquido

Custo de juros

Retorno esperado dos ativos do plano

Total da despesa do exercício

2020					2021- Estimado				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(480)	-	-	6.024	5.545	(460)	-	-	6.809	6.349
47.646	203	14.224	164.529	226.601	46.084	256	11.922	165.472	223.733
(36.351)	-	-	(107.771)	(144.122)	(31.244)	-	-	(98.812)	(130.056)
10.815	203	14.224	62.782	88.024	14.379	256	11.922	73.470	100.027

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES

Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior

Ganho/(perda) do exercício atual de responsabilidade da patrocinadora

Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício

2020					2019				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(378.333)	(2.315)	(114.142)	(438.292)	(933.083)	(323.790)	(1.421)	(62.476)	(313.708)	(701.395)
(83.829)	(1.153)	(11.359)	(161.450)	(257.791)	(54.543)	(894)	(51.667)	(124.584)	(231.687)
(462.163)	(3.468)	(125.502)	(599.742)	(1.190.874)	(378.333)	(2.315)	(114.143)	(438.292)	(933.083)

22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

Demonstração de (Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação atuarial

Variação	2020							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEPREV BD	
	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais	Impacto em valores	% das obrigações atuariais
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	8.389	0,5%	42	1,0%	2.619	1,1%	(44.365)	-1,8%
Experiência da população	50.102	3,2%	1.111	26,7%	8.740	3,7%	89.254	3,5%
Alteração no fator de capacidade	4.434	0,3%	N/A	N/A	N/A	N/A	7.182	0,3%
Total das perdas / (ganhos)apuradas no exercício	62.925	4,1%	1.153	27,7%	11.359	4,8%	52.071	2,1%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO

	2020	
	Plano Único	CEEPREV BD
Disponível	0,00%	0,00%
Realizável – Gestão Previdencial	6,98%	3,12%
Realizável – Gestão Administrativa	1,38%	4,00%
Títulos Públicos	58,11%	58,65%
Créditos Privados e Depósitos	6,97%	5,89%
Ações	5,67%	6,19%
Fundos de Investimentos	18,36%	17,91%
Investimentos Imobiliários	0,54%	0,43%
Empréstimos e Financiamentos	1,99%	3,81%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2020							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(65.830)	-4,23%	(171)	-4,11%	(5.184)	-2,18%	(134.749)	-5,35%
Redução de 0,5%	73.056	4,70%	184	4,42%	5.412	2,28%	144.254	5,73%
Expectativa de Vida								
Aumento da Expectativa em 1 ano	47.452	3,05%	149	3,58%	12.634	6,00%	59.479	2,36%
Redução da Expectativa em 1 ano	(47.623)	-3,06%	(148)	-3,56%	(12.236)	-5,76%	(63.554)	-2,52%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	61.992	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A	5.612	0,22%

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				
Conta de Desenvolv. Energético - Quota da CDE	8.972	7.591	8.972	7.591
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	151	134	151	134
Recursos P&D	49.106	48.182	49.242	48.182
Recursos FNDCT	925	712	935	712
Recursos MME	463	355	468	355
	59.617	56.974	59.768	56.974
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	25.385	19.764	25.385	19.764
	25.385	19.764	25.385	19.764

23.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$ 14.804 (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. Dos recursos restantes, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. As contingências trabalhistas são atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela SELIC (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

CONTROLADORA										
31/12/2020					31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171	148.540	83.125	4.735	44	236.444
Riscos Possíveis	92	4.068	2.753	26.366	33.278	42.958	5.213	804	96.366	145.341
	<u>146.676</u>	<u>152.011</u>	<u>22.815</u>	<u>41.948</u>	<u>363.449</u>	<u>191.498</u>	<u>88.338</u>	<u>5.539</u>	<u>96.410</u>	<u>381.785</u>
CONSOLIDADO										
31/12/2020					31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis	146.977	148.386	20.239	15.582	331.182	151.261	85.518	4.735	44	241.558
Riscos Possíveis	92	48.598	2.753	26.366	77.808	42.958	5.213	804	96.366	145.341
	<u>147.069</u>	<u>196.984</u>	<u>22.992</u>	<u>41.948</u>	<u>408.990</u>	<u>194.219</u>	<u>90.731</u>	<u>5.539</u>	<u>96.410</u>	<u>386.899</u>

24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CONTROLADORA					
31/12/2020					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	53.058	206	-	-	53.264
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	93.526	147.737	20.062	15.582	276.908
Total geral	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171
CONSOLIDADO					
31/12/2020					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	53.058	206	-	-	53.264
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	93.919	148.178	20.239	15.582	277.919
Total geral	146.977	148.384	20.239	15.582	331.182

CONTROLADORA					
31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-		33.777
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	116.907	80.981	4.735	44	202.666
Total geral	148.540	83.125	4.735	44	236.444

CONSOLIDADO					
31/12/2019					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Passivo circulante					
Saldo da provisão.....	31.633	2.144	-	-	33.777
Passivo não circulante					
Saldo da provisão.....	119.628	83.374	4.735	44	207.780
Total geral	151.261	85.518	4.735	44	241.558

24.2. Movimentação da provisão para contingências

CONTROLADORA					
Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	148.540	83.125	4.735	44	236.443
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.598	7.329	117.243
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(18.088)	(2.823)	(693)	(95)	(21.699)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	60.371
(=) Saldo Final Dezembro /2020	146.584	147.943	20.062	15.582	330.171

CONSOLIDADO					
Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2019	151.261	85.518	4.735	44	241.558
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.775	7.329	117.420
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(20.416)	(4.775)	(693)	(95)	(25.979)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	60.371
(=) Saldo Final Dezembro /2020	146.977	148.383	20.239	15.582	331.182

24.3. Revisão de premissas

A Companhia, visando um aprimoramento dos seus processos, revisou as premissas utilizadas nos cálculos de suas contingências. O resultado desse trabalho apontou que seriam necessários ajustes nas premissas utilizadas para mensurar a melhor estimativa dos valores de provisão nas suas demonstrações financeiras. O impacto nas provisões, em razão da mudança de estimativa, em junho de 2020 foi de R\$ 43.192. Esse valor aumentou os saldos passivos relacionados às contingências judiciais de forma prospectiva, impactando negativamente o resultado do período (vide nota explicativa 32).

24.4. Natureza das ações

24.4.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram

determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

24.4.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

24.4.2.1 Cíveis – COPEN Companhia de Petróleo Gás e Energia

A CEEE-GT é parte em processos judiciais movidos pela COPEN relativos a danos materiais e lucros cessantes. O advogado contratado para defesa os classificou a como perda possível. A Companhia os classifica como perda remota, considerando que ainda não possuem sentença. O valor estimado para os processos é de R\$ 271.126.

24.4.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 20.062 constitui-se de valores relativos a encargos tributários incidentes em processo judiciais trabalhistas e cíveis, no montante de R\$ 8.456, bem como de valor referente à discussão administrativa de eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0, de 19 de dezembro de 2007, na importância de R\$ 8.562. A Companhia classifica tais processos, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

24.4.3.1. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais, a Companhia possui cerca de R\$ 35.580 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

25. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos		107	103	107	103
Obrigações com Obras da Transmissão		5.700	7.500	5.700	7.500
Contrato de Compartilhamento	25.1/36	4.899	-	4.899	-
Conta Gráfica CEEE-D	25.2/36	2.047	1.028	2.047	1.028
Outros Credores		10.669	7.104	12.769	7.474
		<u>23.422</u>	<u>15.735</u>	<u>25.522</u>	<u>16.105</u>
NÃO CIRCULANTE					
Provisão Auto de Infração		33	5.003	33	5.003
Acordo Judicial Trabalhista.....		-	1.200	-	1.200
Comercialização de Energia na CCEE		62.483	50.741	62.483	50.741
Outros Credores		9.342	7.937	6.975	61.533
		<u>71.858</u>	<u>64.881</u>	<u>69.491</u>	<u>118.477</u>

25.1. Contrato de Compartilhamento

O valor de R\$ 4.899 refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa, celebrado em 01 de julho de 2020, com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), elaborado de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa 699/2016. Em 06 de novembro de 2020, através do Despacho nº 3.168, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu previamente à celebração do contrato de compartilhamento entre a CEEE D e a CEEE GT.

25.2. Conta Gráfica – Intercompany

O valor de R\$2.047 (R\$ 1.027 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

25.3. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

O valor de R\$ 62.483 (R\$ 50.741, em 31 de dezembro de 2019) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia (MAE) –, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

26.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

26.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reconhecimento do Custo Atribuído	28.208	36.667	28.208	36.667
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	18.904	13.253	18.904	13.253
Exclusão Temporária - NTNB	53.945	52.306	53.945	52.306
Exclusão Temporária - Atualização da Indenização	904.798	912.569	904.798	912.569
Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16)	14.714	13.845	14.714	13.845
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.020.569	1.028.640	1.020.569	1.028.640
IR e CS Reconhecimento do Custo Atribuído	9.591	12.467	9.591	12.467
IR e CS Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	6.427	4.506	6.427	4.506
IR e CS Exclusão Temporária - NTNB	18.341	17.784	18.341	17.784
IR e CS Exclusão Temporária - Atualização da Indenização RBSE	307.632	310.275	307.632	310.275
IR e CS Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16)	5.002	4.706	5.002	4.706
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR e CS Alíquota 34%)	346.993	349.738	346.993	349.738

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 346.933.

26.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprova a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT foi realizado na importância de R\$ 4.133, comparativamente ao exercício de 2019. O valor do crédito tributário totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$247.647.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	237.346	256.155	237.346	256.155
Provisão para Contingências Trabalhistas	146.585	109.197	146.585	109.197
Provisão para Contingências Fiscais, Cíveis e Regulatórias.....	159.433	83.335	159.433	83.335
Direito de Uso - IFRS 16 / CPC 06	15.207	13.964	15.207	-
Total das Diferenças Temporárias	558.571	462.650	558.571	462.650
IR e CS Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	80.698	87.093	80.698	87.093
IR e CS Provisão para Contingências Trabalhistas	49.839	37.127	49.839	37.127
IR e CS Provisão para Contingências Fiscais, Cíveis e Regulatórias	54.207	28.334	54.207	28.334
IR e CS Direito de Uso - IFRS 16 / CPC 06	5.171	4.748	5.171	4.748
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	189.915	157.302	189.915	157.302
Base Negativa da CSLL	-	15.717	-	15.717
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	-	1.415	-	1.415
Prejuízos Fiscais do IRPJ	230.929	372.256	230.929	372.256
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	57.731	93.064	57.731	93.064
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	57.731	94.479	57.731	94.479
Saldo Contábil.....	247.646	251.781	247.646	251.781
Saldo Contábil Diferenças Temporárias.....	189.915	157.301	189.915	157.301
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	57.731	94.479	57.731	94.479
Saldo Contábil Total.....	247.646	251.780	247.646	251.780

26.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Débitos Tributários Diferidos.....	346.993	349.738	346.993	349.738
Créditos Tributários Diferidos.....	(247.646)	(251.780)	(247.646)	(251.780)
Saldo Contábil Líquido.....	99.347	97.958	99.347	97.958

26.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2020. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Exercício de 2021.....	11.821	23.443	11.821	23.443
Exercício de 2022.....	44.979	19.282	44.979	19.282
Exercício de 2023.....	32.329	14.031	32.329	14.031
Exercício de 2024.....	35.591	10.749	35.591	10.749
Exercício de 2025	(5.381)	23.584	(5.381)	23.584
A partir do Exercício de 2026	(19.992)	6.869	(19.992)	6.869
	99.347	97.958	99.347	97.958

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.661.257 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.507.970 ações ordinárias e 153.287 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.565.633, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/12/2020						31/12/2019	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,11	1.087	0,71	6.381.908	66,06	6.381.908	65,92
ELETOBRAS	3.067.035	32,26	87.639	57,17	3.154.674	32,65	3.154.674	32,59
CUSTODIA EM BOLSA - B3.....	26.765	0,28	13.026	8,50	39.791	0,41	54.150	0,56
MUNICÍPIOS.....	32.918	0,35	50.434	32,90	83.352	0,86	88.478	0,91
OUTROS	431	0,00	1.101	0,72	1.532	0,02	1.536	0,02
	<u>9.507.970</u>	<u>100,00</u>	<u>153.287</u>	<u>100,00</u>	<u>9.661.257</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. – Serviço de Escrituração de Ações.

Data base 31 de dezembro de 2020: São 363 acionistas, sendo 140 pessoas físicas, 83 pessoas jurídicas 129 prefeituras e 12 Estadais.

27.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	12.476	13.253
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	18.617	24.200
Perda Atuarial.....	(1.190.874)	(933.082)
Adoção CPC 47	1.994	1.994
	<u>(1.157.787)</u>	<u>(893.635)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

27.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva de Retenção de Lucros, Reserva de Dividendos não Distribuídos e Reserva de Incentivos Fiscais.

27.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2019, a Companhia destinou R\$ 21.970, em 2020 o montante destinado foi de R\$13.945, totalizando R\$ 67.091.

27.3.2. Reserva de Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu o montante de R\$ 604.136 registrado a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e, em 2018, R\$ 237.440. Em 2019, foram destinados R\$ 104.356, totalizando R\$ 945.932.

Esses dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2020, foi autorizado o cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, reduzindo a Reserva de Dividendos não Distribuídos em R\$ 4.898, passando o valor da reserva a R\$ 941.035 (vide nota explicativa nº 28.3).

Em 31 de dezembro de 2020 foram destinados R\$ 491.333 e acrescidos R\$ 208.712 com a reversão da Reserva de Retenção de Lucros, totalizando no final do exercício R\$ 1.641.080.

27.3.3. Reserva de Retenção de Lucros

Em dezembro de 2019 a Administração constituiu a Reserva de Retenção de Lucros, de acordo com artigo 196 da Lei 6404, no montante de R\$ 208.712, que se destina a atender o orçamento de capital.

Em dezembro de 2020 o valor constituído foi integralmente revertido para Reserva de Dividendos não Distribuídos.

27.3.4. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$ 1.153.687, correspondente à Conta de Resultados a Compensar (CRC), contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$ 10.728 e, R\$ 44.889, em 01 de janeiro de 2012, perfazendo total de R\$ 1.209.304. No exercício de 2017, foram capitalizados R\$ 200.000 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304. Em 2019, a Administração capitalizou o montante de R\$ 587.646, restando saldo de Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 421.658.

27.3.5 Juros sobre o capital próprio - Lei no 9.249/95

A Empresa tem como política distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% à Reserva Legal, imputando, em 2020, aos dividendos, os juros sobre o capital próprio. Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, no montante bruto de R\$87.000 e (R\$74.051 líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte) correspondente a R\$8,9907745039 por ação ordinária e R\$9,8898519541 por ação preferencial. A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio e sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes. O pagamento dos JSCP será efetuado no próximo exercício, em data fixada em Assembleia Geral e comunicado por meio de Aviso aos Acionistas.

A seguir estão detalhados os juros sobre o capital próprio:

	JSCP	IRRF 15%	Líquido
CEEE Par - 66,06%	57.379	8.607	48.772
Eletrobras - 32,65%	28.442	4.266	24.176
Demais acionistas - 1,29%	1.179	76	1.103
	87.000	12.949	74.051

27.4. Excesso de Reservas de Lucros

Em 2020 o montante das reservas de lucros superou o Capital Social da Companhia. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital ou pela distribuição de dividendos.

28. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

28.1. Básico

CONTROLADORA			
31/12/2020			
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	274.322	4.574	278.896
Denominador Básico			
Média das Ações	9.512.327	158.621	9.670.948
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	28,84	28,84	28,84
31/12/2019			
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	578.392	9.943	588.335
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	60,78	60,62	60,77

28.2. Diluído

CONTROLADORA		
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro para as ações ordinárias.....	274.322	578.392
Lucro para as ações preferenciais.....	4.574	9.943
	278.896	588.335
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.512.327	9.516.732
Ações Preferenciais	158.621	164.014
	9.670.948	9.680.746
Lucro Diluído por Ação - R\$	28,84	60,77

28.3 Direito de Recesso, Recompra e Cancelamento de Ações

Em 19 de maio de 2020, na AGE nº 214, foi aprovada pelos acionistas a alteração do Estatuto Social da Companhia no tocante ao dividendo mínimo obrigatório. Essa alteração promove a adequação do percentual de dividendo obrigatório ao dividendo mínimo preconizado pelo artigo 202º, § 2º, da Lei 6.404/76. A partir dessa modificação, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei. Conforme disposto no artigo 136º, inciso III, e no artigo 137º da Lei nº 6.404/76. A redução do dividendo obrigatório ensejou o direito de recesso aos acionistas dissidentes, mediante o reembolso do valor das suas ações pelo seu valor patrimonial de dezembro de 2019, no valor de R\$ 251,30 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) por ação de emissão da Companhia.

De acordo com o disposto no artigo 137º, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes tiveram que exercer seu direito de reembolso no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da AGE que aprovou a alteração estatutária da Companhia.

No período estabelecido, 04 acionistas exerceram o direito de recesso, cujos reembolsos foram efetuados em 31/07/2020, no montante de R\$ 4.898, correspondendo a 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial. Na mesma data, foi aprovado o cancelamento dessas ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2020, foi autorizado o cancelamento de 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 8.762 (oito mil setecentos e sessenta e duas) ações da classe ordinária e 10.727 (dez mil setecentos e vinte e sete) ações da classe preferencial.

O cancelamento de ações não alterou o valor do capital social da Companhia, que continua ser de R\$ 1.565.632.410,67 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e sete centavos). O montante de R\$ 4.898 reduziu a reserva de lucros (reserva de dividendos não distribuídos).

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta				
Suprimento de Energia Elétrica	456.311	386.405	456.360	386.563
Disponibilização do Sistema de Transmissão	1.043.494	875.696	1.049.956	881.957
Amortização Ativo Contratual	(548.331)	(422.378)	(548.331)	(422.378)
Remuneração do Ativo Contratual	545.927	478.662	562.905	496.020
Energia Elétrica de Curto Prazo	44.551	95.095	44.551	95.095
Receita de Construção	45.727	76.576	55.800	91.683
	<u>1.587.679</u>	<u>1.490.056</u>	<u>1.621.241</u>	<u>1.528.940</u>
Deduções da Receita				
ICMS/ISS	(1.404)	(803)	(1.404)	(803)
PIS/COFINS	(138.718)	(118.032)	(139.320)	(118.800)
Quota RGR	(1.709)	(2.479)	(2.140)	(2.479)
Outros Encargos	(16.288)	(15.929)	(16.288)	(15.929)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(12.516)	(11.056)	(12.668)	(11.056)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(95.306)	(74.300)	(95.306)	(74.300)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH	(22.732)	(25.812)	(22.732)	(25.812)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE	(4.124)	(3.202)	(4.192)	(3.202)
	<u>(292.797)</u>	<u>(251.613)</u>	<u>(294.050)</u>	<u>(252.381)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.294.882</u>	<u>1.238.443</u>	<u>1.327.191</u>	<u>1.276.559</u>

29.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$ 456.311 (R\$ 386.405, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEALs) e da disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

29.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$ 1.043.494 (R\$ 875.696, em 31 de dezembro de 2019) refere-se às receitas derivadas da prestação de serviços de transmissão. Essas receitas contemplam a quota de reintegração, a remuneração do capital investido e a operação e manutenção dos ativos de infraestrutura de transmissão.

29.3. Remuneração do Ativo Contratual

O valor de R\$ 545.927 (R\$ 478.622, em 31 de dezembro de 2019) na controladora e de R\$ 562.905 (R\$ 496.020, em 31 de dezembro de 2019) no consolidado é composto pela atualização do ativo contratual relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), e também pela atualização do Ativo Contratual referente às novas instalações de transmissão (RBNI).

30. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia Elétrica de Curto Prazo	(41.543)	(8.315)	(41.543)	(8.315)
Recontabilizações CCEE	(653)	(136)	(653)	(136)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(51.031)	(40.982)	(51.031)	(40.982)
Encargo de Uso do Sistema	(58.989)	(56.384)	(58.989)	(56.384)
	<u>(152.216)</u>	<u>(105.817)</u>	<u>(152.216)</u>	<u>(105.817)</u>

31. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

31. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(163.066)	(164.194)	-	-	(27.339)	(28.958)	-	-	(190.405)	(193.152)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	(68.919)	(73.732)	-	-	(30.389)	(33.490)	-	-	(99.308)	(107.222)
INSS - Empregador	(29.545)	(30.496)	-	-	(5.148)	(5.440)	-	-	(34.692)	(35.936)
Administradores	(352)	(343)	-	-	(894)	(524)	-	-	(1.246)	(867)
Subtotal Pessoal / Administradores	(261.882)	(268.765)	-	-	(63.770)	(68.412)	-	-	(325.653)	(337.177)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	(7.846)	(7.010)	-	-	-	-	-	-	(7.846)	(7.010)
Total Pessoal e Administradores	(269.729)	(275.775)	-	-	(63.770)	(68.412)	-	-	(333.499)	(344.187)
Material	(3.916)	(6.508)	-	-	(463)	(795)	-	-	(4.380)	(7.303)
Serviço de Terceiros	(42.828)	(41.871)	-	-	(14.645)	(9.932)	-	-	(57.473)	(51.803)
Depreciação e Amortização	(16.615)	(20.085)	-	-	(10.056)	(10.012)	-	-	(26.671)	(30.097)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(6.901)	(3.389)	-	-	-	-	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção	(45.727)	(76.576)	-	-	-	-	-	-	(45.727)	(76.576)
Despesas de Locação	0	(1.865)	-	-	(146)	(243)	-	-	(146)	(2.108)
Seguros	(3)	(4)	-	-	(226)	(200)	-	-	(229)	(204)
Tributos	(2.117)	(2.213)	-	-	(2.642)	(5.401)	-	-	(4.758)	(7.614)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.764	(1.306)	-	-	-	-	3.764	(1.306)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(55.717)	(40.293)	(55.717)	(40.293)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(67.619)	(11.279)	(67.619)	(11.279)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(15.621)	377	(15.621)	377
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	109.839	(5.333)	109.839	(5.333)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(11.171)	(6.461)	(11.171)	(6.461)
Outros	(10)	(40)	-	-	(988)	(808)	(4.552)	18.146	(5.550)	17.299
TOTAL	(387.845)	(428.326)	3.764	(1.306)	(92.935)	(95.803)	(44.841)	(44.843)	(521.857)	(570.278)

31. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(163.066)	(164.194)	-	-	(28.072)	(29.623)	-	-	(191.138)	(193.817)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	(68.919)	(73.732)	-	-	(30.389)	(33.490)	-	-	(99.308)	(107.222)
INSS - Empregador	(29.545)	(30.496)	-	-	(5.148)	(5.440)	-	-	(34.694)	(35.936)
Administradores	(352)	(343)	-	-	(894)	(524)	-	-	(1.246)	(867)
Subtotal Pessoal / Administradores	(261.882)	(268.765)	-	-	(64.503)	(69.077)	-	-	(326.386)	(337.842)
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	(7.846)	(7.010)	-	-	-	-	-	-	(7.846)	(7.010)
Total Pessoal e Administradores	(269.729)	(275.775)	-	-	(64.503)	(69.077)	-	-	(334.232)	(344.852)
Material	(5.561)	(6.508)	-	-	(463)	(795)	-	-	(6.025)	(7.303)
Serviço de Terceiros	(49.863)	(46.116)	-	-	(15.993)	(10.587)	-	-	(65.856)	(56.703)
Depreciação e Amortização	(16.615)	(20.085)	-	-	(10.056)	(10.012)	-	-	(26.671)	(30.097)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(6.901)	(3.389)	-	-	-	-	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção	(92.679)	(140.537)	-	-	-	-	-	-	(92.679)	(140.537)
Despesas de Locação	0	(1.865)	-	-	(146)	(243)	-	-	(146)	(2.108)
Seguros	(3)	(4)	-	-	(248)	(222)	-	-	(251)	(226)
Tributos	(2.117)	(2.213)	-	-	(2.729)	(5.837)	-	-	(4.845)	(8.050)
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	3.764	(1.306)	(17.421)	-	-	-	(13.657)	(1.306)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	(55.717)	(40.293)	(55.717)	(40.293)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	(67.619)	(11.279)	(67.619)	(11.279)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(15.621)	377	(15.621)	377
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	109.839	(5.333)	109.839	(5.333)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(11.171)	(6.461)	(11.171)	(6.461)
Impairment	-	-	-	-	(146.839)	-	-	-	(146.839)	-
Outros	2.124	(74)	-	-	(2.709)	(1.677)	(14.372)	17.737	(14.957)	15.987
TOTAL	(441.343)	(496.566)	3.764	(1.306)	(261.106)	(98.450)	(54.661)	(45.252)	(753.346)	(641.574)

32. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
OUTRAS RECEITAS				
Ganho nas Alienações	3.725	3.708	3.725	3.708
Receita de Prestação de Serviços	23.955	15.304	23.955	15.304
Compartilhamento de Infraestrutura.....	149	3.157	149	3.157
Outras	4.746	174	4.746	174
	<u>32.575</u>	<u>22.343</u>	<u>32.575</u>	<u>22.343</u>
OUTRAS DESPESAS				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(4.377)	(75)	(4.377)	(75)
Outras	(1.697)	(581)	(1.697)	(581)
	<u>(6.074)</u>	<u>(656)</u>	<u>(6.074)</u>	<u>(656)</u>

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicações Financeiras.....	11.162	15.512	11.222	15.637
Receitas Financeiras com Parcelamentos	10.840	5.463	10.840	5.463
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	99.725	102.070	99.725	102.070
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	31	3.258	31	3.258
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.466	11.123	8.466	11.123
Outras Receitas Financeiras	25.742	20.703	28.641	20.703
Total Receita Financeira	<u>155.966</u>	<u>158.129</u>	<u>158.925</u>	<u>158.254</u>
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Dívidas	(22.075)	(24.373)	(22.075)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos.....	(1.020)	(1.086)	(1.020)	(1.086)
Despesas Financeiras com P&D	(1.555)	(3.093)	(1.555)	(3.093)
Despesa Financeira com Tributos.....	(1.325)	(1.134)	(1.325)	(1.134)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	(248.658)	(122.701)	(248.658)	(122.701)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	(4.762)	(2)	(4.762)	(2)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(22.652)	(22.134)	(22.652)	(22.134)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(1.128)	(2.848)	(1.128)	(2.848)
Outras Despesas Financeiras	(19.941)	(11.843)	(19.944)	(12.798)
Total Despesa Financeira	<u>(323.116)</u>	<u>(189.214)</u>	<u>(323.119)</u>	<u>(190.169)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(167.150)</u>	<u>(31.085)</u>	<u>(164.194)</u>	<u>(31.915)</u>

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	404.785	404.785	400.093	400.093
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	(42.502)	(36.431)	(42.010)	(25.206)
IRPJ - Adicional de 10%	(28.311)	-	(27.983)	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	(70.813)	(36.431)	(69.993)	(25.206)
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	3.796	1.639	(20.613)	(7.421)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	(29.106)	(12.061)	4.208	1.515
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	13.707	5.870	(172)	(61)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(82.416)	(40.983)	(86.570)	(31.173)
Incentivo PAT = 4%	1.978	-	2.078	-
Salário Maternidade - Prorrogação	199	-	247	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	(80.239)	(40.983)	(84.245)	(31.173)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	25.216	9.078	37.510	9.148
Total IRPJ e CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais	(35.332)	(1.415)	57.809	8.220
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	(1.627)	(585)	(4.509)	(1.624)
IR CS Diferidos	(11.743)	7.078	90.810	15.744
Total IRPJ e CSLL	(91.982)	(33.905)	6.565	(15.429)
	(80.240)	(40.984)	(84.245)	(31.173)
	(11.743)	7.078	90.810	15.744

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil (TESB) e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESP, em 31 de dezembro de 2020, a despesa de R\$ 1.635 referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico NBC TG 22, apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

35.1. Balanço Patrimonial

35.1.1. Ativo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	1.888.654	1.762.249	3.910.573	3.731.705	(251.050)	(302.175)	5.548.177	5.191.779
CIRCULANTE	632.057	333.820	1.314.784	1.184.307	(251.050)	(302.175)	1.695.791	1.215.952
Caixa e Equivalentes de Caixa	572.872	303.708	20.381	7.654	-	-	593.253	311.362
Investimentos em Títulos do Governo	33.206	32.644	87.982	86.496	-	-	121.188	119.140
Concessionárias e Permissonárias	37.764	26.205	111.538	84.185	-	-	149.302	110.390
Tributos a Recuperar	612	742	17.733	1.285	-	-	18.345	2.027
Estoques	4.186	8.986	12.397	11.370	-	-	16.583	20.356
Ativo de Concessão - Contratual	7.022	6.277	677.622	542.054	-	-	684.644	548.331
Pagamentos Antecipados	-	-	1.574	1.573	-	-	1.574	1.573
Investimentos Mantidos para Venda	(88.981)	(88.981)	88.981	88.981	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber	65.375	44.240	296.577	360.708	(251.050)	(302.175)	110.902	102.773
NÃO CIRCULANTE	1.256.597	1.428.429	2.595.789	2.547.398	-	-	3.852.386	3.975.827
Tributos a Recuperar	5	5	-	-	-	-	5	5
Aplicações Financeiras	7	7	-	-	-	-	7	7
Depósitos Judiciais	62.832	26.575	56.899	58.370	-	-	119.731	84.945
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	8.330	14.455	59.738	107.226	-	-	68.068	121.681
Ativo de Concessão - Contratual	102.116	145.940	1.850.662	1.895.648	-	-	1.952.779	2.041.588
Bens e Direitos Dest. à Alienação e Bens de Renda	4.211	1.708	395	395	-	-	4.606	2.103
Outros Créditos a Receber	309.070	371.505	5.289	5.561	-	-	314.359	377.066
Investimentos	306.291	382.121	533.806	391.467	-	-	840.097	773.588
Imobilizado	435.573	449.845	75.873	76.120	-	-	511.446	525.965
Direito de Uso	3.675	3.742	11.039	10.103	-	-	14.714	13.845
Intangível	24.487	32.525	2.087	2.509	-	-	26.574	35.034

35.1.2. Passivo

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO	1.888.654	1.762.249	3.910.573	3.731.705	(251.050)	(302.175)	5.548.177	5.191.780
CIRCULANTE	350.625	534.634	438.295	270.702	(251.050)	(302.175)	537.870	503.161
Fornecedores	18.975	16.987	25.033	21.206	-	-	44.008	38.193
Obrigações Trabalhistas	(16.085)	(6.463)	55.084	50.375	-	-	38.999	43.912
Obrigações Fiscais	8.162	11.947	28.230	18.272	-	-	36.392	30.219
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	12.932	12.241	37.389	28.814	-	-	50.321	41.055
Arrendamentos a Pagar	879	536	6.353	3.170	-	-	7.232	3.706
Provisão para Benefícios a Empregados	65.927	66.653	81.876	66.376	-	-	147.802	133.029
Obrigações da Concessão	19.774	19.344	39.843	37.630	-	-	59.617	56.974
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	21.693	9.247	31.571	24.530	-	-	53.264	33.777
Outros Passivos	262.488	347.418	11.984	(29.508)	(251.050)	(302.175)	23.422	15.735
Juros sobre Capital Próprio	2.955	-	71.096	-	-	-	74.051	-
Dividendos Obrigatórios	(47.074)	56.724	49.836	49.836	-	-	2.762	106.561
NÃO CIRCULANTE	1.057.532	884.780	1.415.097	1.197.469	-	-	2.472.629	2.082.249
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	161.144	125.067	469.065	407.132	-	-	630.209	532.199
Arrendamento a Pagar	2.885	3.225	5.090	7.032	-	-	7.975	10.257
Provisão para Benefícios a Empregados	725.061	606.995	635.886	547.528	-	-	1.360.948	1.154.523
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	194.010	125.231	82.897	77.436	-	-	276.907	202.667
Obrigações da Concessão	10.045	8.095	15.340	11.669	-	-	25.385	19.764
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(106.667)	(42.938)	206.013	140.896	-	-	99.347	97.958
Outros Passivos	71.054	59.106	804	5.775	-	-	71.858	64.881
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	480.497	342.835	2.057.181	2.263.534	-	-	2.537.678	2.606.369
Capital Social	451.084	97.789	1.114.549	817.844	-	-	1.565.633	915.633
Reserva de Capital	-	353.295	-	296.705	-	-	-	650.000
Outros Resultados Abrangentes	(454.379)	(307.322)	(703.405)	(586.312)	-	-	(1.157.784)	(893.634)
Reserva Legal	20.793	16.499	46.298	36.647	-	-	67.091	53.146
Reserva Estatutária	-	(24.775)	-	24.775	-	-	-	-
Reserva Especial de Lucros a Realizar	0	113.441	(0)	95.271	-	-	0	208.712
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído	334.688	106.151	1.306.392	839.782	-	-	1.641.080	945.932
Reserva de Incentivos Fiscais	128.311	(12.244)	293.347	433.901	-	-	421.658	421.658
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(0)	-	0	304.922	-	-	(0)	304.922

35.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	CONTROLADORA							
	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	430.017	433.112	868.480	808.356	(3.615)	(3.025)	1.294.882	1.238.443
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(258.812)	(235.604)	(284.864)	(301.564)	3.615	3.025	(540.061)	(534.143)
Custo com Energia Elétrica	(155.831)	(108.842)	-	-	3.615	3.025	(152.216)	(105.817)
Custo com Energia Elétrica	(93.227)	(49.433)	-	-	-	-	(93.227)	(49.433)
Encargo de Uso do Sistema	(62.604)	(59.409)	-	-	3.615	3.025	(58.989)	(56.384)
Custo de Operação	(102.981)	(126.762)	(284.864)	(301.564)	-	-	(387.845)	(428.326)
Pessoal e Administradores	(67.228)	(70.234)	(202.502)	(205.540)	-	-	(269.730)	(275.774)
Material	(960)	(1.249)	(2.956)	(5.259)	-	-	(3.916)	(6.508)
Serviço de Terceiros	(12.655)	(11.587)	(30.173)	(30.284)	-	-	(42.828)	(41.871)
Depreciação e Amortização	(13.926)	(17.066)	(2.689)	(3.020)	-	-	(16.615)	(20.085)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(898)	(486)	(6.003)	(2.902)	-	-	(6.901)	(3.389)
Custo de Construção	(5.216)	(24.447)	(40.511)	(52.129)	-	-	(45.727)	(76.576)
Outros	(2.100)	(1.693)	(29)	(2.430)	-	-	(2.129)	(4.123)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	171.205	197.508	583.616	506.792	-	-	754.821	704.300
Despesas Operacionais	(24.280)	(46.316)	(109.733)	(96.996)	-	-	(134.013)	(143.312)
Despesas com Vendas	(2.937)	(844)	6.701	(462)	-	-	3.764	(1.306)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.722)	(24.324)	(69.213)	(71.479)	-	-	(92.935)	(95.803)
Outras Despesas Operacionais	2.379	(21.148)	(47.221)	(25.055)	-	-	(44.842)	(46.203)
Outras Receitas	10.525	9.661	22.051	12.682	-	-	32.575	22.343
Outras Despesas	(3.670)	(2.832)	(2.404)	2.176	-	-	(6.074)	(656)
RESULTADO DO SERVIÇO	153.779	158.021	493.530	424.654	-	-	647.310	582.675
Resultado de Participações Societárias	(62.514)	80.240	(12.860)	(35.991)	-	-	(75.374)	44.249
Receita(Despesa) Financeira	(27.850)	9.446	(139.300)	(40.531)	-	-	(167.150)	(31.085)
Rendas de Aplicações Financeiras	11.079	15.329	83	183	-	-	11.162	15.512
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ	(39.923)	(5.422)	(109.009)	(15.209)	-	-	(148.933)	(20.631)
Encargos de Dívidas	(6.569)	(6.047)	(15.507)	(18.326)	-	-	(22.076)	(24.373)
Encargos Sobre Arrendamentos	(273)	(295)	(747)	(791)	-	-	(1.020)	(1.086)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	7.836	5.881	(14.120)	(6.387)	-	-	(6.284)	(506)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	63.415	247.707	341.370	348.132	-	-	404.785	595.839
Imposto de Renda Corrente	(20.864)	(30.109)	(59.376)	(54.136)	-	-	(80.240)	(84.245)
Imposto de Renda Diferido	37.405	37.495	(49.148)	53.315	-	-	(11.743)	90.810
Contribuição Social Corrente	(10.642)	(11.131)	(30.342)	(20.042)	-	-	(40.984)	(31.173)
Contribuição Social Diferido	16.564	8.954	(9.486)	6.790	-	-	7.078	15.744
PREJUÍZO DO PERÍODO	85.877	252.916	193.019	334.059	-	-	278.896	586.975
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	8,89	26,13	19,98	34,51	-	-	28,87	60,63
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	8,89	26,13	19,98	34,51	-	-	28,87	60,63

36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O controlador da CEEE-GT é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém indiretamente, através da participação de 99,99% nas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), 66,06% do capital social da Companhia. Além das operações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-GT mantém transações com outras entidades governamentais e companhias sob o controle comum no curso de suas atividades operacionais, tais como: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas e sociedades de propósito específico e com entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

As principais transações com partes relacionadas são:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Caixa e Equivalentes de Caixa:

A Companhia mantém no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL), vide nota explicativa nº 5.2.

Cedência de funcionários:

Refere-se à cedência de funcionários às Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. O saldo, que se constitui de remunerações (salários, férias, e subsídio de Natal - 13º salário), não está sujeito a encargos financeiros e não teve garantia concedida ao credor.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Concessionárias e Permissionárias:

Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS.

Cedência de funcionários:

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). O saldo, que se constitui de remunerações (salários, férias e 13º salário), não está sujeito a encargos financeiros e não teve garantia concedida ao credor.

Contrato de Mútuo:

A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que é a mutuante. Vide nota explicativa nº 10.

Conta Gráfica:

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a , da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D).

Contrato de Compartilhamento:

Em 01 de julho de 2020 a CEEE-GT e a CEEE-D, cujo controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, firmaram o instrumento de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa associada. Os recursos humanos compartilhados atuam na Administração Central das companhias, prestando serviços para todo o Grupo Econômico. O instrumento também trata do compartilhamento de custos do sistema de telecomunicações utilizado em conjunto. O instrumento de compartilhamento foi anuído pelo Órgão Regulador ANEEL através do Despacho Nº 3.168, de novembro de 2020, e segue as metodologias dispostas na Resolução Normativa Nº 699, de 01 de fevereiro de 2016.

Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE -, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, vide nota explicativa nº 23.

Contribuição Patrocinadora:

Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-GT sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 23.2 e 23.3.

Empréstimo:

Contrato SF nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Despesa operacional - Pessoal:

As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS)

A ELETROBRAS detém 32,65% do capital social da CEEE-GT, participando nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas

Criado pela Lei nº 10.438/2002, o PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição.

O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do PROINFA (PAP) elaborado pela Eletrobrás e encaminhado para a ANEEL. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os classificados como baixa renda.

O valor de custeio do PROINFA é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias e repassadas à ELETROBRAS.

Controladas

Transmissora de Energia Sul Brasil S.A (TESB)

A TESB foi constituída em janeiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 94,22% do capital integralizado, conforme nota explicativa nº 16.3.1.

Complexo Eólico Povo Novo

A CEEE-GT detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 16.3.2.

Custos a Reembolsar:

Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

UHE Dona Francisca

A CEEE-GT comercializa a energia correspondente à sua participação societária na hidrelétrica, detendo o direito de exploração, pois é responsável pela operação da Usina, recebendo da UHE Dona Francisca o reembolso dos custos pagos na proporção de participante no Empreendimento, remunerando o investimento com o montante de energia elétrica recebida e comercializada. A CEEE-GT é responsável pela operação e manutenção da usina, recebendo receita de O&M pelo serviço prestado.

Os saldos de partes relacionadas compõem-se de:

		31/12/2020								
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	CEEEPAR	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total
Ativo										
Caixa e equivalente de caixa	5	578.484	-	-	-	-	-	-	-	578.484
Concessionárias e Permissionárias	6	-	20.209	-	-	-	-	-	-	20.209
Cedência de funcionários	9	435	131	-	-	-	-	-	-	566
Conta Gráfica CEEE-PAR	9	-	-	279	-	-	-	-	-	279
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	-	-	-	2.047	961	-	3.008
Mútuo CEEE-D	10	-	313.016	-	-	-	-	-	-	313.016
Pagamento antecipado PROINFA	14	-	-	-	-	1.574	-	-	-	1.574
		578.919	333.355	279	-	1.574	2.047	961	-	917.136
Passivo										
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	-	10.917	-	-	-	-	10.917
Passivo Atuarial Previdência Privada Circulante	22	-	-	-	87.773	-	-	-	-	87.773
Passivo Atuarial Previdência Privada Não Circulante	22	-	-	-	1.101.686	-	-	-	-	1.101.686
Contrato de Compartilhamento	25	-	4.899	-	-	-	-	-	-	4.899
Conta Gráfica CEEE-D	25	-	2.047	-	-	-	-	-	-	2.047
Cedência de funcionários	25	-	135	-	-	-	-	-	-	135
Empréstimo circulante	23	-	-	-	6.522	-	-	-	-	6.522
Empréstimo não circulante	21	-	-	-	60.347	-	-	-	-	60.347
		-	7.081	-	1.267.245	-	-	-	-	1.274.326
31/12/2020										
Resultado										
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	3.721	3.721
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	4.679	-	-	-	-	-	-	4.679
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	122.830	-	-	-	-	-	-	122.830
Despesa Proinfa	-	-	-	-	-	(16.288)	-	-	-	(16.288)
Despesa operacional – Pessoal	-	-	-	-	(8.931)	-	-	-	-	(8.931)
Receita financeira	-	11.079	26.135	-	-	-	-	-	-	37.214
	-	11.079	153.644	-	(8.931)	(16.288)	-	-	3.721	143.226
CONTROLADORA										
31/12/2019										
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Fundação ELETROCEEE	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca	Total		
Ativo										
Caixa e equivalente de caixa	5	309.727	-	-	-	-	-	-	309.727	
Concessionárias e Permissionárias	6	-	10.952	-	-	-	-	-	10.952	
Cedência de funcionários	9	422	59	-	-	-	-	-	481	
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	-	-	15.842	911	-	16.753	
Mútuo CEEE-D	10	-	373.164	-	-	-	-	-	373.164	
		310.149	11.011	-	-	15.842	911	-	337.913	
Passivo										
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	5.992	-	-	-	-	5.992	
Passivo Atuarial Previdência Privada Circulante	22	-	-	75.477	-	-	-	-	75.477	
Passivo Atuarial Previdência Privada Não Circulante	22	-	-	879.258	-	-	-	-	879.258	
Conta Gráfica	25	-	1.027	-	-	-	-	-	1.027	
Empréstimo circulante	21	-	-	6.286	-	-	-	-	6.286	
Empréstimo não circulante	21	-	-	63.380	-	-	-	-	63.380	
		-	1.027	1.030.394	-	-	-	-	1.031.421	
Resultado										
Renda da Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	3.844	3.844	
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	4.116	-	-	-	-	-	4.116	
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	-	86.457	-	-	-	-	-	86.457	
Despesa operacional – Pessoal	-	-	-	(2.348)	-	-	-	-	(2.348)	
Receita financeira	-	12.604	21.663	-	-	-	-	-	34.267	
	-	12.604	112.236	(2.348)	-	-	-	3.844	126.336	

36.1. Pessoal chave da Administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração seus diretores e os membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 974 (R\$ 608, em 31 de dezembro de 2019). A remuneração dos diretores é composta de honorários mais a verba de representação. Os diretores vinculados à folha de pagamento da CEEE-GT são responsáveis, também, pela CEEE-D e CEEE-PAR sem remuneração adicional. A remuneração mensal do Diretor Presidente das Companhias é de R\$18.

	CONTROLADORA							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	565	120	54	739	285	51	34	370
Conselho de Administração	196	39	-	235	198	40	-	238
Total	761	159	54	974	483	91	34	608

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A CEEE-GT mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível	5	14.769	1.635	15.478	2.517
Concessionárias e Permissionárias	6	149.302	110.390	151.070	111.883
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL	5	578.484	309.727	587.908	317.058
Ativo da Concessão Contratual	13	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.859.071
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	11	121.188	119.140	121.188	119.140
		<u>3.501.165</u>	<u>3.130.810</u>	<u>3.865.213</u>	<u>3.409.668</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	18	44.008	38.193	45.935	41.623
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	680.530	573.254	680.530	573.254
Arrendamentos	21.7	15.207	13.963	15.207	13.963
TOTAL		<u>739.745</u>	<u>625.410</u>	<u>741.672</u>	<u>628.840</u>

37.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

37.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em consequência da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	593.253	311.362	603.386	319.575
Concessionárias e Permissionárias	6	149.302	110.390	151.070	111.883
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	121.188	119.140	121.188	119.140
Ativo da Concessão Contratual	13	2.637.423	2.589.919	2.989.570	2.859.071
TOTAL		<u>3.501.165</u>	<u>3.130.810</u>	<u>3.865.213</u>	<u>3.409.668</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras referem-se, respectivamente, a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL).

O risco inerente a aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B).

O segmento de Geração da CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). As receitas atreladas a esses contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre as distribuidoras e os órgãos reguladores.

No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes. A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como ONS e CCEE.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (impairment)

A Companhia mensura o seu imobilizado e o seu intangível pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e pelas perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

37.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Essa variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada 05 anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração (RAG), que deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARs e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL, através da receita anual permitida, e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

37.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR) o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que comprem sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre (ACL) os agentes negociam compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

37.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

É o risco que decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial, em virtude do seu endividamento contratado em moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

A CEEE-GT desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020 estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2020 cuja cotação do dólar corresponde a R\$ 5,1967 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 31/03/2021, correspondente ao dólar a R\$ 5,12. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de variação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Itens	Cenário Base em 31/12/2020	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	643.486	692.841	804.357	965.229
Passivo Líquido Exposto	643.486	692.841	804.357	965.229
Efeito Líquido da Variação Cambial			111.516	272.388

37.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

		CONTROLADORA				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	593.253	593.253	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	149.302	149.302	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	121.188	121.188	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	2.637.423	684.644	-	-	1.952.779
		3.501.165	1.548.387	-	-	1.952.779
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	44.008	44.008	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	1.040.130	81.317	79.579	220.553	658.681
		1.084.138	125.325	79.579	220.553	658.681
		CONSOLIDADO				
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	603.386	603.386	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	151.070	151.070	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	121.188	121.188	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	2.989.570	711.427	-	-	2.278.143
		3.865.213	1.587.071	-	-	2.278.143
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	45.935	45.935	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	1.040.130	81.317	79.579	220.553	658.681
		1.086.065	127.252	79.579	220.553	658.681

Para a apresentação do valor justo sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, consideram-se as seguintes premissas de mensuração:

- i) Nos contratos dos empréstimos firmados em moeda nacional, a premissa considera o saldo contábil na data da demonstração contábil, projetando o mesmo pelo índice do contrato e por seus encargos até o período final de liquidação. Posteriormente, os valores são descontados a valor presente pelo índice DI projetado em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.
- ii) Para os contratos em moeda estrangeira, a metodologia é semelhante. Considera o saldo contábil existente na data desta demonstração contábil, projetando-o pelo índice do contrato, adicionando os seus encargos até o período final de liquidação. Entretanto, nesta modalidade, a taxa de desconto a valor presente se dá pela projeção da variação cambial em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central.

37.1.6. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-GT monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	21	680.530	573.254	680.530	573.254
Caixa e equivalentes de caixa	5	(593.253)	(311.362)	(603.386)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo	11	(121.188)	(119.140)	(121.188)	(119.140)
Dívida Líquida		<u>(33.911)</u>	<u>142.752</u>	<u>(44.044)</u>	<u>267.514</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.554.304</u>	<u>2.568.401</u>	<u>2.572.887</u>	<u>2.594.494</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>(0,01)</u>	<u>0,06</u>	<u>(0,02)</u>	<u>0,10</u>

37.1.7. Risco de Taxa de Juros

É o risco oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas causadas pela flutuação da taxa de juros e também pela variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Essas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar seu impacto no resultado da Companhia.

Análise de sensibilidade

A CEEE-GT desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020. Estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e das variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2020 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do BACEN, de 31/03/2021. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos BNDES	21	TJLP	37.044	49.180	44.288	54.071
Exposição Líquida			<u>(37.044)</u>	<u>(49.180)</u>	<u>(44.288)</u>	<u>(54.071)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(12.136)</u>	<u>4.892</u>	<u>(9.783)</u>

Sendo assim, a Administração, de maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

37.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	593.253	593.253
Concessionárias e Permissionárias.....	6	149.302	149.302
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a C.....	11	121.188	121.188
Ativo da Concessão Contratual	13	2.637.423	2.637.423
		<u>3.501.165</u>	<u>3.501.165</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	18	44.008	44.008
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	21	680.530	1.040.130
		<u>724.538</u>	<u>1.084.138</u>

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	603.386	603.386
Concessionárias e Permissionárias.....	6	151.070	151.070
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a C.....	11	121.188	121.188
Ativo da Concessão Contratual	13	2.989.570	2.989.570
		<u>3.865.213</u>	<u>3.865.213</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	18	45.935	45.935
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	21	680.530	1.040.130
		<u>726.465</u>	<u>1.086.065</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

37.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo

diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando nível de classificação conforme tabela a seguir:

CONTROLADORA				
	Valor contábil 31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	578.484	-	578.484	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	121.188	121.188	-	-
Ativo da Concessão Contratual	2.637.423	-	-	2.637.423
	<u>3.337.093</u>	<u>121.188</u>	<u>578.484</u>	<u>2.637.423</u>
CONSOLIDADO				
	Valor contábil 31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	587.908	-	587.908	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	121.188	121.188	-	-
Ativo da Concessão Contratual	2.989.570	-	-	2.989.570
	<u>3.698.665</u>	<u>121.188</u>	<u>587.908</u>	<u>2.989.570</u>

37.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão - Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

37.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

37.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (MCP), podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, que, no caso da CEEE-GT, representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

37.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados a fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-GT, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional.

Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

38. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que, ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2020 a 13/04/2021. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$ 62.034 e o valor do prêmio é de R\$ 67; no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$ 260.483 e o valor do prêmio é de R\$ 260.

39. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

39.1. Reajuste Tarifário – Geração

No dia 28/07/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, a ANEEL aprovou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2020/2021, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2020-2021 e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) acrescidos dos Encargos de Uso e Conexão aos Sistemas de Distribuição e Transmissão, da Parcela Ajuste por Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e dos custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética (P&D/PEE).

As parcelas de GAG são compostas pelas parcelas de GAG O&M, destinada à cobertura dos custos operacionais, de GAG Melhorias, destinada à cobertura dos investimentos em melhorias, e do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), destinado à cobertura dos investimentos em bens não reversíveis como *softwares* e veículos. A Receita Anual de Geração (RAG) para o ciclo 2020/2021 do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT foi estabelecida em R\$ 132,5 milhões, o que representa um incremento de 11,88% em comparação com o ciclo 2019/2020.

39.2. Bônus de Outorga da Geração

Em 07 de dezembro de 2020 através da Portaria Interministerial nº 1, os Ministros de Estado de Minas e Energia e da Economia, estabeleceram o valor mínimo e a forma de pagamento da outorga de concessão de geração de energia elétrica condicionada à outorga de novo Contrato de Concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas - UHEs, que totalizam 920.416 kW de capacidade instalada, a ser concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, concessionária de geração de energia

elétrica, nos termos do art. 2º do Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018. O valor mínimo de outorga de concessão de geração de energia elétrica para as essas Usinas será de R\$ 1.395.760 (um bilhão trezentos e Noventa e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos). O pagamento da outorga de concessão dar-se-á em parcela única, em até vinte dias, contados do ato da assinatura do novo Contrato de Concessão. A adesão ao Contrato de Concessão implica na renúncia, por parte do novo concessionário, a qualquer direito de indenização por investimentos ainda não amortizados referentes ao Projeto Básico da UHE Itaúba.

39.3. Revisão das Garantias Físicas

Em setembro de 2020, através da Portaria 331 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético foram definidos os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) que integram o parque gerador da CEEE-GT.

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.RS.000324-7.01	Bugres	Santa Cruz	RS	19,200	9,90
PCH.PH.RS.000654-8.01	Capigui	Capigui	RS	4,470	0,84
PCH.PH.RS.000898-2.01	Ernestina	Jacuí	RS	4,960	2,71
PCH.PH.RS.001076-6.01	Guarita	Guarita	RS	1,760	0,97
PCH.PH.RS.026730-9.01	Santa Rosa	Santa Rosa	RS	1,580	0,82
PCH.PH.RS.001085-5.01	Herval	Cadeia	RS	1,520	0,26
PCH.PH.RS.000976-8.01	Forquilha	Forquilha	RS	1,118	0,92
PCH.PH.RS.001998-4.01	Passo do Inferno	Santa Cruz	RS	1,490	0,49
CGH.PH.RS.002853-3.01	Toca	Santa Cruz	RS	1,000	0,33
PCH.PH.RS.027405-4.01	Ijuizinho	Ijuizinho	RS	1,118	0,69
CGH.PH.RS.001199-1.01	Ivaí	Ivaí	RS	0,700	0,44

A mesma portaria estabeleceu os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Itaúba, Jacuí, Passo Real e Canastra, conforme abaixo:

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.RS.027019-9	Itaúba	Jacuí	RS	500,0	176,1
UHE.PH.RS.001217-3	Jacuí	Jacuí	RS	180,0	112,5
UHE.PH.RS.002003-6	Passo Real	Jacuí	RS	158,0	67,6
UHE.PH.RS.000635-1.01	Canastra	Santa Maria	RS	44,8	24,6

39.4. Revisão Tarifária - Transmissão

Em 30/06/2020, através da Resolução Homologatória nº 2.709/2020, a ANEEL aprovou de forma provisória a Revisão Periódica da Receita Anual Permitida (RAP) do Contrato de Concessão nº 55/2001, concedido à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e prorrogado nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. Como resultado, a Receita Anual Permitida (RAP) das instalações de transmissão da CEEE-GT sujeitas à Revisão Tarifária teve um reposicionamento provisório de 15,79%, a ser aplicado a cada ciclo tarifário durante o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2023;

O impacto tarifário é decorrente, principalmente, da incorporação do parâmetro “ke” (capital próprio) ao componente financeiro da RBSE, da revisão da taxa de remuneração de capital (WACC) e dos custos operacionais regulatórios, com base no que consta no Submódulo 9.1 do PRORET e da revisão das bases de remuneração blindadas (RBSE) e incremental (RBNI). Os valores das receitas de RBSE e RBNI revisadas para o ciclo 2020/2021, por componente, estão apresentados na tabela a seguir:

RH ANEEL 2.709/2020	RAP RBSE (Base Blindada) NE 14	RAP RBNI (Base Incremental) NE 13	RAP RBSE + RBNI
Econômico	160.307,16	125.997,27	286.304,44
Financeiro	216.496,59	-	216.496,59
O&M	313.196,60	16.344,37	329.540,97
	690.000,36	142.341,64	832.342,00
RH ANEEL 2.709/2020	Parcela de Ajuste - PA RBSE (Base Blindada)	Parcela de Ajuste - PA RBNI (Base Incremental)	Parcela de Ajuste - PA RBSE + RBNI
Econômico	2.801,80	65.898,90	68.700,70
Financeiro	56.861,64	-	56.861,64
O&M	14.490,23	-	14.490,23
	74.153,66	65.898,90	140.052,56
RAP + PA	764.154,02	208.240,53	972.394,55

Os valores definitivos serão processados após conclusão das atividades de fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR), e os ajustes necessários e os consequentes efeitos financeiros serão processados no reajuste tarifário subsequente.

39.5. Reajuste Tarifário - Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe à nova RAP (Receita Anual Permitida), está válido desde 1º de julho de 2020, conforme Resolução Homologatória (REH) da ANEEL nº 2.725/2020 (Ciclo 2020/2021). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$ 868,7 milhões (Concessão: 055/2001 - RAP: R\$ 853,9 milhões, e Concessão: 080/2002 - LT Presidente Médici - Pelotas 3 RAP: R\$ 14,8 milhões) e começa a ingressar no caixa da Empresa a partir de agosto de 2020. Nela, já estão incluídos o resultado da revisão tarifária; as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida (RAP) no Ciclo 2020/2021, referente a reforços realizados pelas empresas que entraram em operação comercial de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, sem estabelecimento prévio de receita; e as melhorias implantadas na rede de transmissão, além da variação de 1,88% do IPCA do período.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1. Cisão da CEEE - GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovada a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE G. A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”).

40.2. Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura – Cisão da CEEE GT

Foi celebrado no dia 03 de março de 2021 o Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura vigente firmado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

O Termo Aditivo foi realizado visando contemplar a segregação das empresas CEEE-G e CEEE-T, conforme Cisão aprovada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2021, a qual tem sua eficácia sujeita à celebração com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025 de 2000 à CEEE-G.

O critério de rateio utilizado foi fundamentado nas despesas atualmente reconhecidas, conforme Resolução Normativa ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica nº 699/2016, assim como já era estabelecido no contrato de compartilhamento vigente, sendo 22,02% para a CEEE-G e 77,98% para a CEEE-T. A eficácia do aditivo está sujeita a anuência da ANEEL.

40.3. Ampliação da Usina de Bugres

Em 09 de março de 2021 foi emitida a Licença de Instalação de Ampliação da Usina de Bugres pelo órgão ambiental estadual – FEPAM/RS.

Para a ampliação da usina, será implantado novo conduto adutor e forçado, paralelo ao existente, dando atendimento ao incremento de vazão turbinada. Com isso, além das alterações no circuito hidráulico, será instalada nova unidade geradora de 6,5 MW, novo transformador elevador de 21,2 MVA de interesse restrito da usina e demais equipamentos necessários. Já a modernização da unidade geradora existente, prevê a recuperação de turbina, gerador, equipamentos hidromecânicos, instalações civis, além da substituição de equipamentos eletromecânicos. O início das obras está previsto para o quarto trimestre de 2021, com duração estimada de 18 meses.

A obra atende a obrigação prevista no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº25/2000 – ANEEL, assinado em 2012.

40.4. Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

Em 10 de março de 2021, a CEEE GT, no segmento de Transmissão, firmou com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, um novo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, encerrando o TAC anterior, de 26 de maio de 2014.

O TAC de 2014 tratava de questões ambientais, era um documento único e obrigava a CEEE-GT e a CEEE-D a realizar investigações confirmatórias e, se necessário, posteriores investigações detalhadas em quatro áreas da CEEE-GT e cinco da CEEE-D. Adicionalmente, o TAC de 2014 dispunha de múltiplas obrigações acessórias, seja relacionadas à apresentação de relatórios semestrais à Promotoria, comprovando o adimplemento das obrigações pactuadas, seja relacionadas à aplicação de multas sem limitação temporal.

Ao longo dos anos a CEEE-GT e a CEEE-D cumpriram com as obrigações pactuadas. De forma proativa, a CEEE-GT, no segmento da Transmissão, conseguiu firmar um novo TAC, contemplando uma única área: i) Armazém Berto Círio. O termo também reduz as obrigações acessórias, simplifica cronogramas e aplica limitadores temporais em potenciais multas.

A eficácia do novo Termo de Ajustamento de Conduta está condicionada a chancela da Procuradoria Geral do Estado.

40.5. Termo de Acordo de Reconhecimento de Dívida

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº 665 de 11 de março de 2021, anuiu o Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, o qual tem como objeto os custos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre as partes, ocorridos no período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020.

O valor atualizado dos custos retroativos relativos ao período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020 é de R\$ 47.684.849,12 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), a crédito da CEEE-D.

O montante foi compensado com saldo devedor do Contrato de Mútuo firmado entre as partes em 06 de maio de 2020.

O saldo inicial do contrato de Mútuo em 06 de maio de 2020 era de R\$ 353.165, considerando as amortizações mensais efetuadas e a compensação extraordinária efetuada, o saldo atual é de R\$ 244.627 em 19 de março de 2021.

40.6. Retirada de Patrocínio Planos de Benefícios Pós-Emprego

Em 16 de março de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a retirada de Patrocínio, por parte da CEEE GT, dos planos previdenciários vigentes junto a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, sendo no contexto da Patrocinadora a retirada de modalidade Total.

40.7 Transferência de Outorga da Geração

Em 23 de março de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a transferência da titularidade da concessão objeto do contrato nº 025/2000 para a CEEE-G, era condição suspensiva para eficácia da cisão dos negócios de Geração e Transmissão da CEEE-GT e a aprovação por parte da agência reguladora, seguida da futura formalização do Termo Aditivo ao Contrato dá efetividade a operação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de fevereiro de 2021.

40.8. Acordo Coletivo de Trabalho

A Companhia vem negociando o Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022 ao longo do primeiro trimestre de 2021. No entanto, estas negociações com os sindicatos não foi exitosa e acarretou na retirada, a partir de 1º de março de 2021, dos benefícios previstos no acordo coletivo até então vigente.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Elisangela Moura Rodrigues
Contadora CRCRS 62384

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

André Boff Cruz
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas, acompanhadas da proposta de destinação dos resultados do referido período.

Outrossim, os dividendos propostos na destinação dos resultados do período estão aderentes a capacidade de caixa da Companhia, em consonância com o §4º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Paulo Roberto Dias Pereira
Presidente do Conselho Fiscal

Leandro Jacques de Castro
Conselheiro

Felipe Baptista da Silva
Conselheiro

César Luís Baumgratz
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2020, encerrado em 31 de dezembro de 2020, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Vera Inêz Salgueiro Lermen
Presidente do Conselho de Administração

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Conselheiro

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva
Conselheiro

André Boff Cruz
Conselheiro

Maurício Carvalho Mazzini
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *IFRS*, emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Desestatização e Cisão

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1.2 e 1.2.1 às demonstrações financeiras, onde a Companhia divulga informações sobre o andamento do processo de desestatização e cisão. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D. No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017. Desta forma, foi autorizada a alienação ou transferência da participação societária, seus ativos e, inclusive, o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na controladora e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no artigo 3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995. O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE GT foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 16 de agosto de 2019. Em 31 de março de 2020 a administração publicou Fato Relevante, informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador

indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT. Em 18 de fevereiro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) (“Incorporadora” e “Cisão Parcial”). A eficácia da Cisão Parcial com Incorporação está sujeita à celebração, com o Poder Concedente, de instrumento de formalização da transferência da concessão regulada nos termos do Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G (“Condição Suspensiva”). Uma vez verificada a Condição Suspensiva, o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á a fim de deliberar acerca da confirmação da verificação da Condição Suspensiva e da eficácia da Cisão Parcial com Incorporação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 – Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrada provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e passivo não circulante, nos montantes de R\$ 147.802 mil e R\$ 1.360.948 mil, respectivamente, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** revisão, avaliação e desafio das premissas utilizadas pela administração e seu especialista na determinação da provisão para déficit atuarial; **(b)** análise da qualificação, independência e objetividade do especialista independente contratado pela administração para a elaboração dos laudos atuariais; **(c)** envolvimento de nossos especialistas atuariais para análise, recálculo, desafio das premissas e dos métodos utilizados, avaliação da razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos) ; **(d)** análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos ; e **(e)** leitura do regulamento do plano.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração provisão para déficit atuarial e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ativo de concessão contratual - Transmissão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuíam registrado ativo de concessão contratual no ativo circulante e ativo não circulante nos montantes de R\$ 704.406 mil e R\$ 2.176.026 mil, respectivamente. Esses ativos contratuais de transmissão referem-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado podem modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, na alteração na taxa de remuneração dos contratos e na reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, **(a)** o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica; **(b)** leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável); **(c)** discussão com a administração sobre os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato; **(e)** com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; **(f)** avaliação das premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração do ativo da concessão e respectivas divulgações estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras dos valores correspondentes examinada por outro auditor

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes de reclassificação dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa 4.30, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem ressalvas, em 30 de março de 2020.

Em 13 de agosto de 2020, um outro auditor independente emitiu relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2020, sem modificação, onde, decorrente de sua revisão da referida informação intermediária, a Companhia havia efetuado alteração dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes de reclassificações identificadas na contabilização dos depósitos judiciais, conforme mencionado na nota explicativa 4.30.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes referentes ao ativo de concessão contratual, descritos na nota explicativa 4.30, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 em virtude da aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, examinamos também os ajustes, referente aos saldos de Investimentos, igualmente descritos na Nota Explicativa nº 4.29, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, devido a erros identificados na movimentação dos Investimentos. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021

Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
COMUNICADO CAE-GT Nº 07 - 29/03/2021

Ao
Conselho de Administração da CEEE-GT

I. Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, cujos membros foram eleitos pelo Conselho de Administração em 08 de abril de 2019, composto por cinco membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). O CAE é o órgão auxiliar do Conselho de Administração e não tem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis.

2. Competências

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da CEEE-GT, observadas as diretrizes de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Cabe à empresa de auditoria independente contratada, assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da CEEE-GT, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e da legislação societária, bem como a revisão dos controles internos e dos principais riscos.

Conforme o art. 24, da Lei n. 13.303/16, o CAE deverá monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas pelo Comitê antes da aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento dessa atribuição, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais da CEEE-GT sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade dos Auditores Independentes. De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do Comitê não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

As funções do CAE são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações Financeiras findo em 31.12.2020

O CAE tomou conhecimento da Minuta das informações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (informação complementar) e as Notas Explicativas, apresentadas pela Contadora da Companhia na data de 08 de abril de 2021, todas acompanhadas da Minuta do Relatório da Auditoria Independente elaborada pela firma de auditoria independente Grant Thornton Brasil e recebida pelo CAE no dia 08 de abril de 2021.

4. Recomendações

O CAE recomenda que a Diretoria da CEEE-GT: I) aprimore os procedimentos de formalização da aprovação, pela Diretoria Colegiada da Companhia, das premissas a serem informadas ao atuário contratado para a realização dos cálculos atuariais; II) siga aprimorando as atividades de gestão de riscos em toda a Companhia; III) formalize o tratamento tributário da variação cambial negativa sobre os seus passivos e os estudos de recuperabilidade dos seus ativos; IV) revise a não divulgação da responsabilidade solidária da CEEE -GT sobre o passivo de benefício pós emprego em caso de descontinuidade da CEEE-D; V) O CAE recomenda que o Conselho de Administração não se utilize do parecer do Conselho Fiscal para suas conclusões e consequente aprovação ou não das Demonstrações Financeiras, visto que, este último é quem fiscaliza os atos da Administração, além de não ser uma adequada prática de governança corporativa.

5. Informações Adicionais

O CAE tomou conhecimento no dia 31.03.2021 da necessidade de ajustes nas Demonstrações Financeiras da CEEE-GT do exercício findo 31.12.2020 decorrente do resultado de revisão do auditor externo de forma intempestiva, ou seja, após a aprovação das mesmas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Tal fato demonstra o alto nível de fragilidade tanto no processo de elaboração das Demonstrações Financeiras por parte da Diretoria como nos procedimentos do auditor externo. O Comitê de Auditoria se mobilizou na data de 06.04.2021 em reunião extraordinária para apreciar os documentos da versão ajustada das referidas Demonstrações Financeiras, porém, estes não foram disponibilizados. Na data de hoje houve a continuação da reunião do dia 06.04.2021 quando foram disponibilizados documentos ainda em forma de Minuta para apreciação deste Comitê.

Adicionalmente fomos informados que houve outros ajustes além daqueles identificados no processo intempestivo e tardio pelo auditor externo.

A análise do Comitê restringiu-se aos itens constantes no documento enviado pela Contabilidade da Companhia, conforme o texto reproduzido literalmente e na íntegra a seguir:

- **ATIVO**

- Nota Explicativa nº 11 – Ativo de Concessão Contratual***

- Apresentação da 3ª coluna com o saldo de abertura de 01/01/2019 (reapresentado), na qual, para fins de apresentação, foi ajustado o valor do ativo contratual em R\$ 38.001 milhões.*

- Nota Explicativa nº 15 – Investimentos***

- Ajustado o valor dos investimentos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 3ª coluna de 01/01/2019, tendo como principais variações o ganho de equivalência sobre a TESB, na ordem de R\$ 90 milhões, e a perda de equivalência sobre a TSLE, na ordem de R\$ 70 milhões.*

- **PASSIVO**

- Nota 24 – foi aberta a coluna para provisões Regulatórias e também acrescida a NE 24.4.2.1 Cíveis – COPEN Companhia de Petróleo Gás e Energia.*

- **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- Nota Explicativa nº 27.3.1 – Reserva Legal***

- A reserva legal foi alterada de R\$ 53.146 para R\$ 67.091 milhões em 31/12/2020.*

- Nota Explicativa nº 27.3.2 – Reserva Especial – Dividendos Não Distribuídos***

- A Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos foi alterada de R\$ 971.035 para R\$ 1.641.080 em 31/12/2020 devido, principalmente à absorção dos lucros acumulados.*

- Nota Explicativa nº 27.3.3 – Reserva de Retenção de Lucros***

- A Reserva de Retenção de Lucros foi alterada de R\$ 208.712 para R\$ 0,00 milhões em 31/12/2020.*

Lucros Acumulados

A conta de Lucros Acumulados foi zerada em 31/12/2020.

Nota Explicativa nº 27.4. Excesso de Reservas de Lucros

Informando o excedente das reservas sobre o capital e a necessidade de deliberação da Assembleia Geral (art 199 Lei 6404).

- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Nota Explicativa nº 31 – Outras Despesas Operacionais

Em 31/12/2020, ocorreu o incrementado no valor de R\$ 3.332 milhões, passando de R\$ 41.509 para R\$ 44.841 milhões, devido aos ajustes nas provisões.

Em 31/12/2019, ocorreu a redução no valor de R\$ 1.360 milhão, passando de R\$ 46.203 para R\$ 44.843 milhões, devido aos ajustes nas provisões.

Resultado Participações Societária

Em 31/12/2020 o valor foi alterado de R\$ -12.912 para R\$ -75.375 milhões, devido, principalmente aos ajustes de reapresentação sobre resultado de equivalência patrimonial sobre as investidas TESB e TSLE.

Resultado Antes de IR e CSLL

Em 31/12/2020, devido aos ajustes mencionados acima, o Resultado Antes de IR e CSLL foi alterado de R\$ 470.580 para R\$ 404.785, significando uma redução de R\$ 65.795 milhões.

Em 31/12/2019, o Resultado Antes de IR e CSLL foi alterado de R\$ 597.199 para R\$ 595.839 milhões, significando um aumento de R\$ 1.360 milhão.

Lucro Líquido do Período

Em 31/12/2020, devido aos ajustes mencionados acima, o Lucro do Período foi alterado de R\$ 344.691 para R\$ 278.896, significando uma redução de R\$ 65.795 milhões.

Em 31/12/2019, o Lucro Líquido foi alterado de R\$ 586.975 para R\$ 588.335 milhões, significando um aumento de R\$ 1.360 milhão.

Na Demonstração do Fluxo de Caixa foram ajustados valores de 2019, bem como adequações entre grupos para melhor apresentação e comparabilidade”.

6. Conclusão

Com base na Minuta das Demonstrações Financeiras, na Minuta do Relatório da Auditoria Externa elaborada pela Grant Thornton Brasil ambos os documentos recebidos pelo CAE no dia 08 de abril de 2021 e as informações prestadas pela área de Contabilidade da Companhia nesta data, este Comitê entende que os ajustes descritos no item 5 deste comunicado foram refletidos na Minuta apreciada pelo CAE. O presente Comunicado é emitido em substituição àquele Comunicado CAE nº 07 de 29.03.2021, e não contempla a avaliação de necessidade ou não de impairment de ativos. No uso de suas atribuições legais e estatutárias, este Comitê entende que Conselho de Administração pode apreciar as demonstrações financeiras e notas explicativas da CEEE-GT, ajustadas, relativas ao exercício findo de 31.12.2020.

Porto Alegre, 08 de abril de 2021.

Maurício Augusto Souza Lopes
Presidente do CAE